

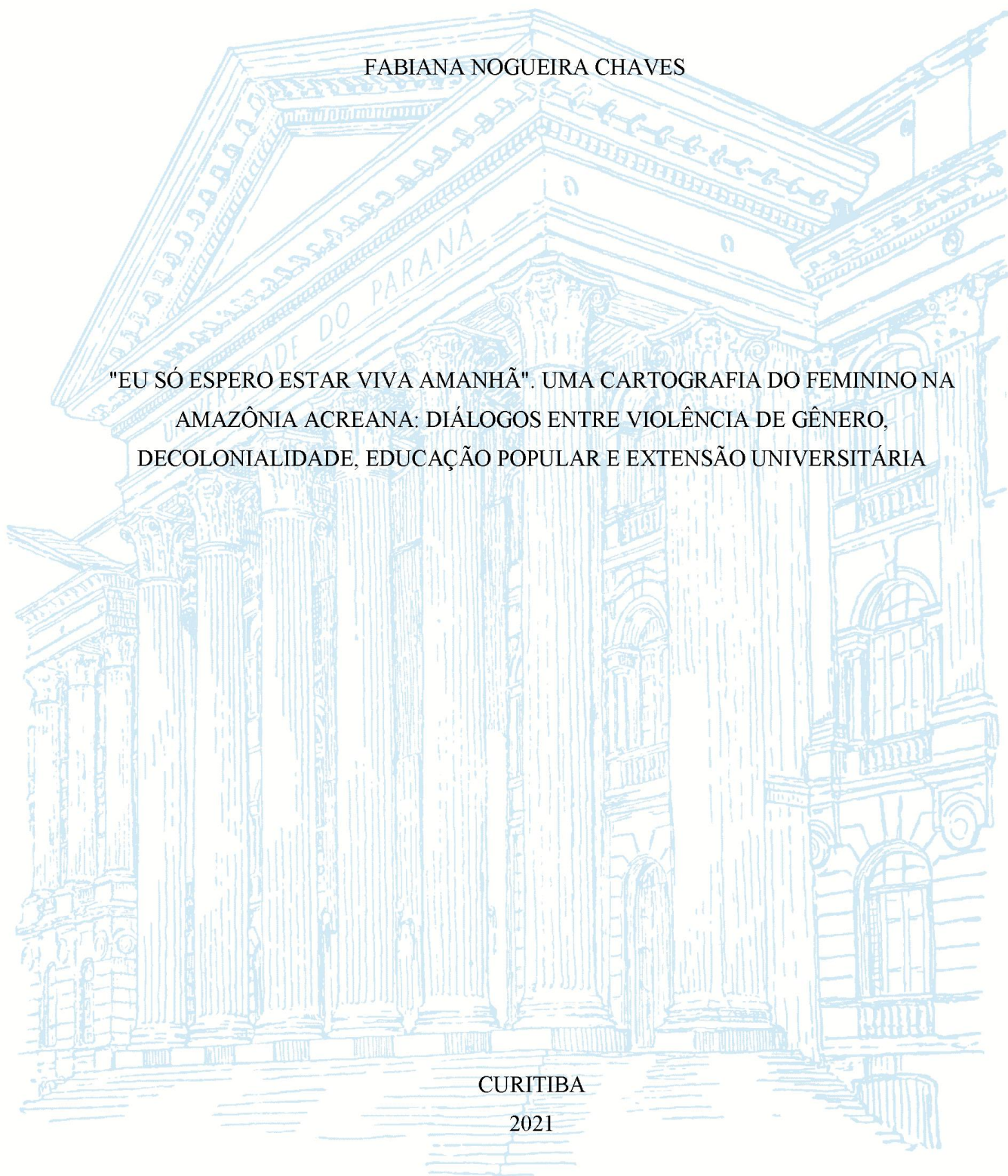
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABIANA NOGUEIRA CHAVES

"EU SÓ ESPERO ESTAR VIVA AMANHÃ". UMA CARTOGRAFIA DO FEMININO NA
AMAZÔNIA ACREANA: DIÁLOGOS ENTRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO,
DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

CURITIBA

2021



FABIANA NOGUEIRA CHAVES

"EU SÓ ESPERO ESTAR VIVA AMANHÃ". UMA CARTOGRAFIA DO FEMININO NA
AMAZÔNIA ACREANA: DIÁLOGOS ENTRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO,
DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Rita de Assis César.

CURITIBA

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Chaves, Fabiana Nogueira.

“Eu só espero poder estar viva amanhã”. Uma cartografia do
feminino na Amazônia Acreana : diálogos entre violência de gênero,
decolonialidade, educação popular e extensão universitária / Fabiana
Nogueira Chaves. – Curitiba, 2021.
271 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Profª Drª Maria Rita de Assis César

1. Discriminação de sexo contra as mulheres – Amazônia. 2. Crimes
contra mulheres. 3. Gênero – Mulheres – Condições sociais. 4.
Extensão universitária – Educação. 5. Educação popular - Acre. I.
Título. II. Universidade Federal do Paraná.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **FABIANA NOGUEIRA CHAVES** intitulada: **"Eu só espero poder estar viva amanhã". Uma Cartografia do Feminino na Amazônia Acreana: diálogos entre violência de gênero, decolonialidade, educação popular e extensão universitária**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA RITA DE ASSIS CESAR, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 10 de Junho de 2021.

Assinatura Eletrônica

15/06/2021 11:24:24.0

MARIA RITA DE ASSIS CESAR
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

18/06/2021 14:39:51.0

DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

15/06/2021 19:15:35.0

CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

22/06/2021 15:34:27.0

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE)

Assinatura Eletrônica

15/06/2021 15:45:30.0

KÁTIA DE LOURDES FRAGA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA)

Dedico este trabalho a todas as mulheres da Amazônia, que resistem a cada dia nas cidades, nas periferias, nas comunidades ribeirinhas, nas aldeias, no campo, mesmo sem nunca terem ouvido a palavra *feminismo*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todas que lutaram para que hoje nós, mulheres, possamos estar na universidade como estudantes, servidoras, pesquisadoras, professoras, pró-reitoras e reitoras. A elas meu profundo respeito.

Agradeço às mulheres da Amazônia acreana, que com sua voz deram vida a esta pesquisa.

Agradeço a meus pais, Norma e Paulo, que sempre acreditaram em mim e que, mesmo com dificuldades, sempre investiram em minha educação e me incentivaram a seguir meus sonhos. Sem o apoio deles eu não teria conseguido chegar muito longe.

Ao meu companheiro Maurício, quem me apresentou a Amazônia e uma nova forma de ver este lugar tão rico e ao mesmo tempo tão explorado. Agradeço por ter me apoiado em todo este percurso, na decisão de cada detalhe.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Rita de Assis César, primeira a acreditar no potencial desta tese e que me trouxe direcionamentos muito precisos nos momentos certos.

À Profa. Dra. Carolina dos Anjos de Borba, Profa. Dra. Dayana Brunetto Carlim dos Santos e Profa. Dra. Kátia Fraga, que participaram de minha banca de qualificação e trouxeram contribuições muito expressivas para a construção desse trabalho por meio da indicação de bibliografias e de uma leitura cuidadosa e propositiva.

À reitora da Ufac, Profa. Dra. Guida Aquino, que apoiou a parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres do Acre desde o início, enquanto vice-reitora, participando, inclusive, de algumas oficinas de educação popular do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher” na capital e no interior. Sou grata também por ter aceitado compor minha banca de defesa.

Agradeço profundamente às parceiras e amigas da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres do Acre: Concita Maia, Joelda Pais, Neuda Muniz, Regina Cavalcante, Danielle Santana, Isabel Dantas, Maria Meireles, Priscila Farias e Rosalina Oliveira Souza, com as quais trabalhei com educação popular pelos interiores do Acre por alguns anos. Foram muitas histórias vividas e muitos aprendizados. Devo muito deste trabalho a vocês. Não posso esquecer de mencionar Márcia Costa, que também integrava nosso time em muitas viagens e trabalhos.

Às amigas Lya e Máira, que foram amigas nos bons e maus momentos e fizeram de Curitiba um lugar mais aconchegante e feliz, um presente que o doutorado me deu.

À D. Zenaide Carvalho, parteira tradicional acreana que nos acompanhou em algumas viagens pelo interior do Acre, com quem muito aprendi e dei muitas risadas.

Agradeço à amiga Alyne Brandão, da Secretaria de Estado de Educação do Acre, que participou comigo de oficinas de educação popular voltadas a adolescentes.

Ao Prof. Dr. Enock da Silva Pessoa, que coordenou, participou e apoiou projetos de combate à violência contra as mulheres quando era pró-reitor de extensão e cultura da Ufac.

Agradeço à Edna Shanenawa, primeira mulher cacique do povo Shanenawa, que disponibilizou seu tempo para conversar e ajudar a construir novos saberes.

À amiga Kamila, colega de trabalho, que teve compreensão e me incentivou nos momentos em que eu estava sobrecarregada.

À colega Ethiene, que sempre esteve disponível para ajudar com os trâmites burocráticos dentro da Ufac.

À Kika, minha companheira felina dos tempos de escrita em Minas Gerais.

Finalizo esses agradecimentos ressaltando que a maioria das pessoas a quem tenho a agradecer são mulheres. Se não fossem vocês, este trabalho não seria possível.

RESUMO

Esta tese fabricou-se por meio de uma cartografia guiada pelas vozes das mulheres acreanas, buscando a compreensão dos fenômenos que produziram especificidades da violência de gênero na Amazônia. Discutem-se os significados de ser mulher na Amazônia por meio de narrativas colhidas durante as oficinas de educação popular feminista do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher” da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex) da Universidade Federal do Acre (Ufac), ocorrido entre os anos de 2013 e 2015, nos 22 municípios do estado do Acre. Projeto este criado para suprir demanda trazida por uma política pública do governo do estado do Acre, sendo, portanto, abarcado por ela. A pesquisa apontou a violência como marca central na construção das feminilidades amazônicas, considerando, ao mesmo tempo, que essas são diversas na composição do território do feminino na região. A partir das vozes coletadas em campo, exploram-se as fronteiras entre feminismo e decolonialidade, pois pensar a realidade das mulheres amazônidas é, sobretudo, repensar o processo de colonialidade do poder e a estruturação do patriarcado na região. Nesse sentido, analisaram-se as possibilidades trazidas pela educação popular e pela extensão universitária para a construção de relações igualitárias e livres de violência entre homens e mulheres, enfatizando-se a responsabilização das instituições de ensino, em especial as universidades públicas, no combate à violência de gênero. A tese produz um mapa de sentidos que transita dialeticamente entre a violência e a resistência, focando na necessidade de soluções endógenas para os povos amazônicos, que viabilizem uma visão descolonizada de si e sobre seu território. Assim, trata-se da elaboração de novas possibilidades de relações de gênero a partir do reconhecimento de nossa socialização colonizada, dentro de um sistema patriarcal de naturalização de pedagogias da crueldade, trazendo, como contraponto, a viabilidade de rompimento de ciclos violentos por meio de contrapedagogias da crueldade, que, nesse caso, podem dar-se pelos caminhos da extensão, da educação popular e pela reestruturação dos tecidos comunitários.

Palavras-chave: Mulheres Amazônidas. Violência de Gênero. Educação Popular. Extensão Universitária.

ABSTRACT

This thesis was elaborated through a cartography guided by voices of the women of Acre, seeking to understand the phenomena that produced specificities of gender violence in the Amazon. The meanings of being a woman in the Amazon are discussed through narratives collected during popular feminist education workshops of the extension project “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher” of the Pro-Rectorate of Extension and Culture of the Universidade Federal do Acre (Ufac), that happened between 2013 and 2015, in 22 cities of Acre. This project was created to meet the demand brought by a public policy of the state government of Acre, being, therefore, encompassed by it. The research pointed to violence as a central mark in the construction of amazonian femininities, considering, at the same time, that these are diverse in the composition of the feminine territory in the region. Based on the voices collected in the field, the boundaries between feminism and decoloniality are explored, since thinking about the reality of Amazonian women is, above all, rethinking the process of coloniality of power and the structuring of patriarchy in the region. In this sense, the possibilities brought by popular education and university extension for the construction of egalitarian and violence-free relationships between men and women were analyzed, emphasizing the accountability of educational institutions, especially public universities, in the fight against gender violence. The thesis produces a map of meanings that dialectically transits between violence and resistance, focusing on the need for endogenous solutions for Amazonian peoples, which enable a decolonized view of themselves and their territory. Thus, it is about the elaboration of new possibilities of gender relations from the recognition of our colonized socialization, within a patriarchal system of naturalization of cruelty pedagogies, bringing, as a counterpoint, the viability of breaking violent cycles through counter-pedagogies of cruelty, which, in this case, can take place through the paths of extension, popular education and the restructuring of community fabrics.

Keywords: Amazon Women. Gender Violence. Popular Education. University Extension.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 AS MULHERES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM HISTÓRICO DE SILENCIAMENTO..... | 26 |
| 1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DE UMA AMAZÔNIA SUBALTERNIZADA | 28 |
| 1.2 A CABANAGEM E AS MULHERES | 33 |
| 1.3 OS HOMENS E O SEU CICLO DA BORRACHA..... | 35 |
| 1.4 OS SERINGAIS E A VIOLÊNCIA COMO LINGUAGEM..... | 36 |
| 1.5 A EXPLORAÇÃO MODERNA DO TERRITÓRIO E DO POVO..... | 39 |
| 2 DESCOLONIZAR A AMAZÔNIA: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL SOBRE E PARA A AMAZÔNIA | 41 |
| 2.1 A COLONIALIDADE DO PODER E O PENSAMENTO ABISSAL | 42 |
| 2.2 A COLONIALIDADE DO PODER NA AMAZÔNIA..... | 45 |
| 2.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA | 47 |
| 2.4 REINVENTAR A AMAZÔNIA: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL E EMANCIPADORA | 52 |
| 3 MULHERES E EDUCAÇÃO | 56 |
| 3.1 GÊNERO E PATRIARCADO: CONCEITOS E PERSPECTIVAS PELA DECOLONIALIDADE..... | 59 |
| 3.2 EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE E PELA DIFERENÇA | 69 |
| 3.3 A RESPONSABILIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DA LEGALIDADE À NECESSIDADE DE MUDANÇA ESTRUTURAL | 73 |
| 4 O PROJETO DE EXTENSÃO “UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” E A CARTOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS | 81 |
| 4.1 METODOLOGIA DAS OFICINAS..... | 87 |
| 4.2 AS OFICINAS DO PROJETO DE EXTENSÃO “UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” | 93 |
| 4.2.1 Cruzeiro do Sul – Lançamento estadual da campanha..... | 94 |
| 4.2.2 Rio Branco | 98 |
| 4.2.3 Brasileia e Epitaciolândia | 101 |
| 4.2.4 Bujari | 103 |
| 4.2.5 Porto Acre..... | 107 |
| 4.2.6 Plácido de Castro | 109 |

| | |
|--|------------|
| 4.2.7 Manuel Urbano | 110 |
| 4.2.8 Senador Guimard | 114 |
| 4.2.9 Xapuri | 116 |
| 4.2.10 Porto Walter | 118 |
| 4.2.11 Marechal Thaumaturgo | 122 |
| 4.2.12 Mâncio Lima e Rodrigues Alves | 128 |
| 4.2.13 Jordão | 135 |
| 4.2.14 Santa Rosa do Purus | 141 |
| 4.2.15 Sena Madureira | 145 |
| 4.2.16 Feijó e Tarauacá | 147 |
| 4.2.17 Assis Brasil | 151 |
| 4.2.18 Capixaba | 153 |
| 4.2.19 Acrelândia | 155 |
| 4.3 O ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS | 157 |
| 5 MAPA DE SENTIDOS: A EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA ENTRE AS VIOLÊNCIAS E AS RESISTÊNCIAS..... | 159 |
| 5.1 DA VIOLÊNCIA FÍSICA AO FEMINICÍDIO: A ANIQUILAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS | 167 |
| 5.2 AS VIOLÊNCIAS REALIZADAS POR MEIOS SEXUAIS: ENTRE O SILÊNCIO, A IMPUNIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS | 174 |
| 5.3 AS VIOLÊNCIAS QUE NÃO VEMOS | 188 |
| 5.4 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: O CORPO DA MULHER COMO SUBPRODUTO DO PARTO | 198 |
| 5.5 SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO: UM CASO NÃO TÃO ISOLADO | 204 |
| 5.6 EXISTÊNCIA MEDIANTE RESISTÊNCIA | 206 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 212 |
| REFERÊNCIAS | 217 |
| APÊNDICE 1 – PROJETO DE EXTENSÃO “UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” | 226 |
| APÊNDICE 2– SLIDES UTILIZADOS EM UMA DAS OFICINAS DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DO PROJETO DE EXTENSÃO “UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” | 238 |
| ANEXO 1 – SLIDES SOBRE LEI MARIA DA PENHA E LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES UTILIZADOS EM UMA DAS OFICINAS..... | 254 |

| | |
|---|------------|
| ANEXO 2 – SLIDES SOBRE O FLUXO CORRETO DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE ALGUNS MUNICÍPIOS ACREANOS..... | 263 |
| ANEXO 3 – SLIDES SOBRE ÓRGÃOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E PLANOS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES | 267 |

INTRODUÇÃO

No Brasil, a cada 2,6 segundos uma mulher é vítima de violência verbal. A cada 6,3 segundos uma mulher é vítima de ameaça. A cada 6,9 segundos uma mulher é vítima de perseguição. A cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física. A cada 2 minutos uma mulher é vítima de arma de fogo. A cada 16,6 segundos uma mulher é ameaçada com faca ou arma de fogo. A cada 22,5 segundos uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento. A cada 1,4 segundos uma mulher é vítima de assédio. A cada 4,6 segundos uma mulher é vítima de assédio no trabalho (Instituto Maria da Penha, 2019). A cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil e a cada duas horas uma mulher é assassinada (Instituto Patrícia Galvão, 2019). Os dados são quase inacreditáveis e não é à toa que o Brasil ocupa o quinto lugar em número de feminicídio no mundo.

Se a situação das mulheres no Brasil é ruim, a mulher amazônida acumula uma dupla vulnerabilidade, pois a Amazônia é a região mais recentemente colonizada e espoliada dentro do Brasil, com os menores índices de desenvolvimento humano e com uma população colocada, literalmente, no meio do fogo cruzado na luta por terras e recursos naturais. Essa região do país tem peculiaridades históricas que a transformaram em uma zona de barbárie em relação aos direitos humanos e a vida. Na Amazônia a escravização¹ foi reinventada, permanecendo até o século XIX pelo regime de aviamento dos seringais, os estupros sistemáticos seguiram atrelados a esse regime. Mulheres eram meras mercadorias e serviços em um sistema dominado pela lógica patriarcal. A violência, como afirma Cristina Wolff² (1998), era uma linguagem nos seringais e as mulheres suas primeiras vítimas.

A autora ressalta o apagamento histórico das mulheres na formação social dos seringais por suas ocupações não estarem oficialmente ligadas à extração da borracha, atividade que integrava o Acre e a Amazônia à economia do país. Tendo suas histórias suprimidas por serem consideradas sujeitos desimportantes economicamente, passavam a ser propriedade dos homens.

¹ Utiliza-se o conceito de escravização de Bertha Becker (2009) quando se fala no regime de aviamento dos seringais. Mesmo sabendo que há discrepâncias entre a escravização dos negros trazidos forçosamente para o Brasil e a condição dos seringueiros, acredita-se que as condições análogas à escravidão estavam presentes, conforme sustenta a autora.

² Devido à importância de dar visibilidade a todas as mulheres que são utilizadas como referência nesta tese, sempre que uma autora aparecer pela primeira vez, terá seu primeiro nome exposto, pois, a priori, todos lêem a autoria como masculina, tendo em vista a interferência machista em nossa leitura de mundo.

A partir da pesquisa em história oral e da análise de processos jurídicos no Alto Juruá, Wolff descreve uma sociedade extremamente violenta para com as mulheres, onde crimes de estupro, espancamento e assassinato contra elas eram comuns, sendo, muitas vezes, validados pelo Estado, que se consolidava no Acre junto à economia da borracha. A autora relata a captura corriqueira de mulheres e meninas indígenas por seringueiros e seringalistas para servirem-nos como escravas domésticas e sexuais, bem como o direito de posse sobre elas ser reconhecido legalmente. “As índias eram caçadas e vendidas, ou tomadas como mulheres pelos seus próprios captores, após um período de “amansamento” (Wolff, 1998, p.11). Indígenas que não se adequavam às regras e não se tornavam “mansas”, sofriam castigos ainda mais severos do que o cárcere privado, podendo ser mutiladas e mortas. Assim se deu a constituição familiar do seringal, estruturando o que viria a ser a sociedade amazônica.

De acordo com o Monitor da Violência (2020) - uma parceria entre o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o G1 - o Acre possui a maior taxa de feminicídios do país. O estado apresentou também a maior alta nacional de feminicídios no primeiro semestre de 2020, com um aumento de 170% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em contraponto, foi o que teve a queda mais expressiva nos registros de lesões corporais em contexto de violência doméstica: 38,6%. De acordo com a pesquisa exposta, isso aponta para uma alta taxa de subnotificação desses casos, já que eles, teoricamente, deviam seguir a mesma tendência das mortes. Na Amazônia, as mulheres lutam pelo direito a vida e por uma vida livre de violência. Lutam também pela institucionalização efetiva desse direito.

Os traços da colonização violenta que ocorreu no Brasil, em específico na Amazônia, não desapareceram com a independência imperialista ou com a democracia elitista aqui instauradas, pois a colonialidade do poder permaneceu intacta. Não se destrói uma linguagem, uma cultura fundada na subjugação da mulher com mudanças de regimes políticos. A violência de gênero os perpassa.

Em pleno século XXI, ainda é preciso lidar com uma grande quantidade de crimes de gênero. Mesmo após a criação da Lei Maria da Penha³, em 2006, devido a pressão de organismos internacionais e movimentos sociais, os números continuam subindo. Inúmeras

³ A Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher, tipificando as formas de agressão como: violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica. A lei prevê também um trabalho educativo como forma de prevenção à violência contra a mulher.

pesquisas⁴ são realizadas todos os anos para entender e atualizar os dados sobre a violência contra as mulheres, mas não é percebida significativa queda nesses índices. Existe a explicação de que a Lei Maria da Penha é recente e que este é um processo de transição em que as mulheres passaram a denunciar mais, por isso o aumento dos números. Pode-se pontuar também que esse novo cenário está trazendo uma nova mentalidade e que o processo é lento. Essas justificativas trazem verdade, porém se tornam incipientes quando falamos em vidas de mulheres que continuam sendo tiradas diariamente.

Em 2013, o Brasil passou para a quinta posição em número de feminicídios, com uma taxa de 4,8 homicídios de mulheres a cada 100 mil; um aumento de 9% em relação a 2010, quando ocupava o sétimo lugar no ranking com uma taxa de 4,4. Somente El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e Rússia estão na frente do Brasil (WAISELFISZ, 2015, p. 27). Tendo em vista esta realidade, seriam as leis, as pesquisas, as ações de organizações não governamentais (ONGs) e de organizações da sociedade civil (OSCs) inócuas? Não. A Lei Maria da Penha, a tipificação do crime de feminicídio, as ações de ONGs, OSCs e de institutos de pesquisa são extremamente importantes, mas não resolvem o problema justamente porque, na maioria das vezes, são aplicadas apenas depois que a violência já ocorreu. O papel das pesquisas também é justificar e respaldar outros projetos com dados empíricos, como acontece no momento com essa tese. Mas como fazer com que a violência de gênero deixe de acontecer?

Para mudar o mundo é preciso mudar as pessoas, e as pessoas transformam-se por meio da educação, como escreve Paulo Freire (1987). A educação é a chave para a transformação de um cenário tão triste e violento, pois a desumanização é uma condição histórica e não uma determinação, portanto, da mesma forma que foi construída, pode ser desconstruída (FREIRE, 2000). Aqui não se busca reproduzir uma máxima simplória de que o acesso à escola e a um diploma resolveriam o problema da violência, que esta seria um problema de pessoas iletradas ou com pouco estudo. Fala-se em um conceito ampliado de educação, para além do capital, que transpassa a escola e a universidade. Uma educação para os direitos humanos, para a alteridade, não necessariamente institucionalizada, uma educação que possa produzir contrapedagogias da crueldade, modificando um cenário onde aprendemos a naturalizar a barbárie e o silenciamento de grupos histórica e socialmente subalternizados. Assim, esta tese foi buscar sua fonte de pesquisa em um projeto de extensão fundamentado na

⁴ Dentre essas pesquisas pode-se citar o Mapa da Violência, pesquisas do Instituto Maria da Penha e do Instituto Patrícia Galvão, todos usados como referência nesta tese.

proposta educativa de Paulo Freire. Com efeito, as reflexões que levaram à construção dessa tese encontram-se no pensamento feminista decolonial, que, visando entender as causas da violência contra as mulheres e não apenas suas consequências, buscou respostas em nosso passado colonial, que tem como estrutura elementar da violência as relações de gênero.

O problema que originou a pesquisa foram as peculiaridades do feminismo amazônico, pensado a partir do projeto de extensão. Dessa forma, a tese foi construída pelas narrativas das mulheres da Amazônia acreana, narrativas estas coletadas por meio da interação durante as oficinas de educação popular feminista do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher”⁵, da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Acre (Proex /Ufac) entre os anos de 2013 e 2015. O projeto de extensão foi criado para suprir uma demanda trazida à universidade pela Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres do Acre (SEP Mulheres), que provocava a Ufac para contribuir com a campanha estadual de enfrentamento à violência contra a mulher, intitulada “Violência contra a Mulher: basta! Viver sem medo também é um direito nosso”. Com o chamado para fazer parte dessa campanha, o projeto de extensão da universidade integrava-se a uma política pública.

O tema que orientou essa tese foi a busca pela compreensão da violência que as mulheres sofrem enquanto produtora de significados do ser mulher na Amazônia. A metodologia utilizada foi a cartografia, sendo que a centralidade da mesma foram as narrativas das mulheres nos espaços das oficinas do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher”, construindo significados para entender a violência como parte da construção das feminilidades amazônicas. É importante considerar, ao mesmo tempo, que essas feminilidades são diversas na composição do território do feminino na Amazônia, entretanto, sendo todas elas perpassadas pela violência em diferentes âmbitos. Assim, a pesquisa teve como fonte as narrativas de mulheres que deram seus depoimentos durante oficinas do projeto de extensão, os cadernos de campo, os acontecimentos vivenciados pela equipe organizadora dos eventos, o depoimento das gestoras e ministrantes, os relatórios gerados pelo projeto de extensão da Ufac, as fotografias e vídeos produzidos, os documentos utilizados para a criação da política pública e relatórios produzidos pela SEP Mulheres, tudo isso compondo uma cartografia do feminino na Amazônia acreana.

⁵ O projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher”, em sua primeira versão, aprovada pelo Conselho de Extensão da Universidade Federal do Acre, encontra-se no apêndice 1 desse trabalho. Na tese, o nome do projeto será usado conforme cadastrado em plataforma de extensão da Ufac, mesmo sabendo hoje que o correto seria ter utilizado o termo “mulheres”, no plural. O vocábulo no singular presume uma homogeneidade inexistente.

Desse modo, o objetivo geral da tese foi compreender os fenômenos que produziram especificidades da violência de gênero na Amazônia acreana, isto é, entender o significado próprio da construção das diversas feminilidades amazônico-acreanas. Assim, para o desenvolvimento da tese, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender o significado de ser mulher na Amazônia e sua conformação em uma sociedade patriarcal e colonial;
2. Explorar as fronteiras entre feminismo e decolonialidade para a produção de uma luta das mulheres para manutenção da vida;
3. Analisar um projeto de extensão sustentado pelos princípios da educação popular como locus da produção narrativa de mulheres no território amazônico acreano;
4. Indagar a importância da extensão universitária e da educação popular para a construção de relações igualitárias e livres de violência entre homens e mulheres.

O projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher” consistiu em ministrar oficinas formativas sobre gênero e violência contra as mulheres nos 22 municípios do Acre, tendo como público-alvo toda a rede de atendimento às mulheres em situação de violência de cada município, os organismos municipais de políticas para as mulheres (OPMs), ligados às prefeituras e conselhos municipais dos direitos da mulher (CMDMs). Também foram convidadas gestoras e gestores de escolas públicas, professoras e professores, líderes comunitários e movimento organizado de mulheres. Todas as oficinas ministradas pelo projeto eram abertas a quem mais desejasse participar e seguiam o método de educação popular proposto por Paulo Freire (1987, 1997b, 2000), que consiste em produzir conhecimento por meio das próprias experiências dos participantes, produzir saber crítico pela indignação, pelo pensar sobre o pensar, pela autonomia, pela educação como prática da liberdade.

Inicialmente pensava-se em uma avaliação desse projeto enquanto uma política pública e em uma apreciação dos resultados por meio de ações realizadas e de números obtidos com as prefeituras, rede de atendimento às mulheres, gestoras e gestores, mas, de forma dialética, a pesquisa foi desenhando-se de outra maneira. Era preciso focar nos indivíduos como base de uma mudança possível. A tese desenhou-se então pela perspectiva das sujeitas e não pela análise de uma política pública.

A opção por focar nas mulheres como protagonistas desta tese não veio apenas de uma proposta racional, mas também da experiência, muitas vezes dolorosa, como ministrante

de oficinas nos interiores do Acre. Nesse sentido, é importante ressaltar que esta pesquisa toma como fonte de reflexão as oficinas realizadas no Acre, dialogando com outros projetos de extensão que ocorreram paralelamente, como o projeto de extensão “Sexualidade, Direitos Humanos e Gravidez na Adolescência”, que atingiu 18 municípios do Acre anualmente (cidades com acesso por via terrestre) em 2015, 2016, 2017 e 2018; oficinas isoladas que ocorreram em alguns municípios do Amazonas e do Pará; além de capacitações em São Luiz, no Maranhão. Apesar desses projetos não comporem o material analítico da pesquisa, contribuíram para a (des)construção da pesquisadora.

A metodologia da pesquisa precisava dar conta da fala de Francisca⁶, de 52 anos, que em 2014, em uma dinâmica de grupo sobre divisão de tarefas domésticas, falou:

Seria muito bom se eu pudesse deixar de ser escrava do meu marido, mas eu não tenho para onde ir, não tenho nada, mal sei escrever. Eu só espero estar viva amanhã, para pelo menos ser uma escrava viva. Ele não me bate, mas bate nas meninas, ameaça, quebra as coisas. Pelo menos agora eu posso ensinar minhas filhas, escondida, que dá pra viver de outro jeito, porque nem isso eu sabia. Quando a gente é escrava a gente não pensa muito.

A partir de narrativas como essa, produzir uma pesquisa que tivesse as mulheres como protagonistas tornou-se uma necessidade política, e foi aí que a cartografia se mostrou uma possibilidade metodológica contra-hegemônica para a produção de uma tese comprometida em mostrar a vida das mulheres da Amazônia por meio de suas próprias vozes, em espaços construídos para a educação popular e para o aprendizado mútuo. Para Dayana dos Santos a cartografia mostra-se um método imbricado de mobilidade e fluidez:

Uma forma de fazer pesquisa que produz diversos mapas em movimento e superpostos, com pontos desconectados que talvez sejam exatamente os pontos dos quais se deseja partir para a compreensão do conjunto. Pontos que se referem à análise crítica das lutas do presente para o entendimento das questões deste tempo. Tal concepção suscita uma escrita potente. Uma escrita cartográfica, capaz de explicitar o movimento do campo de pesquisa. (SANTOS, 2017, p. 60)

A cartografia propõe uma abordagem metodológica que se situa em um entre-espaço ou entre-lugar e busca nos processos meios para compreender questões sociais, filosóficas e educacionais. Uma metodologia que trabalha com as complexidades dos acontecimentos e das problematizações, não se ocupando com resultados reproduzíveis, mas com as compreensões

⁶ Todos os nomes das personagens que deram vida a esta tese são fictícios, como maneira de preservar a identidade das mulheres e evitar que este trabalho possa causar sofrimento, exposição e/ou retaliações no ambiente doméstico ou de trabalho.

e as experiências, muitas vezes deixadas em segundo plano na pesquisa científica (MÔNICA URIARTE; NEITZEL, 2017, p. 388).

A cartografia está intimamente implicada às relações estabelecidas entre o que se estuda, com quem se estuda e para que se estuda, colocando em evidência os processos, sendo considerados meios para compreender questões que respeitam as subjetividades e a experiência.

A pesquisa de intervenção cartográfica visa à ampliação da compreensão das relações estabelecidas entre os indivíduos e, portanto, não busca explicar e prever resultados. Ela considera, na produção de conhecimento, as percepções dos sujeitos envolvidos e todo e qualquer signo produzido como imagens, sons, movimentos do corpo, palavras, etc., os quais produzem novos significados pessoais e coletivos. O trabalho do pesquisador cartógrafo é reflexivo e flexível porque necessita sempre repensar sobre o planejado, rever os dados coletados (o que aconteceu e questionar a própria prática e hipóteses) e considerar as contribuições do grupo pesquisado. (URIARTE; NEITZEL, 2017, p. 388)

No caso desta tese, a fabricação de uma cartografia pretendeu-se embasada na narrativa do grupo pesquisado e aconteceu em meio a uma realidade sócio-histórica que não pode ser negligenciada. A construção desta tese deu-se pelas vozes das mulheres amazônidas, sejam elas funcionárias públicas que compartilham casos vivenciados em seus trabalhos, sejam mulheres ribeirinhas pouco alfabetizadas ou indígenas em busca da construção de seus direitos. A pluralidade dessas mulheres e ao mesmo tempo a consonância de suas vozes nos interpelaram nos inter-espacos deixados pela ciência do “método duro”. A cartografia desafia os métodos falocêntricos construídos pela ciência tradicional e propõe flexibilidade, uma forma de fazer ciência centrada no acontecimento, na narrativa, no sujeito e que rompe com a linearidade para acessar caminhos que só seriam possíveis entre muitas voltas e curvas.

O acontecimento fala por si e rompe com todas as certezas e evidências do que nos parece mais sagrado. Nesse sentido, o acontecimento rompe com a linearidade do tempo, funda um tempo outro no qual presente, passado e futuro coexistem. Desafia as lógicas cartesianas de progresso e evolução, e inventa outros caminhos nunca imaginados. (DENISE MAIRESSE, 2003, p. 261-262)

Partindo do pressuposto de que as narrativas são fatos e de que as oficinas de educação popular do “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher” também o foram, este trabalho busca ouvir as intersecções destas vozes e espaços para formular conhecimento sobre os significados de ser mulher na Amazônia, podendo expandir-se para uma reflexão sobre os sentidos do feminino na região. Um conhecimento que não finda na conclusão da tese de

doutorado e que muito menos começou nela. Nada está pré-definido, as relações são multifacetadas

Os caminhos das pesquisas em educação convergem, majoritariamente, para planejamentos pré-traçados, objetivos pré-definidos em sua finitude, finalidades bem (de)limitadas e objetos previamente conceituados e fixos, produzindo mapas planos compostos por linhas retas. A cartografia, por sua vez, desterritorializa a pesquisa em educação, ao produzir a subversão destes postulados e protocolos. As trajetórias da pesquisa não consistem em caminhos fixos e pré-traçados para saber, desvelar ou ‘revelar’ as coisas do mundo, mas, sim, em formas de pensar que tomam as narrativas das experiências mundanas como fragmentos de uma potência do pensamento. A cartografia produz, então, não um mapa linear, composto por linhas retas, mas diagramas multidimensionais, compostos por linhas curvas e fugidias que traçam os escapes e os deslizamentos. Assim, a cartografia desloca o próprio estatuto das pesquisas em educação ao problematizar a concepção hegemônica do que se definiu historicamente como o método mais adequado de se fazer pesquisa em educação. (SANTOS, 2017, p. 62-63)

Dessa forma, para esta pesquisa, o encontro da cartografia com o pensamento decolonial produziu uma associação profícua. A convicção de que cada objeto pede seu próprio caminho de pesquisa afastou hipóteses pré-moldadas e resultados pré-concebidos.

Nesta jornada cartográfica, escrever sobre as narrativas das mulheres amazônidas do Acre viabilizou uma nova visão sobre a relação entre história – colonialidade – feminismo – Amazônia. Como a pesquisa foi produzida por meio dos relatos de mulheres dos 22 municípios do Acre, que participaram, por diferentes motivos, das oficinas de educação popular feminista do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher”, pôde-se compreender que esta tese não pode ser delineada como um mapa estático, mas sim como um mapa de produção de sentidos, desenhando e redesenhando macro e micro relações entre a história, feminismo e o processo de colonização territorial e dos corpos das mulheres na Amazônia. “Cartografar experiências escapa da obediência e suscita a produção do novo, a inventividade” (SANTOS, 2017, p. 66).

O contato com a cartografia levou a uma gama de possibilidades e abriu o pensamento para a crítica sobre o próprio modo como se enxergava anteriormente o objeto. Por não conseguir enquadrar perfeitamente a pesquisa que se pretendia como estudo de caso ou nos moldes de uma pesquisa-ação, cogitou-se, por algumas vezes, modificar o objeto, o que seria um desastre no que diz respeito a produção de um conhecimento novo e politicamente engajado. Assim, a crítica sobre a própria forma de se fazer ciência somou-se a trajetória da produção de saber cartográfica.

A cartografia não se constitui em um método instituído “oficialmente” por uma metodologia ou por uma teoria metodológica ou epistemológica universal. Se assim fosse, um de seus pressupostos básicos estaria em xeque, ou seja, o de que não há um modo de produzir único, ou um a priori, para ser cartografado. Normatizar um único método cartográfico seria desconsiderar as experiências ou a empiria, elementos caros para a cartografia. A cartografia prioriza o registro da intensidade da experiência, do encontro e do (des)encontro entre pesquisadora e objeto de estudo. (SANTOS, 2017, p. 66)

Esta pesquisa só se tornou possível devido a confluência de acontecimentos que transformou a ministrante de oficinas de educação popular feminista em autora desta tese. A necessidade de publicizar o que se ouvia nas oficinas foi o que instigou a produção da pesquisa, pois a riqueza de material era tão grande que não se poderia perder. Naquele momento ainda não se sabia ao certo o que fazer com tantos cadernos de campo, mas as experiências contidas nas falas das mulheres não poderiam ficar esquecidas dentro de um relatório impresso nos arquivos da Ufac.

Desde o primeiro momento, a fala das mulheres com as quais dividi um espaço de educação popular chamou à necessidade de uma produção acadêmica, chamou para uma pesquisa e estava apenas a espera de conhecer novas metodologias que abarcassem a riqueza que havia ali, sem a limitação de métodos duros e sisudos.

A jornada cartográfica constituiu-se não apenas pelos relatos de experiência, mas também pelos deslocamentos geográficos, pelas percepções dos espaços e da forma como a vida fluía neles. Os longos percursos percorridos por terra, as estradas esburacadas, os caminhos enlameados, as travessias de balsa, a imensidão ora de verde, ora de devastação avistada dos monomotores, a observação das pequenas cidades a partir de um sobrevoo baixo, participaram do processo concomitante de fabricação da pesquisa e da pesquisadora. A fluidez dos caminhos literalmente percorridos correlacionava-se a trilha de sentidos produzidos pelas narrativas e encontravam-se na concretude de uma política pública da qual a universidade participava.

Desse modo, esta cartografia é guiada pela voz de 63 mulheres dos 22 municípios do Acre. Vozes que surgiram espontaneamente durante as oficinas de educação popular, ou mesmo depois dessas, em algumas filas que se formavam para conversas, orientações e desabafos. Não é possível discorrer com profundidade sobre a vida de cada uma delas, mas os acontecimentos por elas narrados falam por si. O trabalho conta ainda com a narrativa das gestoras, colaboradoras e ministrantes do projeto em questão. Ademais, alguns relatos de experiência não poderiam deixar de fazer parte desse mapa de sentidos.

Para o desenvolvimento da tese e das oficinas, foi necessário também encarar a autointerpelação, de onde a pesquisadora falava como ministrante de oficinas de educação popular e quais as lentes pelas quais via e era vista, qual seu lugar de fala. Eu, mulher branca, mineira, servidora pública da Ufac, no Acre desde 2011, precisava entender minha posição enquanto alteridade. Como as mulheres que estariam nas oficinas iriam ver-me, elas teriam abertura para falar, sentir-se-iam à vontade, quais cuidados era preciso tomar? Esses questionamentos perpassaram toda a construção do projeto de extensão que tratava das oficinas e estiveram presentes em cada momento de interação e também na escrita cartográfica. Foi preciso trabalhar meu lugar de privilégio na sociedade e entender que a cor de minha pele ou minha classe social nunca foram um fator agravante para as opressões que eu também sofria como mulher. O questionamento sobre o que fazemos com os privilégios que temos foi levado para o trabalho em equipe e para espaços de discussão, onde mulheres muito diferentes se conectavam.

Para a fabricação da cartografia, diversas ferramentas foram utilizadas: entrevista, filmagens, gravações sonoras, fotografias, materiais produzidos em grupo durante as oficinas e principalmente os cadernos de campo da pesquisadora. É preciso salientar que foram necessários muitos cadernos de campo para tentar compilar as vozes de centenas de mulheres sem deixar escapar os detalhes, e que foi uma tarefa bastante complexa selecionar as narrativas que comporiam esta tese.

Foram entrevistadas as ministrantes das oficinas e as gestoras responsáveis no âmbito da Ufac e da SEP Mulheres, de modo a entender suas percepções, seus anseios enquanto educadoras, e avaliar a metodologia das oficinas realizadas naquele período. Afinal, “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1997a, p. 87) e esse processo tão importante não poderia ser deixado de lado. Todas as listas de presença e relatórios oficiais produzidos ao longo do projeto também serviram de base para estudo.

Após chegar a metodologia da cartografia, era preciso relacionar os processos que fizeram com que as mulheres amazônidas vivam como vivem nos dias de hoje. Assim, os capítulos desta tese foram construídos de acordo com os questionamentos propostos, bem como pela necessidade de aporte teórico para melhor direcionar o trabalho.

Deste modo, em primeiro plano, a investigação direcionou os esforços para buscar material teórico que correlacionasse suas principais temáticas: Mulheres; Amazônia; Educação Popular; Feminismo e Extensão Universitária. As buscas foram realizadas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Portal de Periódicos CAPES, *Portal Scientific Eletronic Library Online (SciELO)* e

nos portais de teses e dissertações das principais universidades amazônicas⁷ e nacionais: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade de Brasília (UNB); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). Além disso foram realizadas buscas no “Google Acadêmico”. Nenhuma bibliografia que trabalhasse conjuntamente essas temáticas foi encontrada.

Os resultados trouxeram artigos, teses e dissertações muito específicos, mais voltados a trabalhos etnográficos com populações ribeirinhas, seringueiras, mulheres indígenas, ou ainda relacionando essas populações à educação formal ou às áreas florestais de conservação. Também apareceram alguns trabalhos historiográficos. A procura por fontes nos principais portais apontados mostra que a maioria das pesquisas disponíveis online sobre Amazônia trata de questões ambientais, associando fauna, flora, topografia, hidrografia; ao mesmo tempo em que a maioria delas não inclui o fator humano como intrínseco.

O resultado do levantamento de material para o trabalho reafirma que a estereotipação generalista da população dessa região não está presente apenas na mídia e no senso comum, mas também na pesquisa científica realizada no Brasil e no exterior, que acaba por desconsiderar a maioria da população local. Este trabalho não questiona a importância das pesquisas sobre meio ambiente na Amazônia, mas sim acredita ser um problema que grande parte destas não venham acompanhadas de averiguações sobre as populações que a habitam. Em uma região que tem mais de 70% das pessoas vivendo na zona urbana (BRASIL, 2008, p. 22), a maioria das pesquisas ater-se apenas às zonas florestais e seus habitantes, demonstra que temos uma lacuna científica muito grande. Os fatos apontam então para uma pesquisa inédita.

Faz-se necessário ainda salientar que os limites entre rural e urbano na Amazônia são tênues e nem sempre uma avaliação dura e meramente baseada em dados estatísticos é suficiente para definir modos de vida. Ser urbano no centro de Santa Rosa do Purus ou em Xapuri é muito diferente de ser urbano na capital Rio Branco, ou no interior do Sul e Sudeste do país. As peculiaridades amazônicas vão além de acesso a infraestrutura urbana e serviços, elas se dão na dinâmica das interações com meio o ambiente e na construção da cultura.

⁷ Universidades amazônicas como a Universidade Federal do Acre (Ufac) e Universidade Federal de Rondônia (UFR) não possuíam banco de teses e dissertações ativos no momento desta pesquisa.

Durante o levantamento bibliográfico notou-se que 87% das produções sobre mulheres da Amazônia usava termos como “mulheres da floresta” e “mulheres das águas”, abordando apenas realidades específicas das populações ribeirinhas, seringueiras ou indígenas, conforme descrito anteriormente. O estudo das realidades dessas mulheres faz-se extremamente importante, mas, ao mesmo tempo, acaba por descartar uma visão socioeconômica mais abrangente sobre a condição das mulheres na Amazônia brasileira. Essa constatação fez pensar que algumas pesquisas científicas tem reproduzido a mesma lógica do colonizador, uma lógica eurocentrada, que trata as populações locais como exóticas ou folclóricas. Essas características definidoras acabam por reiterar a lógica hegemônica, que por meio de uma visão etnocêntrica, avalia o pobre, o periférico, o diferente.

As mulheres amazônidas são as mulheres indígenas, são as seringueiras, as ribeirinhas, mas são também, em sua maioria, mulheres que hoje vivem nas cidades e em suas periferias. Assim, este trabalho usa o termo mulheres amazônidas para definir todas e quaisquer mulheres dessa região e suas diversidades de experiências. Após este levantamento bibliográfico, atentou-se para a necessidade de um espaço de discussão teórica sobre a condição das mulheres amazônidas, o que seria impossível sem antes entender um pouco da história e da economia da região. Ademais, não seria possível discorrer sobre esta realidade sem abordar a colonialidade do poder patriarcal que ali incide de maneira singular. Torna-se essencial discutir a educação popular como possibilidade libertadora e transformadora dentro de uma proposta feminista decolonial.

Outro aspecto a ser salientado é que mesmo a pesquisa de campo ocorrendo no estado do Acre, houve uma opção epistemológica por trabalhar as mulheres da Amazônia como um todo e não apenas as do Acre, pois acredita-se que a realidade de subalternização, violência e vulnerabilidade é semelhante entre as mulheres de toda essa região. Existe uma proximidade histórica de colonialidade que une a Amazônia e que faz do Acre apenas uma peça de uma realidade violenta bem maior, com semelhanças em seus aspectos mais sórdidos do desenvolvimentismo.

Dessa maneira, o primeiro capítulo da tese - **AS MULHERES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM HISTÓRICO DE SILENCIAMENTO** - expõe as especificidades da colonização da Amazônia, focando no fator humano, bem como procurando salientar a presença forte e dominante do patriarcado na região. Assim, a pesquisa inicial volta-se para a história da Amazônia e história das mulheres na Amazônia, apresentando a subalternização como um projeto social, político e econômico. Busca-se compreender a constituição da região

tal como é hoje, com suas mazelas e um grande número de excluídos, dentre os quais se destacam as mulheres e meninas.

No segundo capítulo - **DESCOLONIZAR A AMAZÔNIA: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL SOBRE E PARA A AMAZÔNIA**- discute-se a colonialidade do poder, o pensamento abissal e suas peculiaridades na Amazônia brasileira, que fazem com que essa região do país sofra mais profundamente uma série de mazelas criadas pela hegemonia do capitalismo global. Para isso aborda-se o contexto geopolítico de sua colonização e o papel pedagógico dos movimentos sociais amazônicos. Buscam-se alternativas para a reinvenção de uma Amazônia livre do olhar estereotipado do colonizador, para que assim possa efetivamente rumar a uma educação transformadora, onde haja uma real diversidade permeada pela ecologia dos saberes.

No capítulo três – **MULHERES E EDUCAÇÃO** - realiza-se uma discussão teórica sobre gênero e patriarcado pelo viés do feminismo decolonial. Essa discussão será atrelada ao papel social da educação e sua importância como ferramenta de transformação social na construção de uma sociedade mais igualitária que, ao mesmo tempo, respeite e valorize as diferenças. Nesse sentido, será realizado o levantamento de diversos documentos legais e infralegais, que determinam que os processos educacionais visem a igualdade de gênero, demonstrando a necessidade de conhecimento e uso destes para embasar políticas públicas.

O quarto capítulo – **O PROJETO DE EXTENSÃO “UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” E A CARTOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS** – expõe o projeto em questão, discorrendo sobre seu histórico e sobre as ações que precederam sua concepção enquanto projeto instituído dentro da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Ufac (Proex). Demonstra-se como seu surgimento está ligado a uma política pública de Estado, trazendo uma importante discussão sobre a interação entre a universidade e a sociedade por meio da extensão universitária. Neste capítulo são detalhadas as metodologias gerais utilizadas nas oficinas de educação popular feminista, bem como as metodologias específicas aplicadas em diferentes municípios e comunidades. São expostos os conteúdos trabalhados, imagens dos trabalhos, fotografias, dados quantitativos e qualitativos obtidos durante as oficinas, bem como os depoimentos mais significativos e impactantes surgidos nesses espaços e que levaram a uma cartografia das narrativas das mulheres da Amazônia.

O quinto e último capítulo - **MAPA DE SENTIDOS: A EDUCAÇÃO POPOULAR FEMINISTA ENTRE AS VIOLÊNCIAS E AS RESISTÊNCIAS** - relaciona as narrativas das mulheres da Amazônia com a bibliografia proposta. Foram analisadas as consonâncias e dissonâncias dessas vozes, seus lugares, suas sutilezas e também

inseridos alguns depoimentos que não puderam compor o capítulo anterior devido a serem de fácil identificação. Neste capítulo, os relatos de violência agrupam-se por meio de sua tipificação e entrecruzam-se com fatos históricos, dados sobre a região e números do projeto. Mostra-se, ao mesmo tempo, a relação dialógica entre violência e resistência. Avalia-se o impacto das oficinas de educação popular na construção de um feminismo amazônico e a importância de atrelar projetos como esse a extensão universitária dentro das universidades federais. A partir dessas análises busca-se embasamento para uma nova proposta de projeto de extensão de educação popular feminista e também incentivar projetos dessa natureza nas demais universidades amazônicas.

1 AS MULHERES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM HISTÓRICO DE SILENCIAMENTO

A Amazônia Legal engloba hoje a totalidade dos seguintes estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e, parcialmente, o estado do Maranhão. Soma aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados, cerca de 60% do território nacional, dominada por dois biomas: cerrado (20%) e floresta (80%). Portanto, o bioma Amazônia de floresta representa cerca de 80% da região, ou uma superfície de 4,2 milhões de quilômetros quadrados (BRASIL, 2008).

Segundo o Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 25 milhões de habitantes na Amazônia brasileira. O crescimento populacional entre 1950 e 2007 totalizou 516%, contra uma média nacional de 254% no mesmo período. Aproximadamente 12% da população brasileira vive na região. Sete milhões de pessoas permanecem na zona rural, minoria que realmente habita a floresta e suas proximidades; enquanto 70% da população amazônica vive em vilas e cidades (BRASIL, 2008, p. 22). Ao contrário do que indica o senso comum e a simplificação midiática, a chamada floresta amazônica e sua população está longe de ser homogênea.

Desde o Século XVI, os interesses das classes hegemônicas dos principais países capitalistas influenciam diretamente sua história. Em regra, a partir daquela época, a maioria da população amazônica tornou-se classe subalterna e os rumos da região passaram a ser definidos exogenamente. Dessa maneira criou-se o mito de um vazio demográfico e uma falsa unidade cultural num território muito vasto.

Desde o princípio, o mito do vazio demográfico soa como um enorme desrespeito a milhões de pessoas que viviam na Amazônia brasileira e, apurando-se mais a crítica, percebe-se a sutileza de tratar-se, na verdade, de um vazio de pessoas consideradas importantes para a sociedade brasileira, ignorando o mérito dos índios e suas culturas. Inúmeras evidências fazem crer que tal procedimento com o índio ainda existe [...]. Evidencia-se a ação excludente promovida pelos países centrais do capitalismo, em qualquer período histórico. Ontem, o índio, hoje, o amazônida em geral. (BITTENCOURT, 2018, p. 12)

A Amazônia sempre foi vista como mera provedora de matérias primas e de riquezas. Historicamente saqueada, a diversidade étnica, social e cultural não vem acompanhada de qualidade de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera indicadores como educação, longevidade e Produto Interno Bruto (PIB) per capita,

apresenta números abaixo da média nacional de 0,757 em todos os estados amazônicos, exceto Mato Grosso (BITTENCOURT, 2018, p. 43).

A Amazônia brasileira é como um país de segunda classe dentro do próprio Brasil. Em 2008, os estados amazônicos apresentaram graus muito inferiores aos nacionais em termos de trabalhadoras e trabalhadores com carteira de trabalho assinada (Brasil: 31,73%, contra Amazônia: 18,35%). Ressalta-se ainda a existência do sistema de aviação e escravidão. Segundo dados do Radar da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, entre 2003 e 2018, mais de 45 mil trabalhadores foram resgatados de situação análoga à escravidão⁸ no Brasil, sendo 56% deles em estados da região. Dentre estes, muitas mulheres em condições de exploração sexual, trabalhando na indústria têxtil e realizando serviços domésticos.

As condições de trabalho das mulheres na Amazônia mantêm-se inferior aos demais estados do país. A mulher da Amazônia ganha o equivalente a 80% do rendimento médio das mulheres brasileiras e cerca de 70% do rendimento masculino (BRASIL, 2008, p. 27-8).

Estima-se que a Amazônia possua um dos mais altos índices de subnotificações de violência doméstica e sexual do país (WAISELFISZ, 2015). Em algumas cidades interioranas sequer existem delegacias, a população não tem acesso à informação e o patriarcado impera impune. Além disso, podemos destacar o uso corriqueiro de armas de fogo e armas brancas no dia a dia, sem nenhuma fiscalização ou controle.

De acordo com o Atlas da Violência 2018, comparando as taxas de homicídios de mulheres entre os anos de 2006 e 2016, nota-se que em quase todos os estados que integram a Amazônia Legal houve aumento desses números: no Acre a taxa subiu de 4,5 para 5,7; no Amazonas de 3,2 para 5,9; no Maranhão de 2,1 para 4,5; no Pará subiu de 3,9 para 7,2; em Roraima de 6,4 para 10; no Mato Grosso de 4,9 para 6,4; no Tocantins de 3,3 para 6. O único estado que apresentou taxas decrescentes foi Rondônia, que em 2006 apresentava uma taxa de 6,6; caindo para 6,2 em 2016.

As aproximadamente 12 milhões de mulheres que habitam a Amazônia brasileira são uma classe subalternizada, em uma região subalternizada, dentro de um país subalternizado da América Latina. Essas mulheres são mulheres periféricas, indígenas, do campo, negras e ribeirinhas em sua maioria, o que aumenta seu grau de vulnerabilidade social. Mulheres

⁸ Condição de trabalho análoga à escravidão é o termo oficial utilizado juridicamente no Brasil para se referir a pessoas que estejam submetidas a trabalhos forçados, jornadas tão intensas que podem causar danos físicos, condições degradantes e restrição de locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto. O crime é descrito pelo artigo 149 do Código Penal Brasileiro. Assim, este será o vocábulo utilizado para tratar deste tipo de crime nesta tese.

triplemente silenciadas, que tem seus corpos confundidos com mercadorias ou propriedade. Silenciadas pela história que há muito as trata como selvagens e desimportantes.

É relevante salientar que no Brasil as mulheres são maioria, compondo 51,4% da população. Os poucos estados que estão na contramão dessa estatística estão na Amazônia: Rondônia, Roraima, Amazonas e Pará. Já o Acre, Amapá e Mato Grosso possuem porcentagem equivalente de homens e mulheres (RIBEIRO, 2005). Dessa maneira, a Amazônia acaba por ter uma população masculina superior a feminina. Esse número de homens superior ao de mulheres pode ser explicado pelos fluxos migratórios para a região amazônica no final do século XIX e início do século XX. Ao mesmo tempo, segundo Wolff (2011) em muitos relatos históricos sobre a formação da região, as mulheres locais, ou seja, as indígenas, ribeirinhas e pobres não eram contabilizadas como população, por não serem consideradas sujeitos. Seus corpos eram apenas colônias, assim como a própria Amazônia.

Dentro dessa perspectiva e para entender as especificidades da Amazônia brasileira, é necessário conhecer um pouco mais sobre este território de que tanto se fala e do qual tão pouco se conhece, principalmente em termos de desenvolvimento humano. Quando se propõe um tópico sobre a formação histórica da Amazônia, é justamente por acreditar que a situação de vulnerabilidade em que vivem as mulheres amazônidas está intimamente ligada aos processos históricos colonialistas a que foi submetida esta região. Se a Amazônia foi uma região recentemente massacrada e violada pelo capitalismo mais primitivo, pode-se afirmar também que, dentro desse processo, as primeiras vítimas foram as mulheres, agredidas e violadas tanto pelo colonizador quanto pelo homem local explorado.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DE UMA AMAZÔNIA SUBALTERNIZADA

Do ponto de vista da história oficial ocidental, que tratou a invasão europeia como descoberta, vê-se a história da Amazônia intimamente ligada à expansão do sistema capitalista colonialista. Foram muitas as expedições espanholas em busca de riquezas, matérias-primas e produtos para o comércio, essas expedições eram guiadas por relatos difusos sobre a existência de outros continentes e por mitos como o “El Dorado”, rio do ouro e cidade do ouro. Estima-se que mais de 60 empresas e viagens espanholas foram realizadas para vasculhar a região do Rio das Amazonas (NEIDE GONDIM, 1994).

Os motivos que levaram os primeiros europeus à Amazônia foram geopolíticos. Tiveram como contexto a disputa diplomática das duas potências marítimas, Portugal e Espanha, pelo domínio de terras descobertas a Oeste e Sul, do outro lado do Atlântico.

A ansiedade era tanta e as informações tão desencontradas que em 1494 se celebrou o Tratado de Tordesilhas, que dispunha sobre os limites de terras desconhecidas pelas partes signatárias do acordo. Os ibéricos, então, lançaram-se cada vez mais ao mar. Junto com a descoberta do Brasil e da América, as implicações geopolíticas da chegada à Amazônia foram consideráveis. A Europa mudava sua visão de mundo, tendo acesso a territórios, a espécies, a biomas e a povos diferentes. No entanto, a planície amazônica permaneceu desconhecida por mais de 40 anos, até que em 1541 o governador da província de Quito (atual Equador), Gonzalo Pizarro, deu início a uma expedição para reconhecer e para tomar posse das terras entre os Andes e o Oceano Atlântico, pertencentes à Espanha, segundo Tordesilhas. Como fator econômico, havia a perspectiva de descoberta do 'País da Canela' e do reino do El Dorado. (BITTENCOURT, 2018, p. 21)

Os expedicionários, comandados por Francisco de Orellana, homem de confiança de Pizarro, teriam de enfrentar diversos percalços, como atravessar os Andes e enfrentar uma série de barreiras naturais.

A expedição de Orellana prosseguiu pelo Napo, até chegar ao eixo do 'Grande Rio' ou 'Paranauçu', como era chamado pelos povos indígenas aquele que seria depois denominado por Orellana como 'Rio das Amazonas'. Continuou navegando com o apoio das populações indígenas, tendo chegado a 3 de junho de 1542 ao rio Negro, nome dado pelo próprio Orellana, quando deparou com o encontro de suas águas com as do Amazonas. [...] Finalmente, em 23 de junho, os aventureiros chegaram à foz do rio Nhamundá, onde se depararam com uma tribo indígena que lhes pareceu ser constituída de mulheres guerreiras. (RIBEIRO, 2005, p. 30)

Orellana lembrou-se das lendárias amazonas da Ásia Menor, batizando o rio como Rio das Amazonas, que posteriormente daria nome também ao bioma e a toda a região. Segundo Gondim (1994), o responsável pelo relato da expedição era Frei Gaspar de Carvajal, que descreveu com riqueza de detalhes e que também muito fantasiou sobre as amazonas sul-americanas. Carvajal narra batalhas ferozes com estas mulheres, que tentariam matar os intrusos a pauladas. Elas seriam altas e brancas, com cabelos enrolados na cabeça, andando nuas. Segundo seus relatos, um indígena da região que fora aprisionado e indagado sobre estas mulheres, disse que eram as amazonas. Elas não teriam maridos e sacrificariam os bebês do sexo masculino. As meninas seriam treinadas, desde pequenas, para a guerra. Não se sabe até hoje o que havia de realidade e de fantasia na descrição desses mulheres guerreiras. Mas, de qualquer maneira, é interessante notar que um dos primeiros registros históricos que

descrevem oficialmente a Amazônia começa por falar das mulheres, a história de uma possível sociedade matriarcal: o primeiro relato específico sobre as mulheres amazônidas.

As histórias fantasiosas, exageradas e repletas de alegorias criaram uma Amazônia representada pela ótica do colonizador. O etnocentrismo do europeu buscava associações com sua própria cultura, mesmo havendo uma dessemelhança fenotípica e cultural extrema. Essa visão permanece ainda nos dias atuais, gerando variadas distorções no imaginário sobre este território.

Alguns fatos históricos traçaram os rumos da região: no evento conhecido como União Ibérica (1580-1640) um monarca espanhol assume a coroa portuguesa. Assim, tanto o Brasil “descoberto” por portugueses (Leste da linha imaginária de Tordesilhas) quanto a Amazônia (Oeste) ficaram, ambos, sob o domínio da Espanha. Dessa forma, em 1612, a colonização da Amazônia foi iniciada pelos dois países unidos. Esse fato configura-se como muito relevante para os desdobramentos históricos do território amazônico que viria a se tornar português e, posteriormente, brasileiro (RIBEIRO, 2005, p. 39).

A princípio, a Espanha saiu do Tratado de Tordesilhas “dona” dos impérios mais ricos do mundo: Maia, Asteca e Inca. Nestes investiu toda sua potência de exploração, saqueando-os avidamente e deixando a Amazônia esquecida por um tempo, pois suas riquezas ainda precisavam ser descobertas para poderem ser rapinadas. Como a base do Império Espanhol encontrava-se em terras andinas, para chegar até a Amazônia havia uma grande dificuldade em transpor a Cordilheira dos Andes. Então, a melhor maneira de explorá-la seria pela foz do Rio Amazonas, decisão tomada em 1615, após a expulsão dos Franceses da Ilha do Maranhão (RIBEIRO, 2005, p 45).

A União Ibérica favoreceu que os portugueses pudessem adentrar a Amazônia sem que houvesse objeção ou resistência espanhola. Além disso, as circunstâncias obrigavam os espanhóis a indicarem portugueses para colonizar a área, devido tanto à proximidade das terras portuguesas das terras amazônicas, quanto ao conhecimento geográfico assimilado por eles ao longo da colonização do Brasil⁹.

Estabelecida a cidade de Belém na entrada da bacia amazônica (1616), a conquista da planície parecia cada vez mais tangível aos portugueses. Mesmo com o fim da União Ibérica em 1640, eles seguiram ocupando a região, desafiando abertamente o Tratado de Tordesilhas. Portugal consolidou, assim, sua colonização na Amazônia, desconsiderando a

⁹ É crucial entender que Amazônia e Brasil tiveram processos de colonizações diferentes, em períodos diferentes e de maneiras diferentes, isso é demasiado importante para compreender a exploração desenvolvimentista tardia nesse território.

presença indígena e as culturas locais. Acreditavam que aqueles povos não poderiam ter soberania sobre suas terras porque seriam selvagens, não humanos. Dessa forma, justificaram um dos maiores genocídios da humanidade, ocorrido nos séculos XVII e XVIII. É importante destacar este aspecto para iniciarmos o pensamento sobre os povos da Amazônia e a formação histórica da região. Os homens indígenas sofreram os mais diversos tipos de violência, sendo mortos e escravizados, enquanto as mulheres indígenas estavam sujeitas a estas agressões e também aos estupros sistemáticos. A miscigenação na Amazônia, ocorreu mediante violência. O povo amazônico miscigenado nasceu do estupro, como em todo território nacional.

Superiores na arte da guerra, os europeus não titubearam em destruir culturas em nome do comércio e do lucro, iniciando o processo predatório da floresta e de seus povos. O objetivo era mostrar ao mundo o domínio sobre a Amazônia, criando uma situação irreversível de posse. Em 1654, criou-se o estado do Maranhão e Grão-Pará, em uma condição excepcional de autonomia. Desvinculado do Brasil, tinha relação direta com a capital metropolitana, Lisboa. (BITTENCOURT, 2018, p. 25)

A autonomia do Estado facilitou a implantação de cidades e vilas, que se transformaram em locais estratégicos para concentrar e exportar as drogas do sertão e produtos florestais, como cacau, cravo, guaraná, urucum, sementes, raízes e madeira. Nesse contexto, os missionários tiveram papel de extrema importância, sendo os maiores agentes de ocupação efetiva da Amazônia pelos portugueses (RIBEIRO, 2005, p. 61). Diversas ordens religiosas católicas, como franciscanos, carmelitas, mercedários, jesuítas, e capuchos, receberam cartas régias outorgando-lhes poderes para ocupar e “civilizar” as margens do Rio das Amazonas, perfazendo um total de 39 concessões. Foram enviados muitos missionários para realizar a ocupação portuguesa da região, considerando que a população indígena era numericamente muito superior à população portuguesa da época. O etnocídio era um projeto e os missionários seus principais agentes.

Projeções feitas a partir de documentos e de pesquisas arqueológicas estimam a população indígena, por ocasião da conquista, entre três e cinco milhões de pessoas, na Amazônia brasileira. A perspectiva histórica desses povos foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial que, valendo-se da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedentes. (PRISCILA CARVALHO; HECK, LOEBENS, 2005, p. 238-239)

A Amazônia era considerada uma terra sem dono, mesmo sabendo que o território era há muito ocupado por diversos povos indígenas, porém, esses eram vistos como desimportantes. Tal imaginário sobre os povos amazônicos ainda persiste. A colonialidade do

poder modificou-se, mas não desapareceu. Mignolo (2008) caracteriza a violência simbólica da colonialidade moderna a partir das noções de etnocídio e epistemicídio, que é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos dominados. Não se trata somente de aniquilar os povos fisicamente, mas também de empreender um extermínio cultural com efeitos a longo prazo. O autor destaca ainda o papel fundamental do Estado colonizador, que buscou reduzir a multiplicidade à unidade, respaldando politicamente o horror à diferença.

No século XVII, Portugal e Espanha resolveram negociar a revisão do Tratado de Tordesilhas. Os dois países declararam violação deste na Ásia e na América. A partir disso, ficou estabelecido que cada nação tomaria posse do que efetivamente possuía, assim, Portugal ficaria com 70% da Amazônia. Neste momento, Brasil e Amazônia ainda eram colônias separadas, com seus rumos seguindo paralelamente.

Com o Tratado de Madri (1750), D. José subiu ao trono português, nomeando em seguida Marquês de Pombal como secretário de negócios estrangeiros e da guerra. Pombal permaneceu no Governo Português por quase 30 anos, promovendo uma política específica para a colonização e ocupação da Amazônia. O marquês começou por oficializar a soberania direta de Portugal sobre a colônia, sem o intermédio do governo instalado na capital brasileira. As mudanças promovidas foram significativas e transformaram definitivamente a Amazônia com: demarcação de terras; criação da Capitania de São José do Rio Negro; grande mudança na relação entre estado e igreja, incentivo à migração de colonos e incentivo a miscigenação desses com as indígenas (estupro sistemático); implantação do trabalho escravo em 1756 para reforçar o cultivo de cacau, café, algodão, cana de açúcar, fumo e estímulo à pecuária (GONÇALVES, 2008, p. 82). O Estado patriarcal estabelecia-se na Amazônia para facilitar a colonização por meio do etnocídio e do epistemicídio.

Em 1759 as ações de missionários jesuítas foram proibidas, pois a nova configuração geopolítica exigia a devastação máxima do território. Os jesuítas transformaram-se em empecilhos a plena exploração da Amazônia, pois sob a gestão desses missionários, os produtos apurados nos aldeamentos não eram revertidos à Coroa, e sim à comunidade. Não interessava a Portugal desenvolver a região, mas somente os produtos advindos da terra, o que traria melhor custo-benefício se fossem fruto de trabalho escravo. Assim os jesuítas foram banidos, pois o sucesso do colono português dependia da escravização indígena (RIBEIRO, 2005, p. 84-85).

Em 1772, o estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em dois: Maranhão e Piauí; Grão-Pará e Rio Negro (atual Amazônia brasileira, exceto Acre), com capital em Belém. Iniciava-se a conjuntura que tornaria a Amazônia parte do Brasil algum tempo depois.

Esses estados não foram imediatamente afetados pela independência do Brasil em 1822, tendo em vista que estavam subordinados diretamente a Portugal. Somente em 15 de agosto de 1823 a província do Grão-Pará aderiu ao Império do Brasil, após movimentos favoráveis a independência, conduzidos pela elite paraense. Já a capitania de São José do Rio Negro incorporou-se ao Brasil somente em 9 de novembro do mesmo ano.

Ao mesmo tempo em que um imperador português governava o Brasil (D. Pedro I), na prática, os antigos colonizadores continuavam no poder, mas agora livres do controle de Portugal e, devido à imensa distância da capital do novo país (Rio de Janeiro), também se encontravam distantes de qualquer controle do Estado brasileiro. Essa elite, formada por portugueses e seus descendentes, viu-se à vontade para desencadear uma brutal exploração sobre a região e sobre sua população, formada em sua maioria por descendentes de negros, índios aculturados e mestiços em geral. Quando a Amazônia brasileira já somava uma população de 80 mil habitantes, eclodiu a Revolução dos Cabanos. (BITTENCOURT, 2018, p. 29).

1.2 A CABANAGEM E AS MULHERES

Segundo Ribeiro (2005, p. 123), os cabanos eram caboclos que viviam sem qualquer possibilidade de ascensão social, econômica ou política e que vinham cobrar das elites brancas a situação de miséria em que viviam, responsabilizando essas elites por seu sofrimento. Reconheciam que a colonialidade do poder permanecia intacta após a independência e se organizaram em torno de uma consciência de classe, buscavam uma visão autêntica de seu povo e poder decidir os rumos de suas próprias vidas com um governo representativo livre do cabresto dos colonizadores. Um fato importante sobre a Cabanagem é que ela incluiu grande contingente indígena. Essa revolta torna-se importante na história amazônica pois, entre 1835 e 1840, os cabanos conseguiram representar uma identidade coletiva amazônica, que chegou a assumir caráter separatista, “o Paiz do Amazonas”. Era a luta entre a classe subalternizada e o Estado colonizador que seguia comandando todo o sistema produtivo e a política.

A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas. (RICCI, 2007, p. 6)

Magda Ricci (2007) apresenta diversas análises sobre esse movimento, que foi um dos mais importantes da história da região, ressaltando o caráter revolucionário e de luta de classes que assumiu, conseguindo manter um governo popular amazônico no poder por um curto período de tempo. Nenhuma outra revolta ou movimento teve tanto impacto por tanto tempo quanto essa. Por 17 anos a Amazônia viveu uma guerra civil, estima-se que 40% de sua população tenha sido dizimada. “O massacre desse movimento [...] fez com que se silenciasse a visão desses amazônidas a respeito de si próprios, de sua região e dos outros” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 19). Mais de 40 mil pessoas morreram na cabanagem, sendo 30 mil entre os cabanos.

Até aqui, nesta resumida história da Amazônia, nota-se que não há personagens mulheres. Os primeiros colonizadores a chegarem em seus barcos e adentrarem a região do Rio das Amazonas eram exclusivamente homens. Na descrição histórica de Ribeiro (2005), Gondim (1994) e Bittencourt (2018), principais referências utilizadas até aqui, não se encontram personagens do sexo feminino. O ato de colonizar era masculino e as mulheres nativas da região sequer eram consideradas humanas. A história oficial não traz retratos da vida das mulheres nesse período, pouco se sabe sobre elas e como viviam.

Porém, na Cabanagem, personagens femininas começam a aparecer. Apesar de seus nomes não constarem na historiografia oficial, pode-se encontrar diversos indícios de que participaram ativamente da revolta. Eliana Ferreira (2003) escreveu um dos raros artigos sobre a presença das mulheres na Cabanagem. Segundo a autora, o movimento foi uma revolta familiar, na qual todos os membros envolviam-se. As mulheres participavam na retaguarda, produzindo alimentos e criando condições para que os maridos e filhos pudessem estar na guerra, e também integrando a frente de batalha. A autora traz documentos que comprovam a prisão, em um evento, de 30 mulheres que compunham uma tropa de cabanos; em outra circunstância aponta para a prisão de mulheres e homens atuando juntos, havendo 11 mulheres armadas. Outra situação relatada por meio de cartas é a existência de mulheres

espiãs, tanto pelo lado dos cabanos quanto pelo lado dos portugueses. Porém, com o fracasso do movimento, os pobres voltaram ao lugar de origem, silenciados pelo capitalismo colonialista que voltava ao controle na Amazônia brasileira.

1.3 OS HOMENS E O SEU CICLO DA BORRACHA

O século XIX trouxe a atividade extrativista da borracha, o maior acontecimento da história política, social e econômica da Amazônia brasileira, desenvolvida para fornecer matéria-prima à indústria automobilística (RIBEIRO, 2005, p. 163-6). Em 1888, com a invenção do pneumático, com o surgimento do automóvel em 1895 e com o aumento do uso da bicicleta como meio de transporte, cresceu também a demanda por borracha para fabricação desses materiais no mercado mundial, o que gerou impactos diretos sobre a Amazônia. “No período de quarenta anos, de 1870 a 1910, a população da região norte passou de 323.000 para 1.217.000 habitantes. Esse crescimento teve reflexos na população total do país, que se elevou de 3,3% para 5,1%” (MARY HELENA ALLEGRETTI, 2002, p. 47). De acordo com a autora, de 300 a 500 mil pessoas vieram do Nordeste para a Amazônia fugidos da seca e em busca de melhores condições de vida nesse período. É importante ressaltar que esse grupo era quase que exclusivamente composto por homens, transformando a população amazônica em uma população predominantemente masculina. “Em 1869 o movimento da imigração para a Amazônia mostra a seguinte composição por sexo: do total de 1.676 imigrantes, 1.348, ou seja, 80% eram homens e 96% deles vieram sem família” (ALLEGRETTI, 2002, p. 50). Há poucos relatos sobre a vinda de mulheres durante o primeiro ciclo da borracha.

Com a crescente demanda por látex, as décadas de 1890 a 1910 foram de plena expansão da economia da borracha. Contudo, o desenvolvimento econômico não refletia em desenvolvimento local, a Amazônia continuava sendo uma simples provedora de matérias-primas.

Os seringueiros que chegavam a Amazônia já chegavam devendo a sua viagem ao dono do seringal, ficando submetidos ao sistema de aviamento. Viviam em situação análoga à escravidão, pois eram obrigados a vender a borracha que produziam pelo valor que o seringalista (patrão) estipulasse. Os produtos de subsistência e higiene também deveriam ser comprados nas vendas do seringal por valor extorsivo. Soma-se a isso que a maioria dos

seringueiros era analfabeto o que facilitava as distorções nas contas. Assim, eram raros os que conseguiam sair da condição de endividamento.

O modelo de seringal tido como clássico pela literatura é aquele que surgiu no período do auge da produção de borracha na Amazônia. Em função dos altos preços, predominavam regras voltadas para viabilizar o aumento constante da produção a custos sempre mais baixos, como o endividamento prévio, a preferência por trabalhadores solteiros, a proibição de roçados, o incentivo ao consumo de supérfluos. Para controlar os meios de comercialização era proibida a presença de regatões [comerciantes autônomos dos rios amazônicos] e exigida exclusividade dos seringueiros em relação ao patrão que os aviava, tanto na compra de bens de consumo quanto na venda da borracha. O descumprimento destas regras implicava em punições severas aos seringueiros [inclusive violência física]. Foi com base neste modelo que a imagem do seringal ficou associada a atrocidades e violências cometidas por seringalistas contra seringueiros e à caracterização do seringal como uma modalidade de organização da produção na qual predominava uma espécie de trabalho escravo. As afirmações de Euclides da Cunha (1976) de que os seringueiros trabalhavam para reproduzir a própria escravidão, ou de Castelo Branco (1922) de que o seringueiro era um verdadeiro escravo sujeito a punições, inclusive o açoite, são reafirmadas por Chico Mendes. (ALLEGRETTI, 2002, p. 135)

Assim, a Amazônia integrava-se a uma nova etapa da Revolução Industrial com hordas de seres humanos em condições de vida degradantes em pleno século XX.

1.4 OS SERINGAIS E A VIOLÊNCIA COMO LINGUAGEM

Segundo Wolff (1997), a sociedade dos seringais era atravessada pela violência como linguagem. Neste sentido, as relações sociais de gênero sempre possuem aspectos específicos, ainda mais quando se cria uma sociedade dominada exclusivamente por homens, como aconteceu na Amazônia. A autora fala que nos últimos anos do primeiro ciclo da borracha apenas 25% da população era composta por mulheres. A sociedade da violência era a sociedade do patriarcado mais cruel e primitivo.

Os homens vinham sozinhos ou solteiros na maior parte dos casos. Com o tempo, esta diferença numérica tendeu a diminuir, porém asavas contínuas de novos migrantes até a década de 1950, faziam com que sempre se mantivesse alguma diferença. Para um seringal nos moldes tradicionais, em que a agricultura era proibida no intento de que o seringueiro se dedicasse integralmente à borracha e dependesse do patrão para seu abastecimento, as mulheres não tinham, por princípio, nenhuma função produtiva. Com a crise do preço da borracha a partir de 1912, porém, a subsistência nos seringais passou a depender de uma série de atividades agrícolas e extrativistas complementares, o que deu maior visibilidade ao trabalho feminino e infantil. (WOLFF, 1997, p. 96)

A autora cita diversos documentos aos quais teve acesso na região do Alto Juruá, no Acre, afirmando que os mesmos caracterizavam diversos casos de estupros e de violência doméstica como naturais ou crimes nos quais a vítima teria incitado o agressor. Wolff mostra, inclusive, como documentos oficiais justificavam os abusos, espancamentos e mortes quando considerado que eram para defender a honra do homem. A violência de gênero era ratificada pelo Estado, que reafirmava-se em um violador. Na cultura do seringal as mulheres não passavam de uma mercadoria de luxo, podiam ser traficadas, vendidas, encomendadas, lançadas nas matas se fossem indígenas, ou roubadas. Ser mulher era pertencer a um homem. Era obedecer. Era não poder traçar os rumos de sua própria história.

A pesquisa de Wolff (1997) relata como era comum mulheres indígenas serem perseguidas e capturadas como animais na floresta para servirem como escravas sexuais dos seringueiros e demais homens que participavam dessa dinâmica de violências. As “correrias” eram organizadas pelos seringalistas e seringueiros para tomar terras dos povos indígenas, matar os homens indígenas e aprisionar mulheres e crianças. O termo “correrias” nada mais é do que um eufemismo para nomear a organização de genocídios com fins fundiários e sistematizar a cultura do estupro das mulheres indígenas. Neste momento não havia diferenciação de classe, todos se uniam enquanto homens para matar indígenas e estuprar mulheres. “Se a ‘cabocla’ não queria aquele homem estranho que se apossava dela, amarravam suas mãos, colocavam um pau em sua boca para que não atingisse o homem com suas mordidas. Amansavam-na” (WOLFF, 1997, p.104). Se a situação geral de vida nos seringais era difícil e o seringueiro sofria diversas formas de violência de seus patrões, a situação das mulheres era pior, pois estavam sujeitas às mais diversas atrocidades. Sofriam violências físicas, psicológicas e sexuais tanto dos seringalistas quanto dos seringueiros.

Em meados de 1912, o cultivo de borracha na Ásia começou a ultrapassar a borracha nativa da Amazônia nos principais mercados mundiais. Assim, os preços caíram repentinamente, ocasionando a falência das mais importantes casas aviadoras de Manaus e Belém. Todo complexo seringalista começou a ruir. Para Bittencourt (2018), existem outros fatores que influenciaram no fim do sistema seringalista, como a incapacidade da elite amazônica em conseguir o controle do setor de exportação e o governo brasileiro ter priorizado os investimentos na economia cafeeira, pois a aristocracia amazônica possuía um papel secundário no novo cenário nacional republicano que surgia.

Foi-se o surto econômico da borracha, mas nem toda a empresa extrativista se desfez. O migrante nordestino passou a ser morador da Amazônia, e buscou reorganizar sua vida a partir da disponibilidade de terras, da riqueza da floresta e dos rios. Os seringais sobreviveram com características transfiguradas, administrados das maneiras mais díspares, dependendo da dinâmica e história de cada um. Muitos seringueiros permaneceram nos seringais abandonados pelos padrões originais, ora administrados diretamente por casas aviadoras como pagamento de dívidas. A prática da agricultura (antes proibida pelos seringalistas como forma de garantir lucros com a venda de alimentos aos seringueiros) passou a ser permitida, bem como o extrativismo. Como consequência, houve queda nos índices de mortalidade e doenças. (BITTENCOURT, 2018, p. 34-35)

Segundo o autor, a vida dos amazônidas tornou-se melhor com a decadência da economia da borracha e saída das elites exploradoras que reproduziam a lógica colonialista, demonstrando que nem sempre o crescimento econômico acompanha o desenvolvimento humano, muitas vezes, como nesse caso, ocorre o contrário. Com o início das atividades de agricultura e criação de pequenos animais, as mulheres passaram a ter algum valor na vida produtiva, pois os serviços domésticos e o cuidado com filhas e filhos não eram vistos como trabalho. Surge a dupla jornada de trabalho nos seringais.

Durante a Segunda Guerra Mundial, porém, volta-se a buscar a borracha da Amazônia, pois os aliados haviam perdido acesso a borracha asiática devido ao bloqueio dos japoneses. Dessa maneira, o Brasil fechou acordos com os Estados Unidos para o fornecimento de matéria-prima para a guerra. Novas levas de seringueiros chegaram a Amazônia na década de 1940 e os seringais foram reativados. Nesse novo momento os bancos norte-americanos financiaram diretamente a reativação dos seringais e a viagem de homens do Nordeste para o Acre, principal produtor de borracha na Amazônia. Estes foram forçados a escolher entre integrar as trincheiras da guerra ou ir para o Acre. Dessa maneira, mais 50 mil pessoas (maioria cearense) chegaram a Amazônia, juntando sua mão-de-obra aos descendentes dos seringueiros que ali estavam desde o primeiro ciclo da borracha. Uma grande seca em 1942 contribuiu para essa migração. No segundo ciclo o governo brasileiro se prontificou a ofertar o material logístico básico para sobrevivência no seringal e exigiu que os seringalistas assinassem contrato de trabalho a fim de garantir os direitos humanos básicos aos seringueiros, que tinham sido tão explorados no Primeiro Ciclo da Borracha (RIBEIRO, 2005, p. 74).

É interessante notar que nesse momento a população amazônica é composta em sua maioria por homens, trazidos para trabalhar nos dois ciclos da borracha, todavia, durante o segundo ciclo algumas mulheres vieram com seus maridos. A elas era imputado o trabalho doméstico, além de cuidar da agricultura. Muitas, inclusive, passaram a cortar seringa para

aumentar a produção familiar. Além disso, a vinda das famílias dos seringueiros fez com que estes se fixassem à terra, transformando um acampamento de homens em uma nova organização social familiar (WOLFF, 1998, p. 84).

A miscigenação violenta entre seringueiros e indígenas, desde o Primeiro Ciclo da Borracha, fez com que a disparidade quantitativa entre mulheres e homens fosse diminuindo ao longo do tempo, porém, ainda hoje, se reflete no número maior de homens do que de mulheres na Amazônia. O processo de miscigenação forçada por meio de estupros sistemáticos que iniciou no Brasil no século XVI, consolidou-se na Amazônia no século XIX, portanto ainda apresenta cicatrizes muito mais recentes e profundas.

1.5 A EXPLORAÇÃO MODERNA DO TERRITÓRIO E DO POVO

Com o fim da guerra em 1945, a produção da borracha entrou novamente em crise devido à queda do preço do látex no mercado internacional. No entanto a borracha continuou sendo o principal produto de exportação do Acre e diversas outras localidades da Amazônia (RIBEIRO, 2005). Assim, os seringueiros tornaram-se um grande grupo representativo do povo amazônico.

Com o Golpe Militar em 1964, as elites regionais amazônicas perderam privilégios, surgindo novos grupos de exploradores: gestores territoriais civis e militares a serviço do grande capital nacional e internacional.

Iniciou-se, assim, o tempo dos grandes projetos amazônicos, resumido no lema 'Integrar para não entregar'. O desenvolvimento previsto pelos militares, com forte teor geopolítico, estruturou-se por meio da criação de algumas leis e instituições: Banco da Amazônia S/A (BASA), em 1966; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966; Lei de Incentivos Fiscais, em 1966; Lei sobre a nova política da borracha, em 1967; criação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Em resumo, todas essas iniciativas sinalizaram a manutenção da Amazônia sob a tutela federal. Seguiu-se a construção das grandes estradas, conformando o novo padrão de 'ocupação' da Amazônia, visando a integrá-la com as demais regiões do país por vias terrestres. (BIITENCOURT, 2018, p. 37)

Desencadeou-se um processo de globalização da Amazônia. Se a população era predominantemente rural, buscou-se desenvolver o meio urbano e aumentar seu contingente populacional. Todavia, com a crise mundial instituída pelo aumento repentino dos preços do petróleo, esses projetos foram afetados, pois os recursos públicos foram direcionados para outros setores. Assim, o capitalismo passa a imperar de forma explícita na Amazônia, que

continua sendo uma fornecedora de matérias-primas para os maiores centros. Nesse período a pecuária e uma variedade de atividades extrativistas, como a mineração e a retirada de árvores das matas nativas, instauraram-se definitivamente. A chegada de um sistema baseado em relações estritamente financeiras chocou-se frontalmente com o modo de vida comunitário local. Seringueiros, indígenas e ribeirinhos nunca haviam experimentado um processo tão acelerado e tão violento de mudança nos hábitos e costumes (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Em 1974, o Governo Federal lança o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), incentivando a exploração mineral na região: exploração de manganês na Serra do Navio; implantação da primeira empresa de extração da Caulim da Amazônia (CADAM) e extração de bauxita no Rio Trombetas, em Oriximiná – Pará. As explorações eram realizadas por empresas estrangeiras, algumas em parceria com empresas nacionais como a Vale do Rio Doce (MONTEIRO, 2005). Eram os parceiros poderosos da ditadura garantindo seus grandes lucros por meio da devastação da terra e sociedade amazônica. É necessário citar ainda a grande exploração de minérios na Serra dos Carajás; a construção da Hidrelétrica de Tucuruí; Ferrovia Serra do Carajás; diversos novos portos e estradas; dentre outras obras desenvolvimentistas.

A busca por modernização e por obras em nenhum momento se preocupou com as populações tradicionais locais, pelo contrário, seringueiros e indígenas foram vistos como entrave ao desenvolvimento da região. A ideia de uma Amazônia restrita ao recurso natural foi e é muito conveniente aos interesses hegemônicos colonialistas, e tem contribuído para que a região seja excluída politicamente das decisões sobre seus próprios rumos. Na Amazônia “a população foi relegada a uma situação subalterna de provedora de matéria-prima a preços irrisórios, em um sistema que vai fixar a riqueza resultante em outros territórios” (BITTENCOURT, 2018, p. 39).

No século XXI, a lógica exploratória colonialista persiste. Atividades mineradoras legalizadas e clandestinas estão espalhadas pelo território. Quem mora em uma cidade amazônica pode comprovar a quantidade de caminhões carregados de madeira que passa pelas rodovias todos os dias. Enormes áreas de florestas são queimadas todos os anos para dar lugar a pecuária extensiva e ao agronegócio que predomina em estados como Mato Grosso, Rondônia e Acre. Estas atividades, além de degradarem o meio ambiente, não geram riquezas localmente, com uma produção de lucro diretamente atrelada a produção de miseráveis. Como afirma Becker (2009), a Amazônia ainda vive uma fase do capitalismo anterior a fase porque passa o restante do Brasil. O processo de colonização violento aconteceu em todo o território nacional, mas a peculiaridade amazônica está justamente no “desenvolvimento tardio”.

2 DESCOLONIZAR A AMAZÔNIA: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL SOBRE E PARA A AMAZÔNIA

Para além da história colonial apresentada no capítulo anterior, é necessário entender a ação da colonialidade do poder na Amazônia, que transpassa a materialidade dos fatos históricos, mantendo viva a violência como linguagem. A violência, em seus diversos aspectos, apresenta-se nos espaços diluídos de poder, sendo constituída por um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, leis, proposições filosóficas, os quais formam uma rede que tem função estratégica e se instaura a partir de dispositivos de poder. Tais dispositivos funcionam como um complexo enredado em diversas instâncias, que servem para organizar e delimitar relações entre os diversos indivíduos que compõem o todo social, ultrapassando o poder do Estado.

Trata-se de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento [...]. Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p. 103)

No processo de colonização da América os dispositivos de controle funcionaram na duplicidade da lógica de submissão do outro: corpos e saberes. Em conjunto com um poder soberano colonial e patriarcal, os poderes microfísicos (FOUCAULT, 1979) atuavam nas normatizações cotidianas, no ordenamento social complexo e nas dinâmicas comuns à vida pública, como forma de criar um mundo uno e homogeneizado. Um mundo em que à dissonância e ao diferente eram concedidos dois tratamentos: a aniquilação ou o apagamento.

Assim, para compreender como a colonialidade do poder atuou e atua na Amazônia, bem como as relações desiguais de raça e gênero como estruturantes do poder colonial, busca-se a associação da história a conceitos que auxiliem no entendimento dos processos de naturalização da violência em seus diversos matizes. A partir das especificidades e experiências amazônicas, avança-se a educação popular como uma das possibilidades para a descolonização epistêmica, atrelando a pedagogia do oprimido (FREIRE, 1987) à pedagogia do movimento (SCHWENDLER, 2010).

2.1 A COLONIALIDADE DO PODER E O PENSAMENTO ABISSAL

Para Quijano (2005) um novo padrão de poder mundial se instaura a partir da colonização da América pelas grandes potências europeias no século XV, um poder colonial que perpassa todas as esferas da sociedade, agindo de forma a naturalizar biologicamente a superioridade europeia e a inferioridade dos colonizados. Surge aí a distinção de raça¹⁰, categoria que, para o autor, foi criada para gerar uma separação entre os dominadores e dominados e, ao mesmo tempo, uma divisão social do trabalho baseada em diferenças fenotípicas. Tal poder colonial foi construindo-se e aprimorando-se até os dias atuais com a globalização capitalista, tornando-se onipresente e cada vez mais sutil, a ponto de sua existência sequer ser percebida e suas determinações acatadas como possibilidades únicas.

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica. (QUIJANO, 2005, p. 117)

O processo de colonização foi avassalador na América, não apenas devido à violência física, servidão, escravização e à miscigenação forçada por meio de estupros, mas também porque foi destruindo aos poucos a possibilidade de alteridade, criando a imagem de um outro naturalmente inferiorizado, desigual, excluído, dominado. Assim, os conhecimentos dos povos submetidos eram desvalorizados como saber real, suas línguas consideradas primitivas, suas características culturais e religiosas vistas como pecaminosas, associadas inclusive a forças malignas. Todo o contexto contribuía para o apagamento de tudo que pudesse conferir alguma referência original e positiva dos dominados sobre si.

¹⁰ No século XV o conceito de raça ainda não estava estruturado, porém já estavam constituídas as bases da diferenciação social nele fundamentadas.

Os conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia que constituem o outro conhecimento aceitável deste lado da linha. Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica. (SANTOS, 1999, p. 25)

A colonialidade do poder, que sustinha o epistemicídio enquanto política, propiciada pela racialização, também trazia consigo o padrão de gênero europeu, transformando o patriarcado de baixa intensidade presente na América em um patriarcado de altíssima intensidade (SEGATO, 2018), como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo. As mulheres dos povos colonizados tinham sobrepostas sua origem étnica e sua condição de gênero, condição esta que a ciência buscava desvalorizar, inferiorizando a diferença por meio de teorias biológicas. Desse modo, transformava-se o outro em objeto e negava-o como sujeito. O único modelo deveria ser o padrão do dominador, que tinha a ciência como principal suporte, durante a evolução capitalista.

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/míticocientífico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou 'Occidente', foi 'Oriente'. Não os 'índios' da América, tampouco os "negros" da África. Estes eram simplesmente 'primitivos'. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica. (QUIJANO, 2005, p. 122)

É importante salientar que os milhares de povos indígenas que habitavam a América foram unidos pelo colonizador em uma categoria simplificadora e totalizante, facilitadora para a dominação: índios. Assim como posteriormente foi feito com os negros escravizados que pertenciam a diversas etnias na África, todos se transformaram apenas em negros, ou pior, em escravos (SANTOS, 2009, p. 28).

A propagação do que ocorreu na América para o mundo deu-se pela capacidade obtida pelos países europeus com a pilhagem de ouro e prata, que acabou por dar origem a uma nova fase do capitalismo, que disseminou consigo o padrão eurocêntrico, vigente desde então.

A privilegiada posição ganhada com a América pelo controle do ouro, da prata e de outras mercadorias produzidas por meio do trabalho gratuito de índios, negros e mestiços, e sua vantajosa localização na vertente do Atlântico por onde, necessariamente, tinha de ser realizado o tráfico dessas mercadorias para o mercado mundial, outorgou aos brancos uma vantagem decisiva para disputar o controle do comércio mundial. A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso, foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais. (QUIJANO, 2005, p. 119)

Dessa maneira, gradualmente, a lógica eurocêntrica começa a difundir-se pelo globo, tornando-se intrínseca a expansão do capitalismo, que no desenvolvimento de todas as suas fases, nunca deixou de ser colonialista, culminando no pensamento moderno abissal.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste em um pensamento de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos: o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha'. A divisão é tal que 'o outro lado da linha' desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante e compreensível. Tudo aquilo que é produzido de forma inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. A característica principal do pensamento abissal é impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela só há inexistência, invisibilidade e ausência não dialética. [...] O pensamento abissal moderno salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções. (SANTOS, 2009, 23-24)

Se a colonialidade do poder iniciou-se a partir da América no século XV, esse processo teve diferentes desdobramentos nas diversas regiões do mundo, com consequências muito mais desastrosas para uns do que para outros. Na América, o legado de destruição é imenso, tendo cada território sua especificidade devido ao período histórico e forma de sua exploração. A Amazônia possui uma história de colonização distinta do restante do Brasil em diversos aspectos e suas idiossincrasias tornam-se essenciais para o entendimento da subalternização de suas populações.

2.2 A COLONIALIDADE DO PODER NA AMAZÔNIA

No breve apanhado histórico realizado no primeiro capítulo desta tese foi possível perceber como a avidez por conquistas e a disputa por estar à frente na dominação de territórios era latente. A colonização da Amazônia, bem como a consciência da vastidão de seu território foram acontecendo aos poucos, de forma tardia em relação a colonização do restante do Brasil.

No início da ocupação da região, a exploração não se fazia tão voraz, pois no século XII a coroa portuguesa estava mais interessada no ouro de Minas Gerais e em demais atividades de mineração que ocorriam em regiões mais próximas à sede da província. Assim, a planície amazônica, mesmo tendo passado por um período de maior ocupação a partir de 1750 com a política exploratória de Pombal, não estava no foco principal. A isso soma-se a independência tardia em relação ao restante do país e anexação do território do Acre apenas em 1903. O Acre viria a tornar-se um estado da federação apenas em 1962 (RIBEIRO, 2005, p. 67).

Conforme apresentado anteriormente, para suprir algumas das necessidades dos donos do capital mundial, foi criada uma nova organização social: o seringal. Eram espaços permeados de poder, de fome, de medo e de violência. Uma sociedade que baseava sua existência na espoliação do ser humano. Os migrantes do Nordeste, que para a Amazônia vieram como mão de obra, rapidamente são nomeados e uma nova classe é criada: os seringueiros. Ser seringueiro era ser inferior, com menor inteligência, naturalmente desigual, uma nomenclatura diferenciada e negativa. As pessoas que vieram do Nordeste, de diferentes partes daquela região para a Amazônia brasileira, tornaram-se todos seringueiros. Apenas seringueiros. Essa face da colonialidade do poder demonstra que nomear e estereotipar o outro faz parte de um processo maior de dominação simbólica.

Como a maioria dos que vieram para trabalhar nos seringais era branca, mesmo que com traços de miscigenação, não era possível caracterizá-los pela cor da pele, então é criada mais uma designação para este grupo: eram os cabeças chatas, fazendo com que, outra vez, as características fenotípicas possibilitassem ver a desigualdade e inferiorização no rosto, facilitando a perpetuação da divisão social do trabalho mesmo após o final do primeiro ciclo da borracha. Para se ter uma ideia, até hoje, em estados como o Acre, “seringueiro” é sinônimo de xingamento. Chamar de seringueiro é agredir.

A colonialidade do poder apresentou-se de forma violenta e sistemática para atender ao capital global. Esse sistema econômico que deu origem ao primeiro e segundo ciclos da

borracha seguia globalizando a miséria e exploração. Faz parte de todo um processo de colonização em curso invisibilizar os que estão do outro lado da linha, os indígenas, os caboclos, ribeirinhos, periféricos e camponeses, pois o inexistente não pode reclamar terra, nem produzir conhecimento e muito menos opinar sobre os rumos de seu próprio território.

É preciso romper com a visão colonialista que até aqui tem predominado e que vê a Amazônia como um espaço a ser conquistado, como se fosse um vazio demográfico e cultural. É essa visão que tem salientado que a região precisa ser mais conhecida, como se não houvesse um conhecimento acumulado por suas populações originárias e pelos cientistas e pesquisadores que atuam na região. Como essas populações nem sequer foram consideradas como habitantes, afinal a região é vista como um vazio demográfico. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 124)

Exotizar e homogeneizar a Amazônia faz parte desse processo de criação do vazio demográfico, de vender a imagem de uma floresta inabitada e folclórica ao gosto dos turistas. Basta assistir uma reportagem produzida pela grande mídia sobre a região para perceber como a população é estereotipada e como casos isolados são usados como regra. A mídia etnocêntrica uniformiza um território gigantesco e coloca conhecimentos ancestrais dos povos tradicionais como misticismo e atraso. É uma forma contínua e sutil de desqualificar outras formas de conhecimento e de vida.

A Amazônia, antes de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada. Contrasta com a visão externa à região, homogeneizadora, que a vê como Natureza, como atrasada, como Reserva de Recursos, como o Futuro do Brasil, com o presente vivido, com o presente contexto vivido em seus diferentes contextos sócio culturais específicos por populações que forjaram seu próprio patrimônio de conhecimentos na convivência com os mais diferentes ecossistemas. A Amazônia é sobretudo diversidade. Em um hectare de floresta existem inúmeras espécies, que não se repetem, em sua maior parte, no hectare vizinho. Há a Amazônia da várzea e da terra firme. Há a Amazônia dos rios de águas brancas e dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra dos Carajás no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia do cerrado, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas. Habitar esses espaços é um desafio à inteligência, à convivência com a diversidade. Esse é o patrimônio que as populações originárias e tradicionais da Amazônia oferecem para o diálogo com outras culturas e saberes. Há um acervo de complexos conhecimentos inscritos em práticas medicinais, em remédios, em domesticação de plantas e animais; em meio a floresta; na culinária, em plantas aromáticas e cosméticas, além de uma estética, de complexos códigos para se relacionar com o desconhecido e o misterioso, por meio de suas cosmogonias e religiosidades em que, quase, por todo lado, tudo se relaciona com tudo, num holismo que vê que a caça e a água fugindo, quando a floresta é queimada, e, com isso, vê fugirem seus espíritos. Há a Amazônia da natureza dessacralizada, pobre de espíritos, ali o PIB é maior. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 4-5)

Ao mesmo tempo em que o conhecimento dos povos tradicionais da Amazônia é inferiorizado, diversas companhias multinacionais estão sempre à espreita para roubá-los para si e capitalizá-los. Se os povos tradicionais estão do outro lado da linha abissal, se são inexistentes e desimportantes, seus conhecimentos poderão ser livremente usurpados e patenteados.

A lo largo de este periplo extractivista, el imaginário predominante ha sido el de ‘El Dorado’, y su contracara, ‘el infierno verde’. Pero, comenzando el siglo XXI, la biodiversidad cultural del Amazonas emerge como el último ‘Dorado’ o ‘paraíso ecológico’ para las fuerzas imperiales, y como un nuevo ‘infierno verde’ para las poblaciones tradicionales, que enfrentan el proceso de reapropiación de la región en el contexto de un nuevo capitalismo, basado en la producción inmaterial y en la colonización molecular de lo orgánico. En el marco de la biocolonialidad del poder, el ‘último Dorado’ son los conocimientos ancestrales de los bosquesinos amazónicos sobre el manejo de los ecosistemas selváticos y su diversidad de especies y líneas genéticas. (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p. 180)

A biocolonialidade do poder está mais presente do que nunca e consiste não em trocar conhecimentos e difundi-los, mas sim em expropria-los e vendê-los.

2.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

Os movimentos sociais sempre estiveram presentes na Amazônia. No início da colonização existem relatos de muitas revoltas indígenas contra as barbáries cometidas contra seus povos, mas a maioria delas foi reprimida com violência e com a aniquilação de todos os integrantes, até mesmo com a queimada de suas aldeias. Dentre os seringueiros há menos relatos de revoltas, mas essas existiram e eram punidas com castigos físicos severos, principalmente durante o primeiro ciclo da borracha. Devido à impossibilidade de voltar para suas terras de origem, a maioria dos seringueiros acabava por aceitar sua condição e preferia trabalhar sempre mais para tentar quitar “sua dívida” com o seringalista. Havia um componente psicológico da possibilidade da emancipação, que nunca chegava (RIBEIRO, 2005).

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas. (LITTLE, 2004, p. 255)

Para o autor, vivemos 500 anos de guerra no Brasil. Desde que a América foi invadida, as terras brasileiras viveram em constante tensão, uma nova ordem sistematizava-se no mundo, as populações dominadas eram racializadas e diminuídas para que a exploração de seu território e sua força de trabalho alicerçassem esse novo regime global. Na Amazônia, indígenas foram assassinados quando se antepunham a subserviência, negros e caboclos que não obedeciam as regras eram espancados e mutilados, mulheres foram sistematicamente estupradas para promover a miscigenação e com o passar do tempo a massa de excluídos e miseráveis foi aumentando. Nesse contexto insurgiu a Cabanagem, uma das mais emblemáticas revoltas da Amazônia, baseada em um movimento social organizado. Foi o primeiro grande movimento social com caráter amazônico e que conseguiu manter um governo popular no poder, mesmo que por um curto período de tempo.

Já citamos a Cabanagem no capítulo anterior, porém é importante salientar o caráter pedagógico desse movimento, tendo em vista que suas ideias se espalharam do Pará para toda Amazônia. Foi uma ação extremamente organizada e que lutava por uma identidade regional, por um governo do povo, pelo fim efetivo da colonização, que mesmo após a independência continuava de outros modos.

Outro movimento social representativo da Amazônia é o dos seringueiros e os famosos empates, liderados por Chico Mendes no estado do Acre.

Com a construção e subsequente asfaltamento da BR 364, madeireiros e fazendeiros invadiram as florestas do Acre, ocupadas e exploradas pelos seringueiros desde a época do ciclo da borracha. Com a derrubada indiscriminada da floresta, os seringueiros viram sua fonte de sustentação ameaçada: pouco servia ter acesso a suas terras tradicionais sem sua cobertura florestal. A estratégia política dos chamados empates foi implementada: os seringueiros colocavam-se na frente dos madeireiros para impedir os trabalhos de derrubada do bosque. À raiz dessas lutas, o sindicato dos seringueiros surgiu para depois se transformar em um movimento nacional com reivindicações territoriais na forma das reservas extrativistas [...]. A defesa de um lugar foi a semente de um movimento com dimensões nacionais. (LITTLE, 2004, 264)

Para os seringueiros a terra de nada valia sem as seringueiras, sendo a mata preservada sinônimo de riqueza e de trabalho, em uma lógica oposta à do capital, que chegava a Amazônia para olhar árvores como madeira e transformar floresta em pasto. O movimento acreditava não apenas na necessidade de preservação, mas também na importância de gerar consciência crítica para dar continuidade à luta e que isso viria por meio da educação. Assim,

foi criado o “Projeto Seringueiro”, que tinha em sua liderança várias mulheres organizadas em movimento, visando levar saúde e educação às áreas extrativistas do Acre¹¹.

O projeto, implementado inicialmente no Município de Xapuri - AC, visava uma educação comprometida com a classe seringueira, voltada para a área rural, com comprometimento emancipador, baseada na pedagogia libertadora de Paulo Freire, apoiada pela Teologia da Libertação e pelo sindicalismo rural: uma educação do campo¹² adaptada à realidade local dos povos extrativistas. O movimento conseguiu elaborar seu próprio material didático e conseguiu parcerias com o governo estadual para a implantação física das escolas, expandindo-se para diversos outros municípios do interior do Acre e até do Amazonas. Porém, com a passar do tempo, as parcerias governamentais foram se estreitando e o caráter popular e a autonomia do movimento diminuindo. Já não era preciso estar em constante vigilância, pois o partido que assumia o governo estadual no Acre em 1998 era um antigo aliado dos extrativistas. As reivindicações perderam força e aos poucos a escola foi se transformando em uma escola oficial, coordenada pelo Estado, com material didático voltado para a educação rural, muito distante de uma educação do campo. Já não existia uma escola comprometida com as lutas sociais. O movimento e a escola do campo enfraqueceram juntos (SOUZA, 2011, p. 16).

Atualmente seringueiros voltam a enfrentar problemas de ocupação irregular de suas terras e impasses com assentados que acabam por flertar com as possibilidades oferecidas pelo capital disfarçado de manejo e de tecnologia. Com a acelerada expansão do agronegócio e da pecuária, a ameaça se torna latente e as forças ruralistas encontram um movimento desarticulado, que se institucionalizou no Estado. Porém, mesmo com todos os percalços e perdas, muito foi construído por esse movimento que se tornou uma escola não só para a Amazônia, mas também para o mundo. Nesse sentido salienta-se a importância do movimento social não apenas para as reivindicações políticas, mas também seu caráter pedagógico:

¹¹ Uma das professoras e lideranças do “Projeto Seringueiro” em Xapuri foi Antônia Vieira. Entrevista realizada com ela para a Agência Ambiental de Notícias da Amazônia pode ser acessada no link: <<https://noticiasdaamazonia.wordpress.com/2013/06/21/no-tempo-da-luta/>>. Na entrevista Antônia fala sobre sua trajetória no “Projeto Seringueiro”, sobre as dificuldades, a resistência, o movimento de mulheres da época e sobre sua participação nos empates.

¹² Segundo Sônia Fátima Schwendler (2010) existe uma grande diferença entre Educação do Campo e Educação rural. Educação rural visa apenas levar o ensino regular às comunidades rurais, acompanhada de uma visão latifundista empresarial, que prepara o agricultor para ser empregado. Reproduz uma visão ligada aos interesses do capital reprodutivista, excluindo os que não se adaptam a esta lógica. Já a Educação do Campo é uma educação comprometida com a luta e a história dos movimentos sociais do campo. Uma educação que valoriza a vida e as trajetórias dos povos camponeses, valoriza suas lutas para estarem e permanecerem no campo, visa uma formação crítica sobre o capital e o campo. A educação do campo é feita pelo campo e para o campo.

Compreender a dimensão educativa presente no processo de constituição e luta dos movimentos sociais implica olhar para a complexa função da educação diante das tensões entre o processo de humanização e de desumanização que os oprimidos de ontem e de hoje viveram e vivem para se tornarem humanos. Além disso, pressupõe conceber a educação vinculada ao movimento histórico da realidade social. Na concepção de Arroyo (2003), o movimento social tem sido educativo pela forma que tem mobilizado os sujeitos em torno da luta para a produção material e simbólica de existência, na qual todas as dimensões da condição existencial dos oprimidos entram em jogo e revelam à pedagogia o ser humano como totalidade existencial, repondo a educação como formação humana. (SÔNIA SCHWENDLER, 2010, p. 268)

A experiência do “Projeto Seringueiro” mostra que a pedagogia do oprimido, em concomitância com a educação popular, pode gerar muitas possibilidades. Além do caráter pedagógico do movimento em si, foi possível concretizar uma política pública de educação.

Para Arroyo (2010) a terra, o trabalho, a cultura e a vivência da opressão se configuram em matriz pedagógica, possibilitando entender a luta de classes pela práxis, o que faz com que os movimentos sociais tornem-se um espaço privilegiado de aprendizado e de criação de consciência. Um espaço de produção de saber para a transformação à medida em que lutam por uma outra realidade e produzem uma visão crítica sobre a sociedade, ao mesmo tempo que criam sua própria visão sobre si.

Nesse avanço da consciência e garantia dos direitos os movimentos sociais repõem o direito à educação, à herança cultural, não apenas ao domínio das competências definidas pelas demandas do mercado. Os sujeitos de direitos não são reduzidos à mercadoria competente. Se afirmam como sujeitos humanos plenos. Aí se enraíza o direito à formação plena. Ainda os movimentos sociais não isolam o direito à educação da garantia do conjunto de direitos, nem o isolam nos tempos e espaços escolares, mas na totalidade de tempos, espaços, processos formadores. [...] Poderíamos destacar ainda um dos aprendizados mais pedagógicos dos movimentos sociais: a pedagogia da luta. A luta não é um mero instrumento para a conquista de direitos, mas ela per se é pedagógica, é formadora dos coletivos em luta e da sociedade, das estruturas e culturas, dos valores. A luta liberta, conscientiza, politiza, transforma a sociedade e os coletivos humanos. É pedagógica. (ARROYO, 2010, p. 52)

O caráter pedagógico do movimento, que Schwendler (2010) nomeia pedagogia do movimento, é essencial para produzir uma nova visão de mundo, não mais ancorada na lógica do mercado e na ciência tecnicista, mas na valorização de outros saberes. Saberes não predatórios e não colonialistas.

Nesse sentido, os movimentos indígenas tornam-se excepcionalmente importantes na Amazônia. Segundo o Instituto Socioambiental, existem, na atualidade, 216 povos indígenas no Brasil localizados em 563 terras indígenas; 180 desses povos estão na Amazônia, somando uma população de aproximadamente 208 mil indivíduos que apresentam uma grande diversidade linguística, religiosa, política, social e demográfica.

Neto (2001) afirma que os indígenas passaram de maioria para minoria na Amazônia entre 1750 e 1850. Aos poucos, com a repressão violenta à Revolução Cabana (que foi aderida por grande contingente indígena, configurando-se um movimento interétnico), com a expansão de doenças inseridas propositalmente, com o ataque constante a seus territórios, os povos indígenas foram minguando. Devido a essa diminuição constante de seu contingente, tornou-se crucial para a sobrevivência indígena a sua organização sistemática em movimentos sociais.

A década de 1970 marca um novo capítulo na luta e resistência indígenas. Os povos indígenas, apoiados sobretudo pela Igreja, por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), começaram a encontrar-se e a discutir seus problemas em grandes assembleias indígenas. Ocupando espaços nos meios de comunicação, denunciaram o projeto oficial de extermínio de uma Ditadura Militar que propunha o fim dos índios até o ano de 1998. Os povos indígenas conseguiram que a Constituição Federal de 1988 assegurasse seus direitos históricos à terra e o reconhecimento de suas organizações sociais. Constituíram variadas formas de articulação e organização para fazer avançar concretamente as conquistas legais. A tendência projetada pelas estimativas oficiais, que apontava para o extermínio total até 1998, começou a ser revertida a partir da década de 1970. Dados oficiais apontavam, nessa época, que a população indígena não ultrapassava cem mil pessoas. Desde então, a luta dos povos indígenas foi conquistando espaços territoriais que permitiram o crescimento demográfico, e os próprios índios começaram a apresentar levantamentos demográficos, desmentindo os dados oficiais que subestimavam a população. Povos que mantinham a sua identidade oculta sentiram-se encorajados a assumi-la publicamente e as estatísticas também começaram a registrar uma numerosa população indígena nos centros urbanos. (HECK, LOEBENS, CARVALHO, 2005, p. 240)

Hoje, dados do Instituto Socioambiental mostram mais de 400 organizações indígenas na Amazônia brasileira, movimentos que buscam assegurar a luta pela terra, por seus saberes e pela não submissão de suas vidas e territórios aos interesses capitalistas. É importante destacar o aumento das associações de mulheres indígenas, que lutam contra o padrão hegemônico de desenvolvimento e também contra as discriminações de gênero, enfrentadas dentro e fora de suas comunidades.

Desenvolvendo padrões de ocupação territorial e atividades econômicas com efeitos ambientais muito discretos, os povos indígenas da Amazônia brasileira têm garantido a conservação e a proteção da biodiversidade de um quinto da região. Imagens de satélite não deixam dúvidas de que as terras indígenas estão entre aquelas em que se observam os mais altos graus de integridade ambiental de uma região cada vez mais submetida às pressões advindas da exploração mineral, energética, pesqueira e madeireira, da abertura de estradas e linhas de transmissão de energia, do incremento de projetos de colonização intensiva, do avanço da fronteira agrícola e pastoril, para não falar das queimadas, da poluição ambiental e dos processos erosivos, em escalas que saltam aos olhos de qualquer um. (SILVA, 2010, p. 4)

Atentando para os dados apontados, é necessário questionar como o padrão colonialista de ciência e de desenvolvimento pôde convencer a tantos que os atrasados eram os indígenas, que eles não possuíam conhecimento válido, que eram ignorantes. Por meio da propagação de uma visão distorcida de mundo e de nós mesmos, que há muito foi absorvida pela sociedade, só se conseguiu enxergar uma possibilidade, sem que houvesse sequer a oportunidade de tatear outras racionalidades. Os povos indígenas ensinam como tratar o ambiente e como viver em harmonia com os demais animais, basta observar sua trajetória existencial e de luta. O caráter pedagógico dos movimentos indígenas está aí, resiste, e nenhuma educação que se pretenda decolonial e popular na Amazônia pode esquecê-lo.

2.4 REINVENTAR A AMAZÔNIA: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL E EMANCIPADORA

É preciso voltar os olhares para o povo do campo, para os povos indígenas, para os movimentos sociais, compreender que existem outras racionalidades e que todas elas possuem igual valor, produzindo diversas culturas e modos de vida diferentes, que podem se relacionar harmoniosamente entre si, superando a monocultura de saberes e construindo um pensamento pós-abissal a partir de um Sul epistêmico. É o que Santos denominou ecologia dos saberes.

O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. (SANTOS, 1999, p. 44-45)

É possível aprender com as amazônias usando uma epistemologia das amazônias, discutir gênero também pela epistemologia ancestral das mulheres da Amazônia. Existem possibilidades, esse é o ponto de partida. Nessa perspectiva, o pensamento de Santos vai ao encontro do pensamento de Vandana Shiva, que aponta para a colonização intelectual profunda de nossas percepções sobre a humanidade e sobre o mundo.

As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo. O desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas - e leva à síndrome FALAL (falta de alternativas). Com que frequência, nos tempos de hoje, o extermínio completo de natureza, tecnologia, comunidades e até de uma civilização inteira não é justificado pela “falta de alternativas”? As alternativas existem, sim, mas foram excluídas. Sua inclusão requer um contexto de diversidade. Adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções. (SHIVA, 2003, p. 15)

A autora destaca a educação como possibilidade para diversidade e para a construção de relações equilibradas entre culturas, saberes e natureza, sendo, para isso, imprescindível a desconstrução mental de verdades unas e de métodos há muito arraigados como universais.

Em geral, os sistemas ocidentais de saber são considerados universais. No entanto, o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas a versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores. (SHIVA, 2003, p. 21)

Nesse sentido é importante não apenas pensar o caráter pedagógico dos movimentos sociais, mas também a importância de ações de educação popular para construção de espaços de conhecimento diferenciados, coletivos e que visem a ecologia dos saberes. A educação popular baseada na pedagogia de Paulo Freire torna-se uma possibilidade, pois visa a emancipação dos sujeitos por meio de sua própria consciência e pela produção de indagações e inquietudes, sendo uma estratégia ainda pouco utilizada tendo em vista seu enorme potencial transformador. Cinco séculos de socialização pela colonialidade do poder fez com que se legitimassem apenas as instituições hegemônicas como possíveis educadoras. Assim, tendeu-se a enxergar a educação apenas de forma escolar e institucional.

É necessária uma visão mais alargada de educação, algo que já aparece como tendência de muitas práticas e reflexões neste novo século: não confundir educação com escola nem absolutizar a educação escolar, como fez no discurso a pedagogia moderna liberal, para que o capital pudesse ‘educar’ mais livremente as pessoas em outras esferas (uma armadilha em que muitos pedagogos de esquerda também caíram). (ROSELI CALDART, 2010, p. 109)

A educação popular é ampla, é uma educação pela igualdade, pela esperança, que busca implodir a visão hegemônica do capital global e com ela o tecnicismo, o eurocentrismo e o patriarcado. Pode estar ligada a uma instituição, mas não necessariamente, e não se apresenta com conteúdos a serem introjetados e aprisionados em grades. A discussão sobre classe deve, necessariamente, estar atrelada à discussão de raça e gênero, pois um dos trunfos

do capital foi mantê-las sempre fragmentadas. Não há possibilidade de igualdade de gênero, racial e muito menos econômica dentro da colonialidade. A liberdade começa por enxergar que existem alternativas.

Um aprendizado muito grande que os movimentos sociais têm vivenciado a partir da Pedagogia do Oprimido e se relaciona com o processo de educação como ação cultural para a libertação. A educação libertadora implica crença no oprimido como sujeito da história, bem como a busca do diálogo com o povo sobre a situação, as causas da opressão em que se encontra e a construção estratégica de uma proposta coletiva que permita ao mesmo tempo a transformação das condições que geram a opressão e a humanização dos sujeitos no processo. A educação humanizadora pressupõe que os processos pedagógicos da própria luta contribuam para que o oprimido se liberte também do opressor que nele está hospedado, o que implica que sejam construídas lutas políticas e espaços formativos que contribuam para a transformação tanto da estrutura de classes e do modo de produção vigente na sociedade como também dos sujeitos oprimidos enquanto classe, gênero e raça, de modo que as relações sejam mais humanizadoras. (SCHWENDLER, 2010, p. 276)

Um território vasto, com uma enorme diversidade étnica e com uma produção de saberes tão diversa, como é a Amazônia brasileira, nunca se enquadraria apenas em uma forma de conhecimento e em uma racionalidade homogeneizada. Precisamos revisitar a maneira como nos enxergamos americanos, americanas, brasileiros, brasileiras e amazônidas, buscando olhar-nos sem as lentes distorcidas impostas pelo poder colonial.

Para isso é fundamental reinventar a forma de fazer educação, cobrando as escolas e as universidades a se comprometerem como espaço de formação de estudantes e professores, pois “o pragmatismo neoliberal não tem nada que ver com formação. Sem sonho e sem utopia, sem denúncia e sem anúncio, só resta o treinamento técnico a que a educação é reduzida” (FREIRE, 2000, p. 57). É necessário viabilizar que os movimentos sociais se apropriem da universidade, introduzindo seu caráter pedagógico e promovendo tensões, mostrando uma outra visão de mundo, uma outra epistemologia, uma outra perspectiva: a dos seringueiros, seringueiras, extrativistas, periféricos, periféricas e indígenas. Mostrando também que as mulheres não são um subgrupo dentre tantos outros, mas sim metade de cada grupo que se possa postular. É preciso acreditar que a mudança é possível.

Lutar para mudar o mundo é um aprendizado que carrega a força da história, os sinais dos tempos e mostra que o mundo sempre vai poder ser modificado. Depende dos sujeitos em cada momento histórico, da sua coragem, da sua organização, da sua capacidade de perceber o novo, a conjuntura política, bem como dos instrumentos disponíveis. Mas, acima de tudo, depende da ousadia, da esperança, da crença na história como sendo feita pelos sujeitos que a vivem a partir da história já vivida e da que ainda será. (SCHWENDLER, 2010, p. 273)

Os movimentos sociais na Amazônia foram os que deram o primeiro passo para olharem-se e questionarem-se sobre quem são. Contemplaram-se de fora da bolha colonialista hegemônica, extirpando o peso do etnocentrismo e da inferiorização de si há tanto arraigado na sociedade. São os movimentos sociais, acompanhados de um movimento de educação popular e de reestruturação da educação formal, os que podem levar outros a quebrarem os espelhos adulterados que nos deram. A descolonização é o ponto de partida. “É tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2005, p. 139).

3 MULHERES E EDUCAÇÃO

No ano de 2020 do século XXI, ainda temos dados alarmantes sobre violência contra mulheres e meninas no Brasil e no mundo. Violências físicas, psíquicas e patrimoniais em dimensões aviltantes. Em muitos países do oriente médio, crianças do sexo feminino ainda são obrigadas a casar com homens adultos para serem sistematicamente estupradas e abusadas das mais diversas formas. Se tornam propriedades daquele homem por um sistema que os respalda legalmente (OCKRENT, 2011). O Brasil, que possui uma legislação proibindo casamentos infantis, é o quarto país no mundo nesse tipo de matrimônio. Os dados constam na pesquisa “Tirando o Véu: estudo sobre casamento infantil no Brasil”, realizada pela Plan International Brasil. Além disso, o país conta com altos índices de pedofilia. De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (2018), são mais de 50 denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes por dia, 92,4% dos abusadores são homens e a maioria do convívio familiar daquela criança; 55,5% das vítimas são negras e 74,2% são meninas. A Lei Maria da Penha existe desde 2006 para punir especificamente crimes de violência contra a mulher, nem por isso esses índices estão caindo. Pelo contrário, aumentou o número de denúncias. Isso pode ter ocorrido por as mulheres estarem denunciando mais após estarem respaldadas pela lei, mas mesmo com esta explicação, o crescimento dos números é preocupante.

Os dados postos demonstram como nenhuma legislação é eficiente se não acompanhada pela reeducação da sociedade e uma reformulação de suas instituições. Ter os direitos garantidos por lei e uma rede de atendimento que atue em diversas esferas é extremamente importante, mas não é tudo. É preciso ir além da legalidade para entender os fenômenos de opressão e violência contra as mulheres. Segato (2016) afirma que a luta por direitos humanos não acontece apenas na esfera jurídica, mas também dentro do campo discursivo, entendendo ademais seu caráter pedagógico que opera lentamente na construção de uma nova ética nas pessoas.

Mucho más que su rendimiento en sentencias proferidas por los jueces, el derecho es instrumental en manos de las personas como repertorio de palabras consagradas por la narrativa eminente que son los códigos jurídicos. Esto quiere decir que el campo jurídico es, por encima de todo, un campo discursivo y, por eso mismo, la Lucha por el Derecho, tanto en el sentido de la formulación de leyes como en el sentido de hacer efectivo el estatus de existencia de las ya formuladas es, por un lado, la lucha por la nominación, por la consagración jurídica de los nombres del sufrimiento humano, por entronizar jurídicamente los nombres que ya se encuentran en uso, y, por el otro, la lucha por publicitar y colocar en uso, en boca de las personas, las palabras de la ley. En otras palabras, se trata de la doble disputa por el acceso a los códigos jurídicos en su condición de narrativa maestra de las naciones y por la capacidad de inscribirnos, como demandantes, en ellos; y por hacer valer, no solo en los tribunales sino también en las relaciones cotidianas, cara a cara, las palabras autorizadas por la ley. [...] ¿Cuál sería el rendimiento inherente a la dimensión discursiva de la ley? Pues no otro que su capacidad de impactar y modelar, con las categorías que consagra legislativa y jurídicamente, la sensibilidad ética de las personas. (SEGATO, 2016, p. 128)

Para a autora, a busca por políticas públicas e leis que garantam direitos humanos, apesar de complexa por se dar no campo patriarcal do estado, é uma das alternativas possíveis para lutar contra as diversas formas de violências operadas sistematicamente contra as mulheres. “El Estado intenta entregar con una mano lo que ya ha retirado con la otra, se esfuerza en ofrecer antídotos, bajo la forma de derechos, para contener la acción del veneno que ya inoculó” (SEGATO, 2016, p. 109), por isso a sensação de estarmos sempre tentando apagar incêndios, de estar sempre atrás, de procurar a redução de danos e de números que nunca param de crescer.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODOC), em seu último relatório global sobre tráfico de pessoas (2018), mostra que o número de casos de tráfico humano foi recorde em 13 anos. As mulheres e meninas configuram 83% das vítimas e continuam sendo o principal alvo dos traficantes: “we have continued to see an increase in the number of detected child victims, particularly girls under 18” (p. 1)¹³. Em 92% dos casos o aliciamento se dá para fins de exploração sexual. As outras finalidades são escravidão doméstica e venda de órgãos. O tráfico de pessoas é considerado o terceiro crime mais rentável no mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e armas. Mais de dois milhões de pessoas são vítimas do tráfico humano anualmente. Na Amazônia brasileira, devido à enorme área fronteiriça, essa atividade criminosa é recorrente e muitos casos sequer são notificados. Assim, de acordo com os dados do relatório apontado anteriormente, podemos inferir que a maioria das pessoas escravizadas atualmente são do sexo feminino, mulheres e meninas desumanizadas, desprovidas de direitos humanos básicos e de dignidade. Essa

¹³ “Continuamos vendo um aumento no número de crianças vítimas detectadas, principalmente meninas menores de 18 anos”. Tradução nossa.

situação demonstra como muitas mulheres vivem em condição extrema de desigualdade, pois como afirma Santos (1999, p. 4), “o grau extremo da desigualdade é a escravatura”.

A opressão de gênero é um problema centenário, advém de uma educação social machista, respaldada por um sistema educacional eurocentrado, um modelo político falocêntrico, uma mídia hegemônica e uma estrutura social capitalista e patriarcal que remonta a chegada dos colonizadores à América. Esses sistemas interagem entre si incessantemente formando ciclos de autossustentação, fortalecendo uns aos outros, criando uma rede firme e coesa, geradora de diversos tipos de violência. Uma espécie de dialética das opressões. É o que Kimberle Crenshaw (2002) nomeia interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maioria da população brasileira é composta por mulheres (51,7%), e também por pessoas negras (53%)¹⁴. Assim, a maioria da população do país é mulher, e mulher negra ou indígena. Julieta Paredes afirma que é muito importante ressaltar que somos metade da população mundial e que parimos a outra metade, que não somos minoria e que o discurso que visa nos alocar no âmbito de minoria nos enfraquece.

¹⁴ Nesta classificação de negros do IBGE estão incluídas todas as pessoas que se declararam como não brancas, pardas e morenas, por exemplo. Este trabalho acredita que colocar todos os não brancos dentro da categoria “negros” acaba por invisibilizar os povos indígenas, tendo em vista que estes possuem reivindicações e problemáticas socioculturais diferenciadas das pautas elencadas pelo movimento negro; origem étnica e cultural discrepantes, além de uma muito menor representação política enquanto movimento. Esta leitura equivocada de transformar todos os não brancos em negros faz parte de um processo de homogeneização que foi acriticamente acatado por muitos governos de esquerda, e que, inclusive, levou o governo do Acre a declarar, em 2018, que mais de 70% da população acreana era negra e a investir em publicidade com imagens de mulheres afrodescendentes falando sobre a necessidade de se assumir a negritude do estado do Acre. Nenhuma mulher ou homem com fenótipo indígena aparecia na campanha.

La afirmación de que "las mujeres somos la mitad del todo" es condición de realidad planteada de principio. Es que nuestras visiones son muchas veces tributarias (aportadoras) de un imaginario patriarcal, que busca reducir y arrinconar la existencia de las mujeres a lugarcitos de pataleo sin trascendencia. Se suele decir por ejemplo: vamos a hacer políticas para los indígenas, para los campesinos, para los sectores populares y para las mujeres. Como si las mujeres no estuviéramos también dentro de lo indígena o dentro de lo campesino o dentro de los sectores populares; nos quieren ver como si fuéramos un mini sector. Otra forma de ejemplificar esto es cuando se habla de qué se va a tratar el tema del transporte, la seguridad ciudadana, la economía, los recursos naturales y el tema de las mujeres, como si nosotras como mujeres no tuviéramos que ver con el tema del transporte, la seguridad ciudadana, la economía y los recursos naturales. Finalmente somos tratadas como un problema, cuando se dice que se va a tratar de solucionar el problema de salud, de educación y el problema de las mujeres que, por añadidura, se entiende que es un problema por ser víctimas de violencia. Fíjense como somos tratadas como un problema entre tantos problemas más importantes. Todas estas son formas de encubrimiento de las mujeres; se maneja el lenguaje como si las mujeres fuéramos un sector entre tantos sectores, un tema entre tantos temas, un problema entre tantos problemas; es decir, una minoría sin mucha importancia, que siempre puede esperar, pues hay cosas más importantes que hace "la mayoría". Por eso, reafirmamos que LAS MUJERES SOMOS LA MITAD DEL TODO. (PAREDES, 2014, p. 47-48-49)

A visão de Paredes é essencial para o entendimento de como a política neoliberal conseguiu que nós mesmas, mulheres, passássemos a enxergar nossos assuntos como separados de todo o resto, como assuntos de mulher, de uma minoria que não somos. Em certo aspecto, o êxito desse tipo de introjeção é compreensível, tendo em vista os números de agressões, feminicídios e estupros nos espaços doméstico e público, que nos tiram o direito fundamental à vida. Não há como lutar contra a estrutura que nos oprime estando mortas. Estamos muito ocupadas em sobreviver.

3.1 GÊNERO E PATRIARCADO: CONCEITOS E PERSPECTIVAS PELA DECOLONIALIDADE

Em maio de 2015, acompanhei uma oficina de educação popular realizada em uma comunidade ribeirinha no Rio Negro, na cidade de Manaus, Amazonas, durante o Congresso Regional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Nos bastidores da oficina, eu conversava informalmente com Ciely, 28 anos, que reclamava por cuidar do neto de um ano: *“Eu avisei a ela para não ter o mesmo fim que o meu. Ela tem 15 anos, tem que ir para a escola e eu fico com o Miguel, mas eu estou cansada, estou grávida de oito meses, tenho mais sete filhos, falta dinheiro, olha aí a situação da gente”*. Ao ser indagada sobre o pai da criança, Ciely abaixou a cabeça e respondeu com um sorriso tímido:

Você não é daqui, moça? Você é de fora do Brasil, né? Aqui não tem moça bonita assim não, a gente é tudo meio índio, feio. Aqui tem muito filho de boto, muito mesmo. Dos meus filhos, os primeiros são do boto, a mãe do Miguel é uma. O filho dela, o Miguelzinho, também é do boto. Meu marido andou dando uns tapas nela por ter arrumado filho... Ele é nervoso, sabe? Com a gente ele é muito nervoso. Eu apertei ela e ela acabou contando que era do boto, aí não perguntei mais e nem ninguém perguntou mais. Tá feito o menino, né? Olha ele aí. Eu avisava ela para não sair à noite, não andar sozinha, mas acabou acontecendo com ela. O pai é o boto, ele vai-se embora depois do namoro e a gente nunca mais vê. Ele é um moço alto, loiro, bonito, bem vestido, que encanta as moças. Todo mundo aqui sabe que existe essas coisas e a gente que é mulher que tem que se cuidar. Aqui sempre foi assim, sempre, os mais velhos contam.

A fala de Ciely não deixou espaço para mais perguntas, mas suscitava muitos questionamentos e diversas problemáticas: padrão de beleza, maternidade e paternidade, violência doméstica, direitos reprodutivos, condição socioeconômica, etc. Eram muitas as indagações, mas não havia espaço para mais nenhuma pergunta após a resposta assertiva: “é filho do boto”. Onde residia a dificuldade de contestação e onde se encontravam os entraves a um diálogo sobre aquela situação? A dificuldade encontrava-se justamente em contestar um mito, uma lenda, parte da ancestralidade e da cultura popular local.

Mitos e lendas constituem uma realidade antropológica fundamental, são de difícil questionamento, pois são parte estruturante da memória coletiva de uma comunidade e muito tem a dizer sobre ela (Rocha, 1990). A lenda expõe e regulamenta uma série de valores e de tratados sociais invisíveis, de forma sutil e ao mesmo tempo severa.

Compreender um mito é uma forma de compreender uma determinada estrutura social. Nesta linha, a antropologia usualmente assume a existência de uma relação entre o mito e o contexto social. O mito é, pois capaz de revelar o pensamento de uma sociedade, a sua concepção de existência e das relações que as pessoas devem manter entre si e com o mundo que os cerca. (ROCHA, 1987, p. 83)

A lenda do boto reforça muitos aspectos das relações sociais de gênero nas comunidades ribeirinhas, reforça o lugar de subordinação das mulheres e ao mesmo tempo o lugar de privilégio dos homens. Além do mais, busca “resolver” o problema de uma gravidez indesejada, que poderia ser motivo de vergonha para a família, ou mesmo acobertar casos de estupro e de pedofilia. A atribuição da gravidez ao boto faz parte de um processo de silenciamento das mulheres, cria um ciclo de omissão e conivência que se retroalimenta, tanto pela família quanto pela comunidade. Um ciclo que ao mesmo tempo que cala a grávida e a culpabiliza, é libertador para o homem. O silêncio esconde uma paternidade proibida, muitas vezes fruto da violência, protegendo o agressor, que pode ser o pai, o padrasto, o avô, o irmão.

Sobre o caso de Ciely, o grupo de trabalho que ministrava as oficinas de educação popular e acompanhava a comunidade afirmou ter ela sido vítima de estupros sistemáticos desde os nove anos pelo pai, acabando por engravidar dele aos 12 anos. Dessa gravidez nasceu sua filha Clívia e suspeita-se que a mesma tenha sido estuprada pelo pai/avô e estivesse com medo de denunciar. Desta violência teria nascido Miguel, que na época se encontrava com um ano de idade. Este caso expõe a realidade de muitas mulheres amazônidas, sejam elas ribeirinhas ou não, e traz à tona a necessidade de debater, questionar e propor mudanças nas relações sociais de gênero e nessa estrutura social violenta.

Para propor mudanças é necessário identificar e avaliar os processos históricos que escreveram uma realidade violenta para as mulheres e também entender os conceitos como aliados na construção de conhecimento. O debate teórico deve aparecer como agente facilitador, fugindo da crítica pela crítica e atrelando-se à prática. Assim, busca-se trabalhar com o conceito de gênero e patriarcado dentro da perspectiva decolonial, visando contribuir para o entendimento dos sistemas que nos aprisionam metafórica e literalmente.

FIGURA 1 – COMUNIDADE RIBEIRINHA NO RIO NEGRO – MANAUS – AM



Fonte: a autora (2015)

A historiadora estadunidense Joan Scott (1990) destaca gênero como uma das principais categorias de análise e afirma que entender o conceito é essencial para compreender

a dinâmica social e o sistema de opressões. Scott foi pioneira em defender uma visão ampliada de gênero, que incluía não só as relações familiares, mas também o mercado de trabalho, que é sexualmente segregado; a educação; os sistemas político e econômico enquanto instituições socialmente masculinas (p. 15). Para Scott, as relações entre os sexos são construídas socialmente, mas essa constatação ainda é insuficiente para entender o porquê de serem elaboradas de forma desigual, privilegiando o sujeito masculino. A autora vai articular, então, a noção de construção social com as relações de poder, que hierarquizam homens e mulheres ao longo da história.

O conceito de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1994, p. 13)

Relações de gênero pressupõe então um opressor e um oprimido alocados dentro de uma estrutura que busca definir seus papéis. Essa estrutura Heleieth Saffioti (2015) nomeia patriarcado. Para ela, o patriarcado é um sistema de opressão às mulheres que possui as seguintes características:

1-Não se trata de uma relação privada, mas civil. 2- Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres [...] 3 – Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade. 4 – Tem uma base material. 5- Corporifica-se. 6 – Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2015, p. 60)

A autora afirma ainda que o gênero acompanha a humanidade desde sua existência, enquanto o patriarcado seria um fenômeno recente, atrelado a industrialização e ao capitalismo, remetendo, necessariamente, à desigualdade e à opressão e sendo apenas uma das possibilidades dentro das relações de gênero, mas não a única. O patriarcado é um sistema de ideias que se articula pelos espaços diluídos de poder, naturalizando a desigualdade e dificultando o processo de transformação social. Assim, o machismo pode ser classificado como a manifestação social desse sistema de ideias que incide culturalmente de forma negativa sobre as mulheres, considerando-as inferiores em capacidades, liberdades e direitos.

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais, na relação entre homens e mulheres. A desigualdade de gênero não é dada, mas sim construída. (SAFFIOTI, 2015, p. 75)

Nessa perspectiva, outro conceito importante trabalhado pela autora é o de falocentrismo, que seria uma tradução para primazia masculina, um conceito transportado da psicologia para a ordem política e que coloca o homem como centro do projeto social vigente, a referência, enquanto a mulher seria o outro, o ser incompleto (SAFFIOTI, 2015, p. 139). Ainda assim, ela ressalta que o termo patriarcado deve ser priorizado para discorrer sobre dominação masculina, pois abarca as demais concepções, sendo mais assertivo e elucidativo e trazendo a violência em seu cerne (p. 100-101). Para Saffioti é impossível teorizar sobre gênero sem falar de patriarcado e de violência e, ao mesmo tempo, impossível refletir sobre patriarcado no Brasil sem discutir racismo e colonialismo. Neste ponto as reflexões da marxista aproximam-se da discussão decolonial, que terá primazia enquanto abordagem teórica desta tese.

Rita Segato (2003) aponta a violência como inerente ao sistema patriarcal. Para ela, o patriarcado mantém-se não apenas pela violência em seus aspectos físicos contra as mulheres, mas principalmente pela violência simbólica que impõe, hierarquizando as relações de gênero. A autora entende o patriarcado como uma estrutura inconsciente que conduz afetos e distribui valores entre os elementos do cenário social. Afirma que a posição do patriarca está no campo simbólico, sendo ao mesmo tempo norma e projeto de autorreprodução, o que a leva a controlar e censurar a fluidez, as circulações e as formas de vivência de gênero que resistem à sua matriz heterossexual hegemônica. A autora declara ainda que, comparada com outros exemplos etnográficos, a construção ocidental de gênero é uma das menos criativas e sofisticadas, pois fixa a sexualidade, a personalidade e os papéis sociais no dimorfismo anatômico (p. 122).

Para Segato (2016), o patriarcado, ao contrário do que afirma Saffioti, não nasce com o capitalismo, nem com a colonização, já existindo em comunidades originárias da América antes da chegada dos colonizadores. A esse a autora nomeia “patriarcado de baixa intensidade o bajo impacto” (p. 18), onde existia uma relação social de gênero desigual, porém incomparável aos padrões de violência instaurados pós-intrusão¹⁵. O colonialismo capitalista trouxe uma hiper-hierarquização, uma nova leitura para as relações de gênero, instituindo a violência como linguagem e transformando o corpo da mulher em sua primeira colônia.

¹⁵ A autora utiliza o termo intrusão para o marco da invasão europeia na América.

Permanece aquí, también y a pesar de todo el debate reciente sobre este tema, mi convicción de que el patriarcado, o relación de género basada en la desigualdad, es la estructura política más arcaica y permanente de la humanidad. Esta estructura, que moldea la relación entre posiciones en toda configuración de diferencial de prestigio y de poder, aunque capturada, radicalmente agravada y transmutada en un orden de alta letalidad por el proceso de conquista y colonización, precede sin embargo, como simple jerarquía y en un patriarcado de baja intensidad o bajo impacto, a la era colonial-moderna. La expresión patriarcal-colonial modernidad describe adecuadamente la prioridad del patriarcado como apropiador del cuerpo de las mujeres y de éste como primera colonia. La conquista misma hubiera sido una empresa imposible sin la preexistencia de ese patriarcado de baja intensidad, que torna a los hombres dóciles al mandato de masculinidad y, por lo tanto, vulnerables a la ejemplaridad de la masculinidad victoriosa; los hombres de los pueblos vencidos irán así a funcionar como pieza bisagra entre dos mundos, divididos entre dos lealtades: a su gente, por un lado, y al mandato de masculinidad, por el otro. El género es, en este análisis, la forma o configuración histórica elemental de todo poder en la especie y, por lo tanto, de toda violencia, ya que todo poder es resultado de una expropiación inevitablemente violenta. Desmontar esa estructura será, por eso mismo, la condición de posibilidad de todo y cualquier proceso capaz de reorientar la historia en el sentido demandado por una ética de la insatisfacción. (SEGATO, 2016, p. 18-19)

As manifestações normativas patriarcais tem desenvolvimentos específicos dentro dos espaços ocidentais colonizados, espaços onde a herança escravagista se manifesta de forma a aumentar a opressão social e os estigmas sobre as mulheres negras e indígenas. As normas variam de sociedade para sociedade, mas possuem a mesma estrutura, rechaçando qualquer alusão a formas de vida que não se enquadrem na matriz heterossexual hegemônica e mantendo a distinção de pessoas por classes sociais. Às mulheres negras e indígenas a colonialidade reserva um espaço naturalizado de violência, um espaço de alteridade absoluta, onde estão alocados os alicerces do sistema econômico. A lenda do boto é apenas um exemplo, dentre outros tantos, que busca justificar a violência contra as mulheres pobres, ribeirinhas, periféricas.

Se em muito as culturas populares possuem um viés de resistência, por outro lado, muitas vezes ratificam o machismo e a violência contra a mulher. Existe um duplo viés de nas culturas populares, onde a mesma explicação mítica pode servir para proteger a mulher no caso de uma gravidez indesejada, por exemplo, ou para acobertar um crime. Nesse sentido, o que vai fazer a diferença é a estrutura social em que a comunidade está inserida e suas implicações nas relações de gênero. Por isso, para compreender a realidade relatada anteriormente por Ciely é necessário entender mais especificamente o que mudou nos papéis de homens e mulheres forçosamente incluídos em uma nova lógica eurocêntrica e capitalista pós-intrusão.

A colonização causou grande impacto na masculinidade dos homens dos povos submetidos, pois colocava como padrão de masculinidade a masculinidade branca

colonizadora. Ao mesmo tempo, atribuía importância e valor, inclusive econômico, aos papéis historicamente ocupados por homens no mundo-aldeia, causando uma hiper-hierarquização de gênero, sendo os papéis tradicionalmente femininos desvalorizados e relegados ao privado, ficando isentos de politicidade.

Quando essa colonial/modernidade intrude gênero na aldeia, modifica-o perigosamente. Intervém na estrutura de relações da aldeia, apreende-as e as reorganiza a partir de dentro, mantendo a aparência de continuidade mas transformando os sentidos, ao introduzir agora uma ordem regida por normas diferentes. É por isso que falo de verossimilhança: as nomenclaturas permanecem, mas são reinterpretadas à luz de uma nova ordem moderna. Esse cruzamento é realmente fatal, porque um idioma que era hierárquico, em contato com o discurso igualitário da modernidade, transforma-se em uma ordem ultra-hierárquica, devido aos fatores que examinarei a seguir: a superinflação dos homens no ambiente comunitário, no seu papel de intermediários com o mundo exterior, ou seja, com a administração do branco; a emasculação dos homens no ambiente extracomunitário, frente ao poder dos administradores brancos; a superinflação e universalização da esfera pública, que na condição de espaço público era habitada ancestralmente pelos homens, e o consequente colapso e a privatização da esfera doméstica; e a binarização da outrora dualidade de espaços, resultante da universalização de um dos seus dois termos quando constituído agora como esfera pública, por oposição ao outro, constituído como espaço privado. (SEGATO, 2012, p. 9-10)

Assim, a nova posição do homem, oprimido pela masculinidade branca, encontra no espaço público politizado um lugar de poder e de reafirmação, poder este que será exercido sobre as mulheres no espaço doméstico privado, fora de um sistema de proteção comunitário. Houve uma despolitização do espaço doméstico e uma hiperpolitização do espaço público (SEGATO, 2016, p. 93). Os homens passaram a exercer poder e a afirmarem-se de formas mais violentas dentro das estruturas familiares, as quais também se fecharam em um padrão monogâmico heterossexual e cristão. Assim, para legitimar a violência e a exploração usam a expressão “sempre foi assim” que Ciely diz ter ouvido dos mais velhos na comunidade ribeirinha de Manaus.

A posição masculina se vê assim promovida a uma plataforma nova e distanciada que se oculta por trás da nomenclatura precedente, robustecida agora por um acesso privilegiado a recursos e conhecimentos sobre o mundo do poder. Desloca-se, assim, inadvertidamente, enquanto se opera uma ruptura e reconstituição da ordem, mantendo, para o gênero, os antigos nomes, marcas e rituais, mas investindo a posição com conteúdos novos. Os homens retornam sustentando serem o que sempre foram, mas negando que se encontram operando em nova chave. (SEGATO, 2012, p. 12)

Como na lenda do boto, as nomenclaturas e os mitos permaneceram, mas passam a atender a outros propósitos. O que antes poderia ser uma resolução mística coletiva para amparar uma gravidez não planejada, passa a servir para acobertar estupros e pedofilia. A

violência dessa nova roupagem, que agrava a desigualdade e cala mulheres e meninas, começa na célula familiar e é ratificada socialmente. Lembremos do ditado popular brasileiro “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Assim, é necessário estudar gênero e suas interseccionalidades como principal categoria de análise decolonial.

Não se trata meramente de introduzir o gênero como um tema entre outros de uma crítica decolonial ou como um dos aspectos da dominação no padrão da colonialidade, mas de conferir-lhe um real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades, ao serem capturadas pela nova ordem colonial/moderna. (SEGATO, 2012, p. 8)

Dessa maneira, o feminismo decolonial se dá pelo espaço de resistência promovido por mulheres, muitas vezes surgidos às margens do sistema; reafirma que somos maioria e busca nos direitos humanos, na educação e em todas as brechas existentes no Estado patriarcal, uma melhor situação de vida para todas as mulheres, construindo por outro lado um movimento comunitário e plural de mulheres, extrínseco às instituições.

O passado colonial deixou profundas marcas, as quais ainda estamos no processo de assimilar. Conhecer a origem da opressão e atentar para as peculiaridades do patriarcado colonialista, que inaugura como primeira colônia o corpo das mulheres, é um processo lento e doloroso que nos faz questionar o que realmente somos, o que é nosso e o que foi entronizado. Vivemos em uma sociedade construída por homens e para homens, que são os únicos que conseguem habitá-la com naturalidade, e que se torna mais violenta simbólica e materialmente quanto mais o indivíduo se afasta do padrão do homem, branco, proprietário, heterossexual e letrado.

A sociedade e suas instituições promovem o que Segato (2018) chamou de pedagogias da crueldade, uma pedagogia que busca a coisificação do ambiente e das pessoas para que melhor o capital possa explorá-los. Naturalizam-se os lugares de predação e as pessoas que devem ocupar esses lugares. A violência simbólica contra mulheres nada mais é do que a mais primordial pedagogia da crueldade, que anula a alteridade e desloca o feminino para o lugar de outro absoluto.

La repetición de la violencia produce un efecto de normalización de un paisaje de crueldad y, con esto, promueve en la gente los bajos umbrales de empatía indispensables para la empresa predadora. La crueldad habitual es directamente proporcional a formas de gozo narcisístico y consumista, y al aislamiento de los ciudadanos mediante su desensibilización al sufrimiento de los otros. Un proyecto histórico dirigido por la meta del vínculo como realización de la felicidad muta hacia un proyecto histórico dirigido por la meta de las cosas como forma de satisfacción. [...] La pedagogía de la crueldad es, entonces, la que nos habitúa a esa disecación de lo vivo y lo vital, y parece ser el camino inescapable de la modernidad, su último destino. El capital hoy depende de que seamos capaces de acostumbrarnos al espectáculo de la crueldad en un sentido muy preciso: que naturalicemos la expropiación de vida, la predación, es decir, que no tengamos receptores para el acto comunicativo de quien es capturado por el proceso de consumición. [...] Naturalmente, las relaciones de género y el patriarcado juegan un papel relevante como escena prototípica de este tiempo. La masculinidad está más disponible para la crueldad porque la socialización y entrenamiento para la vida del sujeto que deberá cargar el fardo de la masculinidad lo obliga a desarrollar una afinidad significativa en una escala de tiempo de gran profundidad histórica entre masculinidad y guerra, entre masculinidad y crueldad, entre masculinidad y distanciamiento, entre masculinidad y baja empatía. Las mujeres somos empujadas al papel de objeto, disponible y desechable, ya que la organización corporativa de la masculinidad conduce a los hombres a la obediencia incondicional hacia sus pares -y también opresores-, y encuentra en aquellas las víctimas a mano para dar paso a la cadena ejemplarizante de mandos y expropiaciones. En este sentido, es muy importante no guetificar la cuestión de género. Esto quiere decir, no considerarla nunca fuera del contexto más amplio, no verla exclusivamente como una cuestión de la relación entre hombres y mujeres, sino como el modo en que esas relaciones se producen en el contexto de sus circunstancias históricas. No guetificar la violencia de género también quiere decir que su carácter enigmático se esfuma y la violencia deja de ser un misterio cuando ella se ilumina desde la actualidad del mundo en que vivimos. (SEGATO, 2018, p. 12-13)

Nossa sociedade tem o Estado de mãos dadas ao projeto do capital, autoriza e naturaliza os lugares de cada gênero, divide e aloca as pessoas em categorias de valoração, onde as que mais se aproximam do “homem universal” têm vantagem em relação às que mais se afastam. Ser mulher é estar sujeita a violência em maior ou menor grau, de acordo com a cor de sua pele, sua classe social, sua orientação sexual. Ser mulher é ser oprimida pela violência latente, é aprender a lidar com a linguagem da violência desde a infância, por isso ser mulher também é ser resistência.

Así, nos parece importante partir de nuestra definición de feminismo: feminismo es la lucha y la propuesta política de vida de cualquier mujer en cualquier lugar del mundo, en cualquier etapa de la historia que se haya rebelado ante el patriarcado que la oprime. (PAREDES, 2014, p. 76)

Frente ao feminismo neoliberal, Julieta Paredes propõe o feminismo comunitário, que não se refere apenas à comunidades tradicionais indígenas ou rurais, mas a todas as formas de comunidade.

Cuando decimos comunidad, nos referimos a todas las comunidades de nuestra sociedad, comunidades urbanas, comunidades rurales, comunidades religiosas, comunidades deportivas, comunidades culturales, comunidades políticas, comunidades de lucha, comunidades territoriales, comunidades educativas, comunidades de tiempo libre, comunidades de amistad, comunidades barriales, comunidades generacionales, comunidades sexuales, comunidades agrícolas, comunidades de afecto, comunidades universitarias, etc. Es comprender que de todo grupo humano podemos hacer y construir comunidades. Es una propuesta alternativa a la sociedad individualista. La comunidad está constituida por mujeres y hombres como dos mitades imprescindibles, complementarias, no jerárquicas, recíprocas y autónomas una de la otra. (PAREDES, 2014, p. 86-87)

Paredes ressalta que o feminismo neoliberal europeu lutou para igualar em direitos as mulheres burguesas a seus maridos também burgueses, um feminismo da igualdade. A autora propõe um feminismo da diferença, que valoriza as distinções entre homens e mulheres e cada indivíduo em sua particularidade, enquanto mantém a igualdade de direitos e a liberdade de ser quem se é. Para isso, o feminismo decolonial comunitário necessita, antes de tudo, ser anticapitalista e antineoliberal.

El liberalismo con su Libertad, Igualdad y Fraternidad, sólo para los hombres adultos y burgueses, demostró que no tenía la mínima intención de igualar a la humanidad en lo que se refiere a derechos. En realidad, el liberalismo sólo cambiaba a los destinatarios de privilegios; si en el feudalismo los privilegios estaban en manos de los señores feudales, en el liberalismo los privilegios cambian a las manos de los señores burgueses. El neoliberalismo desplegó una gran propaganda posmoderna de promoción de los derechos humanos: supuestamente las mujeres, los indígenas, los homosexuales, los jóvenes, los discapacitados eran reconocidos y se les daban dizque derechos. En la realidad, sólo premiaban o reconocían a las mujeres, indígenas, homosexuales, jóvenes y discapacitados que eran de su misma clase social o de su pensamiento político o que desde su diversidad les servían económica y políticamente sin protestar. Las y los rebeldes y revolucionarios no tenían lugar en esa repartija de prebendas. El neoliberalismo recoge en los fundamentos de su ideario este concepto estratificador del liberalismo, lo decora de una manera que se pueda digerir como si fuera un producto distinto, pero la esencia es la misma. En el liberalismo no hay iguales, hay ciudadanos de primera, de segunda, de tercera, de cuarta, de quinta clase, etc. El sistema Patriarcal implementó una variante en el neoliberalismo: tratar de igualar a hombres ciudadanos de primera clase con "sus mujeres" que ocupan la segunda clase de ciudadanía, por eso el "éxito" de ciertas mejoras que estas políticas neoliberales traen, especialmente para las mujeres de clases altas y medias del primer mundo, y por extensión a las mujeres de clases altas latinoamericanas. (PAREDES, 2014, p. 58-59)

Portanto, descolonizar o feminismo parte do pressuposto de respaldar o movimento nas formas de vida subalternizadas e historicamente excluídas pelo capital que avassalou a América após a invasão europeia. “Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p. 940).

Mas como descolonizar o gênero? Não se trata de buscar um retorno histórico às práticas pré-intrusão, pois não se pode modificar o passado, mas de resgatar um futuro interrompido, como afirmou Segato na Cátedra de Pensamiento Incómodo, em Buenos Aires, em 2019. Trata-se de buscar a transformação nas brechas do Estado, nos direitos humanos e nas diversas formas de resistência praticadas há mais de 500 anos pelas mulheres americanas. Nesse sentido, o acesso a informação e a educação tem um papel importante, pois é necessário conhecer para transformar. É preciso nominar as dores e as opressões para que elas saiam da subjetividade e passem a habitar o campo do discurso, do direito, dos movimentos sociais e das ruas. Necesitamos usufruir do “derecho a estudiar ahora para escribir y crear conocimientos después” (PAREDES, 2014, p. 118). Desse modo, o acesso à educação formal e às propostas de educação popular podem ser uma maneira de valorizar os conhecimentos ancestrais das mulheres e produzir novos conhecimentos e estratégias de bem viver para toda a comunidade. Assim, esta tese, embasada no pensamento feminista decolonial de Rita Segato e de Julieta Paredes, coloca a educação como um dos principais campos de tensão a serem explorados dentro e fora da academia, convidando a um giro decolonial que seja norteado pelas epistemologias e resistências das mulheres do sul.

Hacemos una cálida invitación a todas las mujeres y hombres feministas a la desobediencia, desobedecer las órdenes patriarcales que han limitado y reprimido nuestros cuerpos, nuestros espacios y nuestros tiempos y que han contaminado de machismos nuestros movimientos y organizaciones sociales, borrando de nuestra memoria de mujeres y hombres que nacimos diferentes pero iguales para vivir en comunidad. (PAREDES, 2014, p. 120)

3.2 EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE E PELA DIFERENÇA

A exclusão histórica das mulheres da ciência, dos espaços de ensino e poder, os números sobre violência física, sexual e tráfico humano, a desigualdade no mundo do trabalho e na liberdade de escolhas apontam para a necessidade de mudanças, sobrelevando a urgência de as instituições de ensino reinventarem-se. Precisamos de escolas e universidades que produzam ensino, pesquisa e extensão descolonizados e que gerem contrapedagogias da crueldade. Só assim essas instituições poderão cumprir seu papel fundamental, que é prestar serviço à sociedade, buscando contribuir para a eliminação de todas as formas de violência e desigualdade.

Para transformar a escola e a educação como um todo, esta precisa ser entendida dentro de sua materialidade histórica, pois a conquista da educação como um direito no Brasil é tardia e não surgiu da luta das camadas populares. Em países colonialistas como o Brasil, a ignorância e exclusão das classes subalternizadas sempre foram lucrativas para as elites. O afastamento dos pobres dos espaços de ensino sempre fez parte de uma ideologia colonial, burguesa e aristocrática.

O caminho europeu, no sentido das conquistas de direitos consagrados em lei, nem sempre foi o mesmo dos países que conheceram a dura realidade da colonização. E, mesmo no meio dos países colonizados, ainda resta avaliar o impacto sociocultural da colonização quando acompanhada de escravatura. A conquista do direito à educação, nestes países, além de mais lenta, conviveu e convive ainda com imensas desigualdades sociais. Neles, à desigualdade se soma a herança de preconceitos e de discriminações étnicas e de gênero incompatíveis com os direitos civis. Em muitos destes países, a formalização de conquistas sociais em lei e em direito não chega a se efetivar por causa desses constrangimentos herdados do passado e ainda presentes nas sociedades. Ao contrário de muitos países europeus, os países colonizados não contaram, desde logo, com processos de industrialização e de constituição de uma forte classe operária. Assim sendo, para as classes dirigentes, a educação não se impôs como uma necessidade socialmente significativa para todos. Não houve um processo social em que um outro ator social forte e organizado abrisse, desde logo, um conflito que cobrasse responsabilidades sociais. Ao ocuparem os aparelhos de Estado, as classes dirigentes se preocuparam muito mais com seus interesses exclusivos do que com um projeto nacional que englobasse dimensões mais amplas da cidadania para todos. A escravidão, o caráter agrário-exportador desses países e uma visão preconceituosa com relação ao 'outro' determinaram uma estratificação social de caráter hierárquico. Nela, o outro não era visto como igual, mas como 'inferior'. Logicamente as elites atrasadas desses países, tendo-se na conta de 'superiores', determinaram o pouco peso atribuído à educação escolar pública para todos. Na perspectiva dessas classes dirigentes, era suficiente para as classes populares serem destinatárias da cultura oral. Bastava-lhes um tipo de catequese em que o 'outro' deveria ser aculturado na linha da obediência e da lealdade servil. (CURY, 2002, p. 256-257)

No Brasil, mais de cinquenta anos depois de sua independência, a educação ainda era proibida a negros e indígenas, bem como as mulheres enfrentaram diversos obstáculos devido ao preconceito. Portanto, utilizar a escola e a universidade para produção de uma pedagogia libertadora ainda é um desafio, mas um desafio que deve ser encarado.

Freire (1996) afirma que ensinar exige a convicção de que a transformação é possível. Nesse sentido é preciso falar sobre a possibilidade de mudança, instigar e exigir uma nova escola e uma nova universidade, onde autoras latino-americanas, negras, orientais, indígenas e periféricas constem como referência, desconstruindo essa universidade androcêntrica e eurocêntrica, que se coloca à parte da maioria das mazelas sociais e exime-se de culpa em relação a formação de cidadãs e cidadãos por meio da educação hegemônica que oferece.

A educação, que começa no seio da família e continua ao longo da vida na escola, nos diferentes ambientes sociais e nos meios de comunicação, continua reforçando papéis e padrões culturais machistas, criando estereótipos: para o homem a autoridade, o poder de decisão, a produção de bens, o mundo exterior; para a mulher a obrigação de obedecer, a reprodução da vida em todos os seus aspectos, o mundo interior, as quatro paredes. Essa injusta e desigual relação entre homens e mulheres – as denominadas relações sociais de gênero – gera uma grande violência estrutural cotidiana, muitas vezes invisível, considerada natural, mas que chega aos maus-tratos, à agressão, a violação e até a morte. (BEATRIZ CANNABRAVA, 2012, p. 199)

A educação para a mudança, portanto, é contra-hegemônica e necessita ser feminista, no sentido em que busca a liberdade dos seres humanos, a igualdade de direitos entre os gêneros e o respeito à vida das mulheres.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito, igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (FREIRE, 1996, p. 77)

Deve-se assumir que a educação é ideológica. Eximir-se de um posicionamento crítico sobre a situação dos grupos violados pela lógica hegemônica é ir ao encontro dos interesses dos mesmos. O atual sistema de educação não tem comprometimento com a mudança; encerra-se na análise de uma realidade sólida e imutável, que ratifica a lógica do mercado e da exclusão: burguesa, cientificista, tecnicista e falocêntrica.

É necessária uma mudança da postura das universidades públicas para com a sociedade no que diz respeito ao investimento em educação para a igualdade. É necessário adotar a educação popular feminista como prática constante, considerando-a uma parte importante na discussão dos direitos humanos. Assim, com a implementação de uma política voltada à promoção da igualdade de gênero, tanto dentro das salas de aula como fora delas, a universidade passa a incluir em seu plano de desenvolvimento institucional uma proposta de mudança para além dos discursos. (CHAVES, 2014, p. 7)

A universidade pública possui valiosas ferramentas para a transformação da sociedade: a pesquisa contribui para a análise da realidade e de possibilidades de intervenção; o ensino para a conscientização da necessidade dos processos de mudança; enquanto a extensão é um retorno à sociedade por meio da integração comunitária e dos programas de educação popular. “Enquanto os grandes debates, os seminários revolucionários permanecem dentro da escola, cada vez mais isolada dos problemas reais e longe das decisões políticas, não existirá uma educação libertadora.” (FREIRE, 1994, p. 5). Além disso, a universidade

forma novos professores e professoras, agentes singulares da mudança na formação de sujeitos críticos.

É preciso romper as barreiras que afastam a universidade das populações de seu entorno, do intercâmbio de saberes com as populações tradicionais e a impedem de ouvir as vozes dos oprimidos e oprimidas. Muitos foram os avanços na legislação, mas apenas papéis não resolvem todo um problema secular construído socioculturalmente pelo colonialismo.

[...] a importância da lei não é identificada e reconhecida como um instrumento linear ou mecânico de realização de direitos sociais. Ela acompanha o desenvolvimento contextualizado da cidadania em todos os países. A sua importância nasce do caráter contraditório que a acompanha: nela sempre reside uma dimensão de luta. (CURY, 2002, p. 247)

Assim, a lei e as políticas públicas são um campo de permanente conflito entre as classes hegemônicas e subalternizadas. Se a dimensão legal não soluciona o problema por si só, tampouco sem ela os problemas se resolveriam. A legalidade precisa vir acompanhada da mudança nos discursos, da apropriação do campo do direito pela população, da formação de cidadanias descolonizadas. Nesse ponto, a educação, em especial a promovida pela universidade, possui um caráter primordial. Uma educação crítica e libertadora forma mulheres e homens comprometidos com a mudança, que não aceitam a desigualdade e a inferiorização das diferenças como fato e que, dessa forma, empenham-se na luta por políticas públicas que visem a equidade¹⁶ e também na construção de comunidades de resistência.

Para construir uma universidade socialmente referenciada é necessário um ponto de partida, nesse sentido cumprir as orientações já sistematizadas por lei e em diretrizes já seria um grande passo. Leis e diretrizes estas elaboradas por movimentos sociais organizados e reivindicadas por meio da luta, utilizando as brechas existentes no Estado patriarcal e concebendo por meio delas espaços de promoção de igualdade, de respeito e valorização das diferenças. Para isso, primeiramente, carecemos de nos apropriar desses documentos e das possibilidades que nos trazem, no sentido de exigir que as universidades cumpram com seu papel na minoração das desigualdades de gênero, raciais e de classe.

¹⁶ O conceito de equidade é comumente confundido com o de igualdade, porém não são sinônimos. Equidade vai além da igualdade, pois está no plano da justiça social. No texto, quando se fala em políticas públicas que visam a equidade, remete-se ao nivelamento de oportunidades e acesso, dar mais a quem precisa mais.

3.3 A RESPONSABILIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DA LEGALIDADE À NECESSIDADE DE MUDANÇA ESTRUTURAL

A proposta de uma formação profissional voltada para o indivíduo e suas relações faz parte de todas as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em vigor no país. A intenção é formar um profissional cujas atuações política, econômica, social e cultural respeitem as diversidades e contribuam para relações sociais equânimes. Na Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Ministério da Educação, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, consta a necessidade de comprometimento das instituições de ensino superior com a temática:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação. (BRASIL, 2012, p. 2)

Esse pensamento encontra eco também nas Diretrizes Gerais de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni):

[...] a excelência acadêmica e a pertinência científica estejam associadas à responsabilidade social da instituição universitária, atenta às carências da sociedade brasileira, à superação das desigualdades regionais e aos desafios do desenvolvimento local, regional e nacional. (BRASIL, 2007, p. 4)

Tem-se, portanto, como desafio, construir uma universidade socialmente comprometida, academicamente competente e pedagogicamente inovadora e descolonizada, superando os velhos recortes disciplinares com programas cada vez mais interdisciplinares. O papel social e político da universidade não é apenas vincular educação ao mundo do trabalho, mas também possibilitar condições reais para a construção e manutenção de cidadanias. Criar as bases para uma sociedade democrática e construir mecanismos que implodam estereótipos de gênero, raça, etnia, orientação sexual etc.

A criação de disciplinas, de projetos de extensão e de pesquisas voltados à igualdade de direitos visa contribuir para um processo formativo focado no ser humano, trabalhando os direitos humanos como um processo transversal e permanente, conforme sugerem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012, p. 1)

Nesse contexto, construir uma educação não discriminatória tem sido um dos desafios das universidades, o que passa tanto pela verificação e reestruturação de conteúdos (currículo), pela produção e aplicação dos conhecimentos, quanto pela análise da prática docente, pela forma como vem ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem e a relação entre docentes e discentes. É necessário rever, de forma crítica, como os profissionais são formados, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, espaços para discussão e construção de ferramentas teórico-metodológicas não discriminatórias que permitam uma atuação para e numa sociedade democrática, de saberes plurais.

[...] ao se promover a transformação da educação nacional, rumo a uma educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-lesbofóbica e não-homofóbica, está se formando e transformando pessoas, criando uma sociedade mais justa, em que os direitos humanos de todas e todos sejam de fato respeitados. (BRASIL, 2008, p. 3)

Em sintonia com essa proposta, elencam-se questões presentes também nas discussões do I e II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência, fórum de debates formado por universidades federais do Brasil. Esses encontros foram promovidos pelo Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES), entre outras instituições responsáveis pela formulação das políticas científicas e tecnológicas do país.

A partir desses encontros foram encaminhadas recomendações às instituições públicas de pesquisa e de ensino superior que se tornaram referência para a orientação das políticas de equidade dessas instituições. Destacamos aqui as recomendações resultantes do Grupo de Trabalho Políticas de Formação em Gênero, pois são as que terão maior impacto nas graduações (bacharelados, cursos superiores tecnológicos e licenciaturas) através da introdução de componentes curriculares específicos como gênero, raça/etnia e diversidade sexual:

- Formulação de Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental, médio e superior:
 - a. Oferta regular de disciplinas nos currículos de graduação (bacharelado e preferencialmente as licenciaturas)
 - b. Cursos e programas regulares e educação continuada na modalidade presencial e a distância
 - c. Estimular a criação, fortalecer e apoiar a manutenção de unidades de ensino, pesquisa e extensão, bem como grupos e núcleos, na área de gênero, mulheres e feminismos
- Linhas de pesquisas e interdisciplinaridade:
 - a. Inserir o recorte de gênero, raça/etnia e orientação afetivo-sexual nos editais das diferentes áreas
 - b. Fomentar o intercâmbio de docentes e pesquisadoras/es para oferta de disciplinas, cursos e discussão de experiências em todo país
- Construção de um pacto interinstitucional pró-equidade de Gênero, Raça/etnia e Orientação Afetivo-Sexual nas universidades, gerando, dentre outras ações:
 - a. Um selo de equidade que subsidie apoios do MEC/ INEP, CAPES, CNPq/MCT;
 - b. Criação do observatório para diagnóstico e monitoramento das ações nas universidades e institutos de pesquisa;
 - c. Construção de banco de dados com o perfil das instituições.
- Difusão das atividades dos núcleos e grupos de pesquisa, das unidades de ensino relacionadas às questões de gênero, raça/etnia e sexualidade. (BRASIL, 2009, p. 7)

A própria Lei Maria da Penha, título III — Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Capítulo I — Das Medidas Integradas de Prevenção, sinaliza para a necessidade de inclusão de disciplinas específicas, em todos os níveis de ensino, que discutam gênero e suas interseccionalidades. Visa-se:

VIII — a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; IX — O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006, p. 10).

Outro ponto importante é a necessidade do recorte racial quando se fala em igualdade de gênero, pois as mulheres negras estão em situação de vulnerabilidade social maior, sendo elas a maioria das vítimas de violência doméstica e feminicídio no Brasil (WAISELFISZ, 2015, p. 29). O Estatuto da Igualdade Racial confere às instituições de ensino, incluindo as de ensino superior, a missão de contribuir para a erradicação do racismo.

Art. 23. O Ministério da Educação fica autorizado a incentivar as instituições de ensino superior públicas e privadas a: I — apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação, que desenvolvam temáticas de interesse da população afrobrasileira; II — incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores respeitantes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira; III — desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens afro-brasileiros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários. (BRASIL, 2008, p. 6)

Em julho de 2015, o Conselho Nacional de Educação lançou uma resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Essas diretrizes afetam diretamente a estruturação dos currículos das licenciaturas e seus conteúdos nas universidades, pois buscam a consolidação de uma educação realmente inclusiva e a formação de professoras e professores comprometidos com o respeito, valorização das diversidades e promoção dos direitos humanos. De acordo com essas novas diretrizes,

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos, conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos. (BRASIL, 2015, p. 11)

Enfatizemos que essas diretrizes para as licenciaturas, deixam uma brecha ao determinar que os conteúdos devam ser incluídos, mas sem especificar de que forma. Dessa maneira, muitas universidades acabam optando por dissolver esses temas nas disciplinas já existentes ao invés de criar uma disciplina específica para isso. De forma diluída, não há como garantir que os mesmos sejam ministrados e muito menos que os professores e professoras tenham capacitação e comprometimento para tratar de assuntos tão delicados e importantes na formação de futuros profissionais da educação.

Tomemos o exemplo da Universidade Federal do Acre (Ufac): após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, o Movimento de Mulheres de Rio Branco, juntamente com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/AC), diversos grupos de pesquisas vinculados à universidade, Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres elaboraram o “Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Ufac”¹⁷. O plano trazia propostas detalhadas para esta instituição, sendo uma das principais a inclusão de uma disciplina específica para tratar das questões relacionadas a direitos humanos, em consonância com as diretrizes acima apontadas. Trazia inclusive nomes de professoras comprometidas com a causa, com uma proposta de ementa construída, que se

¹⁷ Maiores detalhes sobre o plano podem ser encontrados no artigo “Universidade Pública e Educação Transformadora: a elaboração de um plano para a igualdade de gênero na Ufac”, publicado como capítulo de livro pela autora. Link: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/7428>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

disponibilizavam a ministrar a disciplina. O plano embasava-se em diversos documentos oficiais para cobrar da Ufac sua responsabilização pela minoração da violência contra as mulheres no estado, tendo em vista que o Acre é o estado com maior taxa de feminicídios do país, conforme exposto anteriormente. Após a entrega do plano com a assinatura de mais de cinquenta entidades governamentais e não governamentais, as propostas foram a votação no Conselho de Centros, tendo apenas um voto a favor da inclusão da disciplina em questão. Os demais membros do conselho, todos eles, votaram por diluir os conteúdos em disciplinas já existentes, deixando a cargo dos professores e professoras as modificações nas ementas.

No que se referia a educação popular feminista, as proposições do plano foram aceitas prontamente pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex). As propostas tratavam da ampliação e continuidade do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher” e projeto de extensão “Sexualidade, Direitos Humanos e Gravidez na Adolescência”, bem como da aproximação entre projetos de extensão ligados à área de Direitos Humanos e Justiça. Evidencia-se que o acolhimento das propostas somente aconteceu por haver um pró-reitor e funcionárias desse setor na elaboração do plano e uma parte da equipe comprometida com a causa, demonstrando que propostas emancipadoras de educação dependem da iniciativa e formação individual dos sujeitos que compõe a instituição.

No sentido de responsabilizar as instituições de ensino, dentre elas as universidades públicas, não se pode deixar de citar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, construído como um plano de governo no ano de 2008, para buscar a erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres. O plano, erigido a partir de uma pressão do movimento feminista, foi elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com diversas ações em nível federal, estadual e municipal, visando amplificar o raio das atividades. No documento torna-se notória a importância dada as políticas educacionais em diversos âmbitos: educação escolar, universitária, educação popular; contendo um capítulo inteiro dedicado a educação, com o título “Educação inclusiva, não-sexista, não-racista e não-lesbofóbica”.

Primeiramente, é preciso garantir que meninos e meninas, homens e mulheres, tenham o mesmo acesso à educação de qualidade e recebam tratamento igualitário das instituições e profissionais envolvidos nos processos educacionais formais. Em segundo lugar, para garantir que todas as mulheres sejam respeitadas em seu direito à educação, há que ser combatida não apenas a discriminação de gênero, mas todas as outras formas de discriminação – geracional, étnico-racial, por orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outras – que as afetam e interferem não apenas no acesso, mas também no seu desempenho escolar. Por fim, mas não menos importante, por seu próprio objeto, a política educacional tem papel fundamental a desempenhar na mudança cultural necessária para que a sociedade brasileira seja de fato igualitária. Assim, ao se promover a transformação da educação nacional, rumo a uma educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-lesbofóbica e não-homofóbica, está-se formando e transformando pessoas, criando uma sociedade mais justa, em que os direitos humanos de todas e todos sejam de fato respeitados. Transformar as percepções e sensibilidades dos/as profissionais da educação básica é atuar para a mudança de padrões de comportamento e de valores de crianças, jovens e adultos(as). (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008, p. 53)

No documento consta ainda que é necessário o empenho dos parceiros para que este plano possa sair do papel. Estados, municípios, instituições de educação, em especial as de educação pública, precisariam mobilizar-se para trabalhar em equipe rumo a um objetivo comum. Assim, de 2008 para cá, muitas ações foram realizadas, mas muitas outras não foram concretizadas. Houve muitos avanços, mas, por outro lado, não é estranho que dentro das escolas e universidades a existência desse documento sequer seja conhecida por muitos. Assim como são desconhecidos muitos outros de igual importância.

Os diversos instrumentos legais, diretrizes e leis citados anteriormente mostram que a eliminação da violência de gênero, dentre outras, está amparada legalmente e assumida como política de Estado. É também importante ressaltar que a ascensão de um governo federal de extrema direita, por mais que seja um retrocesso no que tange o respeito aos direitos humanos, não elimina o caráter oficial dos documentos acima apontados e não impede sua utilização como norteadores de políticas públicas educacionais.

Existe uma guinada à direita no cenário político das sociedades ocidentais, levando a uma nova polarização entre a direita tradicional e a extrema-direita. Esses sinais são acompanhados por um senso comum ultraconservador, individualista, que passa a desqualificar a prática política, as instituições democráticas, os princípios de liberdade e de igualdade, os princípios de direitos humanos, conquistas forjadas em lutas sociais desde o século XVIII. E o senso comum ultraconservador aparece de diferentes maneiras, tanto nas sociedades do Norte (Estados Unidos e Europa), quanto nas sociedades do Sul (em especial na América Latina). (DORNELLES, 2017, p. 157)

É preciso, mais do que nunca, reforçar o caráter legal das conquistas alcançadas até aqui, mesmo que não sejam as ideais. Os documentos expostos nesta tese são poucos, dentre

vários outros que podem ser utilizados para respaldar a construção de uma educação para a igualdade em tempos em que se busca criminalizar o pensamento crítico e a luta contra as desigualdades.

É preciso ampliar os questionamentos sobre a prestação de serviços de nossas universidades à população e a partir disso reestruturar a maneira de fazer educação: questionar se há um investimento em formar cidadãos pensantes em todos os cursos, incluindo as Ciências Exatas, Agrárias e Biológicas; se as universidades se preocupam em produzir conhecimento amplo, que possa ser acessado pelas populações do entorno; qual investimento é feito na extensão universitária, historicamente com menos recursos que as demais pró-reitorias; se as universidades investem em educação popular; se cumprem as orientações dos diversos documentos apontados anteriormente; questionar se os saberes dos povos tradicionais são incluídos e valorizados; quais são as áreas priorizadas na produção de pesquisas e qual o motivo; questionar se há uma crítica ao saber eurocentrado e uma pluralidade de autoras e autores do Sul sendo estudados e pesquisados.

Questionar a universidade não tem como objetivo desqualificá-la, pelo contrário, questionar é se tornar parte, é valorizar e procurar a melhoria de uma instituição que é do povo, é instigar e cobrar que a educação para igualdade seja uma política de gestão de todas as universidades e não apenas ações independentes. Entender a universidade como do povo e onde um universo de saberes e conhecimentos pode e deve coexistir é substancial para que não haja reprodução do elitismo e colonialismo historicamente ancorado na academia. Sabe-se que mesmo com todos os problemas enfrentados pelas universidades públicas, elas ainda são um reduto de pensamento crítico de nosso país e onde muitas práticas emancipadoras são pensadas e produzidas.

A formação de consciência crítica é essencial para instigar o ímpeto de mudança nos sujeitos, para que haja gestoras e gestores, professoras e professores comprometidos com a construção de uma academia mais plural. O surgimento de movimentos como o “Escola sem Partido”¹⁸ no Brasil, visando impedir a formação de sujeitos conscientes e de educadoras e educadores críticos dentro das escolas e universidades, reafirma a importância da educação

¹⁸ O programa “Escola sem Partido” é um movimento nacional que visa criminalizar a educação crítica nas escolas, tratando acontecimentos históricos ou mesmo a defesa de direitos humanos como opiniões e ideologia. As propostas de lei ligadas ao escola sem partido somam quase 60 em todo o país, incluindo as propostas a nível municipal, estadual e federal. Algumas delas já foram arquivadas, outras negadas e consideradas inconstitucionais, enquanto outras propostas seguem em tramitação. O movimento possui um site para arrecadação de fundos e denúncias de professores. O site não será disponibilizado neste trabalho por uma opção política de não divulgação do mesmo sob nenhuma circunstância, mesmo que como objeto de abjeção e crítica.

para a transformação e demonstra o temor da elite política em lidar com sujeitos pensantes. Preferem a formação de uma massa tecnicista acrítica e colonizada. O conhecimento está sendo atacado e desvalorizado justamente porque nele reside a resistência.

4 O PROJETO DE EXTENSÃO “UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” E A CARTOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS

Até o ano de 2012, a Ufac restringia as ações de educação popular feminista a trabalhos isolados produzidos por professoras da instituição. Nunca tinha havido uma iniciativa da universidade em aproximar projetos que tivessem afinidade dentro das áreas da extensão universitária¹⁹ e nem um foco específico na questão de gênero. Até 2012, na plataforma de projetos de extensão da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex) da Ufac não constava nenhum projeto de ação direta²⁰ voltado à área de Direitos Humanos e Justiça.²¹

A partir do ano de 2012, a Proex ativou, por meio da contratação de novas funcionárias, a Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária (Dacic), iniciando então os trabalhos voltados à promoção dos direitos humanos e estruturando o trabalho com educação popular. Uma das contratadas era a autora desse trabalho, que além de produtora cultural da universidade também integrava o Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da Amazônia - Nega (Ufac/CNPq) e o Grupo de Pesquisas Amajor – Amazônia, Jornalismo e Direitos Humanos (Ufac/CNPq). O então Pró-reitor de Extensão e Cultura da Ufac, Prof. Dr. Enock da Silva Pessoa explicou que:

*Nós não tínhamos funcionários responsáveis por esta área aqui, ela não existia na prática. Com a vinda de alguns funcionários para a Proex que nós pudemos estruturar o trabalho com educação popular. Foi essencial também que os funcionários novos trouxeram este trabalho pra nós, já pela vivência deles, chamaram isso. A partir daí a Ufac foi vendo que era possível e necessário investir mais em direitos humanos, e é o que estamos fazendo. Eu sempre fui extensionista e apoiei a ideia.*²²

As primeiras ações da Ufac neste âmbito ocorreram em outubro de 2012 e constituíram-se em painéis e oficinas²³ dentro da própria universidade, o tema eram as

¹⁹ A extensão universitária no Brasil é dividida em oito áreas, são elas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho. Estas áreas são regulamentadas pela Política Nacional de Extensão Universitária. O documento na íntegra pode ser acessado em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.

²⁰ Projetos de extensão de ação direta são projetos que não concorrem a recursos via edital de extensão, passam apenas por avaliação do Conselho de Extensão da universidade e são coordenados por membros da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, sendo financiados pelo duodécimo da mesma.

²¹ Consulta realizada pela pesquisadora na plataforma de projetos da Proex/Ufac. Acesso em: 7 mar. 2019.

²² Entrevista concedida a autora em 05 set. 2018.

²³ Painéis são ferramentas de educação mais expositivas, com menor interação, assemelhando-se a uma palestra. Oficinas, como o próprio nome sugere, prevê uma interação constante, uma criação coletiva. Segundo Freire (1997) a oficina parte de uma metodologia instigadora, que perpassa todo o processo educativo.

relações sociais de gênero; o público-alvo servidoras, servidores e estudantes da Ufac. Estas oficinas ocorreram em parceria com alguns cursos de graduação e setores administrativos da instituição, gerando certificação para os participantes.

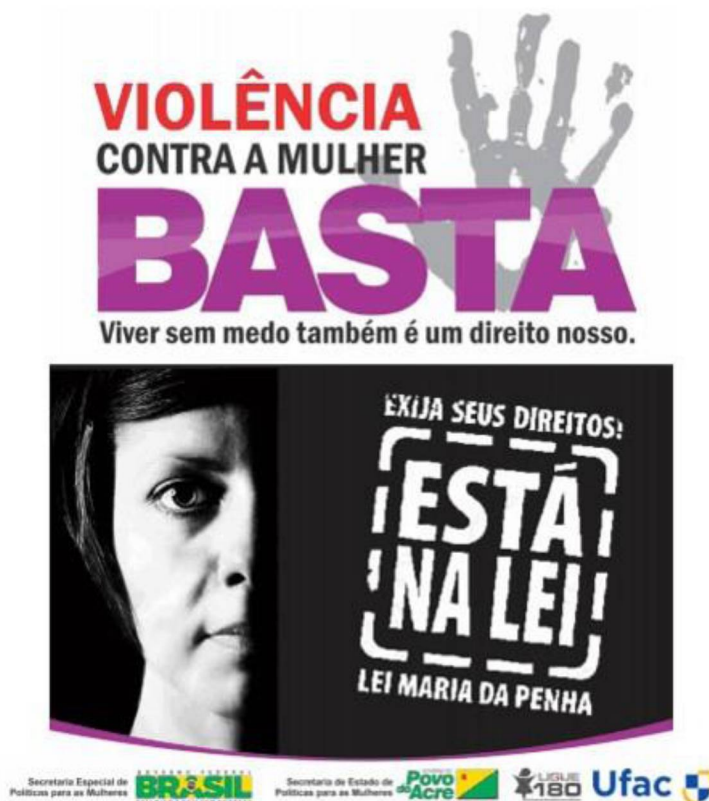
Após este primeiro passo, surgiu, ainda no final do ano de 2012, uma parceria entre a Ufac e a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres do Acre (SEP Mulheres), que consistia em ministrar oficinas para funcionários e funcionárias públicas que trabalhavam diretamente com mulheres em situação de violência doméstica e sexual no município de Rio Branco – AC. O principal público era a equipe das delegacias da mulher, polícia civil e militar, unidades de saúde, centros de referência e assistência social, dentre outros. A Ufac ficou responsável por elaborar oficinas com a temática “Violência contra a Mulher: a Culpabilização das Vítimas”, enquanto o Ministério Público e a própria secretaria da mulher tratariam dos procedimentos legais no atendimento às vítimas.

Com o sucesso desse trabalho, professoras, escolas, empresas privadas e secretarias de governo passaram a entrar em contato tanto com a Ufac quanto com a SEP Mulheres para solicitar oficinas de capacitação na área de relações sociais de gênero e violência contra as mulheres. Diversas oficinas foram realizadas para estudantes, para grupos de professoras e professores, para secretarias de estado e para empresas privadas. Ficava evidente que havia uma demanda social muito grande de capacitação sobre a temática.

Assim, as oficinas vinham sendo realizadas pela demanda, mas não integravam um projeto. Era necessário oficializar o trabalho para que o mesmo pudesse ser contabilizado como uma ação da Proex Ufac e para que fosse formalmente documentado. Para institucionalizar as oficinas e gerar certificação seria preciso cadastrar o projeto na plataforma de ações de extensão e tê-lo aprovado pelo Conselho de Extensão da universidade. Assim foi escrito o projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher”, que foi aprovado como um projeto de ação direta da pró-reitoria.

Devido à grande visibilidade dos trabalhos realizados, no ano de 2013 surge a possibilidade de uma parceria maior entre a Ufac e SEP Mulheres, que propunha levar oficinas de educação popular feminista a todos os 22 municípios do estado do Acre. Era a Campanha Estadual pelo Fim da Violência Contra a Mulher, com o *slogan* “Violência contra a Mulher: basta! Viver sem medo também é um direito nosso!” A partir da proposta da SEP Mulheres, consoante com as diretrizes adotadas pela Proex Ufac, o desafio foi aceito.

FIGURA 2 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA “BASTA! VIVER SEM MEDO TAMBÉM É UM DIREITO NOSSO!”



Fonte: Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres do Acre (2013)

O projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher” integraria a Campanha Estadual pelo fim da Violência contra a Mulher, cuidando especificamente da elaboração e ministração de oficinas de capacitação sobre relações sociais de gênero. Outras áreas da campanha seriam administradas por projetos paralelos do governo e parceiros. A campanha fazia parte do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que visava erradicar todas as formas de violência contra as mulheres, com foco na violência doméstica e familiar. Os recursos para realização das atividades, portanto, foram repassados à SEP Mulheres Acre por esta secretaria.

Assim, iniciou-se a campanha, elaborada pela Ufac e SEP Mulheres, ficando a área de educação popular a cargo da universidade, sendo as oficinas sobre relações sociais de gênero ministradas pela autora desta tese, que já havia adquirido alguma experiência com os trabalhos realizados antes da institucionalização do projeto. Além da abordagem teórica das oficinas, haveria um painel sobre legislação e Lei Maria da Penha, explicando o fluxo de atendimento à mulher de cada município, e outro para explicar sobre os organismos

municipais de políticas para as mulheres (OPMs) e conselhos municipais dos direitos da mulher (CMDMs). Priorizou-se as oficinas como método didático, utilizando a metodologia educacional baseada na pedagogia de Paulo Freire, visando à construção coletiva de conhecimento e ao despertar do senso crítico das educandas e educandos por meio de suas próprias experiências.

Oficina é uma ferramenta da psicologia social para trabalho em grupo. Configura-se como um método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta da pessoa – o pensar, o sentir e o agir, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos. (MARIA JOSÉ SOUZA, 2012, p. 167)

Dessa forma, as oficinas deveriam chegar a todos os 22 municípios do estado do Acre, articuladas com as redes de atendimento às mulheres em situação de violência, com os OPMs e CMDMs. Tanto os OPMs quanto os CMDMs haviam sido formados há pouco tempo e a SEP Mulheres via a necessidade de capacitá-los. As oficinas teriam duração de um ou dois dias, a depender do município. O público-alvo seria: funcionários e funcionárias públicas que lidam diretamente com mulheres em situação de violência, coordenadoras e integrantes dos OPMs de cada município, CMDMs, movimento organizado de mulheres, lideranças comunitárias, secretarias municipais, educadoras e educadores da rede pública de ensino. Todas as oficinas eram abertas ao público em geral, porém a articulação e os convites foram previamente pensados para garantir a presença do público-alvo específico.

A ministrante da Ufac seria custeada pela Proex. Nesse custo entrariam diárias para permanecer nos municípios, algumas passagens aéreas e a disponibilização de caminhonete da universidade para os trajetos mais curtos, entre Rio Branco e as cidades próximas, onde fosse possível ir e voltar no mesmo dia. As demais expensas, como materiais de consumo, produção de camisetas e pastas com a logo da campanha, carro para trajetos longos, fretamento de avião monomotor e fretamento de barcos seriam financiados pela SEP Mulheres.

A campanha contaria também, em sua equipe de ministrantes, com representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/AC), visando capacitar os CMDMs e corrigir possíveis situações de irregularidade na formação dos OPMs. Buscava-se também a institucionalização dos organismos que ainda funcionassem na informalidade, para que, a partir daquele momento, esses órgãos passassem a ter uma atuação efetiva.

As temáticas a serem abordadas nas oficinas seriam: o que é o machismo, o que é feminismo e o movimento de mulheres, as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres, as conquistas das mulheres ao longo dos anos (apresentadas resumidamente de

forma cronológica), igualdade de direitos, dupla jornada de trabalho, o papel da mídia, a cultura do estupro, cantadas de rua como assédio, a repressão da sexualidade da mulher, a imposição de um comportamento social padronizado para a mulher, padrão de beleza, a violência física como ápice de uma cultura historicamente patriarcal, violência obstétrica. Como são muitos temas, os mesmos seriam apresentados de forma introdutória e que instigasse a busca por conhecimento. Materiais relacionados aos assuntos debatidos seriam disponibilizados para as participantes. A explicação sobre a Lei Maria da Penha e sobre o fluxo de atendimento à mulher de cada município seria elaborado pela coordenadora do Pacto Estadual pelo Fim da Violência contra a Mulher no Acre, Joelda Pais, da SEP Mulheres, que afirma que:

Muita gente sabe que a Lei Maria da Penha existe, mas não conhece os principais artigos dessa lei, não sabe como usar. Mesmo as autoridades policiais, o pessoal da saúde que recebe as mulheres que sofreram violência, muitas vezes não sabem. Pessoal conhece apenas uma pequena parte da lei, que é a que tem que denunciar o homem que bate em mulher, que agora é crime. Mas a lei vai muito além disso, mas muito além. O painel é para tirar todas as dúvidas e responsabilizar os órgãos públicos. A gente vai explicar que existe um caminho correto a ser percorrido pela rede de atendimento à mulher, mostrar direitinho esse fluxo e também como fazer o acompanhamento dos casos.²⁴

Assim, após muitos meses de planejamento e articulação com os municípios, a Campanha Estadual pelo fim da Violência contra a Mulher no Acre foi lançada, em 25 de novembro de 2013, no Teatro Náuas, em Cruzeiro do Sul, na região do Vale do Juruá. O ato solene contou com a presença da então vice-reitora da Ufac, Margarida de Aquino Cunha (eleita como reitora posteriormente no ano de 2018), e de diversas autoridades, dentre elas a então secretária de estado de políticas para as mulheres do Acre, Maria da Conceição Maia de Oliveira²⁵, coordenadora geral da campanha. Concita ressalta a importância das parcerias para efetivação dos resultados deste tipo de trabalho:

²⁴ Entrevista concedida a autora em 02 de agosto de 2015.

²⁵ Maria da Conceição Maia de Oliveira é conhecida no meio político como Concita Maia, nome este que será utilizado para referir-se a ela a partir daqui.

Vejo que acertamos em chamar a Ufac para a parceira na campanha estadual pelo fim da violência contra a mulher. Vocês estavam iniciando os trabalhos na área de direitos humanos e tem uma mestra que trabalha justamente na área de educação popular feminista. O nome da Ufac nas oficinas dá um peso maior na campanha. Essa, com certeza, será apenas a primeira parceria de muitas outras que virão. Colocar o projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher” para funcionar dentro da campanha foi uma ideia genial que tivemos, tanto para otimizar os recursos, como para poder fazer um trabalho mais completo. O entendimento teórico da opressão é essencial para que a pessoa possa entender a violência, e é uma teoria bem fácil de visualizar na prática.²⁶

A abertura da campanha representou um marco histórico para a Ufac. Ali, a reitoria se comprometeu a incluir as políticas de gênero no plano de desenvolvimento institucional (PDI) e nos mapas de planejamento estratégico, garantindo não só apoiar a parceria entre Proex e SEP Mulheres, mas também participar de algumas oficinas no interior do Acre, tarefa que foi cumprida pela então vice-reitora.

Não pude comparecer a todas as oficinas, mas fui em todas que pude. A gente vê que o trabalho é muito importante. Trabalhar com parceiros amplia os horizontes de todos, o trabalho fica melhor, mais completo. Eu posso dizer que também aprendi muito, parei para pensar em coisas que antes não havia pensado [...]. A Ufac, como instituição de educação, tem o dever de abraçar a bandeira pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres e, depois dessa campanha, nós vamos continuar com essa luta.²⁷

A Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres, Concita Maia, realiza um balanço geral dos trabalhos realizados:

Nós vemos as pessoas perguntando, querendo aprender para ajudar os familiares, para poderem atender melhor. As oficinas que a Ufac montou também ficaram ótimas, numa linguagem acessível, com vídeos, mostrando exemplo da televisão. Sem a parceria da universidade o nosso trabalho não teria sido tão eficaz. E, mesmo assim, nós podemos ver como esta área ainda precisa de investimento, como as pessoas são carentes de informação, de ajuda, como nós ainda precisamos trabalhar, voltar nos municípios [...], principalmente nos municípios do interior, que a gente só chega de avião ou de barco.²⁸

As oficinas foram elaboradas especificamente para cada um dos municípios, levando em consideração os aspectos culturais da comunidade (muitos municípios acreanos apresentam grande percentual populacional de indígenas), o tempo de oficina, o público presente e demais especificidades locais.

²⁶ Entrevista concedida a autora em 09 de setembro de 2014.

²⁷ Entrevista concedida a autora em 03 de setembro de 2014.

²⁸ Entrevista concedida a autora em 09 de setembro de 2014.

4.1 METODOLOGIA DAS OFICINAS

Para que a metodologia das oficinas fosse satisfatória era necessária uma organização prévia do local, mobilização do público e disponibilização dos materiais a serem utilizados, e esse trabalho foi realizado pela equipe da SEP Mulheres por meio de parceria com os municípios. Como a equipe chegava às cidades apenas um dia antes de iniciar as atividades, ou até no mesmo dia, por uma questão de tempo e custos, foi necessária uma rede de apoio em cada localidade.

Ao adentrar o espaço das oficinas as participantes²⁹ assinavam uma lista de presença onde inseriam todos os dados necessários para a emissão do certificado e deixavam seu contato, como telefone e e-mail, para formação de grupos locais de *WhatsApp* e envio de materiais e textos. Em seguida recebiam uma pasta com a logomarca da campanha “Violência contra a Mulher: basta! Viver sem medo também é um direito nosso”, onde havia folhas em branco para as atividades em grupo, uma caneta azul, um crachá, uma cartilha explicativa sobre a Lei Maria da Penha³⁰ e um folder com telefones úteis para tirar dúvidas e/ou pedir ajuda. Além disso as participantes também recebiam uma camiseta, podendo escolher o tamanho que mais lhes agradasse.

FIGURA 3 – ARTE DA CAMISETA CONFECCIONADA PARA A CAMPANHA



Fonte: Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres do Acre (2013)

²⁹ As oficinas contaram com a presença de poucos homens, assim, opta-se por utilizar a generalização no feminino. Não seria condizente com a proposta desse trabalho acompanhar uma regra gramatical sexista que define que mesmo havendo 50 mulheres em uma sala e apenas um homem, os artigos usados para se referir ao grupo devam estar no masculino. Assim, as generalizações, quando necessárias, estarão no feminino.

³⁰ A cartilha explicativa sobre Lei Maria da Penha, intitulada “Viver sem Violência é Direito de toda Mulher”, foi distribuída a todas as mulheres e homens que participaram das oficinas. O livreto está disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/livreto-maria-da-penha-2-web-1.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

As oficinas foram pensadas para tratar os principais pontos de desigualdade de gênero, com conceitos teóricos simples e que pudessem ser facilmente absorvíveis por meio de exemplos. A teoria deveria ser embasada na prática, na vivência, na materialidade, e os conceitos utilizados para facilitar o entendimento, não constituindo um fim em si mesmos.

A atividade iniciaria com uma apresentação dos trabalhos e da equipe pela secretária da mulher, Concita Maia, ou por Joelda Pais, falando brevemente sobre os objetivos do projeto, posteriormente seriam apresentados membros de outros órgãos públicos parceiros que estivessem presentes. Ulteriormente haveria a apresentação de um videoclipe da música “Quem ama abraça”, que possui três versões, produzidas pela Secretaria da Mulher da Presidência da República em parceria com o Instituto Avon, Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), Instituto Magna Mater e *Ford Foundation*. Os vídeos foram desenvolvidos especialmente para trabalho de conscientização pelo fim da violência contra as mulheres e pensados para diferentes públicos: crianças³¹, jovens³² e adultos³³. Em seguida à exibição de um dos videoclipes da música, o que mais se adequasse ao perfil do público, iniciava-se a apresentação dos temas.

Os trabalhos seriam conduzidos por meio de slides. Muitas vezes apelou-se para o humor, com tirinhas e charges, enquanto em outros momentos eram passados vídeos com conteúdo bastante impactante, assim como o é a realidade de milhares de mulheres. As oficinas foram elaboradas para serem interativas, com muitas dinâmicas de grupo e grupos de trabalho, pois pensava-se em atender um grupo pequeno de mulheres. Seria uma formação para multiplicadoras. Mas nem sempre foi assim, em alguns municípios o público foi até cinco vezes maior do que o esperado, em outros houve a necessidade de mudança de local de última hora para atender a todas as pessoas interessadas.

Como a articulação ficou por conta da SEP Mulheres, em parceria com a rede de atendimento às mulheres dos municípios, esta entrava em contato com as prefeituras para agendamento de um local adequado. A secretaria direcionava o convite de participação para os órgãos que compunham o público-alvo, mas na maioria das vezes o convite era repassado para um número maior de pessoas. A metodologia era obrigatoriamente dinâmica e muitas vezes era preciso adequar-se à uma realidade não prevista.

³¹ O Clipe “Quem ama abraça” para trabalho com crianças está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=mS63Nhf_IFg>. Acesso em: 4 jun. 2020

³² O clipe “Quem ama abraça” para trabalho com jovens está disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=cuCzE2j3NmI>>. Acesso em: 4 jun. 2020

³³ O clipe “Quem ama abraça” para trabalho com adultos está disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=gvTlvs5XBMs>>. Acesso em: 4 jun. 2020

Conforme apontado anteriormente, após diversos encontros e discussões, a equipe elencou como principais pontos a serem trabalhados nas oficinas:

- O que é gênero
- O que é patriarcado
- O que é machismo
- O que é feminismo
- O que são as violências contra as mulheres
- Igualdade de direitos e liberdade
- A mulher negra e a mulher indígena
- Dupla jornada de trabalho
- O papel da mídia
- Cultura do estupro
- Assédio
- Repressão da sexualidade da mulher
- Padrões de beleza e de comportamento
- Violência física como ápice de uma sociedade historicamente patriarcal
- Violência obstétrica
- Lei Maria da Penha e atendimento às mulheres em situação de violência
- Como funciona um organismo municipal de políticas para as mulheres (OPM)
- Para que serve um conselho municipal dos direitos da mulher (CMDM)

Esses tópicos, colocados acima de forma generalizada, seriam trabalhados em três diferentes momentos. Primeiramente seria realizada a oficina “As Relações Sociais de Gênero e suas Violências”³⁴, que abarcaria todas as questões teóricas propostas e seus exemplos práticos, sendo ministrada pela autora desta tese. Os temas seriam colocados de forma interativa, por meio de slides, de perguntas instigadoras e de dinâmicas de grupo, vídeos, com abertura para participação das integrantes a qualquer instante.

³⁴ Os slides de uma das oficinas ministradas consta no apêndice 2 deste trabalho. Foi escolhida uma oficina com duração de um dia inteiro, para demonstrar como os trabalhos foram pensados e a sequência de temas apresentados às participantes. Além do que consta na apresentação, dinâmicas de grupos foram inseridas entre as temáticas trabalhadas, variando de município para município.

O próximo momento contaria com uma explicação detalhada sobre a Lei Maria da Penha e legislação útil no enfrentamento à violência³⁵. Além disso seria apresentado o fluxo correto de acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência específico de cada município³⁶, de acordo com a rede disponível localmente. A isso sucederia a organização das integrantes em grupos de trabalho, os quais realizariam propostas de atendimento para situações hipotéticas levadas pela equipe. Essa metodologia foi escolhida como forma de avaliar o desempenho das servidoras e suscitar o surgimento de dúvidas que pudessem ser compartilhadas com o coletivo. Essa parte da oficina seria coordenada e ministrada por Joelda Pais. A abertura da temática seria realizada por um vídeo de conscientização sobre o ciclo da violência³⁷.

Por último, haveria uma explicação sobre o funcionamento e importância dos órgãos de políticas públicas para mulheres, como os OPMs, CMDMs e Cedim. Também seria explanado sobre a relevância da elaboração de instrumentos de gestão transversal, que são os Planos Municipais de Políticas para as Mulheres e Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.³⁸ Essa última fase da oficina seria coordenada e ministrada por Neuda Muniz (SEP Mulheres/Cedim) e Márcia Costa (Cedim). As mesmas trabalhariam questões específicas de cada cidade acreana, examinadas por elas anteriormente, fomentando a implementação dos planos municipais e a efetivação dos organismos e conselhos municipais.

Entre estes momentos haveriam dinâmicas, intervalos e espaços para perguntas, desaafos e questionamentos. Ressalta-se que este modelo geral serviria apenas para direcionar os trabalhos, estando suscetível a mudanças e adequações a depender do município e de suas necessidades, as quais seriam estudadas pela equipe antes da montagem das oficinas. Outro fator a ser levado em conta seriam as demandas trazidas pelas mulheres daquela localidade e o tempo disponível para cada ação.

³⁵ Um exemplo de oficina ministrada sobre legislação e Maria da Penha consta no anexo 1 deste trabalho. Foi escolhida uma oficina com duração de um dia inteiro, para demonstrar como os trabalhos foram pensados e a sequência de temas apresentados às participantes.

³⁶ Slides com o fluxo correto de atendimento às mulheres em situação de violência em alguns municípios, apresentados para debate sobre a Lei Maria da Penha, constam no anexo 2 deste trabalho.

³⁷ Alguns dos vídeos utilizados podem ser encontrados nos links: Ciclo da violência e feminicídio: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lofmv4t-JQU>>. Acesso em: 30 nov. 2020. Ciclo da violência e feminicídio <<https://www.youtube.com/watch?v=i6oHNRsfyTo>>. Acesso em: 30 nov. 2020. Violência contra as mulheres no Brasil, em números: <<https://www.youtube.com/watch?v=Wbd9fJiin5o&t=57s>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

³⁸ Um exemplo de oficina ministrada sobre os OPMs, CDMS, Cedim e planos municipais e estaduais de políticas para as mulheres consta no anexo 3 da tese. Foi escolhida uma oficina com duração de um dia inteiro para demonstrar como os trabalhos foram pensados e a sequência de temas apresentados às participantes. Este é apenas um exemplo, sendo que, devido às necessidades específicas de cada localidade, os trabalhos cambiavam e, conseqüentemente, também mudavam as apresentações de slides.

Como a maioria das temáticas propostas já haviam sido trabalhadas em oficinas ministradas por outros projetos, já se sabia que algumas estratégias pedagógicas funcionavam e outras não, e que algumas dinâmicas de grupo geravam mais respostas do que outras com determinado tipo de público, portanto era preciso modificar as oficinas e a ordem das atividades para cada município. Nas oficinas anteriores ao projeto notou-se que os slides mais coloridos, as tirinhas e os vídeos tendiam a prender a atenção, então passaram a ser mais utilizados.

FIGURA 4 – UM DOS SLIDES TRABALHADOS EM OFICINA



Fonte: a autora (2013)

Porém, mesmo com alguma empiria sobre o assunto, o momento era outro, as comunidades indígenas, por exemplo, reagiam de forma bastante diferente das comunidades não indígenas. As comunidades rurais respondiam de maneira distinta das populações urbanas e era preciso adaptar-se sempre. Percebeu-se que devido a herança cultural do povo indígena,

o trabalho com cores, imagens e desenhos era muito bem aceito, inclusive para dinâmicas de grupo. As oficinas, mesmo que planejadas anteriormente, possuíam uma construção dialética, pois não é possível prever todas as variáveis quando se trabalha com pessoas.

A oficina é imprevisível. Ela pressupõe que os ministrantes estejam muito bem informados sobre os assuntos e saibam mediar possíveis conflitos. O trabalho de planejamento de uma oficina é demorado, pois precisa haver uma parte expositiva, uma parte interativa, momentos de descontração, momentos de seriedade e silêncio e isso nem sempre é fácil de planejar e conduzir. Nem sempre se consegue tudo que se almeja, ainda mais quando o trabalho muda de ambiente constantemente. Tudo é dinâmico. Não existe uma oficina igual a outra. (SOUZA, 2012, p. 167)

Um dos pontos a salientar é que as oficinas foram preparadas para um público-alvo, que eram as pessoas que trabalham diretamente com mulheres em situação de violência (rede de atendimento) e/ou que integravam os OPMs, CMDMs e movimento organizado de mulheres. Portanto, mesmo deixando explícito que as oficinas seriam abertas a quem tivesse interesse, esperava-se trabalhar com uma maioria de pessoas que se enquadrasse no público-alvo pensado a priori, porém, isso não foi uma regra. Em alguns municípios o público foi muito maior do que o esperado e extremamente diverso. Pessoas da rede de atendimento compareceram, mas a diversidade de mulheres que chegaram as oficinas foi muito maior. Eram servidoras de escolas públicas, professoras que foram e levaram suas alunas e alunos adolescentes, diretoras, parentes de profissionais da rede de atendimento à mulher, trabalhadoras rurais, mulheres indígenas, mulheres de políticos que esperavam exercer alguma influência partidária nos espaços, donas de casa etc. Já em outras cidades, nem todas as pessoas esperadas compareceram, frustrando as expectativas e apontando para a necessidade da utilização de outras ferramentas de mobilização.

As surpresas e desafios metodológicos foram muitos, mas propiciaram o crescimento do trabalho. Na verdade, sem a surpresa e os desafios de trabalhar com uma diversidade enorme de mulheres, talvez esse trabalho não existisse. A multiplicidade de vozes das mulheres acreanas é que criou esta tese.

Resolvida a proposta metodológica das oficinas, o projeto partiu para o campo e nos 22 municípios do estado do Acre encontrou muito mais do que participantes de oficinas, encontrou mulheres necessitadas de discutir seu espaço, de saber mais sobre seus direitos e de ter um lugar para serem ouvidas, para desabafar. As oficinas, em muitos momentos, se tornaram território de escuta, como será visto na descrição dos trabalhos por município.

No próximo tópico as leitoras e leitores terão acesso a organização geral das oficinas em cada município e às falas mais marcantes surgidas em cada um deles. Salienta-se que o

relatório não visa descrever minuciosamente cada atividade realizada, mas sim o que esta despertou nas mulheres, os assuntos levantados por elas, os desabafos e as perguntas que mostram o universo em que estão inseridas, suas dúvidas e suas dores. O trabalho de edição, ou seja, de escolha das falas que comporiam esta tese, levou em conta as narrativas mais representativas do espaço em questão e também teve o cuidado de não divulgar depoimentos facilmente identificáveis, que pudessem gerar represália ou risco às depoentes. Os nomes reais das mulheres que aqui emitiram suas opiniões e contaram suas histórias estão todos protegidos por nomes fictícios. Por meio da voz dessas mulheres busca-se entender o que é o feminismo na Amazônia e a busca por direitos humanos para mulheres que vivem nesse território tão explorado e tão pouco conhecido do Brasil.

4.2 AS OFICINAS DO PROJETO DE EXTENSÃO “UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”

Campanha: Violência contra a Mulher: basta! Viver sem medo também é um direito nosso!

Projeto de extensão da Proex/Ufac: Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher

Local: Todos os 22 municípios do estado do Acre

Realização: 2013 a 2015

Coordenação geral: Concita Maia³⁹, secretária de estado de políticas para as mulheres do Acre entre os anos de 2011 e 2018.

Ministrantes: Fabiana Nogueira Chaves⁴⁰ (Ufac); Joelda Pais⁴¹, Neuda Muniz⁴² (SEP Mulheres) e Márcia Costa⁴³ (Cedim/AC).

³⁹ Concita Maia é pedagoga formada pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília; mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenou o Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da Amazônia (NEGA), da Ufac, entre 2008 e 2010. Foi secretária de estado de políticas para as mulheres do Acre entre os anos de 2011 e 2018, todo o período de existência de tal secretaria. Indicada ao Prêmio Nobel da Paz pelo projeto “Mil Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo” - 2005 - trabalho desenvolvido junto às parteiras tradicionais da floresta (2000-2004). Atualmente é diretora-presidenta do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA).

⁴⁰ Fabiana é bacharel em Comunicação Social – Jornalismo – pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); mestra em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (USP); doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da Amazônia (Nega) da Ufac; produtora cultural da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Ufac; pesquisadora do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da USP; integrante do Laboratório de Investigação em Gênero, Corpo e Subjetividade na Educação da UFPR. É a autora deste trabalho.

⁴¹ Joelda é cientista social pela Ufac; licenciada em História pelo Centro Universitário Claretiano; especialista em Políticas Públicas de Gênero e Relações Étnico-raciais pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP);

Outras integrantes que participaram da operacionalização das oficinas ou assessorando os trabalhos: Isabel Barros Dantas, chefe de gabinete da SEP Mulheres; Priscila Farias, assessora jurídica da SEP Mulheres; Regina Cavalcante, assistente social da SEP Mulheres; Danielle Santana, psicóloga da SEP Mulheres; Rosalina de Oliveira Souza, coordenadora do Centro de Referência Vitória Régia de apoio a mulheres em situação de violência em Cruzeiro do Sul até o ano de 2018. Destaca-se ainda a participação de Zenaide Carvalho, parteira tradicional do Acre que acompanhou algumas oficinas e a então vice-reitora da Universidade Federal do Acre, Guida Aquino.

4.2.1 Cruzeiro do Sul – Lançamento estadual da campanha

Dia: 25 de novembro de 2013

Horário: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Local: Teatro dos Náuas

Habitantes: 88.376 (IBGE, 2019)

Cruzeiro do Sul é a segunda maior cidade do Acre, situada no Vale do Juruá⁴⁴ e foi escolhida para sediar a abertura da campanha por uma questão política, de descentralizar os eventos da universidade e do governo da capital.

A abertura estava prevista para acontecer no Teatro dos Náuas, pois contaria com a presença de várias autoridades⁴⁵ (dentre elas a reitora da Ufac em exercício e a secretária de estado de políticas para as mulheres, Concita Maia) e após esse momento o espaço de

especialista em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB). Foi Coordenadora do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra às Mulheres - Acre, entre 2013 e 2018; coordenadora da Casa Abrigo Mãe da Mata entre os anos de 2007 e 2008. Atualmente é cientista social do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre (CDDHEP).

⁴² Neuda é graduada em Comércio Exterior pelo Grupo Uninter; atuou como coordenadora de interiorização de políticas públicas para mulheres da SEP Mulheres Acre entre os anos de 2013 e 2018. Membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Acre (Cedim) de 2008 até os dias atuais. Foi coordenadora do processo de elaboração do Plano Estadual de Políticas para Mulheres nas vigências 2011/2015 e 2016/2019; coordenou o Comitê Gestor do Plano Estadual de Políticas para Mulheres de 2013 a 2018.

⁴³ Márcia é cientista social pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); membro do Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres do Acre (Cedim) de 2010 a 2014. Foi assessora do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), atuando pelo Instituto Socioeducativo do Acre. Atualmente trabalha com assessoria parlamentar.

⁴⁴ O estado do Acre possui duas importantes macrorregiões: Vale do Acre e Vale do Juruá, sendo que a principal cidade do Vale do Acre é Rio Branco (Capital) e a principal cidade do Vale do Juruá é Cruzeiro do Sul.

⁴⁵ É interessante notar que na maioria dos eventos educativos da universidade e do governo do estado, as autoridades aparecem apenas para compor mesas de honra e fazer algum discurso político, saindo do evento assim que a mesa é desfeita. Como as autoridades buscam os eventos apenas como palanque, esta tese não citará nomes de políticos que compareceram a aberturas de eventos e a solenidades. Adianto que dos 22 municípios, apenas um prefeito participou da oficina de educação popular integralmente.

educação popular aconteceria na biblioteca municipal para cerca de 50 pessoas. Ao chegar no local nos deparamos com vários ônibus de escolas públicas e com o teatro em sua lotação máxima. As responsáveis pela articulação do evento no município disseram que todas as pessoas participariam do evento até o intervalo para almoço.

A oficina contou com de 352 pessoas, sendo 281 mulheres e 71 homens. O número de presentes fez com que a dinâmica fosse totalmente alterada. A oficina acabou sendo menos interativa do que o previsto, pois as cadeiras não eram móveis, era preciso utilizar microfone e não havia como realizar algumas dinâmicas com tantas pessoas. Como estudantes do terceiro ano do ensino médio de duas escolas públicas estariam presentes apenas na parte da manhã e o número de pessoas era grande, o espaço de discussão e debate acabou ficando curto, apenas 30 minutos, mesmo assim muitas perguntas foram feitas. Laís, uma estudante de 17 anos, perguntou:

Meu pai não tem o direito de bater em mim e em minhas irmãs? Isso entraria na Maria da Penha? Meus colegas podem até rir de mim, mas eu vou falar. Ele só bate em mim e nas outras duas meninas, nos meninos ele não bate não. Ele bate com cabo de vassoura, com fivela de cinto. Ele bebe muito, mas, como a senhora disse, ele não bate nos colegas do bar. Ele parou de bater na mãe tem uns quatro anos porque ele sabe que agora tem Maria da Penha e que ele pode ir parar na delegacia e na cadeia, mas na gente ele bate pra matar, tenho medo de um dia perder a cabeça.

A adolescente teve sua dúvida respondida e foi encaminhada para assistência pela rede especializada de atendimento à mulher, além de ser instruída sobre os meios legais para proceder⁴⁶. Esta foi apenas uma das sete perguntas realizadas no tempo designado para tirar dúvidas. Cinco das sete perguntas abertas foram relacionadas a Lei Maria da Penha e a violência física, enquanto as outras duas foram sobre estupro.

Salienta-se uma situação ocorrida ao final da manhã, um jurista, ligado a uma instituição pública local, comprometeu-se a falar brevemente sobre questões legais relacionadas à violência contra a mulher. O homem aproveitou a oportunidade e culpabilizou às mulheres pelas violências sexuais sofridas, proferindo diversas reflexões machistas. Uma das afirmações proferidas foi que as crianças do sexo feminino eram abusadas pelos pais e padrastos por culpa das mães:

⁴⁶ Todos os casos de denúncia que surgiram durante às oficinas foram encaminhados para assistência pela Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres (SEP Mulheres) e acompanhados pela mesma, porém os passos detalhados dessa assistência, bem como os desdobramentos dos casos não integrarão esta tese porque além de fugir dos objetivos do trabalho, tornaria a leitura demasiado enfadonha.

As mães deixam os pais darem banho nas meninas e depois reclamam que as filhas foram estupradas. Não está certo isso. Se você quer preservar sua filha, dê banho você, nunca mande o pai e muito menos o padrasto. As mulheres ficam pondo qualquer um pra dentro de casa. Estuprar é errado? É. Mas é assim que funciona. A mulher que é mãe tem que sossegar. [...] Outra coisa, aqui no Acre as mulheres, às vezes, atendem a porta enroladas em uma toalha, isso é errado, depois não sabem porque os homens agarram, estupram. Tem que se dar ao respeito. Na minha terra não tem isso não.

A fala do homem causou perplexidade, porém o mesmo saiu em seguida, não permanecendo no evento para ser questionado. Devido ao avançar do horário, os estudantes saíram para almoço e a equipe ficou extremamente preocupada com as repercussões que a fala daquele indivíduo poderiam causar. Não havia como desfazer a violência das palavras proferidas por um agente público que deveria atuar ao lado das mulheres em situação de violência.

A oficina, pensada para o empoderamento e criação de um espaço de escuta e desconstrução do machismo, acabava de ser atacada pelo patriarcado, que colocava a culpa da violência sofrida nas vítimas, tratando as mulheres como merecedoras da violência e amenizando a responsabilidade dos homens agressores. A conjuntura em que a fala aconteceu, no encerramento da oficina, após ouvir os temas tratados e presenciar todas as interações, leva ao entendimento de que a interferência foi premeditada, como maneira de desafiar as integrantes e o feminismo que a campanha simbolizava. O representante do patriarcado não poderia ouvir calado, precisava desestabilizar as políticas públicas de resistência, que visavam a igualdade e o fim da violência.

O acontecido gerou muitas reflexões entre as membras da equipe, que chegaram à conclusão que deveriam estar preparadas para acontecimentos como este e procurar evitar pronunciamentos oficiais não previstos no cronograma das oficinas.

FIGURA 5 – ABERTURA DA CAMPANHA “VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: BASTA! VIVER SEM MEDO TAMBÉM É UM DIREITO NOSSO”, EM CRUZEIRO DO SUL.



Fonte: a autora (2013)

Ao final do período da manhã, que acabou se assemelhando mais a um painel interativo, foi feita uma foto oficial e a equipe começava a desmontar os equipamentos, ainda estarrecida com o pronunciamento machista realizado pelo senhor em questão, quando percebeu uma pequena fila se formando ao lado das ministrantes. Várias meninas esperavam sua vez de falar. Alana, de 18 anos, cabisbaixa, voz sussurrada e apertando uma mão contra a outra, indagou se podia fazer uma pergunta:

Senhora, eu queria saber se eu posso denunciar uma pessoa. Eu fui estuprada, mas eu era menor e não denunciei, eu não sabia que podia, eu tentei contar para minha mãe, mas eu apanhei por estar falando mal dele. Eu queria saber se eu posso denunciar agora. Eu posso? Se ele não for pra cadeia pelo menos todo mundo vai ficar sabendo e não vão mais deixar ele ficar perto de criança.

A menina contava rapidamente a história como maneira de ficar logo livre de uma lembrança dolorosa. Os olhos estavam cheios de lágrimas e ódio, mas as lágrimas não chegaram a escorrer. Doía nela e doía em toda a equipe. O caso também foi encaminhado para a rede de atendimento e acompanhamento jurídico, mas a equipe não esperava tantos casos de denúncias e violências surgindo em meio as oficinas. Não havia sido feito um preparo psicológico neste sentido para as organizadoras e ministrantes. O primeiro choque de realidade havia acontecido, era preciso estarmos preparadas para os próximos eventos. Assim, o primeiro caderno de campo que integra esta tese foi comprado naquele mesmo dia, num

mercadinho bem pequeno, próximo ao Teatro dos Náuas, ainda no intervalo para almoço, em Cruzeiro do Sul. Estas histórias não poderiam cair no esquecimento.

Como a quantidade de pessoas presentes superou o número previsto, as dinâmicas e os grupos de trabalho ficaram prejudicados, podendo ser realizados apenas na parte da tarde, quando havia um número menor de pessoas, 60 mulheres e dois homens. Duas enfermeiras que foram participar da oficina pela rede de atendimento relataram medo em denunciar um caso de estupro de uma criança de 12 anos que chegou ao hospital, pois foram ameaçadas.

Durante todo o dia foram relatados sete casos de violência doméstica, quatro de estupro, dois de violência patrimonial, três de violência psicológica, dois de importunação sexual⁴⁷, um de violência obstétrica e um feminicídio. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para a própria pessoa e para conhecidas, casos já denunciados formalmente e casos ainda não notificados.

4.2.2 Rio Branco

Dia: 28 de novembro de 2013

Horário: das 9h às 12 e das 14h às 18h.

Local: Teatro Universitário – Ufac

Habitantes: 407.319 (IBGE, 2019)

Como a abertura oficial da campanha havia sido em Cruzeiro do Sul, de última hora o gabinete do governador sugeriu que fosse feita um segundo lançamento em Rio Branco, tendo em vista que é a capital e onde se concentra a maioria das autoridades do estado. Assim, por questões políticas, o que seria uma oficina de educação popular acabou se tornando uma palestra para pessoas ligadas a órgãos públicos, o que também era válido, mas fugia do objetivo principal da campanha. Para não perder o trabalho com o público-alvo proposto, foi definido que haveria a palestra pela manhã e um trabalho menor, em oficina, pela tarde.

⁴⁷ O crime de importunação sexual é definido pela Lei 13.718/18 e caracteriza-se pela realização de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de “satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. A pena prevista é a reclusão de 1 a 5 anos, se o ato não constituir crime mais grave.

FIGURA 6 – PAINEL RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E SUAS VIOLÊNCIAS NO TEATRO UNIVERSITÁRIO DA UFAC



Fonte: Assessoria de Comunicação da SEP Mulheres Acre (2013)

O evento contou com 103 pessoas, 83 mulheres e 23 homens. Para a abertura compareceram várias autoridades, dentre elas a então vice-reitora da Universidade Federal do Acre, Guida Aquino e a secretária de estado de políticas para as mulheres, Concita Maia. Foi apresentado o painel “As Relações Sociais de Gênero e suas Violências”. Ao final da explanação foram exibidos alguns vídeos para exemplificar os temas debatidos. Um deles abordou o machismo nas propagandas de TV e em campanhas publicitárias; o outro buscou encorajar as mulheres a continuarem na luta por seus direitos. Não houve interação e nem perguntas ao final da explanação e o espaço esvaziou muito após a mesa de honra ser desfeita e iniciada a palestra. Autoridades, como secretários de estado e deputados, fizeram suas falas, saíram nas fotos e em seguida debandaram com suas equipes.

Pela lista de presença, notou-se que poucas pessoas da rede de atendimento às mulheres, que compunham inicialmente o público-alvo do evento, compareceram na Ufac pela manhã. Esperavam-se cerca de 60 pessoas da rede e apenas 22 compareceram. Na oficina da tarde as mesmas 22 pessoas permaneceram, somando-se a mais 10 pessoas que estavam presentes na parte da manhã sem pertencer à rede de atendimento à mulher. No total somaram-se 32 pessoas no espaço de oficina à tarde, 30 mulheres e dois homens.

Marisa, policial feminina, 38 anos, desabafou:

Nós mulheres sofremos preconceito dentro do nosso ambiente de trabalho por ser mulher. Muitas vezes os homens acham que para ser bom policial tem que ser truculento. Já vi muitos rindo de mulheres que apanharam de marido porque já tinham apanhado outras vezes e voltaram, falando que elas gostam de apanhar, que continuam lá, que nem adianta atender ocorrência. Sempre foi uma coisa que doeu em mim, mas eu não entendia o porquê. Depois da palestra de hoje cedo me deu uma luz, um alívio de saber que estou certa e agora eles vão ouvir argumentos quando falarem isso. E eu vou ler os textos que vocês indicaram tudinho. Vou ler tudo. Ai eu quero ver eles virem rir de mulher perto de mim. Vou ficar terrível, minha filha! [Risos].

Durante uma dinâmica de grupo sobre estereótipos de gênero, que na oficina chamamos de “coisa de homem, coisa de mulher”, onde objetos são espalhados pela sala e os grupos deveriam separá-los por gênero; Eneida, de 47 anos, funcionária de uma secretaria do governo estadual, que havia comparecido no evento pela manhã, levantou a mão para se pronunciar:

Eu vi as coisas que você falou de manhã, mas naquele teatro grande eu não tive coragem de falar, cheio de gente conhecida, por isso resolvi voltar à tarde. Eu estou com um caso na família e não sei como ajudar. Uma parente minha, de 18 anos sempre andou vestida feito menino, como eles dizem na família, né? Então, há pouco tempo ela sofreu um estupro e não denunciou por vergonha, mas ela ficou muito mal, apanhou... Eu gosto muito dela, mas não posso fazer nada [choro]. Depois eu fiquei sabendo que foi gente da família que fez isso para ela virar mulher, pra deixar de ser sapatão. E tem muita gente da família sabendo e achou certo. Eu estou ficando doente com essa história e se souberem que eu falei para alguém não sei o que pode acontecer. A família tem influência, tem fazenda. Ela tentou suicídio há algum tempo, mas aí a família falou que era o diabo e a obriga a ir na igreja.

O caso foi encaminhado para assistência jurídica e psicossocial, e como tratava-se de uma família abastada da região, pediu-se o apoio do gabinete do governador para evitar possíveis perseguições e ameaças.

Como a rede de atendimento à mulher é grande em Rio Branco e apenas uma pequena parcela desta esteve presente na oficina, a equipe decidiu que seria necessário agendar outra oficina para a cidade, sem a presença de autoridades e sem mesa de honra, para abarcar uma maior quantidade de pessoas. Os debates sobre o OPM e CMDM de Rio Branco também ficariam para este segundo momento. O evento seria marcado para o ano seguinte, de modo a não interferir na agenda de municípios previamente aprovada para 2014.

Durante todo o dia foram ouvidos quatro relatos de violência doméstica, dois de estupro, um de violência patrimonial e dois de violência psicológica. Nesses relatos somam-se pedidos de ajuda para a própria relatora e também para conhecidas, casos notificados e não notificados.

4.2.3 Brasileira e Eptaciolândia

Dia: 09 de dezembro de 2013

Horário: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Local: Câmara de Vereadores de Brasileira

Habitantes Brasileira: 26.278 (IBGE, 2019)

Habitantes Eptaciolândia: 18.411 (IBGE, 2019)

O evento contou com 56 pessoas, 54 mulheres e dois homens, moradores dos municípios de Brasileira e Eptaciolândia. Como a rede de atendimento desses dois municípios não é muito ampla e devido à proximidade territorial entre eles (separados apenas por uma ponte em zona urbana), a oficina foi ministrada em conjunto. Das 56 pessoas presentes, 40 estavam ligadas à rede de atendimento às mulheres, OPM e CMDM; outras 16 foram pessoas que souberam da oficina e se interessaram pela temática.

No período da manhã aconteceu um painel interativo, exibição de vídeos e abertura para perguntas. Devido ao número menor de pessoas e às cadeiras serem móveis, a interação foi maior e a troca de experiências também. Muitas perguntas foram feitas e surgiu uma discussão interessante sobre feminismo e a reprodução do machismo por mulheres. No intervalo para almoço, esta ministrante foi procurada por Juliana, 27 anos, que buscava ajuda para uma violência que vinha sofrendo:

Oi moça, desculpe incomodar aqui no banheiro, mas era o único jeito de eu conseguir falar. Eu ouvi grande parte das coisas que você estava falando do lado de fora. Se meu marido souber que estou indo em coisa de feminismo ele me mata. Ele que arrumou emprego pra mim e tenta me agradar com presentes e coisas. Ele é bem conhecido aqui, tem fazenda, tem dinheiro. Eu me iludi, sabe? Era até menor quando comecei com ele. Agora ele está ficando violento comigo. Ele é mais velho. Às vezes eu não quero sexo e ele me obriga, fala que eu não quero porque devo ter outro. Esses dias ele me empurrou, mas nunca me bateu de verdade. Esses dias não quis nada com ele de noite e acordei amarrada na cama e olha o que ele fez comigo.

Juliana levantou a saia e exibiu uma marca enorme feita a ferro em sua nádega direita. Era a marca que o marido colocava em seu gado na fazenda. Havia inflamado, estava inchado e a moça, que chorava muito, completou:

Eu não traio ele, não sei porque ele acha isso. Eu não saio mais pra lugar nenhum, não tenho mais amigas. Isso nunca vai sair de mim. Olha só que coisa horrível. E eu não posso contar pra ninguém, senão ele me mata, e mata você também se você falar para alguém. O que eu posso ir fazendo aos poucos para poder ir embora? Me ajuda. Mas não chama a polícia, nem fala para ninguém, porque pode ser perigoso. A cidade aqui é muito pequena, tem policial que vale menos que ele. Eu sei que ele pode me matar de verdade. Ele já matou uma pessoa por causa de terra, eu ouvi sem querer uma vez, mas ele nem sabe. A verdade é que minha situação é complicada e não tenho nem com quem conversar.

Infelizmente o caso de Juliana ficou sem solução. Ela foi orientada a tomar algumas medidas para sair da relação violenta e ficou com alguns telefones para poder pedir ajuda, caso necessário. O relato causou uma sensação de impotência muito grande, que acabou por influenciar a dinâmica dos trabalhos em grupo à tarde. No painel sobre Lei Maria da Penha, ministrado por Joelda Pais, foram ressaltadas as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres previstas na lei e as formas de denunciá-las, sobrelevando os casos em que a violência não é explícita. Helena identificou-se com uma das situações hipotéticas apresentadas para discussão em grupos de trabalho e logo desabafou:

É osso amiga, hoje em dia eu sou da rede de atendimento à mulher, mas eu já vivi um relacionamento abusivo, é assim que fala, né? Esses nomes ajudam, porque fica fácil de explicar, gostei muito. Enfim, eu namorei um rapaz quando eu estava na faculdade que não me batia, mas não deixava eu sair com minhas amigas, gritava o tempo todo, se eu punha uma roupa mais curta falava que eu era quenga, que eu devia dar graças a Deus que ele gostava de mim, porque eu era louca e me vestia igual quenga. Foi horrível e foi muito difícil de largar ele, porque ele me ameaçava, me obrigava a fazer coisas que eu não queria. Só de lembrar já me dá um negócio. Sofri muito. Só violência física que eu não sofri, porque as outras todas eu passei.

Em seguida os grupos apresentaram para o coletivo suas propostas de atendimento e encaminhamento para a situação que lhes havia sido designada, recebendo sugestões e perguntas, mediadas pela equipe da oficina. A este espaço sucedeu uma explicação sobre a importância do bom funcionamento do OPM e do CMDM, proferida por Neuda e Márcia, mostrando como essas organizações poderiam ser agentes de transformação social e também explicando necessidades burocráticas para sua institucionalização.

FIGURA 7 – TRABALHO EM GRUPO EM OFICINA DE BRASILEIRA



Fonte: Assessoria de Comunicação da SEP Mulheres Acre (2013)

Esta oficina foi a última do ano de 2013, tendo em vista que estavam encerrados os recursos financeiros da SEP Mulheres e da universidade para aquele ano. Como em breve iniciaria período de recesso e férias em muitos órgãos públicos, as próximas oficinas seriam retomadas no final do mês de janeiro do ano de 2014.

Ao todo foram ouvidos sete relatos de violência doméstica, dois de estupro, dois de violência patrimonial, cinco de violência psicológica e um de feminicídio. Nesses relatos somam-se situações vividas pela própria pessoa e por conhecidas, ocorrências já notificadas e ainda em subnotificação.

4.2.4 Bujari

Dia: 28 de janeiro de 2014

Horário: das 9 às 12h e das 14h às 18h.

Local: Centro Cultural do Bujari

Habitantes: 10.266 (IBGE, 2019)

O evento contou com 43 pessoas, sendo 40 mulheres e três homens, todos moradores do município do Bujari. Já se sabia que além do público-alvo habitual da campanha, trabalhadoras e trabalhadores do serviço público que lidam diretamente com as mulheres em situação de violência, estariam presentes também mulheres do Movimento de Mulheres

Camponesas (MMC). Devido à grande parte do público da oficina ser da zona rural e trabalhar com agricultura, a linguagem e o enfoque da oficina mudaram um pouco, buscando aproximar-se da realidade das mulheres presentes.

É interessante notar que os três homens que estiveram presentes no evento, compareceram por serem autoridades locais. Em uma sala com 50 mulheres e três homens, os três ocupavam lugar de destaque. Os três estavam em posição de poder.

FIGURA 8 – ABERTURA DA CAMPANHA “VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: BASTA! VIVER SEM MEDO TAMBÉM É UM DIREITO NOSSO”, NO BUJARI.



Fonte: Assessoria de Comunicação da SEP Mulheres Acre (2014).

A abertura foi breve, durando cerca de 20 minutos, mas teve uma fala que merece ser ressaltada. Um dos homens, autoridade local, fez uma fala que acreditava ser contra a violência doméstica e em favor da não violência contra as mulheres:

Fico feliz que esta campanha tenha chegado ao nosso município e fico triste em ter que reconhecer que muitas de nossas mulheres ainda sofrem violência doméstica. Vocês não merecem apanhar, nenhuma mulher merece apanhar, pois o que seria de nós homens se não fossem vocês? Vocês que são as rainhas do lar. Nossas rainhas do lar, que lavam nossas roupas, que fazem comida gostosa para nós e nossos filhos, vocês que enfeitam nossa cidade, nossos jardins. Basta de violência contra a mulher!

A fala do homem provocou enorme mal-estar e olhares de desaprovação entre as mulheres. Em seguida uma das líderes do Movimento de Mulheres Camponesas do Bujari, Geovana Nascimento Castelo Branco⁴⁸, iniciou seu pronunciamento:

Eu não quero essa coroa. Essa coroa de rainha do lar eu agradeço. Nós mulheres temos que ser respeitadas porque somos gente, não porque lavamos, passamos e cozinhamos para os homens. Os homens têm que parar de nos ver como serviçais domésticas. Todos nós temos que dividir o trabalho. Hoje, eu que sou do movimento de mulheres, consegui com muita dificuldade trazer essas mulheres todas para essa oficina da universidade, porque é muito importante nós entendermos que temos direitos, que somos iguais em direitos, que somos nós que plantamos para o povo da cidade comer.

Após a fala de Geovana, a oficina iniciou em clima de resistência no município do Bujari. A dinâmica da oficina pôde ser realizada sem maiores percalços e muitas dúvidas da rede de atendimento foram sanadas durante o painel sobre relações sociais de gênero. Na parte da manhã foram assistidos dois vídeos curtos e impactantes sobre violência doméstica e violência sexual.

À tarde foi feita uma explicação detalhada sobre a Lei Maria da Penha por Joelda Pais e em seguida as integrantes foram segmentadas em 10 grupos. Cada grupo deveria discutir soluções legais para um caso de violência contra a mulher, anotar os passos em um cartaz e depois apresentar para os demais grupos, que poderiam fazer perguntas, dar sugestões ou corrigir. As integrantes foram separadas de forma que os grupos contivessem pessoas que trabalham diretamente com mulheres em situação de violência, integrantes do OPM e também mulheres do MMC. Luana, enfermeira no município, que apresentou o trabalho de seu grupo, desabafou:

Pra você ver, ninguém nunca deu um curso assim pra gente poder pensar sobre essas coisas. Eu mesmo já atendi várias adolescentes grávidas no hospital, várias, algumas bem novinhas e eu mesma nunca tinha pensado que essas meninas poderiam estar grávidas de estupradores, de homens velhos. Nunca tinha pensado desse jeito, que elas são menores e que o adulto que tem que saber o que é certo e o que é errado. Eu até me sinto mal por ter pensando mal dessas meninas. Eu atendi direitinho, mas hoje em dia sei que em alguns casos eu deveria ter denunciado. Deus sabe como estão essas meninas agora.

Durante a tarde também foi realizado um painel sobre as condições de trabalho das mulheres do campo intitulado “Feminismo e Agroecologia” onde se apontou para a importância do protagonismo feminino para a produção agroecológica no Brasil. Discutiu-se

⁴⁸ Nome real da participante exibido mediante autorização da mesma.

também sobre a dupla jornada de trabalho e direitos trabalhistas. Esse painel suscitou muitas histórias, uma delas é a de Ruth, 61 anos, que elucida a realidade das mulheres que trabalham no campo no Brasil:

Eu nunca tinha ouvido falar de feminismo não, minha filha. Eu vim porque a Geovana organizou para nós e achei que poderia ser bom. Meu marido não queria deixar eu vir, mas eu vim mesmo assim. Lá em casa os homens vão pra roça todos os dias, mas eles vão pra roça, comem a comida que a gente leva para eles lá e voltam pra casa no fim do dia. Só. Ai, depois que eles chegam em casa, eles não fazem mais nada. Nós mulheres não. Nós acordamos mais cedo para fazer o café deles, deixamos tudo pronto. Ai eles comem e vão trabalhar. A gente lava a louça, arruma as crianças e depois vai pra roça também. Ai a gente volta mais cedo para fazer o almoço. Faz almoço. Leva para eles. Traz as vasilhas. Lava. Volta pra roça pra trabalhar. Depois volta com eles no fim do dia. Depois arruma comida pra todo mundo. Lava louça. Limpa as crianças, vê se tem tarefa de escola. Arruma a casa e dorme depois de todo mundo. No outro dia cedo a gente acorda antes de todo mundo e ainda tem que escutar que nosso trabalho é mais leve, que quem trabalha pesado são eles. Nós trabalhamos muito mais que os homens, sem parar. Isso sem falar das colegas de colocação⁴⁹ que apanham do marido, que o marido bebe.

A partir das discussões coletivas surgiu a necessidade de oficinas de educação popular para mulheres e homens das associações de moradores de todas as comunidades rurais, visto que a violência e exploração das mulheres é muito comum nessas localidades. A Ufac foi convidada a ministrar essas oficinas junto a SEP Mulheres, as datas seriam definidas pelas associações.

Uma das participantes, Efigênia, de 54 anos, citou que muitas mulheres camponesas não compareceram à oficina em questão por impedimento de seus maridos. Ela relatou ainda que as mulheres das comunidades que “desobedeceram” seus maridos comparecendo a um evento feminista no dia oito de março anterior, apanharam de um grupo de homens quando retornavam a suas casas.

Muitas colegas minhas foram para o evento do dia oito de março passado, que ia ter uma capacitação para nós mulheres conhecermos nossos direitos, ia falar de Maria da Penha e de violência. Muitas foram desobedecendo os maridos, que não queriam que elas fossem. Na volta, já de noite, quando elas voltavam caminhando para casa na estrada, eles esperaram elas e bateram nelas, bateram muito nelas, bêbados. Algumas foram parar no hospital, mas não deu em nada, porque eles fugiram e se elas os largam ficam sem nada, sem ter pra onde ir. Aqui é mais complicado do que parece. Ai elas não puderam vir hoje, mas elas queriam, viu.

⁴⁹ Colocação é o nome que se dá a cada lugar de moradia de uma família no seringal. Muitas vezes, para deslocar-se de uma colocação à outra é necessário andar durante horas pela floresta. Atualmente o termo ainda é utilizado para o lugar de moradia de populações rurais, mesmo que esta não esteja localizada dentro de um seringal. É uma herança linguística.

A situação foi encaminhada para o setor jurídico da SEP Mulheres para acompanhamento e as oficinas nas associações de moradores seriam marcadas pela MMC, integrando um novo projeto de extensão da Proex Ufac.

Neste dia foram ouvidos nove relatos de violência doméstica, três de estupro, três de violência patrimonial, seis de violência psicológica, quatro de violência obstétrica e um de feminicídio. Nessas exposições somam-se casos ligados às próprias denunciante e a suas conhecidas, casos já notificados e ainda sem denúncia formal.

4.2.5 Porto Acre

Dia: 06 de fevereiro de 2014

Horário: das 9 às 12h e das 14h às 18 horas.

Local: Norte Clube

Habitantes: 18.504 (IBGE, 2019)

A oficina contou com 48 pessoas, 44 mulheres e quatro homens moradores das três vilas que compõe a cidade de Porto Acre. Com o número esperado de pessoas, a oficina seguiu o cronograma planejado, suscitando muitas perguntas, sendo cinco delas sobre cultura do estupro, duas sobre pedofilia e uma sobre questão religiosa. Lourdes, de 42 anos, gostaria de saber como conciliar sua religião à igualdade de gênero:

O problema é que se eu falar essas coisas de igualdade na igreja pode dar problema, vão achar que eu estou querendo ser mais que meu marido. E meu marido tem cargo na igreja. Na Bíblia fala que temos que ser submissas, mas no fundo eu acho que deveria poder falar mais coisas em casa, poder dar mais palpite, Deus não fez a gente só pra ficar muda. E eu sou uma esposa obediente e ele procura ser um bom marido, mas as vezes me incomoda, às vezes eu não estou bem. Eu queria saber como ser crente e feminista também. Se pode...

O interessante é que algumas outras mulheres presentes, que também frequentam igrejas evangélicas, iniciaram uma discussão dizendo haver muitas maneiras de ser evangélica e feminista, usando inclusive citações bíblicas. Uma delas, Cíntia, de 32 anos, falou:

Ser feminista e cristã tem tudo a ver, porque a gente prega o amor de cristo. Jesus nunca iria apoiar que uma mulher sofresse qualquer tipo de violência. E na Bíblia fala que o marido deve amar a esposa como cristo amou a igreja. Agora veja se esses maridos fazem isso. Não fazem é nada. Quem ama muito, mas muito mesmo assim, quer ouvir a esposa, quer cuidar, quer dar carinho, quer ver ela feliz, descansada. Se seu pastor acha que você tem que ser serva do seu marido, mude de igreja, irmã. Está certo isso não.

Muitas mulheres concordaram com a explicação de Cíntia, e elas acabaram organizando uma discussão produtiva espontaneamente, conseguindo suas próprias soluções para conciliar identidades que em muitos momentos poderiam parecer antagônicas.

FIGURA 9 – VICE-REITORA DA UFAC REALIZA ABERTURA DA CAMPANHA EM PORTO ACRE



Fonte: Assessoria de Comunicação da SEP Mulheres Acre (2014)

A oficina seguiu com os trabalhos em grupo e dinâmicas pela parte da tarde. Esse momento acabou ficando um pouco prejudicado devido ao calor de 39° que fazia naquele dia, como é comum nos estados amazônicos, e ao local do evento ser aberto, sem ventiladores ou ar-condicionado. Após o término do evento, uma pequena fila formou-se para desabaços, observações, agradecimentos e pedidos de ajuda. Uma das narrativas mais marcantes foi a de Ivete, de 53 anos:

Eu fico muito feliz que exista esse tipo de coisa hoje em dia, dessas palestras, porque eu fui abusada quando eu era criança, sofri muito. Eu fugi para a mata pra não sofrer mais aquilo e acabei sendo pega por um homem mais velho que disse que ia casar comigo. Eu tinha uns 12 anos, estava com medo e acabei indo. Acabou que eu era abusada por ele também, eu comecei a beber muito, quase morri de beber. Depois ele morreu, mas eu já tinha cinco filhos dele, quatro mulheres e um homem. Depois de muito tempo eu descobri que ele abusou das meninas também. Eu não sabia. Ele abusou das quatro e ameaçava elas, batia, falava que ia me matar e que elas iam ficar sem mãe se falassem. Eu achei que ele só era ruim pra mim. Eu não sabia mesmo do que acontecia, porque eu lavava roupa pra fora, limpava casa dos outros pra ganhar um dinheirinho.

Muitas denúncias sobre falhas na rede de atendimento também foram feitas depois do término das oficinas, cinco delas relacionadas a maus-tratos de mulheres que foram denunciar violência doméstica na delegacia da cidade. Os casos foram encaminhados para o Ministério Público e para a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Acre. Além disso

foram agendadas oficinas de capacitação para os funcionários da delegacia local no que se refere a Lei Maria da Penha. A capacitação seria ministrada por Joelda, da SEP Mulheres.

Neste dia foram ouvidos 12 relatos de violência doméstica, cinco de estupro, oito de violência patrimonial, um de violência psicológica e um de violência obstétrica. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para conhecidas, casos já relatados às autoridades e casos ainda em subnotificação.

4.2.6 Plácido de Castro

Dia: 08 de fevereiro de 2014

Horário: das 9h às 12h e das 14h às 18h.

Local: Câmara de Vereadores

Habitantes: 19.761 (IBGE, 2019)

A oficina contou com 63 pessoas, 47 mulheres e 16 homens. O local disponibilizado para o evento acabou sendo pequeno para a quantidade de presentes e o problema da falta de assentos foi sanado colocando-se cadeiras de plástico no auditório, mas, por conta da superlotação, a oficina acabou ficando um pouco tumultuada. Devido à grande quantidade de políticos presentes interessados em falar na solenidade de abertura, o início das atividades atrasou.

FIGURA 10 – INÍCIO DE OFICINA EM PLÁCIDO DE CASTRO



Fonte: Assessoria de Comunicação da SEP Mulheres Acre (2014)

Seguiu-se o cronograma proposto nas demais oficinas. No momento da discussão sobre violência doméstica, uma das presentes interrompeu a exposição sobre as diversas formas de violência previstas pela Lei Maria da Penha. Laura, 56 anos, levantou a voz indignada:

Eu aqui estou vendo homem presente que trata mulher igual lixo e está aqui na maior cara de pau. Espero que esteja aprendendo que mulher não é empregada não. Espero de coração que aprenda. Violência psicológica também é crime. Também sei de mulheres aqui que sofrem violência, de apanhar mesmo, conheço colegas de trabalho, mulheres da igreja. É demais. E eu estou falando porque muita gente aqui sabe que eu já apanhei de marido, que eu já sofri violência e não quero isso para ninguém. Vamos aproveitar essa oficina pra sair animada daqui e fortalecer nosso conselho municipal, denunciar mesmo. [...] E se for preciso me chama que eu ajudo a descer o pau em homem covarde [risos].

A oficina seguiu com muitos desabafos pela manhã e com os grupos de trabalho e dinâmicas à tarde. A falta de mobilidade das cadeiras fez com que usássemos a criatividade e criássemos espaços de trabalho no chão. Ao término da oficina, a mesma fila de mulheres procurando ajuda, querendo tirar dúvidas ou mesmo desabafar. Iolanda, de 33 anos, pediu ajuda para uma irmã:

O marido da minha irmã bate muito nela. Ela trabalha, ele também, até que tem certa condição, mas ele bebe e bate nela sempre. Ela denunciou uma vez, mas ele não ficou preso, e aí que ele bateu mais nela mesmo quando saiu. Uma vez achei que ela ia morrer. Já falei para ela ir para nossa casa e largar ele, mas ele ameaça ela. Ela tem um menino pequeno também. Ela tem medo e com razão, mas eu gostaria de ajudar minha irmã, não quero perder ela igual aconteceu no vídeo não. Será que vocês não podem ajudar?

O caso foi encaminhado para assistência, bem como mais dois casos que também pediam ajuda para mulheres em situação de violência que não estavam presentes.

Foram relatados seis casos de violência doméstica, quatro de estupro, três de violência patrimonial, um de violência psicológica e um de feminicídio. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias reladoras e também para familiares, amigas e conhecidas, casos já notificados e casos não reportados às autoridades.

4.2.7 Manuel Urbano

Dia: 14 de fevereiro de 2014

Horário: das 9h às 12h e das 14h às 18h.

Local: Câmara dos vereadores

Habitantes: 9.459 (IBGE, 2019)

O evento contou com 22 pessoas, 18 mulheres e quatro homens. Uma participação pequena devido à prefeitura ser governada por partido de oposição ao governo estadual naquele momento. Nem todos os trabalhadores da rede de atendimento esperados compareceram, mas em compensação, pessoas da comunidade que souberam do evento foram até lá participar da oficina.

Muitos casos de violência contra a mulher e violência obstétrica foram relatados, dentre eles um caso de estupro de uma senhora de 69 anos, que estava sem acompanhamento psicológico e em depressão. Odete, 34 anos, psicóloga no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Manuel Urbano reclamou não estar conseguindo dar assistência a todos os casos que chegam devido à equipe ser pequena:

Assim como o caso de estupro da idosa, que foi um caso terrível, chegaram, só essa semana, mais cinco casos de vítimas de estupro precisando de atendimento, todas menores. Além disso tem os pacientes que já estavam em tratamento antes. Essa semana ainda chegaram quatro vítimas de violência doméstica precisando de assistência também, todas da zona rural. Isso que eu estou falando para vocês é só essa semana, gente. Uma disse que veio para cidade fugida, andando a pé, que demorou 2 dias para chegar e que teve correr de queixadas⁵⁰ na estrada de noite. Como que eu não atendo? Mas sou só eu. A gente acaba se envolvendo muito. Até ameaçada eu já fui. Apesar da cidade ser pequenininha, tem muita violência que a gente não vê, dentro das paredes das casas. Esses homens daqui são muito xucros.

Ao falar da violência na cidade, foi citada a necessidade de políticas públicas para reduzir o tráfico de drogas e de mercadorias na região. Lidianne, 51 anos, dona de casa, falou inclusive sobre tráfico de crianças pelo Rio Purus:

Tem tráfico de crianças sim. Eu mesmo sei de um pai que vendeu a filha para ser levada sabe Deus pra onde. A família é muito pobre e a mãe apanha dele. Ela tem uns 10 filhos e ele vendeu a mais novinha que deveria ter uns quatro anos. Mas ela, a mãe, não denunciou, porque se não é capaz de ele vender ela também. Ele é usuário de droga forte. Tem gente que sabe disso aqui na cidade, quem faz, pra onde que leva, mas ninguém faz nada. Isso aqui é terra sem lei. Como que a gente faz? É forte.

Com a fala de Lidianne muitas manifestações para falar sobre casos de violência contra a mulher e de tráfico humano surgiram. Adelaide, 53 anos, vereadora da cidade, citou o

⁵⁰ O queixada também é conhecido como porco do mato na Amazônia. É um animal de pequeno porte, agressivo, que vive e ataca em bando.

caso de uma mulher que teve a casa queimada pelo ex-marido que não aceitava o término da relação.

Nós estamos acompanhando esse caso aqui na cidade. A casa dela fica bem aqui no centrinho, na beirada do rio quase. Ela separou dele porque ele traia, bebia demais, era violento, até doença venérea ele pegou nela. Ele saiu de casa e sumiu um tempo, aí ateou fogo na casa enquanto ela dormia tem uns três dias. Ela conseguiu sair, mas perdeu tudo. Estamos arrecadando alimentos, roupas, porque da casa dela não sobrou nada. Ele está fugido, ninguém sabe dele. Está solto por aí esperando pra tentar matar ela de novo. Polícia ainda não pegou.

Nesta oficina foram ouvidos oito relatos de violência doméstica, cinco de estupro, nove de violência patrimonial, nove de violência psicológica, dois de violência obstétrica e três feminicídios. Também foram denunciados seis casos de tráfico humano. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para a própria relatora e para conhecidas, casos já denunciados à polícia e casos sem notificação formal. Após o término das atividades a SEP Mulheres foi até a delegacia local se inteirar do andamento de alguns casos e solicitar investigação sobre outros.

FIGURA 11 – RIO PURUS - CENTRO DE MANOEL URBANO



Fonte: a autora (2014)

FIGURA 12 – OFICINA EM MANOEL URBANO



Fonte: Assessoria de Comunicação da SEP Mulheres Acre (2014)

FIGURA 13 – CASA QUEIMADA NO CENTRO DE MANOEL URBANO



Fonte: a autora (2014)

4.2.8 Senador Guiomard

Dia: 25 de março de 2014

Horário: das 9 às 12h e das 14h às 18h.

Local: Centro Cultural Municipal

Habitantes: 23.024 (IBGE, 2019)

O evento contou com 36 pessoas, 29 mulheres e sete homens, sendo que cinco deles foram embora logo após a solenidade de abertura. A prefeitura, mesmo sendo de partido de oposição ao governo estadual, participou do evento e liberou os funcionários e funcionárias para que comparecessem. Das 29 mulheres, 12 eram da rede de atendimento à mulher e do OPM, as demais foram mobilizadas pelo movimento de mulheres do município.

Logo no início, durante a entrega de camisetas, uma mulher pediu ajuda à equipe para um caso de violência doméstica. Sebastiana, 67 anos, queria saber como ajudar a filha que estava em um relacionamento violento e abusivo:

Moça, assim que eu soube que vocês vinham eu resolvi vir aqui pedir ajuda. A gente é de família humilde aqui na cidade, eu vim do seringal ainda pequena e não tenho ninguém aqui. Tinha minha irmã, mas o marido dela matou ela tem uns 10 anos já. Vim só eu e minha filha, que na época era de colo. Ai minha filha arrumou um homem e foi morar com ele, mas ele começou a bater nela. Eu não consigo nem falar com ela mais. Ela não tem celular mais, nem pode ver ninguém. Ela é uma prisioneira dele. Eu já denunciei, mas não acontece nada porque ele é policial. Ele é polícia, moça. Se eu faço uma denúncia contra ele os próprios amigos dele vão lá olhar e nunca que vão prender ele.

Após o desabafo, a senhora foi amparada pela equipe do CRAS de Senador Guiomard que ficou de acompanhar o caso. Uma representante do Ministério Público do Acre, que se encontrava no evento, também se comprometeu a ajudar. Sebastiana foi orientada a participar da oficina para entender um pouco mais sobre seus direitos e sobre a Lei Maria da Penha, além de poder entrar em contato com pessoas da rede de atendimento às mulheres do município e do estado.

FIGURA 14 – OFICINA EM SENADOR GUIORMARD



Fonte: Assessoria de Comunicação da SEP Mulheres Acre (2014)

A oficina sobre relações sociais de gênero aconteceu com algumas pausas para dúvidas teóricas e discussões sobre nomenclaturas corretas a serem utilizadas. Uma discussão sobre racismo institucional também gerou um debate muito produtivo. Como muitas discussões ocorreram durante a explanação, não foi necessário um momento final para perguntas.

À tarde, Joelda Pais realizou um painel sobre Lei Maria da Penha e a equipe da SEP Mulheres tirou dúvidas sobre a formação do OPM de Senador Guiomard. Após o encerramento do evento, uma pequena aglomeração formou-se, como nos demais municípios, para tirar dúvidas, fazer elogios e sugestões e também para pedir ajuda e conselhos. O caso trazido por Maria Lúcia, de 44 anos, chamou atenção:

Gostaria de saber se vocês podem ajudar a fazer alguma coisa em relação a um homem que fica mostrando o pinto para as meninas que saem do colégio à noite. Minha sobrinha está trabalhando e aí está estudando à noite. Ele correu atrás dela com umas amigas uma vez. Outra vez ficou se masturbando na esquina e falando indecências. Já ligamos na polícia, mas disseram que não podem fazer nada porque ele teria problema mental, mas já ouvi histórias de que ele estuprou uma menina aqui na cidade. A gente sabe que é verdade, mas a família não fez B.O. por causa do escândalo. O que a gente pode fazer? Porque doente ou não ele é um risco real para as meninas e ninguém faz nada. Uma vez um policial riu da história das meninas na delegacia e disse que estavam usando tempo de quem realmente precisa da polícia. Eu já passei por isso na infância, tinha um homem que ficava fazendo isso na colocação, a gente morria de medo, uma vez ele gozou no meu braço e eu fiquei mal por dias, com nojo. Eu não quero que minha sobrinha também passe isso. A vontade é cortar fora o pinto dele, sabe? Aí a polícia vem e me prende. Aí pode prender.

Ao denunciar esse caso, outras mulheres que estavam escutando reclamaram desse mesmo homem, que vinha fazendo atos obscenos e se masturbando para as meninas que

passavam em sua rua. Diversos casos relacionados a isso surgiram, inclusive citando outros autores de violência. A secretaria da mulher designou uma equipe, junto ao organismo e conselho municipais, para oficializar um pedido de resolução desses casos.

Nesta oficina foram ouvidos 11 relatos de violência doméstica, quatro de estupro, cinco de violência patrimonial e três de violência psicológica. Também foram denunciados sete casos de importunação sexual e três de violência obstétrica. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para conhecidas, fatos notificados à polícia e outros em subnotificação.

4.2.9 Xapuri

Dia: 29 de maio de 2014

Horário: das 9 às 12h e das 14h às 18h.

Local: Centro Estadual de Educação Permanente

Habitantes: 19.323 (IBGE, 2019)

A oficina contou com 22 pessoas, todas mulheres. Logo na solenidade de abertura, uma vereadora de oposição ao governo estadual transformou o evento em um palanque acusatório contra uma das integrantes da equipe da SEP Mulheres. Ofensas foram gritadas ao microfone contra a colega e a vereadora foi retirada do local. O ocorrido acabou por tomar muito tempo, e, após a oficina sobre relações sociais de gênero, não houve tempo pra exibição dos vídeos sobre violência doméstica e violência obstétrica. Mesmo com um público pequeno, em um primeiro momento, não houve muita interatividade. Porém, no intervalo pra almoço uma mulher que não estava presente na oficina nos procurou, era Marcely, de 25 anos.

Eu soube da palestra de vocês e vim pedir ajuda, pois eu tenho uma parente que é deficiente, sabe? Ela não é normal da cabeça e não fala. Eu vi um homem abusando dela, mas ela não fala, só tem ficado mais agressiva ultimamente. Ela fica agressiva, aí dão remédio. Eu acho que isso já acontece há tempos. O que que eu posso fazer para ajudar? Ela não fala, não tem como denunciar e se eu me expuser assim falando ele vai dizer que é mentira. Nem a família dela vai acreditar em mim. Eu posso me ferrar.

Marcely foi orientada sobre como proceder e recebeu os contatos da rede de atendimento do município e do estado.

FIGURA 15 – DISCUSSÃO EM GRUPO NA OFICINA DE XAPURI



Fonte: Assessoria de Comunicação da SEP Mulheres Acre (2014).

No período da tarde, nos grupos de trabalho sobre Lei Maria da Penha, várias dúvidas surgiram e foram sanadas. As participantes citaram três casos recentes de estupro na cidade, cinco de violência doméstica e um de feminicídio, procurando entender em qual aspecto a rede de atendimento a essas mulheres falhou. A dinâmica surgiu por iniciativa das próprias participantes. Cristina, 48 anos, desabafou:

Um dos casos de estupro foi conflito de terra. Mesma coisa que tinha aí na época de Chico Mendes continua escancarado aqui. Aliás, o homem que matou Chico Mendes anda aí tranquilo pelo centro da cidade pra todo mundo ver. E pior que ele é mais respeitado que a memória de Chico. Povo não gosta de Chico Mendes aqui não, dizem que era vagabundo, que não gostava de cortar seringa e por isso ia fazer arruaça. Mas enfim, por conta de conflito de terra um fazendeiro mandou estuprar a filha do outro, que tem só umas terrinhas aqui, é filho de índio e pobre. Todo mundo sabe do caso porque a menina foi parar no hospital, mas ela não fez denuncia não, por vergonha, foram até embora daqui, coitados. Que essa menina consiga ter uma vida digna, porque eu sei como é duro viver com um trauma desses. Eu sei, posso dizer porque eu sei.

Após o encerramento das atividades, algumas participantes vieram conversar para saber da possibilidade de levar as oficinas de educação popular feminista para as escolas públicas da região. Uma delas, professora, afirmou que as atitudes machistas estão cada dia mais violentas, até entre os casais de namorados adolescentes, relatando vários casos de violência psicológica e até física dentro do ambiente escolar.

Essa professora foi orientada a cadastrar sua escola para receber as oficinas do projeto de extensão “Sexualidade, Direitos Humanos e Gravidez na Adolescência”, da Proex Ufac em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Acre (SEE). O projeto leva oficinas que tratam da violência contra às mulheres, gravidez na adolescência e sexualidade para escolas públicas do Acre.

Para encerrar a oficina, foi feita uma explanação sobre a importância de o OPM e de o CMDM estarem funcionando de maneira efetiva e conjunta para precaver e ajudar na resolução de casos como os apresentados. Neuda e Márcia passaram seus contatos pessoais para que as integrantes pudessem tirar mais dúvidas que pudessem surgir.

Ao todo foram ouvidos cinco relatos de violência doméstica, três de estupro, três de violência patrimonial e cinco de violência psicológica. Também foram denunciados dois casos de importunação sexual, um de violência obstétrica e um feminicídio. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias denunciantes e para familiares, amigas e conhecidas; ocorrência já denunciadas à polícia e outras ainda não oficializadas.

4.2.10 Porto Walter

Dias: 18 e 19 de junho de 2014

Horário: das 11h às 18h (dia 18) e das 8h às 12h (dia 19)

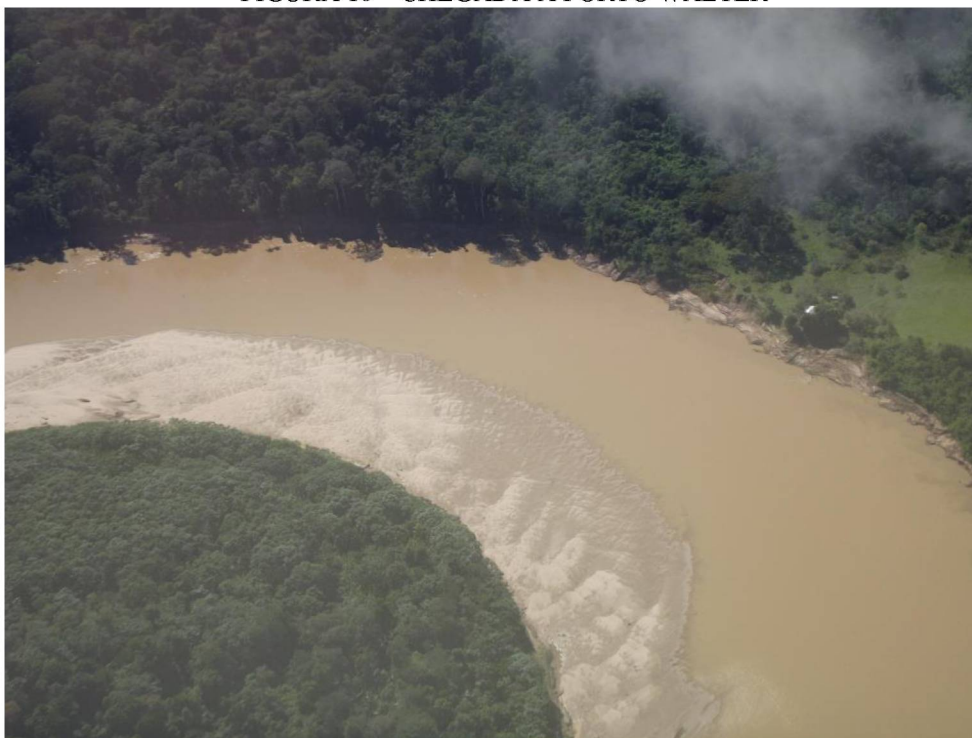
Local: Centro de Referência e Assistência Social

Habitantes: 11.982 (IBGE, 2019)

A organização para chegar ao Município de Porto Walter foi bem mais complexa que a das demais cidades mencionadas neste trabalho até aqui, pois só é possível acessar a cidade de barco ou avião de pequeno porte. Assim, foi elaborada uma logística para sair de Rio Branco no dia 16 de junho e retornar apenas dia 27, cumprindo a agenda nos municípios isolados do Vale do Juruá e otimizando o custo do avião fretado, bem como aproveitando para ministrar oficinas em municípios vizinhos de Cruzeiro do Sul (ponto de onde saíam os voos fretados), como veremos adiante. Nos municípios isolados⁵¹ a equipe daria uma oficina de dois dias, mais ampla, com espaços maiores para debate e atendimento.

⁵¹ O Acre possui quatro cidades com acesso apenas por via aérea ou fluvial. Esses municípios são conhecidos como municípios isolados. São eles: Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Santa Rosa do Purus. O custo para chegar a essas localidades é alto, dificultando a execução de projetos, pois o transporte aéreo não é regular, nem o traslado de barco, que pode demorar dias, a depender da época do ano, regime das chuvas e cheias dos rios.

FIGURA 16 – CHEGADA A PORTO WALTER



Fonte: a autora (2014)

O evento em Porto Walter foi organizado pela rede de atendimento às mulheres, OPM local e movimento organizado de mulheres, contando com a presença de 32 pessoas, sendo 31 mulheres e um homem. A organização local esperou a equipe das oficinas no aeroporto e a levou para uma recepção com lanche em uma sala enfeitada especialmente para o evento.

Assim, às 11h do dia 18 de junho, iniciou-se a oficina. Em Porto Walter, um dos assuntos que mais gerou discussão, logo de início, foi “estereótipos de gênero”, coisas socialmente estigmatizadas como de homem ou de mulher. Após a colocação desta temática, seguindo a cronologia comum dos assuntos a serem apresentados, Tábata, 35 anos, levantou uma questão:

Aqui a gente, mulher, se organizou para poder jogar futebol toda noite no campinho de areia da beira do rio, você viu ele ali perto, né? Pois então, teve homem que não gostou não, mas a gente bateu o pé. Hoje em dia já é de boa. Tiveram alguns que disseram que éramos sapatão, porque queríamos o campo para jogar bola. Eu se fosse sapatão ia achar é bom de não ter que discutir bobagem com homem. Mas, olha para você ver. E vocês estão convidadas para jogar com a gente depois da oficina, de tardezinha, viu?

Após aceitar o convite para o jogo, o debate sobre estereótipos de gênero prosseguiu e foi aprofundando-se em situações em que as violências simbólicas vão se tornando violências físicas. Outra participante, Samanta, contou um caso de violência na família:

Olha, essa questão é muito triste, porque prende as pessoas em coisas que as vezes elas nem gostam. Uma parente minha sempre teve atitudes que são vistas mais como atitude de homem: ela não usava maquiagem, não fazia a unha, não usa roupinha mais assim [...] Nunca soubemos se ela era lésbica ou não, ela nunca me falou nada. Mas o fato é que ela sofreu um estupro. Disseram que ela ia deixar de ser sapatão na marra, que ia aprender a gostar de homem. Dois conhecidos da família estupraram ela. Ela ficou muito mal, mas muito mesmo, até mudou daqui. Todo mundo ficou sabendo e aqui é cidade pequena e por incrível, mais incrível que pareça, a mulher é que fica marcada. Ela tentou suicídio até, coitada. Ela era uma morta viva a última vez que vi, acho que são os remédios que tá tomando para cabeça. E eles? Eles tão soltos por aí, minha filha, moram na zona rural. Veja que barbaridade isso. E tem gente que ainda tenta justificar uma coisa dessas.

O caso já vinha sendo acompanhado pela SEP Mulheres, que ficou de entrar em contato com as autoridades locais para saber do andamento do processo. A oficina seguiu com muita participação e ao falar de violência doméstica, muitos casos começaram a ser contados pelas mulheres da rede de atendimento às mulheres, expondo suas dificuldades. Dentre estes, um caso trazido por uma enfermeira chamou a atenção:

Tem uma situação complicada aqui no município. Na verdade temos muito problemas de sexo com menores, que você acabou de falar que é inclusive estupro né? Pois então. Tem um caso de uma menina, deve ter uns 13 anos, que o pai dela, um homem que bate na mãe dela, deu ela para um outro homem para pagar uma dívida. Isso a gente sabe porque aqui é lugar pequeno. Ela foi morar com esse homem numa roça e engravidou. Há um tempo ela apareceu chorando pra falar comigo que queria abortar porque foi estuprada e não quer o filho. Ela estava puro cheiro de pinga, porque anda bebendo muito, e tá grávida, e parece que o homem bate nela, também. Maninha, o que fazer numa situação dessas? Eu não posso ir na polícia denunciar no lugar dela, porque o certo seria denunciar o homem, né? E o pai também. É pesado.

Uma conversa particular foi realizada com a enfermeira que relatou o caso, visando saber um pouco mais sobre a família desta menina para buscar assistência. Em seguida foi apresentado um painel sobre a Lei Maria da Penha por Joelda Pais e foram montados grupos de trabalho. No debate sobre violência obstétrica também apareceram dois casos bastante impactantes, que por uma questão de exposição da vítima e dos possíveis agressores, não pôde compor esta tese. Neste dia, a oficina foi encerrada com uma dinâmica de grupo e com um jogo de futebol feminino.

FIGURA 17 – FUTEBOL FEMININO NA BEIRA DO RIO JURUÁ



Fonte: a autora (2014)

Na manhã do dia 19, Márcia Costa apresentou um painel sobre a importância do Cedim como órgão de fiscalização e de reivindicação, explicando questões burocráticas para a formação do OPM em Porto Walter. O painel contou também com explicações sobre a importância de o CMDM atrelar-se aos demais órgãos públicos e à rede de atendimento às mulheres local. Foi distribuída uma cartilha para ajudar a direcionar as ações. Várias dúvidas surgiram, Matilde queria saber se o conselho poderia intervir no funcionamento do hospital:

Se a gente se organizar a gente pode ir inspecionar o hospital então, né? Porque são muitas questões ali, muitos problemas, sabemos de várias mulheres que foram maltratadas no parto, principalmente as indígenas. E tiveram esses casos da morte de bebês. Pensei que a gente podia se juntar e ir no Ministério Público, pedir ajuda de alguém a nível estadual também. Os profissionais precisam gostar de gente, de índio para estar aqui em Porto Walter, senão fica difícil.

Neuda e Márcia explicaram que seria exatamente esta a finalidade do CMDM, que serviria como órgão fiscalizador e propositor de políticas públicas e a isso sucedeu uma gama de propostas trazidas pelas participantes, que tiveram um tempo para articulá-las entre si. À tarde a equipe seguiu viagem para o próximo município.

Nos dois dias de oficina foram relatados 12 casos de violência doméstica, quatro de estupro, dois de violência patrimonial e quatro de violência psicológica. Também foram denunciados dois casos de violência obstétrica, um feminicídio e um caso de tráfico humano.

Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para conhecidas, casos já notificados e outros que ainda não o foram.

FIGURA 18 – CERTIFICAÇÃO DE OFICINA EM PORTO WALTER



Fonte: Assessoria de imprensa da SEP Mulheres Acre (2014)

4.2.11 Marechal Thaumaturgo

Dias: 20 e 21 de junho de 2014

Horário: das 8h às 12h e das 14h às 18 h (nos dois dias)

Local: Centro Municipal de Cultura

Habitantes: 18.867 (IBGE, 2019)

No dia 19, depois de cerca de quarenta minutos de voo, chegou-se ao aeroporto de Marechal Thaumaturgo. Foi preciso caminhar cerca de dois quilômetros até à margem do Rio Juruá, onde pega-se um barco para atravessar o rio até a região central da cidade. Já na outra margem, após subir cem degraus de escadarias de madeira, chega-se ao núcleo urbano do município. Soma-se a isso o calor amazônico e a grande quantidade de material das oficinas a ser transportado.

Assim, chegou-se à cidade no dia 19 de junho por volta de 14h, aproveitou-se o tempo para reforçar o convite para a oficina de educação popular do dia seguinte e organizar os materiais no local do evento.

FIGURA 19 – JOELDA PAIS, NEUDA MUNIZ E MÁRCIA COSTA TRANSPORTAM PARTE DOS MATERIAIS DAS OFICINAS AO DESEMBARCAR NO AEROPORTO DE MARECHAL THAUMATURGO



Fonte: a autora (2014)

FIGURA 20 – AVIÃO FRETADO PELA SEP MULHERES. AEROPORTO DE MARECHAL THAUMATURGO



Fonte: a autora (2014)

FIGURA 21 – LOCAL DA TRAVESSIA DO RIO JURUÁ PARA ACESSO AO NÚCLEO URBANO DE MARECHAL THAUMATURGO



Fonte: a autora (2014)

FIGURA 22 – NEUDA MUNIZ E JOELDA PAIS EM TRAVESSIA DO RIO JURUÁ PARA ACESSO AO NÚCLEO URBANO DE MARECHAL THAUMATURGO



Fonte: a autora (2014)

No dia 20, as atividades iniciaram-se pontualmente às 8h no local agendado. Compareceram ao evento 23 pessoas, sendo 20 mulheres e três homens. A solenidade de abertura foi rápida e em seguida iniciou-se a oficina sobre relações sociais de gênero. Devido à cidade possuir contundente presença indígena, algumas adaptações foram feitas na oficina, como exemplo podemos citar a mudança de modelos ilustrativos e de personagens nas histórias hipotéticas contadas pela equipe nos trabalhos em grupo, sendo a discussão sobre racismo também mais focada na mulher indígena. Temas como tráfico humano e de drogas entraram de forma mais assertiva nas explanações e nas discussões, pois o município localiza-se em uma região de fronteira com o Peru, onde existe forte conflito agrário entre madeireiros e indígenas e também tráfico de mercadorias e de pessoas.

FIGURA 23 – OFICINA EM MARECHAL THAUMATURGO



Fonte: Assessoria de imprensa SEP Mulheres Acre (2014)

Logo no início do painel as discussões voltaram-se para o agravamento da violência na região devido ao tráfico de drogas e também aos conflitos de terras. Em seguida Alzira, 36 anos, funcionária da prefeitura, reclamou da forma como essa violência tem afetado a vida das mulheres, principalmente as indígenas:

É complicado, porque quanto mais violento um local mais as mulheres sofrem. Todo mundo sofre, mas a mulher é mais. A corda sempre arrebenta do lado mais fraco. Tem muito índio que não tem mais terra devido aos ataques de madeireiros, os índios ficam sem terra, sem caça, aí ficam por aí na beira do rio, vivendo em barcos, aí vão beber e bater em quem? Nas mulheres. Nos índios homens eles não acham de bater. Os que vendem drogas também, ganham uma graninha, achando que podem tudo e vão achar de agarrar mulher, roubar mulher, vender mulher como se fosse porco.

Contagiadas pela indignação de Alzira, muitas participantes quiseram contar histórias que se passaram com elas, com conhecidas, amigas ou familiares. Essas mesmas histórias foram utilizadas pela equipe para exemplificar o modo legal de agir em tais situações para ajudar a vítima e não reproduzir uma cultura misógina. Marta, 50 anos, falou um pouco sobre a exploração sexual infantil e sobre tráfico de crianças.

Olha, existe uma lei do silêncio aqui e ninguém fala muito, mas eu vou falar. Todo mundo sabe sim que tem essas coisas aqui e tem gente grande envolvida. Eles vendem as crianças, principalmente as meninas, vendem sabe-se lá pra fazer o que com elas, mas a gente imagina. A maioria é menina indígena, de gente bem pobre. É menina pequena, de 6 anos, 8 anos. É uma coisa horrível isso e a gente acaba ficando impotente, porque a gente vai fazer o que?

No período da tarde foi feita uma apresentação sobre a Lei Maria da Penha e em seguida os grupos de trabalho foram organizados. Muitas dúvidas foram sanadas e, como na maioria dos municípios, uma pequena fila de mulheres formou-se após o encerramento das atividades para pedir aconselhamento e desabafar.

Após ouvir os casos e dar encaminhamento a eles, a equipe seguiu para o hotel, situado na principal rua da pequena cidade, para conversar sobre a metodologia e avaliar possíveis ações para resolver as graves denúncias recebidas. Desse modo, um grupo de seis mulheres acomodou-se em uma mesa no terraço do hotel, com vista para o Rio Juruá, para apreciar o pôr do sol e conversar. A reunião informal estendeu-se noite adentro e começou-se a notar um movimento estranho na rua da cidade: mulheres muito jovens levavam crianças pelas mãos; pessoas chegavam com algumas crianças de barco e uma aglomeração começou a acontecer na porta do hotel; homens sozinhos amontoavam-se na recepção. Às 21h o recepcionista do hotel chegou irritado ao terraço falando que não era hora de mulher sozinha estar acordada, que deveríamos ir para nossos quartos. Provavelmente uma rede de exploração sexual se organizava para que crianças fossem abusadas nos quartos daquele hotel. Após uma discussão entre Concita Maia e o recepcionista, fomos para os quartos temendo por nossa integridade física. Naquela noite escutamos conversas que comprovavam nossas suspeitas. A sensação de impotência era terrível. Transcrevo parte de conversa entre dois homens ouvida

do quarto do hotel: “*eu não vou pagar esse valor [...]. Essa menina está doente, com o dente ruim, que diferença faz?*”. Os homens se afastaram e não foi mais possível ouvir o restante do que parecia ser a negociação do estupro de uma criança.

No dia seguinte pela manhã, dia 21, a secretária de estado entrou em contato com o Ministério Público e com o gabinete do governador para pedir ajuda em relação a situação vivenciada no dia anterior. Enquanto isso, na oficina, realizava-se uma apresentação sobre o Cedim, mostrando como deveria funcionar o recém formado OPM, o CMDM e as diversas formas de suas atuações junto a órgãos públicos. Esta oficina foi ministrada pela conselheira estadual Márcia Costa e pela coordenadora de interiorização da SEP Mulheres, Neuda Muniz. Após esta oficina também foi oficializada a formação do CMDM de Marechal Thaumaturgo.

Paralelamente, no período da tarde, Concita Maia seguiria de barco com parte da equipe para a aldeia Apiwtxa, da etnia Ashaninka, na fronteira com o Peru, para prestigiar a inauguração da casa de artesanato das mulheres indígenas de lá. A viagem duraria cerca de cinco horas de voadeira⁵², porém, após três horas de viagem, o grupo foi obrigado a retornar devido ao Rio Juruá estar com passagem fechada por conta de um conflito entre madeireiros. No dia seguinte, parte da equipe retornou a Cruzeiro do Sul para no dia 24 ministrar oficina em Rodrigues Alves.

Nos dois dias de oficina foram relatados quinze casos de violência doméstica, sete de estupro, dois de violência patrimonial, dois de violência psicológica, três casos de violência obstétrica e dois feminicídios. Também foram realizadas quatro denúncias de tráfico de meninas. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para conhecidas, casos já reportados à polícia e casos ainda em subnotificação.

⁵² Voadeira é o nome utilizado para designar pequenas embarcações, como canoas, que possuem pequeno motor de popa e não possuem cobertura, podendo carregar poucas pessoas. É um dos meios de transporte mais comuns na Amazônia.

FIGURA 24 – VISTA PÓS DECOLAGEM NO MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO



Fonte: a autora (2014)

4.2.12 Mâncio Lima e Rodrigues Alves

Dias: 24 e 25 de junho de 2014

Horário: das 8h às 12h e das 14h às 18h

Local: Centro Municipal de Cultura

Habitantes: Mâncio Lima 18.867, Rodrigues Alves 18.930 (IBGE, 2019)

Para este evento, foram unidos os municípios de Mâncio Lima e Rodrigues Alves, sendo que um ônibus da cidade de Rodrigues Alves se deslocou até Mâncio Lima, pois a oficina foi realizada no Centro Cultural desse município. O evento contou com 50 pessoas, sendo 32 de Mâncio Lima e 18 de Rodrigues Alves. Ao todo compareceram 49 mulheres e um homem. A opção por unir os dois municípios fez com que o público de Rodrigues Alves fosse pequeno, restrito a rede de atendimento designada pela prefeitura, o que não foi avaliado pela equipe como uma boa estratégia para os próximos trabalhos. Apenas cinco pessoas da comunidade, que não estavam ligadas à rede de atendimento às mulheres de Mâncio, compareceram.

A oficina iniciou às 8h30min com algumas perguntas e explicações sobre a condição das mulheres, seguindo a mesma cronologia das oficinas anteriores. Durante a apresentação

de slides sobre a conquista de direitos pelas mulheres, explicitando que no passado estas não podiam ser proprietárias de bens, Flávia, 46 anos, de Mâncio Lima, pediu para falar:

Minha avó nunca pôde ter nada dela. O pai dela deixou uma casinha para ela, mas depois que ela casou a casa ficou sendo do marido. Ele largou ela e ficou na casa com outra que ele arrumou, uma menina nova de uns 13 anos. Nisso minha avó já tinha uns 20 anos e cinco filhos. Ela foi para a rua, até que arrumou outro homem, que bebia, batia nela, nos filhos que não eram dele. A vida dela foi toda esse sofrimento. Ela contava que a mãe dela foi trocada por uma terra e que o homem que comprou ela, tratava ela mal também. Isso já vem vindo de longe. Mulher era pior que bicho.

A participante seguiu dizendo ter ouvido muitas histórias de mulheres que foram trocadas por vacas, cavalos, cabras e completou:

Para punir a mãe, o pai vendia uma das filhas para outro homem ou trocava por vaca, boi, qualquer bicho. Ainda diziam que os bichos valiam mais porque trabalhavam e forneciam alimento. Muitas mulheres eram índias pegas no laço, né? Tratavam como bicho mesmo, sempre. Isso tudo que a gente vê de violência aí, que as colegas tão falando, que a gente atende no hospital, ainda é fruto dessa mentalidade, que não faz tanto tempo assim.

Seguiu-se a oficina e o tema “cultura do estupro” trouxe questionamentos. Um deles era sobre a culpabilização da mulher que “aceitava” servir de objeto sexual. A discussão foi longa, até que Luanara, 36 anos, uma jovem da rede de atendimento à mulher de Mâncio Lima, irritou-se com as colegas que diziam que a mulher que se presta a ser usada como objeto sexual na mídia tinha parcela de culpa na cultura do estupro:

Eu nunca tinha ouvido falar de feminismo, eu sou enfermeira, estudei. Eu cresci na década de noventa e meu sonho era ser a Carla Perez, a morena do Tchan. A gente não maliciava, mas punha isso na cabeça desde pequena, que a mulher que tem sucesso é a mais bonita, que mostra o corpo, o bundão, então você quer ser ela, nem pensa muito. É o que é visto como carreira de sucesso para a mulher na televisão, conforme foi falado na oficina. Podia ser eu. E eu ia achar que estava arrasando. Falta conhecimento para nós. A gente precisa se unir ao invés de apontar o dedo.

A discussão sobre cultura do estupro prosseguiu. Foi falado sobre consentimento, sobre estupro no casamento, sobre pedofilia. Francisca, 40 anos, psicóloga da rede de atendimento de Rodrigues Alves, pronunciou-se neste momento.

É muito difícil trabalhar com crianças que sofreram abuso, viu? Muito. Porque você precisa do apoio da família e muitas vezes o abusador está ali. Atendo uma menina de 12 anos que foi abusada anos a fio pelo próprio pai, até que engravidou. Ai a mãe culpou ela. O pai, não sei o que houve que não ficou preso e vive por perto da menina. A mãe não fala mais com ela e voltou com pai. É complicado, porque ela é criança. A gente já questionou a guarda, mas é difícil, pois ela tem um bebê agora, não conseguiu abortar. Vamos propor o que para essa pessoa que a própria família despreza? Casos como esses são comuns. Mais comuns do que vocês imaginam e isso é triste demais para nós. O trabalho acaba pesando nessas coisas, deprime. Depois o povo não sabe porque tem tanta gente nas drogas.

A partir da fala da psicóloga, vários relatos começaram a despontar sobre assuntos parecidos, tornou-se necessário fazer inscrição para as falas. Chamou a atenção a fala de Fátima, moradora de Mâncio Lima, dona de casa, convidada por amigas a ir no evento:

Eu não sou estudada, mas minhas amigas chamaram para vir aqui hoje para conhecer um pouco mais dos meus direitos, porque eu já passei por muita coisa na minha vida. Hoje em dia tudo que eu posso ir para aprender eu vou. Aqui em Mâncio não temos muita coisa para ir e aprender, então eu vou. Eu fui dada para um homem de 70 anos quando eu era adolescente. Meu pai deu. Ele batia na minha mãe e ela acabou morrendo de tanto apanhar. Ele dizia que foi malária, mas sei que não foi. Eu nem podia ver ela. O homem não me batia, mas eu tinha nojo dele. Me forçava as coisas. Eu aceitava porque não tinha opção, não adiantava. Ele morreu 10 anos depois e eu nunca mais casei. Nem quero. Peguei nojo de homem, pra mim nenhum presta e até hoje eu tenho pesadelo. Eu fico feliz que tenha esse tipo de coisa hoje em dia. Eu fico feliz mesmo de saber das coisas e vou contar pra todas as meninas que eu puder.

Após os relatos, ficou difícil retomar a oficina. As conversas paralelas aconteceram por alguns minutos e optou-se por deixá-las fluir, até foram incentivadas, tendo em vista que ficou perceptível que muitas das mulheres da rede de atendimento de Mâncio Lima não conheciam e nem mantinham contato com a rede de Rodrigues Alves. A partir das vivências relatadas, a oficina concluiu o período da manhã fazendo um resumo dos temas tratados, focando nas atividades de grupos de trabalho que seriam desenvolvidas à tarde.

No momento do almoço, debateu-se sobre os casos contados no período da manhã e aproveitou-se para visitar uma família que já se encontrava sob tutela do Estado devido à um caso de ameaça de morte por parte do ex-marido/pai.

FIGURA 25 – REGIÃO CENTRAL DE MÂNCIO LIMA, RIO JAPIIM.



Fonte: a autora (2014)

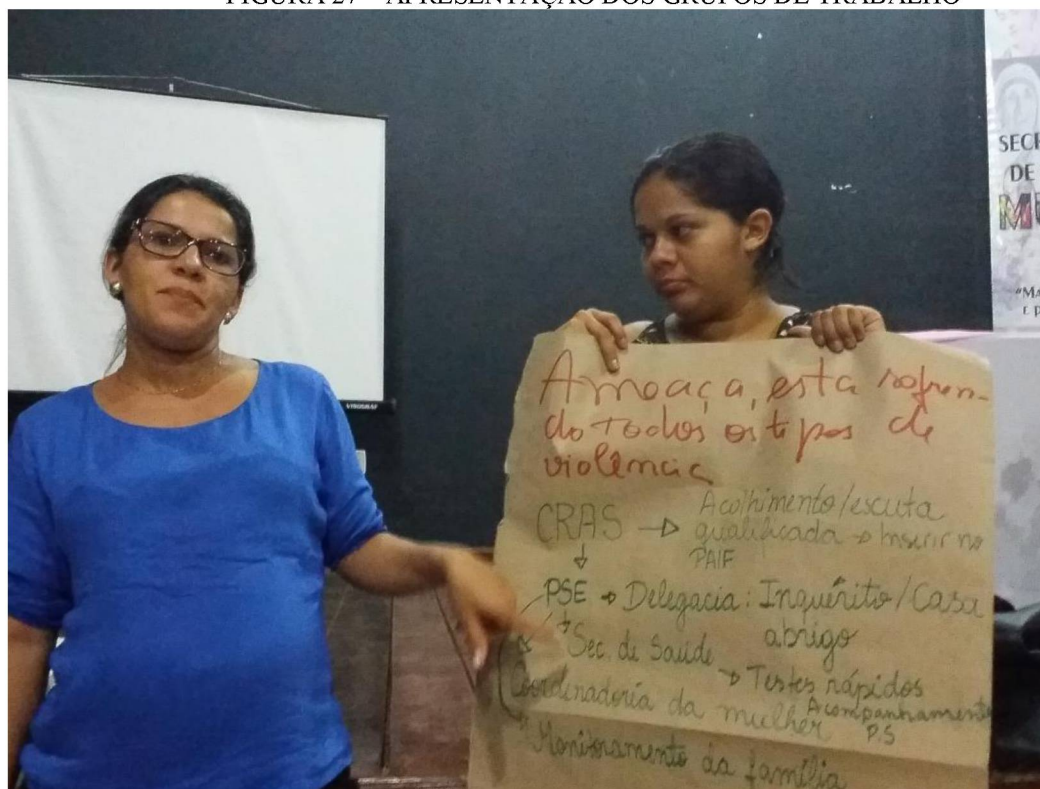
Após o almoço, com o sol fazendo a sensação térmica bater em 44 graus, retornamos ao trabalho. Devido ao calor, o período vespertino acaba sendo menos produtivo na Amazônia, dessa maneira era preciso retomar a oficina com uma atividade impactante. Assim, um vídeo (ficção) sobre o processo de violência por que passou uma mulher, culminando em seu assassinato, foi exibido. Após o vídeo, Joelda iniciou a explicação sobre Lei Maria da Penha e os passos a serem seguidos pela rede de atendimento. Em seguida grupos de trabalho foram montados para resolver situações hipotéticas que chegassem à rede.

FIGURA 26 – REUNIÃO NOS GRUPOS DE TRABALHO



Fonte: a autora (2014)

FIGURA 27 – APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO



Fonte: a autora (2014)

Na apresentação dos grupos, algumas dúvidas em relação aos caminhos a serem percorridos pela rede de atendimento foram sanadas e o debate seguiu produtivo, pois com uma proposta prática ficava mais fácil visualizar dúvidas e carências. É importante ressaltar a fala Tainá, 32 anos, enfermeira em Rodrigues Alves:

É complicado a gente falar certas coisas, mas tem menina menor de idade que a gente sabe que foi abusada, que está com medo de falar e muitas vezes os médicos não querem fazer o aborto por questões religiosas. Sabemos que existe uma lei e que ela tem o direito de abortar, como a Fabiana falou, mas muitas vezes os médicos não cumprem. Que que a gente vai fazer? A menina não fala porque tem medo e muitas vezes sabe que não vai ter apoio na família. Olha o tanto de caso de menina e mulher abusada que as colegas contaram e vejam que a maioria não foi acreditada. Basta olhar. As pessoas preferem chamar a menina de vagabunda, de piranha e culpar ela. Deixam ela levar a gestação pra não matar uma vida e deixam a vida da menina que já é grande a Deus dará. É muito difícil. Quero saber como denunciar sem saberem que fui eu, porque tem coisa que só a gente fica sabendo e pode sofrer consequências duras. Cidade pequena é uma desgraça.

Algumas sugestões para denúncias deste tipo de caso foram levantadas pela equipe, dentre elas passar o telefone de apoio da SEP Mulheres para a vítima sem que o agressor perceba que ela tem esse acesso; encaminhar o caso para outras entidades governamentais e Conselho Municipal e/ou Estadual de Políticas para as Mulheres, para que estes possam pressionar sem expor ninguém específico. Às 18h30min a oficina foi encerrada.

No dia 25, fugindo um pouco dos planejamentos anteriores, foi combinada uma oficina para gestoras e professoras da Escola Estadual Francisco Braga de Souza no período da manhã, em Rodrigues Alves. A oficina sobre relações sociais de gênero seria ministrada pela autora e acompanhada por Regina Cavalcante, da SEP Mulheres. Também foi adicionada, de última hora, uma oficina para funcionárias e funcionários públicos de Rodrigues Alves, tendo em vista a participação pequena do município na oficina do dia anterior. Era uma maneira de tentar sanar o déficit gerado a esta localidade pela opção de junção das duas cidades na capacitação.

Logo pela manhã, na escola estadual, descobrimos que havia um desencontro de informações e que a gestora que havia mantido contato com a secretaria da mulher havia faltado e não havia organizado o público nem local para a oficina, conforme previamente combinado. A maioria dos professores da escola sequer sabia do evento. Dessa maneira a escola pediu que a oficina fosse ministrada para estudantes do ensino médio. De última hora e com público diferente do planejado, ocorreu a oficina. Não havia um auditório disponível na escola, por isso os estudantes tiveram que levar suas cadeiras de uma sala para a outra, gerando grande tumulto, e ficar amontoados em um pequeno espaço, sem ar condicionado ou

ventiladores. Para esta oficina foi utilizada uma outra apresentação de slides e vídeos, de um outro projeto de educação popular, que tem como público-alvo adolescentes a partir dos 14 anos. Uma coincidência positiva o material dessa outra oficina encontrar-se com a ministrante. Mesmo na escola, diversos casos de machismo e de agressões foram relatados pelas alunas. Ao final, uma das estudantes, de 16 anos, veio conversar de forma discreta para fazer algumas perguntas:

Eu queria saber se eu posso denunciar uma pessoa por estupro. Eu era pequena, não sabia explicar direito, tinha vergonha, tinha medo. Depois essa pessoa fez isso com minha irmã, que também não falou pra ninguém. Eu vi. Eu descobri e me gerou muita revolta. Já pensei em envenenar ele, mas não fiz porque senão vou presa. Eu devia ter uns nove anos quando vi o da minha irmã. Eu queria denunciar porque acho que esse homem ainda faz isso com outras crianças, como posso fazer?

A aluna recebeu auxílio da equipe e foi encaminhada para uma psicóloga e para orientação jurídica. Em seguida algumas mulheres de rede de atendimento local se prontificaram a acompanhá-la e apoiá-la. Tudo isso fora do ambiente da escola, para evitar exposição da menor.

À tarde foi ministrada uma oficina para membros da rede de atendimento às mulheres de Rodrigues Alves que não estiveram presentes na oficina do dia anterior na cidade vizinha. A oficina ocorreu na câmara de vereadores do município, das 14h às 18h. Os temas tratados foram os mesmos, de forma um pouco mais sucinta, devido ao menor tempo disponível. Como em todas as demais oficinas, casos e denúncias de violência física, sexual e psicológica surgiram. Após a explanação e debate, ocorreu uma conversa com a secretária estadual de políticas para as mulheres, Concita Maia.

FIGURA 28 – OFICINA NO MUNICÍPIO DE RODRIGUES ALVES



Fonte: a autora (2014)

É importante salientar que enquanto ocorriam as oficinas na escola, pela manhã, e pela tarde na câmara de vereadores, parte da equipe da secretaria da mulher acompanhava casos de violência doméstica e sexual nas cidades de Mâncio Lima e Rodrigues Alves, tendo em vista que são municípios próximos (33km entre um e outro).

Ao todo foram relatados 16 casos de violência doméstica, seis de estupro, cinco de violência patrimonial e seis de violência psicológica. Também foram denunciados dois casos de violência obstétrica, dois de importunação sexual e um feminicídio. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para terceiras, casos notificados e outros que ainda não o foram.

No dia 26 a equipe permaneceu na região do Vale do Juruá, se hospedando em Cruzeiro do Sul, para participação em outra atividade da universidade, retornando a Rio Branco no dia 27, após uma viagem de 12 dias.

4.2.13 Jordão

Dias: 30 de junho e 01 de julho de 2014

Horário: das 8h às 12h e das 14h às 18h (nos dois dias)

Local: Núcleo de Educação Permanente da Universidade Federal do Acre

Habitantes: 8.317 (IBGE, 2019)

Para chegar ao município de Jordão a partir da capital acreana é preciso encarar uma viagem de barco que pode durar vários dias, comprar uma passagem aérea de avião bimotor (que só tem saídas e retornos de/para Rio Branco nas quartas-feiras – tendo que permanecer na cidade por uma semana) ou fretar um avião monomotor de alguma empresa de taxi aéreo, pois não há ligação do município ao restante do estado por via terrestre. As distâncias e os custos são um capítulo importante na interiorização das ações de extensão na Amazônia. Assim, por meio de verba de um projeto de interiorização das ações em combate à violência contra a mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, foi possível fretar um avião para que a equipe se deslocasse até o município.

Tendo em vista à distância e a dificuldade de comunicação com a cidade, a maior parte das ações foi planejada pelo OPM local, de acordo com as diretrizes básicas das oficinas repassadas pela SEP Mulheres. Para otimizar os custos de deslocamento ao município, propôs-se que as atividades acontecessem em dois dias.

FIGURA 29 – REGIÃO CENTRAL DE JORDÃO - RIO JORDÃO



Fonte: a autora (2014)

O evento contou com a presença de 71 pessoas, sendo 55 mulheres e 16 homens, dentre eles o prefeito e vice-prefeito do município, que se comprometeram a apoiar as atividades do recém-formado OPM, e a institucionalização do CMDM. Destaca-se que o

Jordão foi o único município que teve a participação de gestores públicos nas atividades, permanecendo até o final das atividades.

No período da manhã foi realizada a oficina sobre relações sociais de gênero e suas violências. A organização proposta pelo OPM, bem como a mobilização por ele efetuada, mostrou-se muito eficiente. A coordenadora do organismo e também primeira-dama, ao receber elogios pelo trabalho, respondeu:

Olha, eu fico muito feliz que a equipe trabalhou bem, e eu queria agradecer muito vocês e minhas meninas, que trabalharam comigo, porque a gente sabe da dificuldade em trazer uma oficina como essa pra cá, com palestra da universidade e tudo, então temos que valorizar. Pra gente se capacitar isso é muito importante. Quanto aos homens que tão aqui tudo bonitinho sentadinho, isso é trabalho nosso, viu? É muito tempo de canseira explicando que os gestores tem que ouvir as palestras, que tem que estar no evento todo não apenas nas aberturas das coisas. Isso foi uma coisa que a secretária falou uma vez e me tocou, porque para eles valorizarem e ajudarem de verdade, eles tem que conhecer. Nós chamamos o povo todo para ver a oficina e ver que a gente se capacita, eu sai de órgão público em órgão público falando, escolas... Chamando. É isso que os gestores precisam fazer. E não é mandar os outros não. É ir no sol quente você mesmo. Temos muitos casos difíceis aqui, viu? Temos e vamos resolver, e tirar as dúvidas hoje.

A oficina seguiu a cronologia do planejamento inicial, porém, devido a uma disponibilidade maior de tempo, os temas puderam ser tratados de forma mais específica, com pausas mais longas para as discussões e com exibição de mais exemplos e vídeos. Durante a explicação sobre violência psicológica, uma das mulheres da rede de atendimento levantou uma questão:

Eu queria saber como podemos tratar essa questão da violência com as mulheres indígenas. Como vocês mesmas viram, tem muitos índios em situação de extrema pobreza morando na cidade, em barcos velhos na beira do rio, com suas famílias, pedindo comida. Pelo tamanho minúsculo da cidade essa é uma coisa fácil de notar. E a gente vê que as mulheres indígenas sofrem muita violência psicológica, pois não podem falar nada, nem dar opinião em nada, nem reclamar de nada, sob pena de até apanharem. Quando a gente fala para alguém, dizem para deixar quieto, pois é a cultura deles. Mas é uma cultura que precisa mudar então, não é? Por que as mulheres também não estão felizes vivendo assim, mesmo sendo cultura ou seja lá o que for. Já tem um movimento de mulheres indígenas em algumas aldeias próximas, de respeito a elas, mas em outras não. E em cada família é uma coisa, não dá para generalizar. Esse ponto precisamos discutir muito, porque é complicadinha demais essa questão.

A fala da participante trouxe uma reflexão muito pertinente, pois existe um movimento de mulheres indígenas, mas ainda muito pequeno se comparado com o das mulheres negras, por exemplo. Não havia nenhuma mulher indígena, moradora de aldeia ou

comunidade indígena⁵³ na oficina, o que fez com que o debate sobre essa questão fosse muito cauteloso. É preciso tomar muito cuidado para não falar por elas e não se arrogar a discutir os problemas delas de forma etnocêntrica, mas, ao mesmo tempo, é preciso que elas entrem na pauta dos debates, ainda mais quando a rede de atendimento traz questões como essa em um município com grande percentual de indígenas. Uma das conclusões do debate foi a necessidade de ofertar oficinas de combate a violência contra as mulheres nas aldeias e a realização de conversas com as lideranças, promovendo espaços para que as mulheres indígenas possam dizer suas necessidades e seus anseios.

FIGURA 30 – INDÍGENAS VIVENDO EM BARCOS NO CENTRO DE JORDÃO



Fonte: a autora (2014)

Sobre este assunto, Joseane, da rede de atendimento às mulheres, colocou algumas das percepções que teve durante a realização de atendimentos em aldeias:

⁵³ Existe uma diferença entre aldeia indígena e comunidade indígena. A aldeia é o local onde está toda a organização social daquele povo, atrela-se ao território, é onde está o cacique ou a cacique, o pajé ou a pajé e onde são enterrados os mortos. Muitas vezes formam-se comunidades indígenas fora das aldeias, são pessoas da mesma etnia ou não, que se unem em uma comunidade fora do território de origem. Os indígenas nomeiam seus territórios de aldeias, bem como muitas vezes se autodenominam índios ou indígenas.

Eu já fui muito em aldeia devido ao trabalho na área da saúde, já trabalhei com diversas etnias de índios e em várias aldeias e posso dizer que é tudo muito irregular, não há uma regra. Tem aldeias que já são mais próximas da cidade, que tem mais influência do branco, outras que são mais resabiadas com gente de fora, e ainda outras que estão acostumadas com turistas. Tem comunidade indígena de todo jeito. O machismo existe sim, e muita falta de informação também. Tem muitas meninas grávidas, meninas de 12, 13 anos, e é muito difícil saber se foi permitido o sexo, se foi abuso, se mesmo com menor de 14 anos pode ser considerado abuso, porque indígenas não entrariam na mesma legislação que nós. É um assunto que é difícil, maninha. Bem difícil, porque são limites que não podemos vir de fora e colocar lá dentro, porque eles tem a própria forma deles de resolver os problemas. Mas uma coisa que a gente da saúde percebe e sabe é que tem muito caso de alcoolismo na aldeia, os índios bebem e batem nas mulheres, estupram. Isso é demais mesmo. E nem todo caso chega para nós, mesmo porque eles estão longe. É difícil. Pode ver que não tem ninguém do movimento de mulheres indígenas aqui hoje. É difícil de vir aqui e é difícil para elas se imporem e se organizarem.

O debate sobre este assunto mostrou-se emergencial. A SEP Mulheres e a Ufac colocaram-se à disposição da prefeitura e do OPM do Jordão para ministrar oficinas adaptadas à cultura e realidade locais. A pauta foi posta para discussão em reunião do CMDM.

A oficina encerrou o período da manhã com um resumo dos principais pontos debatidos e com a exibição de um vídeo sobre a objetificação da mulher na publicidade, mostrando como seria a sociedade se os personagens masculinos fossem retratados da mesma maneira que as mulheres. O momento de descontração gerou bastante reflexão e surpresa, comentado por várias participantes. “*Como que a gente é tratada assim e não percebe, não é mesmo? Eu fiquei chocada com essa propaganda, porque ao mesmo tempo que é engraçada é um soco no estômago*”, afirmou Danila, 36 anos.

A tarde retomou-se a oficina com um painel sobre Lei Maria da Penha. Em seguida, grupos de trabalho foram montados e situações hipotéticas colocadas para discussão em cada um deles. Os grupos propoiam uma cronologia e formas de atendimento para a mulher naquela situação de violência. Durante as apresentações, muitas dúvidas surgiram, assim como muitos exemplos de casos de violência física e sexual, demonstrando que as situações hipotéticas propostas não eram tão hipotéticas assim. Durante uma das apresentações, uma senhora idosa que estava assistindo, pediu para falar e desabafou:

Eu fiquei sabendo hoje cedo, com a oficina de cedo, que minha filha tinha sofrido abuso, muito parecido com essa história que vocês tão contando. Ela contou para mim hoje e eu fiquei muito triste, porque eu saia para trabalhar e não percebi nada. Era uma pessoa conhecida nossa, minha filha, eu não podia nem imaginar. Eu sofri muito com homem também e não pude ajudar minha filha. Olha, é muito triste. Ela deveria pelo menos ter tido esse atendimento aí que vocês estão falando, nem isso teve, não existia isso de conselho nem nada. Olha, pelo menos ela teve coragem de contar e vai denunciar. Ela não é vagabunda, a minha filha, o vagabundo é ele. E ele há de pagar. Isso já faz muitos anos, mas muitos anos, mas ele há de pagar. A moça da palestra disse que a gente pode denunciar.

A senhora foi amparada por conselheiras municipais que se prontificaram a acompanhar o caso e a levaram para um ambiente mais reservado para conversar e entender melhor o que havia ocorrido. Márcia Costa também foi acompanhar o caso. As atividades do dia foram encerradas após uma avaliação das apresentações dos grupos pelo coletivo e pela equipe.

FIGURA 31 – CERTIFICAÇÃO DA OFICINA NO MUNICÍPIO DE JORDÃO



Fonte: Assessoria de imprensa da SEP Mulheres Acre (2014)

No dia seguinte, Márcia Costa apresentou um painel interativo sobre o Cedim, explicando como deveria ser o fluxo de informações entre o conselho estadual e os municipais, bem como suas atribuições. Várias dúvidas surgiram e questões burocráticas foram resolvidas. Neuda Muniz, da SEP Mulheres, também realizou uma apresentação sobre os mecanismos de fortalecimento das políticas municipais para as mulheres por meio do OPM, do CMDM e da criação efetiva de uma rede que unisse o estado, as cidades e a sociedade civil.

O período da tarde foi destinado a conversar com autoridades e traçar estratégias para atendimento de mulheres em situação de violência junto à rede de atendimento às mulheres, ao OPM e CMDM. Nesse espaço mais reservado, cinco casos de violência doméstica foram expostos e foi pedida ajuda à SEP Mulheres para pressionar as autoridades para a resolução.

Ao todo foram relatados 16 casos de violência doméstica, sete de estupro, três de violência patrimonial e cinco de violência psicológica. Também foram denunciados dois casos de violência obstétrica, três de importunação sexual e dois feminicídios. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para terceiras, casos notificados e outros que ainda não o foram.

4.2.14 Santa Rosa do Purus

Dias: 03 e 04 de julho de 2014

Horário: das 8 às 12h e das 14h às 18 horas (dia 03); das 8h às 12h (dia 04)

Local: Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus

Habitantes: 6.540 (IBGE, 2019)

No dia três de julho, a equipe embarcou em um monomotor no aeroporto de Rio Branco, às sete horas, e depois de uma hora de voo, chegou a Santa Rosa do Purus, um dos quatro municípios acreanos que não possuem acesso por via terrestre. A oficina iniciou às 9h. Foi organizada uma solenidade de abertura pelas integrantes do OPM local, na qual algumas autoridades do município puderam se apresentar. As autoridades presentes, como prefeito, vereadores e secretários fizeram uma breve saudação em apoio a ação, porém, dentre estas falas, uma se destacou, a de um policial federal recém-transferido para a cidade:

Vocês vem aqui falar de violência contra a mulher, mas não querem saber o que a mulher fez, precisa saber o que a mulher faz também. Esse negócio de mulher ficar como coitadinha toda vez está errado. Nem sempre o homem é culpado não. E nós homens? Nós também sofremos violência. E as outras violências? E as mulheres que são bandidas? Porque tem mulher bandida sim.[...] Essas meninas que com 14 anos estão grávidas por aí? Não sou a favor de nenhuma vitimização.

O tom desafiador do policial, que se colocava como autoridade máxima no município, fez com que a oficina comesçasse em clima de tensão. Logo iniciou-se um embate entre a secretária de estado de políticas para as mulheres, as ministrantes e o policial, que prosseguiu, interrompendo por diversas vezes a equipe, até que se irritou e saiu da sala.

A oficina teve um atraso de mais de 40 minutos devido ao ocorrido e começou efetivamente às 10h, com a presença de 38 pessoas, sendo 32 mulheres e 5 homens. A dinâmica desta oficina foi um pouco diferente da proposta para os outros municípios, pois a maioria dos moradores de Santa Rosa é origem indígena da etnia Huni Kuin. Desse modo, a dinâmica inicial, as imagens e perguntas instigadoras foram adaptadas a realidade local. As charges, propagandas e vídeos também foram usados de forma diferenciada, sempre buscando a interatividade. Conforme o esperado, a interação foi menor do que em outras localidades, mas as perguntas surtiram efeito, ao pedir que levantasse a mão quem já tivesse sofrido violência ou que conhecesse alguém que já tivesse passado por essa situação, todos da sala levaram a mão. O trabalho com desenhos e cores também foi bastante utilizado nas dinâmicas de grupo.

Enquanto se debatia sobre a conquista de direitos por meio da luta feminista, o policial federal retornou ao recinto, posicionando-se nas primeiras cadeiras e deixando explícito, com gestos e expressões faciais, sua reprovação ao conteúdo ministrado e intimidando a participação das presentes. Mesmo assim, a oficina prosseguiu e a ministrante, que falava sobre a evolução das leis que garantiam direitos às mulheres, chamou a participação do policial perguntando: “*isso o senhor Ronaldo sabe bem, não é? Como policial, ele é o que mais conhece de leis aqui nessa sala e se vocês precisarem de ajuda para cumprir a lei podem contar com ele, não é mesmo?*”. Ronaldo ficou sem graça, sendo obrigado a concordar com o que havia sido dito. Sucedendo a isso, Marlene Huni Kuin⁵⁴, coordenadora do OPM de Santa Rosa do Purus, disse:

Tem muitas mulheres que tem sofrido violência sim, nas aldeias, na cidade, muitas mesmo. E a gente precisa mesmo de ajuda, viu seu policial. Precisamos muito. Sei que o senhor explicou que é polícia de fronteira, mas a gente tem violência, tem tráfico de droga, de criança, de gente. Ontem mesmo eu ouvi sobre um marido que batia na esposa com bambu e trancava dentro de casa. Ela fugiu e ele pegou ela, ela foi parar no hospital e depois foi obrigada a voltar a viver com ele. E aí vem gente dizer “por que que voltou?”. É simples, voltou porque senão ele matava ela.

O policial ouviu, demonstrou-se desconfortável com a situação e logo retirou-se novamente. A oficina seguiu sem muita participação voluntária e encerrou o período matutino com uma dinâmica: em roda, de mãos dadas, uma pessoa diria uma palavra de força e motivação para a companheira ao lado. Quando a sala começou a esvaziar, algumas mulheres aguardaram para poder conversar em particular com a equipe, cinco delas queriam tirar dúvidas sobre casos de violência doméstica que ocorreriam com pessoas próximas. Marta, 29 anos, chegou falando baixo e procurando por ajuda:

Eu queria saber como que eu posso fazer para ajudar minha irmã. Ela mora em uma colônia com o marido dela. Ela é novinha, sabe? Eu desconfio que ele bate nela, porque já vi ela roxa uma vez que fui lá visitar, roxa no rosto. Eu não ia falar isso aqui perto de todo mundo porque todo mundo conhece todo mundo aqui, mas queria saber de vocês. Ela não tem telefone lá, não tem comunicação. Nem vir aqui ver a mãe ela não tem vindo. Eu sou irmã mais velha e já sofri com homem, eu sei como é triste. Ainda bem que ele arrumou outra e me deixou em paz. Foi um livramento. Agora, já a outra, né? Não sabia no vespeiro que estava entrando...

Foi explicado para Marta que a tarde haveria um painel sobre a Lei Maria da Penha e suas aplicações, bem como seriam formados grupos de trabalho para que as dúvidas

⁵⁴ Nome real da participante exibido mediante autorização da mesma.

surgissem e pudessem ser respondidas. Mas que, mesmo assim, ela poderia contar com a secretaria da mulher e com a rede de atendimento para ajudar com esse problema em particular, assim, alguns contatos telefônicos foram passados a ela.

FIGURA 32– CHEGADA AO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PURUS – RIO PURUS



Fonte: a autora (2014)

A tarde, o painel sobre Lei Maria da Penha foi ministrado por Joelda Pais, da SEP Mulheres. As dúvidas, surgidas de situações hipotéticas discutidas em grupo, ajudaram a secretaria de mulher a visualizar algumas irregularidades no atendimento, bem como resolver algumas questões burocráticas relacionadas ao funcionamento do OPM. As atividades encerraram-se às 18h30min.

No dia quatro pela manhã ocorreu uma oficina sobre as responsabilidades do poder público local, com capacitação para o OPM e CMDM, explicando a importância do intercâmbio de informações entre estes e o Cedim e SEP Mulheres. Foram distribuídos materiais informativos para serem utilizados na cidade. Juliana relatou:

Nós não sabíamos de nada disso daí, nem das coisas faladas pela moça da Ufac na oficina de ontem e nem essas questões de papelada do organismo nosso aqui, do conselho... A gente fez na cara e coragem mesmo. Se vocês vierem sempre aqui trabalhar junto conosco eu tenho certeza que nosso trabalho ficará cada vez melhor, melhorando a vida das mulheres que precisam da gente aqui também, que é o principal. Eu faço por amor a causa mesmo, por isso que quis entrar para o conselho, não quero saber de entrar para política de partido nem nada dessas coisas. Eu agradeço porque vocês estão indo embora mas estão deixando a gente aqui mais inteligente.

Ao todo foram relatados 12 casos de violência doméstica, cinco de estupro, três de violência patrimonial e cinco de violência psicológica, um de violência obstétrica, dois de importunação sexual e dois feminicídios. Além disso foram denunciados dois casos de tráfico humano. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para conhecidas, casos notificados e outros que ainda não o foram.

Ao término da oficina a equipe retornou pra Rio Branco e ficaria um longo período sem realizar seu trabalho, pois era ano de eleições presidenciais e alguns trabalhos ficaram impedidos de acontecer, além do que, a verba de muitos projetos, como este em questão, não poderia ser liberada no segundo semestre.

FIGURA 33– REGIÃO CENTRAL DE SANTA ROSA DO PURUS



Fonte: a autora (2014)

FIGURA 34– CERTIFICAÇÃO EM SANTA ROSA DO PURUS



Fonte: a autora (2014)

4.2.15 Sena Madureira

Dia: 03 de setembro de 2015

Horário: das 8h às 12h e das 13h às 16h.

Local: Auditório do Centro de Educação Profissional de Sena Madureira

Habitantes: 45.177 (IBGE, 2019)

Esse evento demorou mais de um ano para acontecer devido a questões políticas e consequente demora na liberação de verbas para o projeto. Para este evento compareceram 62 pessoas, sendo 59 mulheres e três homens. Seria realizada a oficina proposta e também a reunião de fechamento do texto do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Sena Madureira, o que fez com que ambas as atividades tivessem seu tempo reduzido. Dessa maneira, a oficina não pôde ser ministrada com a metodologia inicial proposta, diminuindo o espaço para perguntas, assemelhando-se mais a uma palestra.

A abertura do evento foi realizada pela secretária de estado de políticas para as mulheres, Concita Maia, que explicou o cronograma do dia com detalhamento, falando sobre a importância política de construir um plano municipal de políticas para as mulheres e como isso poderia ser benéfico para a cidade. O painel intitulado “Relações Sociais de Gênero e suas Violências” iniciou às 10h com a restrição de conteúdos e sem a exibição de vídeos; as dinâmicas em grupo também não puderam ser realizadas.

Devido a isso, os conteúdos foram apresentados de forma expositiva, quem quisesse fazer uma pergunta ou observação poderia levantar o braço para falar. Os temas propostos seguiram sendo os mesmos, porém apresentados de forma mais concisa. Alguns slides com perguntas e imagens ilustrativas tiveram que ser omitidos.

FIGURA 35– OFICINA EM SENA MADUREIRA



Fonte: a autora (2015)

Ana Lúcia levantou a mão para fazer uma pergunta durante a explicação sobre cultura do estupro e assédio:

Minha filha está tendo problema com homem velho na rua, ela e as amigas saem da escola, de uniforme, e ficam homens assediando, falando coisas baixíssimas para elas na porta da escola. Elas ficam com medo deles. É ameaçador. Agora, de acordo com o que vocês estão falando, vamos ligar para a polícia, filmar e denunciar. Teve dia de ela ir jogar à noite na escola e eu ou meu marido termos que ir buscar. Ela mora a três quadras da escola e gente tem que ir buscar. Isso é um absurdo. E pior que eu ainda comentei com um homem da família, reclamando, e ele disse que eu não devia deixar a menina de jogar vôlei com esses shorts apertados, que é por isso que os homens olham. Acredita? Fiquei revoltada. Olha, isso aí é um absurdo aqui na nossa cidade, esses homens nojentos. Minha filha tem 14 anos.

A fala da participante provocou uma discussão muito interessante e vários casos parecidos surgiram, mas infelizmente a discussão não pôde continuar devido à falta de tempo. A oficina foi encerrada sem realização de grupos de trabalho e sem a exposição sobre Lei Maria da Penha. Apenas uma cartilha informativa foi distribuída.

Após o almoço foi feita a reunião ampliada para elaboração do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, na qual as participantes foram divididas em grupos por eixos temáticos previamente estabelecidos. Assim que os grupos elaboraram suas propostas, as mesmas foram apresentadas para o coletivo e aprovadas por meio de votação em plenária. Ao

final foi lido o plano na íntegra e aprovado. Após o encerramento do evento, uma vereadora procurou a equipe da SEP Mulheres para discutir a situação de um caso de violência na cidade:

Precisamos pensar sobre o que fazer no caso daquela moça que está sendo espancada. Ela apanha direto, todo mundo sabe, os vizinhos já cansaram de chamar a polícia. Ela já denunciou daquela vez, mas não aconteceu nada com ele porque ele é policial. A polícia pega, dá uma volta com ele, devolve em casa para ele acabar de matar ela. São amigos dele. Como ele é autoridade e ainda anda armado quem que vai peitar? Está complicado demais isso, porque se a gente daqui da cidade se mete muito pode sobrar pra gente também, que isso é gente ruim.

Foram relatados cinco casos de violência doméstica, um de estupro, cinco de importunação sexual e um feminicídio. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para terceiras, casos notificados e outros que ainda não o foram. Acredita-se que as denúncias e desabafos foram menores em Sena Madureira devido a descaracterização do formato oficial da oficina, misturando ações e deixando pouco tempo para debate, intervenções e perguntas. A dinâmica ficou prejudicada, mas foi o que conseguiu-se fazer naquele momento.

4.2.16 Feijó e Tarauacá

Dias: 09 e 10 de setembro de 2015

Horário: das 8h às 12h e das 14h às 17h (nos dois dias)

Local: Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira

Habitantes: Feijó 34.780 e Tarauacá 42.567 (IBGE, 2019)

No ano de 2015, o projeto encontrava-se com dificuldades de financiamento, precisando unir sua agenda a de outras atividades para conseguir concretizar-se. Foi o que ocorreu nos municípios de Feijó e Tarauacá. Por uma iniciativa da Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (Opire) foi proposta a Conferência Livre das Mulheres Indígenas, que reuniria, no município de Feijó, diversas lideranças indígenas de várias etnias do Acre. Assim que recebeu o convite para ajudar na organização do evento, a SEP Mulheres propôs ampliá-lo: convidar também toda a rede de atendimento à mulher e as integrantes dos OPMs de Feijó e Tarauacá. O evento teria um dia a mais para que houvesse um espaço de formação com oficina de educação popular e outro para discussão e deliberação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres das duas cidades. A organização do evento acatou as sugestões e

fez algumas propostas de temáticas a serem trabalhadas na oficina. Assim, o primeiro dia seria dedicado à capacitação.

Dia nove, pela manhã, 102 pessoas compareceram na sede da Opire para a oficina, 95 mulheres e 7 homens. A maioria das participantes era indígena, conforme o esperado. Devido a quantidade de pessoas, o ambiente ficou superlotado e algumas dinâmicas que precisavam de mais espaço foram substituídas por outras de mais simples organização.

FIGURA 36 – OFICINA REALIZADA EM FEIJÓ



Fonte: a autora (2015)

Após a mesa de honra, necessária devido a cobrança política de autoridades que haviam colaborado financeiramente para a realização do evento, a oficina começou perguntando se as presentes sabiam o que era gênero, poucas pessoas levantaram a mão. Algumas se arriscaram a falar baixinho de seus lugares, um homem disse: “*é coisa de gay?*”, uma mulher disse “*é coisa de travesti?*”, uma outra moça disse “*gênero é homem e mulher, não é?*”. A partir dessas respostas iniciou-se a apresentação de alguns conceitos simples para o debate sobre o que são relações sociais de gênero e os vários tipos de violência existentes nessas relações. Ao falar sobre conquistas políticas das mulheres e que até pouco tempo atrás mulheres não tinham direito a possuírem bens, iniciou-se uma discussão entre as participantes, mesmo porque a questão da propriedade se dá de forma muito diferente em comunidades indígenas. Luiza Yawanawá fez uma observação importante:

Essas coisas que você está falando a gente precisa conhecer, porque a gente nem sabe. E em muita aldeia mulher não tem direito a nada não, nem a abrir a boca para reclamar. A gente precisa saber dos nossos direitos, porque as mulheres estão atrás dos homens e as mulheres indígenas, como nós, estão atrás ainda das mulheres brancas. Se está ruim para elas, pra nós está pior. Pro índio é tudo pior no geral, por isso que eu falo para as companheiras que precisamos nos organizar cada vez mais, mas às vezes a distância dificulta, o preço da gasolina pra pôr no motor do barco e tudo.

Após a fala de Luiza, Aline, também indígena, acrescentou:

O que a moça está falando é muito verdade, nós é que éramos a propriedade dos homens, por isso que não podíamos ter nada. Minha tia avó foi pega no laço em um conflito com madeireiros aqui no Rio Envira e levada para a cidade para ser amansada e viver com um homem. Depois de muitos, mas muitos anos mesmo, é que ela voltou na aldeia para ver a irmã dela, que é minha avó. Minha avó nem é tão velha assim não, tem 60 e poucos anos, isso foi há uns 45 anos acho. Minha avó conta que a irmã dela tinha uns 15 anos quando isso aconteceu.

A história contada pela participante foi utilizada como gancho para falar de cultura do estupro e objetificação da mulher. O exemplo utilizado foi uma propaganda que havia gerado polêmica por colocar em *outdoors* espalhados pelo estado, a imagem de mulheres fantasiadas de indígenas, com cocar e seios amostra, para chamar turistas para o Festival do Açaí⁵⁵ de Feijó. O exemplo rendeu muita discussão e interação, até que Carla pediu a palavra indignada:

A verdade é que o povo acha que índia é burra e aceita tudo, que rimos pra tudo, que somos todas putas, pra falar português claro. Muitos casos de abuso acontecem contra meninas indígenas, mas muitos mesmo, de homens índios e brancos, e muitas vezes ainda dizem que a menina que quis, que é cultura de índio engravidar cedo. Nem sempre é assim não. A gente fica sabendo dos casos, mas na maioria das vezes não é nem denunciado.

Muitas mulheres indígenas se manifestaram em apoio a fala de Carla. A oficina prosseguiu até 12h, quando todas seguiram para um almoço comunitário no centro da cidade. Durante o almoço algumas mulheres procuraram as integrantes da equipe para pedir ajuda, fazer perguntas ou agradecer pela oficina.

À tarde foram formados grupos de trabalhos focados em capacitar a rede de atendimento às mulheres de Feijó e de Tarauacá para atuação por meio da apresentação de situações hipotéticas. Visou-se também reforçar o papel dos OPMs e do CMDMs. Durante a

⁵⁵ O Festival do Açaí é tradicional no município de Feijó e realizou sua 20ª edição em agosto de 2019. Os festivais de praia são comuns em muitas cidades da Amazônia e ocorrem na época de seca dos rios, durante o verão amazônico.

discussão em grupos, Keila, da rede de atendimento na área da saúde, chamou uma das integrantes da equipe para tirar uma dúvida:

Estamos debatendo aqui no grupo e queria saber se toda menina que chegar grávida no hospital com menos de 14 anos eu devo denunciar? Porque se tem menos de 14 anos foi estupro, não tem discussão. Ela poderia até abortar sem nenhum impedimento, porque só pode ter sido estupro, como a senhora mesmo disse, está na lei. Chega muita menina menor que isso grávida, mas muito, passando mal, sem ninguém acompanhando. E se é indígena ninguém dá atenção nenhuma, às vezes ficam horas esperando. Se for para parto também tem isso, acham que índia deve ter filho no mato, na aldeia, não vir encher o saco em hospital. Infelizmente trabalho com gente que acha que índio é pior que bicho. Como que a gente pode proceder?

Algumas mulheres da equipe juntaram-se para orientar sobre a maneira correta de agir nessa ocasião. Os trabalhos realizados em grupo foram apresentados ao coletivo e debatidos por todos, finalizando as atividades do dia. O dia seguinte seria dedicado a confecção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Feijó e de Tarauacá

As atividades do dia 10 começaram com uma fala de Concita Maia sobre a importância de esse plano estar sendo construído pelas mulheres indígenas, tendo em vista que indígenas e seus descendentes são maioria da população nessas localidades. A secretária também explicou o papel dos OPMs, dos CMDMs e como eles deveriam interagir constantemente na construção de uma força política feminina.

As participantes foram divididas em grupos, por eixo temático e apresentaram suas propostas para as demais, recebendo sugestões e questionamentos no coletivo. Após o plano ser aprovado em plenária, ocorreu ainda a eleição de delegadas que representariam os municípios na Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, que seria realizada em Rio Branco.

Ao todo foram relatados 10 casos de violência doméstica, cinco de estupro, três de violência patrimonial e sete de violência psicológica. Também foram denunciados dois casos de violência obstétrica, um de importunação sexual e dois feminicídios. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para conhecidas, casos notificados e outros que ainda não o foram. Ressalta-se aqui um feminicídio denunciado que ainda não havia sido notificado por ter ocorrido em terra indígena.

4.2.17 Assis Brasil

Dia: 22 de outubro de 2015

Horário: das 9h às 12h

Local: Núcleo da Universidade Federal do Acre em Assis Brasil

Habitantes: 7.417 (IBGE, 2019)

Devido à falta de recursos e a necessidade em concluir a campanha, o evento em Assis Brasil foi realizado apenas pela ministrante da Ufac, atrelado a outro projeto de extensão que ocorreria no local. Contatou-se a rede de atendimento às mulheres do município e agendou-se uma oficina para o dia todo, manhã e tarde. Porém, ao chegar ao Núcleo da Ufac, a equipe foi notificada de que haveria um outro evento no qual muitas das participantes precisariam estar durante a tarde, então a oficina teria que terminar às 12h. Assim, a oficina teve apenas três horas de duração, ocorrendo de forma precária, sem tempo para a discussão em grupos de trabalho.

Foi apresentado o painel sobre relações sociais de gênero e suas violências e realizada apenas uma dinâmica de grupo simples, nenhum vídeo foi exibido. Compareceram ao local apenas 15 pessoas, sendo todas mulheres. Estas reclamaram que alguns órgãos municipais não liberaram suas funcionárias e funcionários para participação na oficina. O evento teve pouca interatividade devido ao tempo insuficiente para desenvolvimento do que havia sido programado. Os assuntos abordados foram os mesmos das demais oficinas, porém com menor detalhamento e com menos exemplificações.

Durante uma breve explicação sobre Lei Maria da Penha, Lúcia, 44 anos, psicóloga da rede de atendimento à mulher pediu a palavra:

Olha, isso tudo de a gente entender como aquele painel de antes, sobre as relações de gênero, tem a ver com a violência física, psicológica e sexual é importante demais. A pessoa que entende aquilo para de julgar as vítimas. Aqui a gente tem muito problema de gravidez na adolescência, muito problema de abuso de maiores sobre menores. São muitos casos, mas muitos mesmo. Assim, gostaria de deixar a proposta de que nós da rede de atendimento fizéssemos uma campanha de conscientização, porque uma menor não vai denunciar sem apoio da família e para isso a família precisa entender que existiu um abuso, que o abusador não tem cara de monstro, que a vítima não tem culpa. Eu estou atendendo três casos de adolescentes que sofreram abuso sexual e que estão com problemas psíquicos graves e sem nenhum apoio da família. É complicado demais.

Após a consideração feita por Lúcia, resolveu-se fazer uma lista de contatos para que a rede de atendimento pudesse planejar ações conjuntas. A oficina foi encerrada com uma

dinâmica e o contato da ministrante deixado para que as participantes pudessem tirar dúvidas que pudessem surgir ou que não quisessem expor em público.

FIGURA 37 – RIO ACRE DELIMITANDO A TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PERU E BOLÍVIA EM ASSIS BRASIL



Fonte: a autora (2015)

Ao final da oficina, algumas mulheres aguardaram para conversar em particular. Uma delas, Cleide, 19 anos e pertencente a rede de atendimento, colocou um questionamento:

É errado se meu pai mandar matar meu cunhado que bate em minha irmã? Porque dar queixa não adianta, ela já fez um monte de B.O e acaba voltando com ele porque ele ameaça. Ameaça matar, ameaça tirar o filho dela. Ele não deixa ela ter telefone, não deixa sair, tudo tem que pedir para ele. Ela parou de trabalhar... Um horror. Ele é policial e muito agressivo com ela. Se a gente denuncia é pior, porque não acontece nada com ele. Meu pai pensou em juntar meus irmãos e uns primos nossos, tios e conhecidos e dar fim nele, ou até pagar para alguém dar fim. É errado isso? A gente vai preso?

A pergunta de Cleide desconcertou por um instante, mas em seguida a ministrante explicou as medidas legais que poderiam ser adotadas pela família e também deixou panfletos explicativos, disponibilizando o telefone do setor jurídico da SEP Mulheres e também o contato do Cedim.

Outra participante, professora da rede pública, sabendo que o período vespertino da oficina havia sido cancelado, questionou se a equipe não poderia ministrar uma oficina

parecida para estudantes de uma escola estadual de Assis Brasil, às 14h. Como a universidade tinha atividades do projeto de extensão “Sexualidade, Direitos Humanos e Gravidez na Adolescência”, realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, no dia seguinte, e possuía experiência com este tipo de público, o pedido foi atendido e a equipe da Ufac seguiu para a escola logo após o almoço.

A oficina foi ministrada para 38 estudantes do segundo ano do ensino médio, tratando das mesmas temáticas expostas pela manhã, porém de forma diversa. Vários desabafos surgiram durante a oficina. Lívia, 16 anos, foi a primeira a falar:

Aqui na escola tem tudo aí que a senhora está falando. Vigiam a roupa da gente, mas não vigiam os homens que assediam. A quadra é para os meninos jogarem bola e a gente que se vire para jogar queimada ou vôlei na grama, porque esporte é coisa de menino. Aqui tem menino que fica de brincadeira de passar a mão na gente, ficam apostando. A hora que a gente der uma tesourada na mão de um aí a culpa vai ser nossa e vamos ser expulsas.

As denúncias das meninas seguiram, muitas reclamaram de omissão da escola em casos de assédio, outras falaram de colegas que já viviam relacionamentos abusivos. No dia seguinte a Ufac ministraria oficina para diversos adolescentes de outra escola pública. Como a atividade em questão seguiu o modelo adotado por outro projeto, específico para adolescentes, não entraremos em seus pormenores e os relatos colhidos não serão contabilizados.

No total foram relatados seis casos de violência doméstica, dois de estupro, quatro de violência patrimonial, seis de violência psicológica, dois de importunação sexual e um feminicídio. Além disso, foi feita denúncia de exploração sexual infantil e tráfico humano na região, que integra a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para terceiras, casos notificados e outros que ainda não o foram.

4.2.18 Capixaba

Dia: 16 de outubro de 2015

Horário: das 9h às 12h e das 14h às 18h

Local: Núcleo da Universidade Federal do Acre

Habitantes: 11.733 (IBGE, 2019)

O evento em Capixaba foi realizado apenas com a presença da ministrante da Ufac e de Joelda Pais, da SEP Mulheres. O público-alvo foram pessoas que trabalhavam na rede de atendimento às mulheres e membras do recém-formado OPM. O evento aconteceu no núcleo da Ufac no município e seguiu o cronograma proposto inicialmente, com a presença de 19 mulheres.

A oficina iniciou com uma dinâmica para apresentação das integrantes e seguiu com uma introdução interativa ao assunto: o que seria gênero e o que poderia ser definido como violência. As discussões passaram por todos os conteúdos propostos, tendo maior interatividade durante a explanação sobre cultura do estupro, culminando na violência sexual. Várias mulheres relataram casos, dentre elas Maria, 38 anos:

Eu sofri violência sexual quando era criança e quando era adolescente. Eu e minhas primas fomos abusadas pelo meu tio e pelo meu avô. A gente não tinha mãe direito, fui criada pela minha avó. Como quem punha comida em casa era meu avô e meu tio, eles diziam que tinham direito de pegar a gente. Minha avó sabia, mas não podia fazer nada porque apanhava deles, dos dois. Ela morreu de câncer, acho que foi de tristeza. Eles também já morreram, que o diabo os tenha num lugar bem quente. Mas o fato é que eu não consigo fazer alguns atendimentos, de estupro de criança, de bebê, porque acontece, viu? É chocante. E muitos nem vão pra delegacia. Eu fico em choque mesmo, passo mal, mas não posso falar pra todo mundo minha história. Está vendo? De falar aqui pra vocês eu já estou tremendo.

Após o relato, a participante teve apoio das colegas e foi encaminhada para tratamento psicológico. Kamila, psicóloga da rede de atendimento, ficou de providenciar essa questão e ressaltou a necessidade de se debater sobre a saúde mental das pessoas que lidam com violência:

Essas pessoas precisam de acompanhamento psicológico, porque não é fácil você ouvir histórias tenebrosas o dia inteiro não. Pelo contrário, a pessoa fica doidinha, pode até vir a ter um caso grave de problema psicológico. O número de psicólogos tinha que ser muito maior, atender essas pessoas deveria ser uma política de Estado, desde o começo, para evitar o problema, não esperar a pessoa tentar se matar para encaminhar para terapia. Eu faço terapia, porque senão você não aguenta. E você tem que vir já de um trabalho psicológico longo para não chegar num atendimento e passar mal de verdade. Olha, porque, minha irmã, tem caso que você ouve que a pressão até abaixa.

Este debate rendeu bastantes apontamentos, todas as mulheres presentes relataram que precisariam de apoio psicológico devido às funções em que atuam no atendimento às mulheres. Uma policial completou: “na polícia só tem louco por conta disso e muitas vezes tem o atendimento e os homens não levam a sério, acham que é coisa de veado”. A primeira

etapa da oficina foi encerrada com encaminhamentos para uma reunião entre o organismo municipal e o gabinete do prefeito, para tratar desses assuntos.

Às 14h a oficina foi retomada com um resumo dos temas tratados pela manhã, expostos em forma de slides. Joelda fez uma explicação detalhada sobre a Lei Maria da Penha e foram formados grupos de trabalho que discutiram ações sequenciadas a serem realizadas em casos hipotéticos de violência. Durante a discussão, diversos casos reais de violência foram citados como exemplos. Os grupos apresentaram os resultados para o coletivo e a oficina encerrou-se às 18h com um vídeo motivacional.

Ao todo foram relatados 11 casos de violência doméstica, seis de estupro, três de violência patrimonial e três de violência psicológica. Também foram denunciados dois casos de violência obstétrica, três de importunação sexual e um feminicídio. Nessas narrativas somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para conhecidas, casos notificados e outros que ainda não o foram.

4.2.19 Acrelândia

Dia: 27 de outubro de 2015

Horário: Das 9h às 12h

Local: Núcleo da Universidade Federal do Acre

Habitantes: 15.256 (IBGE, 2019)

Acrelândia foi o último município do Acre a receber o projeto. A oficina foi ministrada pela Ufac e SEP Mulheres. Compareceram à oficina 16 pessoas, sendo 15 mulheres e um homem, todos integrantes da rede de atendimento às mulheres local e OPM. Com tempo curto, novamente a metodologia de oficina ficava prejudicada. A exposição sobre relações sociais de gênero e sobre Lei Maria da Penha foram realizadas de forma sucinta e pouco interativa, não houve tempo para a exibição de vídeos e foi feita apenas uma dinâmica de grupo. Como os presentes não se conheciam, primou-se pela troca de contatos em detrimento da exibição de vídeos e de outras dinâmicas.

Mayara, integrante do OPM da cidade, reclamou da importância dada a este tipo de evento de capacitação:

Olha aí, a gente queria fazer a oficina o dia todo, chamamos toda a rede, mas os setores não liberam. Os homens acham bobagem e nem pensam em vir, sendo que são os que mais precisam escutar, tem um bendito fruto ali só. Falou que é alguma coisa de mulheres o povo já acha que é besteirinha, que homem não tem que ir, que são coisas que podem ser deixadas no segundo plano, ou terceiro, ou quarto plano. Se a secretária puder falar com as autoridades daqui para fazer uma conscientização, ajudaria muito, ou a vice-reitora da Ufac. Mas vamos manter esse grupo de WhatsApp funcionando, esse grupo que eu vou criar. Não podemos ter vergonha de tirar dúvidas.

A oficina passou por todos os conteúdos e a maioria das dúvidas surgidas foi em relação a Lei Maria da Penha, sobre a ordem de procedimentos a serem adotadas no atendimento a uma mulher que tivesse sofrido agressão. Marcela questionou:

Se eu atendo uma mulher que sofreu violência física, no hospital, que a gente sabe que foi espancada, e ela não quer dar queixa, o que eu posso fazer? Devo notificar a delegacia? Porque às vezes essa mulher não faz o B.O e ela volta outras vezes, mais machucada, cada vez pior. Teve uma aqui que tinha vindo no hospital várias vezes, semana passada ela morreu. Ai agora que o marido matou ela na porrada ele foi preso. Só agora. Eu perguntei pra ela o porquê de ela não denunciar ele. Cheguei a falar com amigas que estava revoltada de ela aceitar apanhar dele, mas eu nunca tinha me posto no lugar dela para pensar o que ela podia passar na mão dele. Se fosse antes essa oficina, talvez eu pudesse ter ajudado de alguma forma. Antes machucada do que morta, mas ela morreu de qualquer jeito.

Joelda explicou que o certo seria oferecer uma rede de apoio para esse mulher, mostrar que ela não está sozinha, que ela tem direitos, que não tem culpa, fazê-la se sentir segura e confiante para denunciar e libertar-se da violência. As medidas legais foram minuciosamente explanadas, panfletos explicativos e uma cartilha com diversos telefones úteis foram distribuídos.

Após a oficina, Evelina, 56 anos, veio conversar com a equipe e desabafou:

Eu estou no organismo municipal porque eu me sinto útil, sinto que é uma forma de fazer o bem para os outro e para mim. Eu sofri violência do meu ex-marido por muitos anos, e eu te digo, destrói a pessoa. Essa palestra de hoje me fez perceber tanta coisa, que se eu soubesse antes... Desde que consegui largar dele eu não quero mais saber de homem na minha vida, pra que arriscar, não é mesmo? Eu quero ajudar outras mulheres. Os homens, que outras pessoas ajudem eles. Eu também amo muito os animais e procuro ajudá-los, porque eles são as melhores pessoas que tem.

Ao todo foram sete narrativas de violência doméstica, quatro de estupro, uma de violência patrimonial, duas de violência psicológica, duas de importunação sexual e uma feminicídio. Nesses depoimentos somam-se pedidos de ajuda para as próprias relatoras e para terceiras, casos notificados e outros que ainda não o foram.

Após o encerramento das atividades, a equipe retornou para Rio Branco, concluindo o projeto nos 22 municípios do Acre. Algumas reuniões de avaliação já estavam marcadas a partir da produção dos relatórios por cidade e dos depoimentos colhidos no caderno de campo da autora. Era necessário avaliar cuidadosamente os erros e acertos da equipe em diferentes aspectos, para posteriormente desenvolver outras políticas públicas de educação popular.

4.3 O ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em 2015 as oficinas já vinham sendo realizadas com dificuldades de logística e financeiras devido à crise política que se instaurava no país e que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. No Acre, o governador Tião Viana, do Partido dos Trabalhadores (PT), viu seu governo enfraquecido pelo crescimento do antipetismo e pela falta de alinhamento com o governo federal, assumido pelo vice Michel Temer após o golpe contra Dilma. Essa conjuntura acabou por influenciar os trabalhos realizados pelas secretarias de estado. Além disso, muitos dos esforços do governo do Acre passaram a ser direcionados para as eleições estaduais, pensando em uma reeleição, depois da qual os projetos em parceria com a universidade poderiam ser retomados.

Nos anos de 2017 e 2018, a Proex Ufac focou no desenvolvimento do projeto de extensão “Sexualidade, Direitos Humanos e Gravidez na Adolescência”, que também tratava das relações sociais de gênero, dentre outros temas, porém tendo como público-alvo adolescentes do ensino médio de escolas públicas. Este projeto deu-se em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Acre (SEE) e tinha como ministrantes a autora deste trabalho, Enock da Silva Pessoa (Ufac) e Alyne Brandão (SEE). O projeto aconteceu anualmente nos 18 municípios com acesso por via terrestre do estado, sendo que a cada ano diferentes escolas eram contempladas.

Nas eleições de 2018, o candidato Marcos Alexandre Viana (PT), perdeu as eleições para Gladson Cameli, do Partido Progressista (PP). Com a eleição de Gladson, a secretaria da mulher passou a fazer parte de uma pasta maior, a Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e de Políticas para Mulheres. Desde a mudança de governo, os trabalhos de educação popular feminista e os projetos de capacitação em parceria com a Ufac não foram continuados.

Em entrevista realizada com uma integrante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Acre, no mês de dezembro de 2020, a mesma afirmou estar triste por ver que, desde que o atual governo assumiu o estado, todos os projetos estão parados:

Na atual gestão governamental, até esse momento, o plano está sem vigência, sem gestão e sem monitoramento. O comitê gestor está desarticulado. Todas as ações que eram feitas antes, na atual gestão, não são feitas. Não existe apoio aos municípios com o fortalecimento da política para mulheres, com capacitação de OPMs e CMDMs. Os OPMs e CMDMs estão desarticulados, perdidos. Dá vontade até de chorar.

Visa-se, porém, retomar as oficinas por meio de projetos de extensão da Ufac, em parceria com movimentos sociais e organizações não governamentais, após o término desta tese de doutoramento e final do isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus. Não se descartam futuras parcerias com o governo estadual, tendo em vista que o projeto não possui objetivos partidários, mas sim, visa levar educação popular e capacitação ao maior número de mulheres e homens possível. Visa-se apresentar tal necessidade para a atual gestora estadual de políticas para as mulheres.

5 MAPA DE SENTIDOS: A EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA ENTRE AS VIOLÊNCIAS E AS RESISTÊNCIAS

Neste capítulo, as narrativas das mulheres que participaram do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher”, realizado durante a campanha “Violência contra a Mulher: basta! Viver sem medo também é um direito nosso”, cruzam-se com as análises teóricas sobre a realidade violenta que as acomete. De onde vem a violência, para onde ela vai, que caminhos percorre, por que a violência é tão recorrente, quais as especificidades amazônicas? Por meio da análise decolonial baseada em autoras feministas como Rita Segato e Julieta Paredes, procura-se responder esses e outros questionamentos, trazendo o exame de narrativas emblemáticas expostas no capítulo anterior, acompanhado de alguns dados estatísticos. Visa-se construir um mapa de sentidos que contribua para o entendimento da violência enquanto linguagem na Amazônia e que evidencie os impactos das oficinas de educação popular feminista como agentes desconstrutores desse processo. A atmosfera de violência que circundou as narrativas expostas no capítulo anterior entrelaça-se à atitudes de resistência das mulheres amazônidas que lutam há séculos pela vida, trazendo alternativas para a construção de um feminismo comunitário que avance por dentro e por fora dos meios legais. As narrativas que deram vida a este trabalho relacionam-se, agora, aos processos sociais e a materialidade histórica dos fatos.

As oficinas atingiram diretamente 1.175 pessoas, sendo 1.008 mulheres e 167 homens. Nesses espaços de educação popular foram citados 179 casos de violência física, 79 de estupro, 74 de violência psicológica, 62 de violência patrimonial, 31 situações de importunação sexual, 25 de violência obstétrica, 23 casos de feminicídio, 14 denúncias de tráfico humano, uma de exploração sexual de criança do sexo feminino⁵⁶ e uma de situação análoga à escravidão. Esses números integram casos relatados pelas mulheres nas oficinas e somam-se às situações de violências percebidas ou vivenciadas pela equipe.

O número geral de narrativas sobre violência foi de 489, todas elas proferidas por mulheres, mostrando que 48,5% das participantes relataram casos de agressões contra si ou contra alguma conhecida. Nenhum homem realizou relato de violência, assim sendo, todo este capítulo será trabalhado sob a perspectiva das mulheres.

⁵⁶ Várias participantes afirmaram saber da existência da exploração sexual de crianças, porém, aqui se contabilizou apenas um caso que foi especificado dentro de oficina. Dessa maneira, citações genéricas não entraram na contagem.

TABELA 1 – NÚMERO DE NARRATIVAS SOBRE VIOLÊNCIA EM OFICINA - POR GÊNERO

| | Número de presentes | Narrativas sobre violência | Porcentagem * |
|-----------------|---------------------|----------------------------|---------------|
| Mulheres | 1.008 | 489 | 48,5% |
| Homens | 167 | 0 | 0% |
| Total | 1.175 | 489 | 41,6% |

*A porcentagem foi contabilizada até a primeira casa decimal após a vírgula.

Fonte: a autora (2020)

Nem todos os depoimentos puderam ser inseridos na tese, pois alguns poderiam expor as vítimas ou as denunciante, além de tornar o trabalho demasiado extenso. Violências físicas e estupro foram citados em todos os municípios, liderando os tipos de violência relatados pelas mulheres: 36,6% das falas foram sobre violência física, enquanto 16,1% foram sobre estupro. Os números e porcentagens dos casos de violências narrados podem ser conferidos na tabela abaixo:

TABELA 2 – TIPIFICAÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE VIOLÊNCIA

| Tipo de violência | Número | Porcentagem* |
|-------------------------------|---------------|---------------------|
| Violência física | 179 | 36,6% |
| Estupro | 79 | 16,1% |
| Violência psicológica | 74 | 15,1% |
| Violência patrimonial | 62 | 12,6% |
| Importunação sexual | 31 | 6,3% |
| Violência obstétrica | 25 | 5,1% |
| Feminicídio | 23 | 4,7% |
| Tráfico humano | 14 | 2,8% |
| Situação Análoga à escravidão | 1 | 0,2% |
| Exploração sexual | 1 | 0,2% |
| Total de narrativas | 489 | |

*A porcentagem foi contabilizada até a primeira casa decimal após a vírgula.

Fonte: a autora (2020)

Por meio das narrativas das mulheres e dos números compilados mostra-se latente uma realidade violenta. A linguagem de violência, que atravessava os seringa, permanece. A linguagem do patriarcado.

É substancial lembrar que as oficinas não tinham como objetivo principal a escuta de mulheres em situação de violência ou que conhecessem outras mulheres nessa condição, mas sim uma capacitação por meio da educação popular feminista para servidoras e servidores que trabalhavam diretamente com mulheres em situação de violência, integrantes dos OPMs, dos CMDMs e movimento organizado de mulheres. Não se pensava no espaço como um espaço de desabafo e orientação em relação a casos próximos às participantes.

Porém, a partir da primeira oficina, os casos começaram a aparecer de forma sistemática e viu-se então que não seria possível um espaço de educação popular sem a escuta e sem a narrativa das presentes. Entendeu-se aí a dinâmica da educação popular na prática, o que era a construção do saber coletivo e em que consistia ser uma das agentes catalisadoras do processo de educação em curso.

As palavras de Paulo Freire, citadas no terceiro capítulo deste trabalho, faziam sentido prático e apontavam para um caminho em construção constante, que dependia da vivência daquelas mulheres para concretizar-se em um real espaço de formação. A educação popular foi construída por meio da interação e da escuta, das falas, das perguntas e dos questionamentos, que fizeram emergir o senso crítico e o debate. Foi o que aproximou a todas como mulheres, que fez com que a violência deixasse de ser um slide do projetor e se transformasse em uma história de vida com uma personagem próxima que instiga sentimentos e traz à tona a dor, o que muitas vezes pode ser o que instiga à mudança.

A educação popular fazia-se feminista não apenas por apresentar um conteúdo que visava desnaturalizar a violência, mas também porque tinha como agentes mulheres com liberdade para expor seu ponto de vista, para questionar, perguntar e discordar. Mulheres que aprendiam a nomear suas dores e descobriam que havia novas possibilidades dentro do movimento coletivo de mulheres, pois vivenciavam o produto de um desses movimentos: a oficina da qual participavam.

O aprendizado de nomear as dores e as violências foi um dos mais perceptíveis do ponto de vista das ministrantes, pois, muitas vezes, durante a apresentação dos conteúdos, ouviam-se interjeições que manifestavam surpresa e descoberta neste sentido. Assim, as vozes de várias mulheres mostraram que haviam dúvidas constantes sobre seus direitos e sobre o direito dos homens sobre suas vidas e seus corpos. Isso fica evidente em um fragmento da fala de Francisca, 52 anos, apresentada na introdução da tese: *“Pelo menos, agora, eu posso ensinar minhas filhas escondida que dá pra viver de outro jeito, porque nem isso eu sabia. Quando a gente é escrava a gente não pensa muito”*⁵⁷. Outra fala que coaduna com essa é a de Laís, 17 anos, estudante de Cruzeiro do Sul, que perguntou: *“Meu pai não tem o direito de bater em mim e em minhas irmãs? Isso entraria na Maria da Penha?”*. Soma-se a estas a perguntas a da estudante Alana, também de Cruzeiro do Sul, 18 anos, que denunciava um estupro sofrido na infância: *“Eu queria saber se eu posso denunciar agora. Eu posso?”*. Esses

⁵⁷ Fragmentos de narrativas já apresentadas no capítulo IV serão repetidos, em partes, para facilitar a leitura e a fluidez do texto. Da mesma maneira, o nome fictício da relatora e seu município estarão presentes para auxiliar a localização do depoimento completo, caso seja do interesse da leitora ou do leitor.

são apenas alguns dentre tantos questionamentos que demonstraram dúvida das mulheres sobre os seus direitos garantidos pela lei, revelando uma questão simbólica mais profunda, relativa ao poder.

Segato (2003) afirma que as estruturas simbólicas da violência vão muito além da legalidade, elas atravessam a formação do eu de homens e mulheres expostos ao patriarcado de altíssima intensidade instituído pós-intrusão. Este patriarcado estabelece a dúvida constante sobre os sentimentos, direitos e autenticidade da dor das mulheres. Nas narrativas apontadas é notória a incerteza da mulher sobre si, sobre seu poder enquanto pessoa, sobre seus direitos, sobre a lei exposta didaticamente em oficina. Ao mesmo tempo, percebe-se uma necessidade de reafirmação pessoal com a ministrante para saber se ela realmente teria direito ao fim de um sofrimento e uma garantia legal para isso, demonstrando, inclusive, certa incredulidade.

O patriarcado busca construir uma imagem das mulheres como seres inerentemente desprovidos de poder, imagem esta que se reflete para elas mesmas, para os homens e para a sociedade como um todo. A violência simbólica é perpetrada por um sistema que perpassa a formação inconsciente do ser, criando uma violência naturalizada, a qual torna-se autossustentável (SEGATO, 2003). Assim, é preciso romper com o ciclo de retroalimentação por meio do reconhecimento deste campo simbólico na formação da imagem de mulheres e meninas e buscar o oposto, o empoderamento. O empoderamento vai além de uma palavra bonita usada pelo feminismo neoliberal dos sites de maquiagem e de lingerie. Empoderamento é ter consciência sobre o poder que se tem, não admitir ser inferiorizada devido ao gênero, não aceitar menos e nem ser passiva perante as agressões. Empoderar-se é torna-se dona de si, é tornar-se sujeito, é não sucumbir aos estereótipos. Dessa maneira, as oficinas de educação popular buscaram, por meio da história das conquistas feministas, de um apanhado de leis e da nomeação dos diversos tipos de violência sofridos pelas mulheres, instigar não só o senso crítico, mas o afloramento do empoderamento, construindo espaços para que as mulheres nomeassem suas dores e assim pudessem dividi-las com outras mulheres, queixar-se delas, lutar contra elas e contra elas produzirem alternativas.

A importância de dar nomes aos sofrimentos e violências foi um fator considerado de extrema importância dentro das oficinas e exposto didaticamente por meio de slides, sendo reforçado nos grupos de trabalho. Segato (2016) ressalta que o campo jurídico é um campo discursivo que deve ser apropriado pelas pessoas comuns, pois dele emerge um caráter social pedagógico. Acrescento aqui a importância da apropriação do discurso dos movimentos sociais, os quais nomeiam os sofrimentos e lutam pela sua extinção antes mesmo de sua judicialização. Muitas leis surgem a partir da reivindicação desses movimentos,

principalmente quando falamos em movimento feminista e direitos das mulheres. Nada veio de graça.

Foi interessante notar que muitas mulheres discorreram sobre como a nomeação de uma violência ou de um sentimento foi alentadora. Helena, de Brasília, confirma isso em um trecho de sua fala: *“hoje eu sou da rede de atendimento à mulher, mas eu já vivi um relacionamento abusivo, é assim que fala, né? Esses nomes ajudam, porque fica fácil de explicar, gostei muito”*. Evelina, de Acrelândia, ressalta: *“Essa palestra de hoje me fez perceber tanta coisa, que se eu soubesse antes...”*.

Pelas vozes de tantas mulheres, servidoras públicas, donas de casa, estudantes, percebe-se que a oficina foi um espaço de provocação, onde a reflexão fez emergirem depoimentos que apresentaram as mais diversas formas de violência e que surgiam relacionados aos assuntos apresentados naquele momento. A violência como linguagem naturalizada no cotidiano apresentava-se como um entrave a plenitude da vida de mulheres e meninas e escapava em forma de narrativa sobre si, sobre uma conhecida, sobre uma mulher atendida ou uma familiar. As agressões estavam escancaradamente presentes. Os agressores, os homens.

Segato (2003) afirma que as relações de gênero patriarcais são o epicentro da violência em geral e que há um diagrama para sua compreensão. O suporte dessa afirmação está na análise dos processos produtores da violência, que resultam de um mundo no qual o valor dos seres humanos é desigual. Essa desigualdade inicia-se no universo familiar, onde a violência moral é onipresente, considerada normal e natural, a argamassa que mantém o sistema hierárquico, reproduzindo-se há tão longo tempo que confunde-se com a história da própria espécie. A célula elementar das relações violentas, portanto, são as relações de gênero, por serem o protótipo das relações hierárquicas (SEGATO, 2003). Soma-se ainda ao sistema de hierarquização as opressões sociais de raça, classe social, idade, etnia, nação, religião, orientação sexual etc.

Para a autora, mesmo o patriarcado sendo uma “estrutura sem sujeito, que emerge como um mandato” (2003, p. 27), ele manifesta-se por meio de suas representações, produzindo efeitos concretos no campo simbólico e material: a violência. Segato conceitua então o mandato de masculinidade, que invoca uma presença real ou imaginária de outros homens na qualidade de testemunhas de demonstrações de virilidade, homens aos quais se prova, por meio da violência contra mulheres, ser um igual. Assim, a autora assinala que quem precisa provar-se um igual, na verdade encontra-se em posição de subordinação em relação a seus pares. Portanto, longe de ser uma prova de poder, a violência funciona como

um intento falido para reestabelecer uma autoridade masculina enfraquecida em relação a masculinidade padrão.

El mandato de masculinidad exige al hombre probarse hombre todo el tiempo; porque la masculinidad, a diferencia de la femineidad, es un estatus, una jerarquía de prestigio, se adquiere como un título y se debe renovar y comprobar su vigencia como tal. (SEGATO, 2018, p. 40)

Soma-se ao mandato de masculinidade a virilidade frágil, pois o homem deve agredir, ainda que não materialmente, ao menos de maneira alegórica ou metafórica. O agressor não atua porque tem poder, mas justamente porque deve estar constantemente conseguindo-o, uma vez que o *status* expropriado nunca foi inteiramente ganho (SEGATO, 2003). É um ciclo dialético que sustenta a violência simbólica e material contra as mulheres e que, inclusive, no seu espaço de estrutura sem sujeito, cria uma naturalização absorvida por estas, que passam a duvidar de sua capacidade, de sua plenitude enquanto humanas e da possibilidade de viver fora do circuito violento, onde sequer sabem nomear as violências as quais estão expostas. O silenciamento inicia-se aí e permanece para atravessar as demais estruturas sociais.

Considerando o mandato de masculinidade e a fragilidade da virilidade como intrínsecos ao patriarcado colonialista, podemos entender que em regiões mais recentemente exploradas pelo capital hegemônico, como a Amazônia, existe uma tendência em haver uma maior sobreposição de opressões, tornando a virilidade frágil ainda mais delicada. Interseccionalidades como fenótipo, classe social e baixo nível de escolaridade atuam de forma dialética sobre uma população subalternizada, distanciando os homens dessas regiões do padrão colonial da nova masculinidade branca. A emasculação dos homens das regiões subalternizadas passa a instigar uma lógica de violência ainda maior sobre as mulheres locais, fazendo com que a agressão se torne um ritual de poder para afirmação desses perante seus pares.

Não coincidentemente, os estados amazônicos têm altos índices de violência contra mulheres, com o Acre tendo a maior taxa de feminicídios do país, conforme dados anteriormente expostos. Nas oficinas, os relatos de violência física lideraram o ranking de narrativas, somando 179 casos, 36,6% de todos os relatos. Em seguida aparecem os relatos de estupro, totalizando 79 depoimentos, 16,1%. Agressões realizadas contra as mulheres no espaço privado, agora desprovido de politicidade e de um tecido comunitário que as ampare, acabam por ser rotuladas como um problema familiar e não como um problema social. Assim,

a violência doméstica acaba por ser socialmente aceita, tendo em vista que, de certa maneira, assente-se que a mulher deva estar em situação de submissão a seu marido, tornando-se dele propriedade.

Neste sentido, o caso relatado pela jovem Juliana, 27 anos, de Brasileira, é paradigmático, pois nele estão imbricadas várias marcas do patriarcado. A moça relata um relacionamento abusivo, onde sofre violência física, psicológica, estupros, é submetida a cárcere privado e tortura, sendo inclusive l com ferro de marcar gado, como propriedade de seu algoz. Além disso, Juliana disse que seu marido já matou uma pessoa devido a conflito de terras. O homem em questão reproduz a lógica do patriarcado de que a vítima é culpada pela violência que sofre, de que está sendo punida por desafiar sua masculinidade, sua honra, sua virilidade. Por meio da humilhação, do medo e da vergonha o violador mantém a mulher em silêncio: *“Eu não saio mais pra lugar nenhum, não tenho mais amigas. Isso nunca vai sair de mim. Olha só que coisa horrível. E eu não posso contar pra ninguém, senão ele me mata e mata você também, se você falar para alguém”*.

Perante essa situação, que ficou sem solução naquele momento, a sensação de impotência foi horrível, o medo, a falta de ter o que dizer e de um alento para oferecer. O assunto só foi compartilhado com as demais ministrantes ao final da oficina, longe de outras pessoas, em respeito aos pedidos da vítima. A imagem vista naquele banheiro permanece até hoje e provocou um sentimento que fez emergir uma nova maneira de ter empatia. O que até então se dava por meio da racionalidade e da indignação, passou a acontecer por meio de um sentimento empático, modificando a forma de ver o outro. Isso mudou a forma de encarar as oficinas dali para frente.

O caso de Juliana expressa os requintes de crueldade do patriarcado, marcando uma mulher a ferro, como uma vaca, e ainda culpando-a por seu sofrimento. A ocorrência traz o retrato da impotência de várias mulheres perante seus agressores e mostra que uma mulher que sofre agressões físicas e sexuais já está exposta a todos os demais tipos de violência. Revela como as violências vão em um crescente e como a vítima tem dificuldade em perceber isso, pois são movimentos sutis que avançam aos poucos, sendo a maioria deles naturalizada pela cultura patriarcal que perpassa a sociedade e as famílias. Juliana havia se tornado uma extensão das terras de seu marido, uma propriedade, um objeto adquirido. Juliana não era um sujeito.

O caso em questão não podia ser enquadrado em um tipo específico de violência, pois a jovem sofria em várias instâncias e diferentes intensidades se alternavam. Além disso, a vítima sequer reconhecia que já sofria agressões antes dos empurrões, antes do cárcere

privado e da tortura. Assim, contribuir para a percepção da violência e de suas várias sobreposições tornou-se uma prioridade das oficinas, que ampliaram os slides explicativos sobre o tema, com animações e imagens que facilitassem essa compreensão.

A situação de violência assemelha-se a um iceberg, onde o que é visto é a parte que se encontra acima da água, porém, o maior bloco de gelo está submerso e só pode ser visto com um mergulho. As violências que estão “acima da água” geralmente são as que provocam traumas físicos, como agressões, violências sexuais e torturas; mas as que precederam estas podem estar acumuladas em um grande bloco invisibilizado pelo patriarcado, pela romantização do ciúme e da possessão, pela naturalização do relacionamento abusivo. A metáfora do iceberg passou a ser trabalhada em todas as oficinas e surtiu efeito didático positivo, pois 61 mulheres pediram que lhes enviasse via *facebook* ou *WhatsApp* esta imagem específica⁵⁸.

Os casos narrados em oficina serão agrupados para discussão de acordo com os tipos de violência apresentados na tabela anterior, facilitando a correlação entre os depoimentos e sua associação com as bases teóricas da tese. As narrativas das mulheres, aliadas a teoria, propiciam o entendimento das estruturas que alicerçam a violência na Amazônia e desenham uma cartografia que expõe os meandros da crueldade, as invisibilizações, os conflitos vividos pelas mulheres e seus anseios. Os impactos e potencialidades das oficinas serão trabalhados à medida que se relacionarem às histórias contadas.

No primeiro tópico deste capítulo - **DA VIOLÊNCIA FÍSICA AO FEMINICÍDIO: A ANIQUILAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS** - serão compiladas as narrativas sobre violência doméstica e os relatos sobre assassinatos. As vozes das mulheres amazônidas unem-se à teoria de forma mais estreita, visando entender a estrutura social colonialista e patriarcal que sustenta as agressões, as quais podem culminar em feminicídios. No segundo tópico - **AS VIOLÊNCIAS REALIZADAS POR MEIOS SEXUAIS: ENTRE O SILENCIO, A IMPUNIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS** – serão tratados os relatos que envolveram estupros, importunação sexual, tráfico humano e exploração sexual. Analisar-se-á a transformação da mulher em objeto e em mercadoria por meio da subjugação de sua sexualidade. O terceiro ponto - **AS VIOLÊNCIAS QUE NÃO VEMOS** - trabalhará a violência simbólica, psicológica e patrimonial, ressaltando especificidades das mulheres indígenas e ribeirinhas. No tópico quatro – **VIOLÊNCIA**

⁵⁸ A imagem do “iceberg da violência” encontra-se no quinto slide do modelo de oficina que compõe o apêndice 2 deste trabalho.

OBSTÉTRICA: O CORPO DA MULHER COMO SUBPRODUTO DO PARTO – serão conjugadas leis, documentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e dados com depoimentos de mulheres que relataram violência obstétrica nas oficinas. O item cinco - **SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO: UM CASO NÃO TÃO ISOLADO** – visa discutir brevemente o único caso relatado em oficina de uma menina em situação análoga à escravidão no Acre, mostrando que existirem poucas denúncias sobre esse tipo de situação não quer dizer que essa prática seja incomum. No tópico seis - **EXISTÊNCIA MEDIANTE RESISTÊNCIA** - serão tratadas as narrativas de luta das mulheres presentes em oficinas, demonstrando como a resistência nunca foi uma opção, e que resistir, na Amazônia, pode ser apenas continuar viva.

5.1 DA VIOLÊNCIA FÍSICA AO FEMINICÍDIO: A ANIQUILAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS

Muitas mulheres relataram agressões físicas por parte de seus companheiros, ex-companheiros, seus pais, irmãos; relataram casos de parentes que estavam em situação de violência, cárcere privado e relacionamentos abusivos. Várias delas disseram que nunca haviam pensando na implicação social que o fato de ser mulher trazia, que nunca haviam ouvido falar de feminismo e que o estavam fazendo pela primeira vez nas oficinas. A maioria delas contou casos não notificados e que sequer endossam os altos números da violência doméstica no Acre. Dos 179 casos de violência física relatados nas oficinas, 107 não tinham sido denunciados oficialmente por meio de boletim de ocorrência, ou seja 59,7% de todos os casos que vierem da histórias de vida daquelas mulheres, mais da metade deles, não constam nos números oficiais. A subnotificação é real.

TABELA 3 – CASOS NÃO NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA

| | | |
|------------------------------|-----|-------|
| Casos notificados | 72 | 40,2% |
| Casos não notificados | 107 | 59,7% |
| Total | 179 | 100% |

*A porcentagem foi contabilizada até a primeira casa decimal após a vírgula.

Fonte: a autora (2020)

A oficina tornou-se, assim, em muitos momentos, um espaço para orientar o uso do sistema jurídico, que garante que essas mulheres sejam amparadas e protegidas pelo Estado, isso ao mesmo tempo em que capacitava os agentes do próprio Estado no atendimento dessas

mulheres. A concomitância desses processos acabou por se tornar um elemento didático importante.

No Bujari, Ifigênia, contou a história de algumas amigas camponesas que, ao participarem de um evento sobre Lei Maria da Penha, no dia oito de março, apanharam de seus companheiros na volta para a casa, à noite. Alguns homens se organizaram para bater em suas esposas que os tinham “desobedecido” e ido a um evento no qual eles não permitiram que fossem: *“eles esperaram elas e bateram nelas, bateram muito nelas, bêbados. Algumas foram parar no hospital, mas não deu em nada, porque eles fugiram e se elas os largam ficam sem nada, sem ter pra onde ir”*. Os homens, ao sentirem seu poder desafiado, partiram para agressão física, buscando amedrontar as vítimas e impedir que denunciassem, adiciona-se a isso às ameaças de morte que a maioria das mulheres agredidas recebe. Infelizmente, até o dia da oficina, eles haviam conseguido silenciá-las. A Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres (SEP Mulheres) prontificou-se a apurar o caso, comunicando-se com demais órgãos públicos locais.

O relato em questão confirma o peso da dependência financeira das mulheres e da dificuldade em não ter outro lugar para morar. À dependência financeira soma-se ainda a maternidade como um fator que faz perdurar relacionamentos violentos e abusivos. Assim, o marcador de gênero alinha-se ao de classe, de baixa escolaridade e de raça, tendo em vista que são mulheres pobres, com pouco estudo e não brancas. As interseccionalidades não apenas contribuem para colocar essas mulheres em situação de violência doméstica, mas também para que seja difícil conseguirem sair dela, gerando uma teia de opressões que impossibilita que estas resgatem sua individualidade e independência. Salienta-se, então, a importância de políticas públicas de assistência econômica que privilegiam mulheres no recebimento de auxílios e a necessidade de orientação das mesmas sobre esses direitos.

Em Senador Guimard, Sebastiana relatou a história de sua filha que sofria violência doméstica e era mantida em cárcere privado: *“Ele começou a bater nela. Eu não consigo nem falar com ela mais. Ela não tem celular mais, nem pode ver ninguém. Ela é uma prisioneira dele. Não acontece nada porque ele é policial”*. A partir dessa narrativa é interessante notar que algumas denúncias de violência doméstica tinham como agressores policiais. A história contada por Sebastiana não era um fato isolado. Em Sena Madureira, uma vereadora relatou situação similar, sobre uma moça que sofria espancamentos recorrentes. Ela já havia denunciado, os vizinhos já tinham chamado a polícia várias vezes. *“Não aconteceu nada com ele porque ele é policial. A polícia pega, dá uma volta com ele, devolve em casa para ele*

acabar de matar ela. São amigos dele. Ele é autoridade e ainda anda armado, quem que vai peitar?”. Ao todo, oito denúncias de agressões envolviam policiais.

Alguns policiais, que deveriam atuar na proteção das cidadãs e cidadãos, também cometem crimes contra suas esposas no ambiente doméstico. Este tipo específico de agressor conta com a proteção do sistema patriarcal em todos os seus âmbitos, sentindo-se acima da lei e usando a arma que o Estado lhe concedeu para ameaçar. O agente da segurança pública não se sente no dever de ser um agente da lei no espaço privado de sua casa, onde ele mesmo se torna a Lei, o Estado. É a separação drástica e desequilibrada do ambiente público e privado promovido pelo colonialismo, onde o espaço público, historicamente dominado pelos homens, passa a gozar de prestígio, se tornando hiperpolitizado e poderoso; enquanto o espaço privado, ao qual estão relegadas as mulheres, despolitiza-se, tornando-se um lócus privilegiado de dominação masculina (SEGATO, 2016). Longe de uma regulamentação comunitária, o homem, até mesmo um servidor da área de segurança pública, sente-se à vontade para exercer poder contra sua companheira. A violência policial, tão em voga no Brasil no ambiente público, pode ser ainda mais cruel no ambiente doméstico.

Iolanda, de Plácido de Castro, contou que sua irmã apanhava muito do marido e resolveu denunciar: *“Ela trabalha, ele também, até que tem certa condição, mas ele bebe e bate nela sempre. Ela denunciou uma vez, mas ele não ficou preso, e aí que ele bateu mais nela mesmo quando saiu. Uma vez achei que ela ia morrer”*, relatou. Ela contou ainda que a irmã não se separa por ter um filho pequeno e devido às ameaças do marido contra ela e a criança. A experiência de denúncias que não surtem efeito não colaboram para o encorajamento e amplificam a sensação de impotência e temor.

Podemos citar ainda o caso relatado pela vereadora Adelaide, de Manuel Urbano, sobre uma mulher que se separou do marido violento e que mesmo com medida protetiva sofreu uma tentativa de feminicídio, tendo o ex-companheiro atado fogo na casa onde ela vivia. *“Ele está fugido, ninguém sabe dele. Está solto por aí esperando pra tentar matar ela de novo. Polícia ainda não pegou”*. O relato de Marlene Huni Kuin, de Santa Rosa do Purus, segue na mesma linha. Ela contou sobre um marido que espancava a esposa com bambu e a mantinha em cárcere privado: *“Ela fugiu e ele pegou ela, ela foi parar no hospital e depois foi obrigada a voltar a viver com ele. E aí vem gente dizer ‘por que que voltou? É simples, voltou porque senão ele matava ela’*”.

É evidente que a ineficiência do judiciário acaba por promover uma pedagogia da crueldade, onde somos ensinadas a permanecer em relações violentas para tentar nos mantermos vivas. *“Antes machucada do que morta”*, como disse Marcela, de Acrelândia.

Aprendemos que denunciar pode trazer mais consequências negativas do que positivas. Não esperamos amparo legal eficaz. Isso educa-nos de forma social e não apenas pessoal, numa cultura da aceitação. Segundo a pesquisa “Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” realizada pelo Senado Federal em 2018, o medo é o principal entrave à denúncia dos agressores. Os principais receios são: “a) de ela sofrer mais violência por parte tanto do agressor quanto por parte do Estado; b) do agressor sofrer violência por parte do Estado; c) de não conseguir sustentar a si e/ou aos filhos, ou de ser socialmente excluída” (p. 4).

No caso de uma porcentagem tão grande de mulheres com relatos de violência que nunca denunciaram é interessante notar o medo de sofrer violência por parte do Estado, dos órgãos que deveriam protegê-la, pois, na prática, mesmo que sem racionalizar, elas sabem estar o Estado contra si. Segato (2016) afirma que existe uma incoerência entre a história do Estado e a garantia dos direitos humanos, pois o Estado surgiu como grande representante dos valores do patriarcado, com a missão de organizar o mundo para os “vencedores”, tendo estes como referência de humanidade e relegando o espaço que resta ao “outro”. As correrias, a escravidão, os estupros de indígenas e negras, o genocídio realizado na América pelos colonizadores eram todos legalizados pelo Estado. O Estado busca medidas compensatórias para os grupos subalternizados pela lógica que ele mesmo instituiu. Dá com uma mão o que já retirou com a outra (SEGATO, 2016). O legado falocêntrico do Estado colonialista ainda está presente e as mulheres que o temem tem motivo para fazê-lo. “El campo estatal tiene ADN masculino, está construido a imagen y semejanza del hombre, pertenece a la historia de la masculinidad. De ahí decore también su fragilidad, su vulnerabilidad al eurocentrismo” (SEGATO, 2018, p. 66).

Após uma das oficina no interior do Acre, uma senhora contou que riram dela na delegacia quando foi denunciar uma agressão, ridicularizaram-na, sendo que ela tinha acabado de ser espancada⁵⁹. As mulheres tem medo do marido e tem medo de novamente serem agredidas pelo Estado. Tem medo de o agressor ser tratado com violência, medo de não ter para onde ir, de não ter condições financeiras para criar os filhos, medo de sofrer tipos de violência piores estando fora do contexto familiar heteronormativo. E como garantir a essa mulher que seus medos não se tornariam realidade? No atual panorama brasileiro não há como garantir. Assim, as oficinas focaram no enfrentamento do medo por meio do

⁵⁹ Este relato não pôde compor o trabalho por ser de fácil identificação e pela repercussão do caso localmente devido a outros fatores.

conhecimento dos direitos e da assertividade em reivindicá-los, inclusive distribuindo telefones úteis para denúncias e para tirar dúvidas. Focaram também na institucionalização dos OPMs e CMDMs, visando à formação de uma rede de assistência e fiscalização. Por outro lado, por acreditar no caráter transformador da educação popular, as oficinas promoveram capacitações visando contribuir para a melhoria do atendimento às mulheres em situação de violência.

Segundo Concita Maia, então secretária de políticas para as mulheres do estado do Acre, as oficinas em questão foram pensadas devido à necessidade de qualificação dos servidores públicos que lidam diretamente com mulheres em situação de violência, justamente porque o número de reclamações recebidas sobre o atendimento na rede era aviltante. *“É cada coisa absurda que chega pra gente, de mulheres sendo maltratadas, que a gente tinha que fazer alguma coisa. As delegacias acho que são as piores”*, afirmou. Marisa, policial feminina que participou das oficinas de Rio Branco, confirmou o mau atendimento de alguns servidores nas delegacias: *“Já vi muitos rindo de mulheres que apanharam de marido porque já tinham apanhado outras vezes e voltaram, falando que elas gostam de apanhar, que continuam lá, que nem adianta atender a ocorrência”*. A policial afirmou ainda que se sentia mal ao ouvir esse tipo de comentário, mas que não se manifestava por considerar que não tinha bons argumentos até então, e que após a oficina ela teria mais facilidade para se posicionar contra essas atitudes dentro do ambiente de trabalho: *“agora eles vão ouvir argumentos quando falarem isso. E eu vou ler os textos que vocês indicaram tudinho”*. O relato de Marisa comprovava que as capacitações eram necessárias e que ainda estávamos atingindo apenas uma pequena parcela dos servidores e servidoras da segurança pública, que os trabalhos de educação popular necessitariam seguir de forma continuada.

As oficinas serviram para tirar dúvidas da rede de atendimento à mulher, tendo por objetivo instigar o senso crítico e assim gerar empatia das servidoras e servidores para com as mulheres vítimas de violência. Dentro dos grupos de trabalho ou durante a exposição dos conteúdos, muitas perguntas específicas sobre como se portar nessa ou naquela situação surgiram, sempre exemplificadas por um caso atendido ou presenciado. Marcela, de Acrelândia, disse já ter se revoltado contra a vítima por não denunciar o esposo que a espancava e que depois da oficina conseguia entender melhor o ciclo da violência: *“Teve uma aqui que tinha vindo no hospital várias vezes, semana passada ela morreu. Ai agora que o marido matou ela na porrada ele foi preso. [...] Se fosse antes essa oficina, talvez eu pudesse ter ajudado de alguma forma”*. A narrativa de Marcela insere em nossa análise mais um caso

de agressão física não notificado às autoridades e que acabou em assassinato. O medo de denunciar não exime a vítima de ser assassinada.

Os feminicídios estiveram bastante presentes na narrativa das mulheres. Crimes de conhecimento público foram amplamente comentados: uma mulher morta na porta da loja onde trabalhava, outra estrangulada depois de dizer que queria o divórcio, outra esfaqueada na zona rural, outra jogada em uma cisterna, outra golpeada por um machado, outra que levou um tiro do esposo policial, outra enterrada num terreno baldio com ferimentos de enxada na cabeça, outra degolada que teve a cabeça colocada na porta da casa de sua mãe etc. Em todos os casos os assassinos eram companheiros ou ex-companheiro das vítimas. Por outro lado, quando se apontava para os números, mostrando que o Acre possui a maior taxa de feminicídios do país, a maior parte das mulheres dizia desconhecer esses dados.

Na construção dessa cartografia, dois casos de feminicídio chamaram a atenção, pois não tiveram sequer os óbitos notificados. Fátima, de Mâncio Lima, contou sua difícil história de vida, na qual mencionou o feminicídio da mãe: *“Ele batia na minha mãe e ela acabou morrendo de tanto apanhar. Ele dizia que foi malária, mas sei que não foi”*. Ao conversar com esta senhora ao fim da oficina, ela acabou mencionando que a mãe foi enterrada em uma propriedade rural sem nenhuma notificação oficial: *“puseram num buraco e jogaram terra em cima, eu nem pude ver ela nunca mais”*.

Sebastiana, de Senador Guimard contou que, além de uma filha que sofre violência doméstica por parte do marido policial, situação relatada anteriormente, teve uma irmã que foi assassinada pelo esposo: *“eu vim do seringal ainda pequena e não tenho ninguém aqui. Tinha minha irmã, mas o marido dela matou ela tem uns 10 anos já*. Ao final da oficina, ao ser indagada sobre o assassinato da irmã, ela contou que a mesma não tinha documentos, casou ainda criança e sofria muitas violências, que foi morta a golpes de terçado⁶⁰ e jogada em um buraco. O feminicídio não foi reportado as autoridades por medo de perseguição. *“Eu sofro de pensar que nem pude enterrar a minha irmãzinha, ficou toda desfigurada, não pude valer ela. Toda vez que eu lembro tenho vontade de chorar”*, completou. O direito à vida ainda é negado a muitas mulheres na Amazônia brasileira. Mulheres ainda são paridas e enterradas sem se tornarem sujeitos.

Nos depoimentos expostos neste capítulo é notório como as situações de abuso e violência evoluíram para o feminicídio, para a destruição não apenas das mulheres como

⁶⁰ Terçado é um facão curvo e de ponta aguçada, de uso comum na Amazônia, utilizado para diversas atividades, dentre elas abrir caminhos na floresta.

sujeito, mas também para a aniquilação destas, destruindo seus corpos. A mulher que é vítima de feminicídio já passou por todos os demais tipos de violência. Essa é a regra, que se confirmou em todos os 23 casos expostos durante as oficinas. O mandado de masculinidade ultrapassa o plano físico e/ou sexual para chegar às vias de fato: retirar o direito à vida, a eternização do não direito a ser sujeito, o desempoderamento em seu mais alto grau.

El concepto y el potencial alcance de la figura de feminicidio es complejo, ya que engloba una serie de fenómenos que van desde la violencia sistémica y la impunidad, hasta el homicidio de mujeres por el simple hecho de ser mujeres. De forma particular, en los últimos años, activistas y las y los legisladores han vislumbrado la necesidad de tipificar al feminicidio como delito, siendo ésta una medida legal y política que entre otras podría contribuir a la erradicación de esta grave forma de violencia contra las mujeres. [...] Por su parte, otros Estados han optado por el agravamiento de las sanciones para castigar el homicidio doloso en contra de una mujer, por considerar que ésta es una medida más adecuada que la tipificación del feminicidio/femicidio para atender el problema. (PATSI VÁSQUEZ, 2009, p. 10)

No Brasil, a Lei 13.104, de março de 2015, transformou o feminicídio em uma tipificação do crime de homicídio. Até então, crimes em que mulheres eram mortas devido a seu gênero, eram enquadrados em homicídios comuns, sem circunstâncias qualificadoras. Pela lei, os crimes de feminicídio subdividem-se em dois tipos: 1) Crimes resultantes de violência doméstica, onde a vítima tem relação familiar com o criminoso; 2) Crimes provenientes de misoginia e discriminação de gênero, que podem incluir violência sexual e física, pois, nesses casos, as mulheres são vistas como objetos. Todos os 23 feminicídios narrados em oficina pertenciam ao primeiro tipo.

Segato (2018) resgata o processo de emasculação do homem como agravante do comportamento violento, ao ponto de este não suportar a existência do outro, no caso a mulher, eliminando-a. Elimina-se a mulher, elimina-se a alteridade. “Tanto los feminicidios como los crímenes homofóbicos, los asesinatos de travestis y de personas trans son todos crímenes del mismo tipo; crímenes del patriarcado contra todo aquello que desafía el orden, la jerarquía patriarcal” (p. 20). Neste sentido é facilitada a compreensão do porquê de muitas mulheres serem mortas ao tentar sair de um relacionamento abusivo e violento, ao não mais servirem como objeto de agressões e obtenção de poder periodicamente, se tornam vítima de um ato ainda mais grandioso de dominação: a aniquilação. “Podríamos decir que el cuerpo de la mujer es una especie de pizarra sobre el cual el poder escribe, un bastidor en el que clava sus insignias de soberanía territorial” (SEGATO, 2018, p. 48).

A este processo de violência e reafirmação de poder masculino, adiciona-se a responsabilidade social da mídia, que exhibe cadáveres de mulheres em seus jornais sangrentos

diariamente. A espetacularização da morte é mais uma violência a ser inserida na imensa listagem de agressões ao corpo feminino. A mídia, construída pelos homens e para os homens, distribui corpos mortos de mulheres como entretenimento e dessa maneira desumaniza e viola mais uma vez. Incita-se e naturaliza-se o feminicídio.

No podemos olvidamos de mencionar a los medios masivos de información, con su lección de rapiña, escarnio y ataque a la dignidad ejercitadas sobre el cuerpo de las mujeres. Existe un vínculo estrecho, una identidad común, entre el sujeto que golpea y mata a una mujer y el lente televisivo. También forma parte de ese daño la victimización de las mujeres a manos de los feminicidas como espectáculo televisivo de fin de tarde o de domingos después de misa. Los medios nos deben una explicación sobre por qué no es posible retirar a la mujer de ese lugar de víctima sacrificial, expuesta a la rapiña en su casa, en la calle y en la sala de televisión de cada hogar, donde cada una de estos feminicidios es reproducido hasta el hartazgo en sus detalles mórbidos por una agenda periodística que se ha vuelto ya indefendible e insostenible. (SEGATO, 2018, p. 14-15)

Se a mulher viva serve como objeto de apelo sexual pela mídia, depois de morta, segue como objeto para o entretenimento mórbido. O corpo da mulher se torna público, suas vísceras vão alimentar a famigerada indústria da morte, que muitas vezes anuncia seus assassinatos como crimes passionais, sustentando o sistema simbólico estruturante do patriarcado. As defuntas expostas, em sua maioria, são negras e pobres.

5.2 AS VIOLÊNCIAS REALIZADAS POR MEIOS SEXUAIS: ENTRE O SILÊNCIO, A IMPUNIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS

Quando falamos em violências sexuais, no plural, reconhecemos a existência de diversos crimes dessa natureza, onde o estupro é apenas mais um, constituindo-se, ao lado do tráfico humano e da exploração sexual, o apogeu de outras violências sexuais menos debatidas em nossa sociedade. A importunação sexual e o assédio também são crimes que visam subalternizar a mulher por meio de sua sexualidade, transformando-a em objeto e desumanizando-a; enquanto o tráfico humano e a exploração sexual transpõe o nível da objetificação, passando pelo estupro sistemático e chegando a mercantilização dos corpos. Em maior ou menor grau, todas estas violências narradas em oficinas, são realizadas por meios sexuais. Segundo Segato (2018) elas não acontecem devido a uma motivação libidinal, mas sim de dominação, não sendo, portanto, crimes sexuais, mas sim realizados por meios sexuais:

Separo y diferencio así este tipo de crimen de toda explicación referida al deseo, al placer, a la sexualidad. Mi explicación no es libidinal, y si la inversión libidinal existe, ella está puesta en el pacto corporativo, masculino-mafioso, y no en el cuerpo de la víctima sacrificial. Es por eso que la expresión "crímenes sexuales" es problemática, pues nos lleva a una comprensión equivocada de lo que se trata. La motivación de estos crímenes no es sexual, aunque sí son crímenes perpetrados por medios sexuales. ¿Por qué?, porque por medio de la sujeción sexual se mata moralmente a la persona y a la sociedad que la cobija. El crimen sexual es un crimen profanador, capaz de destruir la confianza moral y de fragilizar una sociedad entera. Eso es así porque en un imaginario arcaico la moral social está muy anclada en la capacidad de custodia de los cuerpos de las mujeres por parte de sus tutores. Ese imaginario arcaico es muy difícil de desmontar. En el centro del mismo se encuentra el presupuesto de que las mujeres no somos enteramente personas, porque, si por un lado sí lo somos, por el otro somos íconos, es decir, representantes de la integridad de nuestros pueblos y sus comunidades. Si por un lado es innegable que un ataque sexual al cuerpo de una mujer es un crimen contra su persona, por el otro es una profanación de la sociedad a la que pertenece, a su familia, a la comunidad y también al Estado, es decir, a todas aquellas instancias que deberían estar en capacidad de protegerla. De la posición de la mujer depende un amplio entramado social. (SEGATO, 2018, p. 74)

Nas oficinas, de um total de 489 narrativas, 125 citam violências realizadas por meios sexuais⁶¹, equivalendo a 25,5% de todos os depoimentos coletados. Dentre estas, as narrativas de estupro lideram com 63,2% dos casos; seguidos de importunação sexual, 24,8%; tráfico humano, 11,2%; e exploração sexual, 0,8%. Os números podem ser conferidos na tabela abaixo:

TABELA 4 – NARRATIVAS SOBRE VIOLÊNCIAS REALIZADAS POR MEIOS SEXUAIS

| Tipo de violência sexual | Número | Porcentagem* |
|---------------------------------|---------------|---------------------|
| Estupro | 79 | 63,2% |
| Importunação sexual | 31 | 24,8% |
| Tráfico humano | 14 | 11,2% |
| Exploração sexual | 1 | 0,8% |
| Total de narrativas | 125 | 100% |

*A porcentagem foi contabilizada até a primeira casa decimal após a vírgula.

Fonte: a autora (2020)

Se as mulheres não denunciam crimes como a violência física no ambiente doméstico por medo de sofrerem mais violência por parte do Estado, com os crimes de estupro a situação ainda é pior e a subnotificação maior. Nas oficinas foram relatados 79

⁶¹ Mesmo acatando teoricamente o conceito de violências realizadas por meios sexuais, esta tese também utilizará o termo “violência sexual”, facilitando a fluidez do texto e também considerando que, para as vítimas em questão, a violência praticada por meios sexuais se consolida em uma violência à sua sexualidade e à sua integridade física.

casos de estupro, dos quais 56 não foram denunciados, ou seja, 70,8% dos casos permaneciam ignorados pela justiça e fora dos números oficiais.

TABELA 5 – PROCENTAGEM DAS DENÚNCIAS DE ESTUPROS REFERENTES AOS CASOS NARRADOS EM OFICINAS

| | | |
|-----------------|----|-------|
| Denunciados | 23 | 29,1% |
| Não denunciados | 56 | 70,8% |
| Total | 79 | 100% |

*A porcentagem foi contabilizada até a primeira casa decimal após a vírgula.

Fonte: a autora (2020)

Conforme a pesquisa “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde”, produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentada anteriormente, estima-se que apenas 10% dos crimes de violação sexual sejam reportados às autoridades. Entre os principais motivos de não serem denunciados estão a vergonha da mulher, o sentimento de culpa, o medo do julgamento da sociedade e da família, incapacidade de recorrer à justiça por ser criança ou adolescente, ser dependente do estuprador financeiramente (esposa, filha ou enteada), medo de ser desacreditada.

Os crimes de estupro se apoiam em um mandato de violação sólido respaldado pelo patriarcado, que questiona as vítimas e minora seu sofrimento. A tendência a inquirir a vítima pela violência sexual sofrida não vem apenas dessa estrutura simbólica, mas também de uma herança jurídica que instituiu essa relativização formalmente.

A tipificação do estupro no Brasil ocorreu por meio do Código Criminal do Império, de 1830, intitulado “Dos crimes contra a honra”, onde a honestidade da mulher era condição para que houvesse a aplicação da pena. A “mulher honesta” era a que seguia o padrão de feminilidade imposto, era branca e proveniente de uma família com posses. As mulheres pobres, negras, indígenas, ribeirinhas ou lésbicas jamais conseguiriam penalizar seus estupradores. Estavam fora do padrão de vítimas aceitáveis, não possuíam o nome de um “dono” (pai ou marido) que lhes outorgasse honestidade. Observa-se ainda, que caso o agressor viesse a desposar a vítima, não incorreria em penalidade (CARDIM; ROCHA, 2014).

O Código Penal brasileiro de 1890 dispunha sobre estupro como “crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor” e acrescentava a violência como inerente a este crime, ao mesmo tempo que mantinha a restrição das vítimas às “mulheres honestas”. Apenas com o Código Penal de 1940 o termo “mulher honesta” foi retirado das disposições sobre estupro. A possibilidade de o estuprador casar com a vítima como forma de punição também deixou de vigorar.

Somente no ano de 2009 superou-se a valoração moral contida no Código Penal, passando a tratar crimes de estupro como “crimes contra a dignidade sexual”. O enfoque deixou de ser a honra da família e passou a ser a dignidade sexual do sujeito. Em 2019, os crimes de estupro e feminicídio tornaram-se imprescritíveis e inafiançáveis (CARDIM; ROCHA, 2014). Mesmo com avanços, o discurso da mulher honesta, ratificado por anos de legislação misógina, encontra-se ainda arraigado no imaginário social. Na verdade, quando se questiona a vítima de uma violência sexual, perguntando o que ela vestia, o porquê de ela estar sozinha ou fora de casa de madrugada, é como se todo o questionamento direcionasse para a pergunta: aquela mulher pode ser considerada vítima? Era uma “mulher honesta”, uma mulher que merece ter seu violador punido, ou uma mulher que merece ser punida?

Os casos de mulheres que tem a história marcada por abusos na infância ou adolescência foram muitos. Ivete, de Porto Acre, contou que foi abusada por um familiar na infância, que fugiu para a mata para se livrar do sofrimento e que acabou sendo pega por outro homem que também a estuprava. Ela teve filhos com esse homem, o qual ela descobriu recentemente que abusava das filhas do casal. *“Eu fico muito feliz que exista esse tipo de coisa hoje em dia, dessas palestras, porque eu fui abusada quando eu era criança, sofri muito”*, contou. Ivete sofreu violência sexual no ambiente doméstico e também no espaço público.

Segato (2016) sustenta que a violação sexual é uma reafirmação do poder masculino de colonizar o corpo das mulheres como se fossem a própria terra por eles invadida, uma forma de manterem-se vivos dentro do corpo da mulher violada.

Uso y abuso del cuerpo del otro sin que este participe con intención o voluntad, la violación se dirige al aniquilamiento de la voluntad de la víctima, cuya reducción es justamente significada por la pérdida de control sobre el comportamiento de su cuerpo y el agenciamiento del mismo por la voluntad del agresor. La víctima es expropiada del control sobre su espacio-cuerpo. Es por eso que podría decirse que la violación es el acto alegórico por excelencia de la definición schmittiana de la soberanía: control legislador sobre un territorio y sobre el cuerpo del otro como anexo a ese territorio. Control irrestricto, voluntad soberana arbitraria y discrecional cuya condición de posibilidad es el aniquilamiento de atribuciones equivalentes en los otros y, sobre todo, la erradicación de la potencia de estos como índices de alteridad o subjetividad alternativa. En ese sentido, también este acto está vinculado a la consumición del otro, a un canibalismo mediante el cual el otro perece como voluntad autónoma y su oportunidad de existir solamente persiste si es apropiada e incluida en el cuerpo de quien lo ha devorado. Su resto de existencia persiste solo como parte del proyecto del dominador. (SEGATO, 2016, p. 38)

O estupro é uma forma de relegar o feminino a um espaço de subalternidade, de enclausura-lo nessa posição enquanto destino, o destino de um corpo vitimizado e reduzido. A

autora fala então na cruel pedagogia da feminilidade como submissão, que visa transformar o feminino em um espaço natural de desempoderamento, suscetível a ser adentrado pelos dominadores que o utilizarão para a reafirmação não apenas de seu poder enquanto indivíduo, mas também do poder masculino patriarcal presente na sociedade como um todo. Assim, o abuso sexual estabelece, de forma definitiva, a impossibilidade de escapar da matriz heterossexual como fundamento da violência e primeira lição de todas as outras formas de relação de dominação (SEGATO, 2016, p. 82). Segato afirma ainda que é necessário diferenciar as violações sexuais que ocorrem em espaço público das ocorridas em espaço privado, pois mesmo pertencendo ambas a esfera da dominação, diferem entre si.

En este sentido, es posible apuntar ya aquí una diferencia fundamental entre este tipo de crimen y los crímenes de género perpetrados en la intimidad del espacio doméstico, sobre víctimas que pertenecen al círculo de relaciones de los abusadores (hijas, hijastras, sobrinas, esposas, etc.). Si al abrigo del espacio doméstico el hombre abusa de las mujeres que se encuentran bajo su dependencia porque puede hacerlo, es decir, porque estas ya forman parte del territorio que controla, el agresor que se apropia del cuerpo femenino en un espacio abierto, público, lo hace porque debe hacerlo para demostrar que puede. En un caso, se trata de una constatación de un dominio ya existente; en el otro, de una exhibición de capacidad de dominio que debe ser reeditada con cierta regularidad y puede ser asociada a los gestos rituales de renovación de los votos de virilidad. El poder está, aquí, condicionado a una muestra pública dramatizada a menudo en un acto predatorio del cuerpo femenino. Pero la producción y la manutención de la impunidad mediante el sello de un pacto de silencio en realidad no se distinguen de lo que se podría describir como la exhibición de la impunidad. (SEGATO, 2016, p. 43)

No caso de Ivete, os homens que a violaram, tanto no espaço privado quanto público, ficaram impunes. A exibição da violência e da impunidade deu-se em grande parte dos casos narrados pelas mulheres nas oficinas. Mulheres violadas por homens que reproduziam a lógica de dominação do patriarcado colonialista. Homens que não são exceções, nem monstros, nem doentes mentais, mas sim homens comuns que conseguem levar uma vida aparentemente normal.

Los crímenes sexuales no son obra de desviados individuales, enfermos mentales o anomalías sociales, sino expresiones de una estructura simbólica profunda que organiza nuestros actos y nuestras fantasías y les confiere inteligibilidad. En otras palabras: el agresor y la colectividad comparten el imaginario de género, hablan el mismo lenguaje, pueden entenderse. (SEGATO, 2016, p. 38)

Neste sentido, procurar patologias no estuprador para justificar uma violência sexual é buscar atenuantes às causas de tal violação e negar a estrutura simbólica do patriarcado. Em uma pequena mostra da realidade das mulheres da Amazônia acreana, com 79 casos de

estupro surgidos em curtas oficinas de educação popular, pode-se evidenciar o caráter recorrente de tal violação, mostrando que a mesma ocorre de forma sistemática e repetindo alguns padrões, onde o estuprador conta sempre com a regulamentação da sociedade patriarcal que lhe confere o benefício da dúvida, naturaliza suas atitudes enquanto homem e questiona a mulher enquanto vítima. Esse paradigma simbólico é sabido por todos os indivíduos, pelo violador que se sente incentivado pela impunidade e pela mulher violada que não se sente segura para denunciar por medo de não ter apoio em casa e nem na justiça, que pode facilmente transformá-la em ré.

Francisca, psicóloga da rede de atendimento de Rodrigues Alves, narrou o caso de uma criança de 12 anos que sofreu abuso do pai por muitos anos, até que engravidou dele. Depois disso a menina foi culpada pela família e pela mãe: *“O pai, não sei o que houve que não ficou preso e vive por perto da menina. A mãe não fala mais com ela e voltou com pai. É complicado, porque ela é criança. A gente já questionou a guarda, mas é difícil, pois ela tem um bebê agora, não conseguiu abortar”*. O temor que as mulheres e meninas têm em contar suas histórias, em denunciar e buscar ajuda, não é mera fantasia. Quatro casos similares ao descrito por Francisca surgiram nas oficinas. A tripla violação acontece, é real: mulheres e meninas além de terem que lidar com o trauma do estupro, ainda precisam lidar com a culpabilização da sociedade, com o abandono da família e com a falta de acolhimento por parte do Estado. No caso exposto a criança tinha direito ao aborto legal, mas o aparato estatal acabou por impor-lhe mais uma violação: a de ser mãe de um filho de seu estuprador, que no caso é o próprio pai, que não permaneceu preso.

Os estupros são usados historicamente como reafirmação de dominação sobre as mulheres dentro e fora das famílias, no espaço público e privado, e também como armas de guerra contra homens inimigos. Esta guerra não precisa ser declarada entre forças militares, entre países, pode acontecer em qualquer disputa territorial de maior ou menor amplitude. Cristina, de Xapuri, região historicamente marcada pelo conflito agrário no Acre, contou sobre uma violência sexual motivada pela disputa territorial: *“por conta de conflito de terra um fazendeiro mandou estuprar a filha do outro, que tem só umas terrinhas aqui, é filho de índio e pobre. Todo mundo sabe do caso porque a menina foi parar no hospital, mas ela não fez denúncia não, por vergonha, foram até embora daqui, coitados”*. A mulher foi punida para atingir seu pai, pois é considerada anexo de seus territórios, violá-la representou violar o território de outro homem, suas posses, seus bens e deixar um pouco do violador presente permanentemente na história daquela jovem e sua família. A família mais pobre foi a que

sofreu a violência e perdeu suas terras, mudou-se da região sem denunciar deixando a dor de mais uma mulher fora das estatísticas.

Estupro por conflito de terras, estupro de crianças, de mulheres jovens, de mulheres deficientes, de adolescentes, filhas, mães, netas, sobrinhas, alunas e de uma idosa integraram as muitas situações de violência sexual relatadas. Mesmo havendo uma teorização para procurarmos entender de onde surge o que Segato (2016) nomeou de “la guerra contra las mujeres”, vale a máxima de que basta ser mulher para estar sujeita a violência. Neste contexto, a mulher lésbica tem uma vulnerabilidade ainda maior, pois não tem o homem heterossexual como objeto de desejo, e sim outra mulher, um ser que, pela lógica patriarcal, seria naturalmente submisso e inferior. A lésbica desloca o desejo que deveria ser destinado ao dominador para o dominado, assim merece ser corrigida. A heteronormatividade é a matriz da dominação masculina (SEGATO, 2016, p. 82).

Em Rio Branco, Eneida relatou o caso de uma parente de 18 anos que passou pelo estupro corretivo, uma prática homofóbica na qual um ou mais homens estupram mulheres lésbicas ou que parecem ser, supostamente como forma de "curar" a mulher de sua orientação sexual. *“Depois eu fiquei sabendo que foi gente da família que fez isso para ela virar mulher, pra deixar de ser sapatão. E tem muita gente da família sabendo e achou certo. [...] Ela tentou suicídio há algum tempo, mas aí a família falou que era o diabo e obriga a ir na igreja”*, contou. A moça em questão foi estuprada por vários homens e espancada. O caso retratado por esta senhora reafirma como as violências, nas mais diversas esferas, partem de uma convivência social. Assim, o desafio à lógica patriarcal heteronormativa não é aceito e é visto como desvio de conduta a ser retificado e punido.

De esta forma se pasa por alto que todas esas violencias a «minorías» no son otra cosa que el disciplinamiento que las fuerzas patriarcales nos imponen a todos los que habitamos ese margen de la política. Se trata de crímenes del patriarcado colonial moderno de alta intensidad, contra todo lo que lo desestabiliza, contra todo lo que parece conspirar y desafiar su control, contra todo lo que se desliza hacia fuera de su égida, con las varias estrategias y tácticas diarias con las que muchos de nosotros, a propósito o inadvertidamente, nos deslizamos y escabullimos de la vigilancia patriarcal y la desobedecemos. (SEGATO, 2016, p. 96)

Cheryl Clarke considera a lesbianidade como uma forma de resistência, sendo por isso tão rechaçada. A autora destaca a realidade do patriarcado de alta intensidade dos Estados Unidos, realidade esta que se apresenta também no Brasil e na maioria dos países latino-americanos:

Ser lesbiana en una cultura tan supremacista-machista, capitalista, misógina, racista, homofóbica e imperialista como la de Estados Unidos es un acto de resistencia, una resistencia que debe ser bienvenida en todo el mundo por todas las fuerzas progresistas. No importa cómo una mujer experimente su lesbianismo: en el armario, en la legislatura o en la cámara. Ella se rebeló contra su prostitución con el amo de esclavos, que corresponde a la hembra heterosexual que depende del hombre. Esta rebelión es un asunto peligroso en el patriarcado. Los hombres de todos los niveles privilegiados, de todas las clases y colores, tienen el poder de actuar legal, moral y / o violentamente cuando no pueden colonizar a las mujeres cuando no pueden limitar nuestras prerrogativas sexuales, productivas, reproductivas y nuestras energías. La Lesbiana, esa mujer que “tomó a una mujer como amante”, logró resistir el imperialismo de su amo en este ámbito de su vida. La lesbiana descolonizó su cuerpo. Rechazó una vida de esclavitud implícita en las relaciones heterosexistas/heterosexuales occidentales y aceptó el potencial de reciprocidad en una relación lésbica, independientemente de los roles. (CLARKE, 1989, p. 99)

A resistência de não ser conivente com sua própria colonização, de não se aceitar território de homens, de não seguir o padrão patriarcal de feminilidade, faz com que a lésbica transforme-se em um alvo, sentindo a homofobia de maneira ampliada, pois além de ser mulher, experimenta a abjeção da sociedade, que a rotula como uma doente a ser curada, sendo que este discurso muitas vezes ecoa dentro de suas próprias famílias. A homofobia pode ainda vir imbuída de discurso religioso conservador, que vai atribuir o desvio da norma a atividades paranormais diabólicas, como ocorreu no caso descrito por Eneida.

De acordo com pesquisa realizada pelo site Gênero e Número, seis mulheres lésbicas são estupradas diariamente no Brasil, em média. A pesquisa foi realizada com base nos dados obtidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, no ano de 2017. Em 61% dos casos a vítima foi estuprada mais de uma vez, 61% dos estupros ocorreram na residência da mesma, enquanto 20% foram em vias públicas e 13% em outros locais. Assim como nos outros tipos de agressão, as mulheres negras compõem a maioria das vítimas, representando 58% das vítimas de estupro corretivo, seguidas das brancas (35%), indígenas e amarelas (1%). Os homens são os algozes e na maioria dos casos realizam o crime em grupo e de forma premeditada.

Apenas em setembro de 2018, foi sancionada no Brasil a Lei 13.718, que criou uma pena específica para o crime de estupro corretivo. Com a nova lei, a pena para o crime de estupro, que é de seis a dez anos, aumenta de um a dois terços – podendo ir de oito a 17 anos de prisão. A busca por punir práticas homossexuais, se tornou, a partir de então, um agravante ao crime de estupro. Durante as oficinas surgiram seis relatos de estupros corretivos, representando 7,5% dos casos de violação sexual. Nenhum deles havia sido denunciado formalmente. Um quantitativo relativamente alto, dados os números totais e as circunstâncias em que ocorreram as oficinas.

Para além dos crimes de estupro estão os crimes de tráfico humano, venda ou doação de crianças e adolescentes e também a exploração sexual das mesmas. Nas narrativas, durante as oficinas, foram vários os relatos de mulheres e meninas tratadas como mercadorias, vendidas ou trocadas por animais, casos conhecidos ou que compunham a história familiar da própria depoente. A violência aqui, voltada para diversos fins, dentre eles o sexual, é ainda pior, pois transforma a menina em propriedade de um homem.

Flávia, de Mâncio Lima disse que sua avó sempre contava a história da mãe (bisavó de Flávia), falando que foi um vida de muito sofrimento: *“ela contava que a mãe dela foi trocada por uma terra e que o homem que comprou ela, tratava ela mal também. Isso já vem vindo de longe. Mulher era pior que bicho”*. Flávia completou relatando mais um caso onde o pai, para punir a mãe, vendia as filhas ou trocava por bois, dizendo que os bichos tinham mais valor porque trabalhavam e forneciam alimento. *“Muitas mulheres eram índias pegas no laço, né? Tratavam como bicho mesmo, sempre. Isso tudo que a gente vê de violência aí, que as colegas tão falando, que a gente atende no hospital, ainda é fruto dessa mentalidade, que não faz tanto tempo assim”*, acrescentou.

Em Manuel Urbano, Lidiane falou de uma rede de tráfico de crianças pelo Rio Purus, a qual todos sabem que existe, mas tem medo de denunciar. *“Eu mesmo sei de um pai que vendeu a filha para ser levada sabe Deus pra onde. A família é muito pobre e a mãe apanha dele. Ela tem uns 10 filhos e ele vendeu a mais novinha que deveria ter uns quatro anos”*, disse.

Em Marechal Thaumaturgo, Marta falou em lei do silêncio, que ninguém fala nada porque tem gente influente envolvida no tráfico de crianças, e ressaltou que a maioria são meninas indígenas de famílias muito pobres: *“vendem sabe-se lá pra fazer o que com elas, mas a gente imagina”*. Este relato converge com a situação presenciada pela equipe no hotel em que estava hospedada no mesmo município, enfatizando que em uma cidade pequena como aquela, seria improvável que a maioria dos moradores não soubesse o que acontece, e também improvável que as autoridades locais não estivessem cientes.

Em Porto Walter mais um caso de uma menina doada pelo pai a outro homem para pagar uma dívida, como mercadoria. A adolescente, de 13 anos, além de estuprada sistematicamente por este homem, sofria violência física, engravidou e se tornou alcoólatra. É interessante notar que todos os casos em questão subentendem a violência sexual e vão além dela, adentrando para o território do tráfico humano e inclusive, em situação análoga à escravidão, pois as meninas tornam-se serviçais dos homens que as “adquirem”, em todos os sentidos, mediante ameaça ou violência.

O tráfico de mulheres e meninas é um aniquilador de individualidades, uma reificação do ser humano, acontecendo inclusive na mesma rota em que geralmente se traficam “outras mercadorias”, animais silvestres, produtos contrabandeados. O tráfico e a exploração sexual não apenas violentam a dignidade da pessoa, mas a destroem enquanto alteridade, coisificam-na a ponto de valer menos do que um animal para seu próprio genitor, que pode usá-la como meio de punir outra mulher: a mãe.

La rapiña que se desata sobre lo femenino se manifiesta tanto en formas de destrucción corporal sin precedentes como en las formas de tráfico y comercialización de lo que estos cuerpos puedan ofrecer, hasta el último límite. La ocupación depredadora de los cuerpos femeninos o feminizados se practica como nunca antes. Estos cuerpos constituyeron, en la historia de la especie y en el imaginario colectivamente compartido a lo largo de ella, no solo la primera forma de colonia, sino también, en la actualidad, la última. Y la colonización que de ellos se ejecuta hoy, en esta etapa apocalíptica de la humanidad, es expoliadora hasta dejar solo restos. (SEGATO, 2016, p. 137)

Nenhum dos casos narrados durante as oficinas estava sendo investigado. Meninas e mulheres seguem sendo traficadas, vendidas e exploradas nos interiores da Amazônia⁶². Meninas que sequer possuem registro e documentos, que não existem formalmente. Crianças que já são produzidas, muitas vezes, visando a venda; mães que são usadas como fábricas de objetos de luxo. A miséria, a falta de acesso à informação, a corrupção e o patriarcado andam de mãos dadas na construção de uma rede que objetifica e coloniza corpos femininos desde a mais tenra infância. Os rios amazônicos, que cruzam as fronteiras sem nenhuma fiscalização, estão repletos de barcos que carregam medo e sofrimento de meninas amontoadas como objeto sexual, força de trabalho e órgãos de boa qualidade para serem comercializados a altos preços no mercado clandestino. O tráfico humano mostra que o capital, em sua fase apocalíptica, segue lucrando com a dor, com a produção em série de pessoas miseráveis nas quais o Estado não chega, e essas pessoas são, em sua maioria, do sexo feminino. Para além do estupro, mas com a violência sexual sempre presente, mulheres ainda são tratadas como mercadoria em sentido literal.

⁶² Devido a vulnerabilidade na fronteira do Acre com Peru e Bolívia e à alta incidência de tráfico humano na Amazônia, a Associação Mulheres pela Paz realizou, em 2013, em Rio Branco, um evento com oficinas de capacitação junto ao governo do Acre e Universidade Federal do Acre, visando fortalecer políticas de enfrentamento ao tráfico de mulheres e meninas na região. As oficinas nominadas “Mulheres e Homens Trabalhando pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” aconteceu em diversas cidades fronteiriças do país, onde existem rotas de tráfico humano e a necessidade de combatê-las. Na ocasião, a autora desta tese participou do evento como ministrante. E-book que traz dados e detalhes dessas oficinas está disponível para download em: <<http://www.mulherespaz.org.br/wp-content/uploads/miolo-livro.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

Nas oficinas, as 14 falas sobre tráfico humano foram pontuais e receosas, pois as redes que se articulam a tal são poderosas, ligadas ao tráfico de drogas e armas, constituindo um segundo estado que se mantém no poder por meio da violência, ao mesmo tempo que articula sua existência ao Estado oficial. Segato nomeia esses poderes paraestatais como “segunda realidade”:

La primera realidad es aquella en donde se encuentran los dineros declarados, los bancos, los impuestos, los sueldos en blanco; es decir, los bienes y caudales a la vista del Estado y, sobre todo, las leyes que protegen la sociedad y las fuerzas públicas a cargo de la violencia legítima. Pero existe también una segunda economía, que circula por la segunda realidad, constituida por los caudales y bienes no declarados. Sin embargo, ¿cuáles son y dónde se legislan las normativas, las formas de control, de vigilancia, de seguridad para esas riquezas cuyo tamaño no puede medirse pero que podrían exceder en magnitud a la riqueza declarada? ¿Cómo se garantiza, entonces, la custodia de esos bienes y caudales en la segunda realidad?, ¿quién los protege? Se la garantiza con la truculencia, con la demostración y el espectáculo del terror en un régimen de obediencia estricto. Es eso lo que estamos viendo en diversos lugares de nuestro continente, en una escena que se expande, que crece. En los años 90, la Conferencia de la ONU de 1994 sobre el Crimen Global Organizado estimó que solo el narcotráfico ya rendía cifras anuales mayores que las transacciones globales de petróleo. Eso nos da una idea de la importancia de esa segunda economía. Si solo la droga produce una riqueza semejante, ¿a cuánto ascenderá la ganancia que produce la trata, el tráfico de personas, el tráfico de efedrina, de remedios legales, de armas, de influencia, y de tantas cosas más? Existe, en una gran parte de nuestro continente, incluyendo Brasil, un universo bélico que no está nombrado. Entonces, es posible pensar que hoy el capital se produce arriba y abajo, que existe una acumulación de gran magnitud que se produce en el subsuelo de la realidad, en una segunda realidad, que tiene dueños, y que está asociado a la muerte y se expresa en el sometimiento arbitrario de aquellos cuerpos que no tienen un papel en el conflicto bélico en tomo de intereses, en los cuerpos "inocentes" de aquellos, mujeres y también niños, en quienes a crueldad se aísla como mensaje. (SEGATO, 2018, p. 76-77)

Mulheres e meninas não produzem as guerras civis não declaradas em que está mergulhada a Amazônia devido aos conflitos de terra e aos saques que nunca cessaram desde a chegada dos primeiros colonizadores. Elas são as vítimas sacrificiais onde o patriarcado grava suas mensagens e reafirma seu poder. Rapinadas pelo capitalismo, transformam-se em objetos de uma segunda realidade, do poder paraestatal, que consegue hiperbolizar o nível de violência e desumanização já latentes na primeira realidade, que tem como representante máximo o Estado e a Lei.

Não casualmente, a realidade de violência contra as mulheres e sua mercantilização na Amazônia se relaciona com as mais altas taxas de armas de fogo por habitante. O Acre é o estado com maior proporção de armas por pessoa no Brasil, seguido por outros estados amazônicos, como Rondônia e Pará. Levantamento do Sistema Nacional de Armas (Sinarm) da

Polícia Federal, ressaltou que os armamentos contabilizados são apenas os adquiridos legalmente, supondo-se que um número muito maior de armas seja utilizado sem registro legal.

Entendendo que a história masculina é a história da violência, foi imprescindível tratar da objetificação das mulheres pelo viés simbólico e material durante as oficinas. O papel do capital na mercantilização de nossos corpos foi apresentado e debatido e gerou muitos questionamentos e discussões. Uma das participantes ressaltou: “*Se a gente for pensar bem, tudo gira em torno do capital [...]. Eu estudei, fiz faculdade e nunca tinha parado para pensar nisso. Precisou vocês virem aqui pra eu abrir meu olho*”, afirmou.

É interessante perceber como alguns temas nas oficinas geraram muitos questionamentos, o estupro foi um deles. Ao todo, 14 servidoras da rede de atendimento às mulheres depuseram que nunca haviam parado para pensar que sexo com menores de 14 anos é crime e que se uma menina dessa idade engravidar de um adulto, necessariamente se enquadra em crime de violação sexual.

Desde a formulação do Código Penal, em 1940, o Brasil limita a maiores de 14 anos a faculdade de consentir o ato sexual, conceito reforçado pela reforma de 1984 (CARDIM; ROCHA, 2014). Em 2009, a Lei 12.015 instituiu o “estupro de vulnerável”, que prevê pena de oito a 15 anos de prisão a quem tiver relações com menina ou menino menor de 14 anos. Incorre na mesma pena a realização de ato sexual com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tenha o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não possa oferecer resistência.

Luana, enfermeira no município do Bujari falou que ninguém nunca havia dado uma capacitação como esse para a rede de atendimento e lamentou não ter podido ajudar algumas adolescentes: “*eu mesma nunca tinha pensado que essas meninas poderiam estar grávidas de estupradores [...]. Eu até me sinto mal por ter pensando mal dessas meninas*”, queixou. O depoimento de Luana mostra como os órgãos públicos responsáveis por atender meninas vítimas de violência estão despreparados.

Segundo dados do Ministério da Saúde, mais de 20 mil meninas com menos de 15 anos engravidam anualmente no Brasil. Tendo em vista a idade destas, pode-se assegurar que grande parte das gestações são frutos de estupros. Assim, é importante notar que as campanhas contra a gravidez na adolescência devem, necessariamente, tratar de violência sexual e não focar apenas em conscientização de crianças e adolescentes, mas também no combate ao estupro e no reconhecimento da violência sexual por parte das famílias, dos homens, das servidoras e servidores públicos. Tratar de gravidez na adolescência apenas com

meninas adolescentes, pode ser mais uma forma de jogar-lhes sobre os ombros a responsabilidade pela violência por elas sofrida.

De acordo com o relatório “Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), as maiores taxas de gravidez na adolescência do mundo estão na África Subsaariana, América Latina e Caribe, os locais mais recentemente marcados pela colonização e onde a mestiçagem aconteceu de forma forçada por meio da naturalização de estupros sistemáticos das mulheres e meninas dos povos originários. A taxa mundial de gravidez adolescente é estimada em 46 nascimentos para cada 1 mil meninas, enquanto a taxa na América Latina e no Caribe é de 65,5 nascimentos, superada apenas pela África Subsaariana. No Brasil a taxa é de 68,4 nascimentos para cada 1 mil adolescentes. Dentro do país, que possui uma das mais altas taxas do mundo de gestações na adolescência, o Acre ocupava, até 2017, o primeiro lugar, com de 27% de mães adolescentes⁶³.

A violência está escancarada pelos números, mas, mesmo assim, as servidoras e servidores públicos tem dificuldade em reconhecê-la. O silêncio de um pacto velado pela cultura do estupro, que cega para o entendimento do que transformou a história das mulheres em uma história de agressões, foi a principal barreira que as oficinas buscaram transpor no que tange a violências praticadas por meios sexuais. Os depoimentos das 14 servidoras públicas que expuseram seu desconhecimento sobre o tema nas oficinas mostraram que elas não apenas assimilavam um aprendizado, mas que também se propunham a tornarem-se multiplicadoras de um conhecimento adquirido, que seria útil à melhoria do atendimento às mulheres e meninas em seus locais de trabalho.

Outro assunto importante a ser tratado nesta análise é o crime de importunação sexual, que não havia sido incluído como tema relevante no planejamento das oficinas, sequer havia sido cogitado. Os primeiros dois casos surgiram em Cruzeiro do Sul e trouxeram a necessidade de pesquisar mais sobre a temática, estudar e introduzi-la dentre os conteúdos trabalhados. Segundo a Lei 13.718, de setembro de 2018, o crime de importunação sexual caracteriza-se pela realização de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de “satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”.

Maria Lúcia, de Senador Guiomard, contou sobre sua sobrinha que estava sofrendo violência por parte de um homem que mostrava o pênis e se masturbava para ela na volta da escola. A menina de 16 anos e suas amigas sofriam ataques recorrentes do mesmo indivíduo quando estavam a caminho

⁶³ O Governo do Acre divulgou em 2019 que havia baixado as taxas de gravidez na adolescência no estado, porém não disponibilizou os dados em números e nem pesquisas comparativas aos demais estados da federação.

de casa. Ele chegou inclusive a correr atrás delas proferindo ameaças de estupro. O caso já era conhecido na cidade, já havia sido denunciado, mas não se resolvia porque a polícia alegava que o criminoso possuía problema mental, mesmo sabendo que era suspeito de ter cometido um estupro. *“Ele correu atrás dela com umas amigas uma vez. Outra vez ficou se masturbando na esquina e falando indecências”*, contou. Após a narrativa de Maria Lúcia, outras seis mulheres fizeram breves relatos de que parentes suas, todas menores de idade, também eram importunadas sexualmente pelo mesmo homem. Somente na cidade de Senador Guimard foram sete casos.

Em Sena Madureira, Ana narrou um caso de importunação sexual muito semelhante ao de Senador Guimard, ela contou que a filha e as amigas, todas na faixa etária dos 13 anos, sofrem com homens que as assediam, fazem gestos e falam coisas obscenas. *“Elas ficam com medo deles. É ameaçador. Agora, de acordo com o que vocês estão falando, vamos ligar para a polícia, filmar e denunciar”*, falou. A diferença é que no município de Sena Madureira os homens agiam em grupo e usavam a ameaça como forma de as meninas não denunciarem as agressões. Após o desabafo de Ana, outras quatro mulheres relataram situação análoga, que acontecia também com suas filhas e parentes, todas menores de 14 anos. Ao que tudo indica, se tratava do mesmo grupo de homens. Durante a oficina, as mulheres trocaram contatos para combinarem uma ida à delegacia para fazer uma denúncia conjunta. O OPM local também se prontificou a acompanhar o caso. Assim, as oficinas criavam um espaço de fortalecimento coletivo da demanda das mulheres.

Todas as 31 narrativas de importunação sexual tiveram como vítimas crianças e adolescentes. Desses 31 casos, apenas dois já haviam sido denunciados, não tendo sido resolvidos. Esses números mostram que essas situações de violência repetem um padrão, tendo como foco meninas, vistas como alvos mais fáceis de amedrontar, desacreditizar e com menor probabilidade de conhecimento sobre seus direitos.

Por meio da violência contra as mulheres e meninas, os homens buscam não apenas a reafirmação de sua masculinidade, mas também a ratificação de seu direito sobre o espaço público e sobre as meninas e mulheres que nele circulam. As mulheres que não estão enclausuradas no espaço privado de suas casas ou na companhia de um homem, desafiam a lógica patriarcal e portanto merecem ser punidas, sendo utilizadas como objetos de reafirmação da virilidade e da dominação.

Os crimes de estupro, tráfico humano, importunação sexual, exploração sexual e assédio estão mais próximos entre si do que podem parecer à primeira vista, pois são todos crimes que têm a violência sexual como inerentes, que se valem da sexualidade das mulheres

para diminuí-las, subordiná-las e transformá-las em objetos desprovidos de humanidade e, consequentemente, de direitos humanos. Não foi uma simples questão gramatical que transformou o “homem” em representante universal da humanidade: “El espacio público, que era uno entre varios en el mundo tribal, se transforma en una esfera englobante, sede de un sujeto universal, que era hombre y muta a Hombre” (SEGATO, 2018, p. 100).

5.3 AS VIOLÊNCIAS QUE NÃO VEMOS

A exposição e análise das agressões físicas e praticadas por meios sexuais que permearam as narrativas das mulheres durante as oficinas de educação popular, ocuparam grande parte deste capítulo, pois foram as mais recorrentes, somando juntas 66,8% dos casos expostos. É importante frisar que essas são as violências que mais cedo aprendemos a nomear, que estão há algum tempo solidificadas pela legislação e que são possíveis de se comprovar materialmente. Elas estão no ápice de uma longa lista de agressões mais sutis, imateriais. Neste sentido evoca-se a metáfora do iceberg, já utilizada, onde as violências físicas e por meios sexuais são apenas o que aparece por cima da água, enquanto o maior bloco de gelo fica submerso, sendo necessário um mergulho para que se possa conhecer o que sustenta a parte a visível.

As violências simbólicas, psicológicas e patrimoniais possuem um limite tênue entre si e por estarem submersas são mais difíceis de serem detectadas pelas mulheres que delas são vítimas. Mulheres que sofrem agressões físicas e/ou sexuais já estão passando por outras formas mais sutis de violência, mas nem por isso menos destruidoras: são humilhadas e desvalorizadas constantemente, muitas delas são mantidas em cárcere privado, são impossibilitadas de gerir seus bens ou bens da família e são ameaçadas.

Nenhuma mulher começa a ser agredida de repente, as agressões apenas vão se agravando. Perceber esse processo nem sempre é fácil, ainda mais quando vivemos em uma sociedade que naturaliza a subalternização da mulher. Assim, como postulado anteriormente, a nomeação das violências foi uma das premissas das oficinas. “Esa ha sido históricamente una de las estrategias más eficaces de las élites: no nombrar, pues los nombres llevan al reconocimiento de los problemas. El trabajo de los Derechos Humanos es, justamente, un trabajo nominativo” (SEGATO, 2018, p. 60). Reconhecer as violências psicológicas e simbólicas não é tão simples, por isso o trabalho nominativo precisa ser mais arduamente realizado, tendo em vista que a violência simbólica estrutura as demais.

Se comenzaba a nombrar, a dar imagen a algo que hasta entonces había sido una costumbre, algo que a veces sucedía. Imagínense el salto hasta nombrar algo tan sutil como la violencia psicológica, esa violencia que a veces hasta con un pequeño gesto casi imperceptible coloca a cada persona en su lugar, que le impide salir del lugar en donde la costumbre en el ámbito doméstico o el ojo público en la calle la coloca, y reproduce esa atribución de lugar y posición en un imaginario habitual, en el que no existen nombres para esa forma de tratar y ser tratado. Suele decirse que "el pescado no ve el agua" y nosotros no vemos la violencia psicológica hasta que comenzamos a nombrar sus procedimientos. Porque, como afirmé en Las Estructuras, la violencia psicológica y moral son la argamasa que mantiene el edificio de las asimetrías en pie, la atmósfera en la que hemos aprendido a vivir. (SEGATO, 2018, p. 61)

As violências simbólicas e psicológicas permeiam a sociedade e estão diluídas em diversas instâncias, naturalizando a inferiorização da mulher por meio de piadas machistas, de ditados populares, da transformação de nossos corpos em objetos sexuais para consumo, de explicações mitológicas religiosas para a subordinação da mulher a seu marido, pela estereotipação dos lugares que devemos ocupar, pela forma que se adentra o olhar para os corpos femininos, por meio da atribuição automática dos serviços domésticos etc. Todas essas agressões veladas caminham incessantemente do simbólico para o material, atingindo a mulher no espaço público e no espaço doméstico de formas diferentes.

Helena, de Eptaciolândia, contou que viveu um relacionamento abusivo e que tinha aprendido a nomeá-lo como tal nas oficinas. Ela relata ter sofrido violência psicológica por parte de um namorado que teve durante a graduação: *“Ele não deixava eu sair com minhas amigas, gritava o tempo todo, se eu punha uma roupa mais curta falava que eu era quenga, que eu devia dar graças a Deus que ele gostava de mim, porque eu era louca e me vestia igual quenga”*, disse. Helena contou ainda que foi difícil terminar o relacionamento, pois ele a ameaçava e a obrigava a fazer coisas que não queria. *“Só de lembrar já me dá um negócio. Sofri muito. Só violência física que eu não sofri, porque as outras todas eu passei”*, complementou.

O caso trazido por Helena foi escolhido para compor esta cartografia por ser bastante representativo, muitos casos semelhantes surgiram nas oficinas, todos ainda não culminando na agressão física. Notemos que nos casos em que a violência já havia evoluído para agressão física, as vítimas ou depoentes não mais ressaltavam a violência psicológica, ela passava a ser um problema menor ou nem era citada. Esse processo é comum, mas invisibiliza ainda mais as estruturas que mantem de pé o patriarcado. Assim, nas oficinas, primou-se por ressaltar que a violência física e sexual, dentro do contexto familiar, vem sempre acompanhada de um processo psicológico destruidor, que visa a desumanização e o desempoderamento. Essa

temática foi trabalhada por meio de slides e também colocada para discussão nos grupos de trabalho, de forma que as participantes se apropriassem do uso dos termos.

As 74 narrativas sobre violência psicológica que irromperam nas oficinas se atinham a relacionamentos abusivos, sendo que 70 delas citaram a ameaça como principal problema. O homem não agride ou ainda não agrediu, mas ameaça agredir ou matar, ou, ainda, a se matar se a companheira terminar o relacionamento. Foram recorrentes nas falas os “ataques de ciúmes”, sendo que, muitas vezes, o quadro evoluiu para a violência patrimonial, onde o homem quebra coisas dentro de casa, destrói ou rasga objetos pessoais da mulher.

Na oficina não planejada realizada em escola pública de Assis Brasil, a violência simbólica foi denunciada por uma estudante. Lívia tinha 16 anos mas já entendia perfeitamente os temas tratados, pois sofria na pele as violências que até então não sabia nomear, mas que, há muito tempo, já a incomodavam. A adolescente afirmou que a escola controlava a roupa das meninas ao mesmo tempo que era condescendente com o assédio dos meninos: *“Aqui tem menino que fica de brincadeira de passar a mão na gente, ficam apostando. A hora que a gente der uma tesourada na mão de um, aí a culpa vai ser nossa e vamos ser expulsas”*, registrou. Lívia contou indignada que nas aulas de educação física a quadra sempre era tratada como direito dos meninos, enquanto as meninas precisavam se adequar a espaços improvisados se quisessem jogar. Enquanto Lívia falava, várias colegas acenavam com a cabeça concordando, mostrando que o lugar historicamente destinado a mulher na sociedade, um lugar inferiorizado e diminuído, de punição e de controle é ratificado pelas instituições sociais, incluindo a escola. A escola se mostrava mais uma célula de violência que ensinava pedagogias da crueldade.

As meninas foram incentivadas a lutar por seus direitos, ao mesmo tempo que os meninos foram estimulados a apoiá-las. Além disso, foi realizada uma conversa com a diretora e alguns professores sobre as situações relatadas. As adolescentes já percebiam que estavam fadadas a uma vida de controle e de vigilância pelo simples fato de serem mulheres, por seus corpos serem corpos femininos.

Es a partir de nuestros cuerpos sexuados que los varones nos hacen su objeto y los/as oligarcas nos súper explotan. No es igual tener cuerpo de mujer que tener cuerpo de varón, no significa lo mismo en nuestras comunidades y sociedades, queremos que nuestro pueblo así, pues, lo reconozca. Queremos hacer acciones que dentro de los procesos de cambio, signifiquen alegría y felicidad para nuestros cuerpos de mujeres. (PAREDES, 2014, p. 101)

A materialidade de um corpo humano feminino traz consigo a possibilidade de violência, a desigualdade, a dor e o sofrimento que mulheres e meninas começam a entender cada vez mais cedo. A violência simbólica, ancorada em uma estrutura sem sujeito que sustenta o patriarcado, acomete de forma mais direta as mulheres que acumulam vulnerabilidades. As interseccionalidades fazem com que o imaginário sobre a mulher restrinja-se, cada vez mais, a um espaço de controle, o qual elas devem acatar sob pena de serem punidas. “Las mujeres parecemos parias, no tenemos tierra ni casa, tenemos muy pocos lugares que podemos sentir como nuestros, donde sentirnos tranquilas y libres de violencia sexual, física o psicológica” (PAREDES, 2014, p. 42).

Os estereótipos de gênero violam não apenas por restringir, mas também por valorizar socialmente as mulheres que se adequam a eles; são parte estruturante da violência simbólica e procuram educar-nos para sermos suas reprodutoras e cúmplices. Somos doutrinadas em uma pedagogia da crueldade que nos ensina desde a infância a aceitar o lugar menor e de bastidores impelido às mulheres, naturalizando a inferiorização e inclusive procurando meios de justificá-la racionalmente. Essa naturalização é ratificada não apenas pelas instituições governamentais e pelas famílias, mas também por algumas religiões.

Debates realizados em oficina evidenciaram a tensão entre o discurso de algumas igrejas evangélicas e a possibilidade de igualdade de gênero. No município de Porto Acre, Lourdes expressou a dificuldade em compatibilizar sua religião com a uma proposta de igualdade, pois acreditava que se falasse sobre isso na igreja poderia gerar um problema, além do que seu marido poderia sentir-se diminuído, pois o mesmo ocupava uma posição de destaque. A justificativa para a submissão vinha junto a um certo inconformismo: “*Na Bíblia fala que temos que ser submissas, mas no fundo eu acho que deveria poder falar mais coisas em casa, poder dar mais palpite, Deus não fez a gente só pra ficar muda*”, constatou. Lourdes deixava escapar, nas entrelinhas, que seu marido, ao possuir poder na igreja, deveria exercê-lo também em casa, sobre ela, e que por mais que ela procurasse aceitar a justificativa bíblica como um fim, havia um descontentamento que, até então, ela não se sentia à vontade para externalizar: “*E eu sou uma esposa obediente e ele procura ser um bom marido, mas as vezes me incomoda, às vezes eu não estou bem. Eu queria saber como ser crente e feminista também. Se pode*”, concluiu.

O discurso subalternizador da mulher, neste caso, encontrava-se no campo do divino, do mitológico, não seria uma escolha dos homens, era a voz de um Deus masculino onipotente e punitivo que dispunha os papéis de gênero e colocava as coisas onde deveriam estar, um discurso incontestável. O mesmo Deus que condenou Eva por ter comido o fruto

proibido, seguia silenciando mulheres como Lourdes e garantindo, por meio do temor, que estas não só aceitassem, como reproduzissem a violência simbólica imposta.

Eva, hasta el episodio de la manzana, era persona y compañera de juegos, compinche de Adán (aunque el hecho de haber sido engendrada de la costilla de Adán en parte ya anticipa su destino). El episodio de la manzana culmina con su castigo, su conyugalización y su herencia moral negativa para todo el linaje de las mujeres en la historia. La feminiza en el sentido en que entendemos hoy la feminización: le inventa un género reducido, defectivo, un ser persona de naturaleza faltante. Dicho de otra manera, inventa la feminización de la mujer, quien hasta ese momento no era exactamente mujer, sino persona. Y ese es el problema que hasta hoy nos persigue desde el principio de la prehistoria patriarcal de la humanidad aún vigente: las mujeres somos y no somos persona. Y los hombres, en su mandato de masculinidad, que incluye el mandato de violación, son los dueños de la vara moral. Es en el contexto de esa historia de origen y de la economía simbólica que ella estabiliza, que he afirmado, ante el escándalo de muchos, que el violador no es otra cosa que un moralizador. Esa idea del violador como aquel que juzga a su víctima y la condena (a la violación, como castigo) se estructura de la misma forma que el mito adánico, en el cual el pacto con la Divinidad es de Adán y no de Eva, quizás desde un principio, y de forma definitiva a partir del destino "desobediente" de Eva. (SEGATO, 2018, p. 43-44)

Assim, muitas religiões cristãs desempoderam mulheres e legitimam a vara da moral e o mandato de masculinidade, que vão contribuir para criação de um lugar simbólico violento onde a mulher deve estar. Mas como todo território é um espaço de disputa e de tensão, muitas mulheres tem buscado apropriar-se de suas religiões enquanto protagonistas e construir outros discursos. Foi o que demonstrou a fala de Cíntia, que ao ouvir o que Lourdes acabara de falar, logo se pronunciou, manifestando resistência por meio da inversão das cobranças e dos papéis: *“Na Bíblia fala que o marido deve amar a esposa como Cristo amou a igreja. Agora veja se esses maridos fazem isso. Não fazem é nada”*. Cíntia completou que quem ama cuida, dá carinho, quer ver a companheira feliz e descansada. *“Se seu pastor acha que você tem que ser serva do seu marido, mude de igreja, irmã. Está certo isso não”*, acrescentou. Cíntia falou ainda que Jesus jamais apoiaria qualquer tipo de violência contra a mulher.

A interação entre as integrantes das oficinas foi muito importante, porque o debate se deu entre duas mulheres evangélicas de igrejas diferentes, onde uma procurava provar para a outra que era possível professar sua fé sem ter que acatar o silenciamento. Era a primeira vez que o tema vinha à tona em uma oficina e o debate espontâneo livrou as ministrantes presentes, não evangélicas, de terem que tratar de um tema delicado sem terem tido tempo para preparo. Abordar assuntos como esse sem a devida cautela poderia gerar o afastamento das mulheres evangélicas do movimento de mulheres que se formava nas oficinas, bem como afastá-las de qualquer tema relacionado ao feminismo, o que seria uma grande perda.

Pesquisa realizada pela teóloga Valéria Vilhena, constatou que 40% das mulheres vítimas de agressões físicas e verbais de seus companheiros se declaram evangélicas. Além disso, presume-se que elas são as que menos denunciam e que isso se deva ao julgamento negativo por parte da igreja. A pesquisadora, que se declara evangélica e feminista, afirma que quando a igreja não discute gênero, está negando direitos humanos. A pesquisa, transformada em livro, é fruto da tese de doutorado da autora e expõe ainda que o quadro de vulnerabilidade das evangélicas é muito grande, pois muitas não focam em entender o contexto violento em que vivem, seja violência física ou psicológica, pois são instigadas a acreditar em fenômenos sobrenaturais, como culpar o demônio, que vão deslocar o entendimento sobre a questão de gênero. É preciso ainda levar em consideração que o Acre possui a maior população evangélica do país (IBGE, 2010). Durante as oficinas não foi realizado levantamento sobre a religiosidade das participantes, mas, pelo que foi possível notar pelas ministrantes, mais da metade das mulheres presentes eram evangélicas, dentre elas muitas mulheres indígenas.

Tanto as famílias, quanto as religiões, a escola e a mídia podem contribuir de maneira contundente para a promoção da violência simbólica, que alcança as mulheres de diferentes formas. Nesse sentido, é preciso ressaltar o lugar violento reservado às mulheres indígenas em nossa sociedade. Luiza Yawanawá, jovem liderança indígena de Tarauacá, enfatizou que o conhecimento sobre gênero era muito importante para as mulheres indígenas e que os temas trabalhados em oficina ajudaram a entender a realidade em que estão inseridas: *“A gente precisa saber dos nossos direitos, porque as mulheres estão atrás dos homens, e as mulheres indígenas, como nós, estão atrás ainda das mulheres brancas. Se está ruim para elas, pra nós está pior”*, pronunciou. Muitas mulheres concordaram com a declaração de Luiza, inclusive algumas representantes da etnia Shanenawa. É importante notar a concordância entre indígenas Yawanawá e Shanenawa, pois são povos que estão historicamente em conflito. Segundo os anciãos Shanenawa, seu povo saiu da região do Rio Gregório, em Tarauacá, fugindo dos Yawanawás, se estabelecendo nas proximidades do Rio Envira e se mimetizando na etnia Katukina. Apenas após um longo período, os Shanenawa retomaram sua identidade enquanto povo⁶⁴. Apesar dos conflitos, é interessante assinalar que as questões de gênero uniram as mulheres dos dois povos durante as oficinas.

⁶⁴ O histórico da etnia Shanenawa pode ser acessado por meio de entrevista concedida por Edna Shanenawa ao canal do Le Monde Diplomatique Brasil, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uf7DngCqQU&ab_channel=LeMondeDiplomatiqueBrasil>. Acesso em: 24 set. 2020.

Luiza afirmou que *“em muita aldeia, mulher não tem direito a nada não, nem a abrir a boca para reclamar. Essas coisas que você está falando a gente precisa conhecer”*. A jovem falou ainda sobre a necessidade de organização das mulheres indígenas, e colocou propostas para diminuir os obstáculos que impedem os encontros físicos entre elas. As dificuldades são muitas, devido as distâncias entre as terras indígenas e a necessidade de comprar muitos litros de gasolina para as viagens de barco.

A temática da violência simbólica, abordada nas oficinas, gerou muitas discussões. As indígenas estavam cientes que seus corpos são vistos como objetos sexuais há 520 anos e que a estereotipação criava a base material para as demais violências, apenas não sabiam nomeá-las. Sabiam também que a maioria de seus problemas advinham da colonização, aprendizado que as universidades brasileiras ainda custam a assimilar. Na saída para o intervalo da Conferência Livre das Mulheres Indígenas, em Feijó, uma das presentes resmungou baixinho para que as ministrantes ouvissem: *“A gente, antes, não devia precisar dar nome pra tanta desgraça, nossas antepassadas não precisavam, mas aí chegou o branco, né?”*. A fala da indígena mostrava como a colonialidade do poder era sentida por meio de todas as mazelas que seus povos vinham enfrentando e que havia uma consciência permanente disso.

“A verdade é que o povo acha que índia é burra e aceita tudo, que rimos pra tudo, que somos todas putas, pra falar Português claro”, afirmou Carla, do povo indígena Yawanawá, durante a discussão sobre uma campanha publicitária que colocava mulheres fantasiadas de indígenas nuas em *outdoors* de propaganda do Festival do Açaí de Feijó. A jovem discorreu ainda que a hipersexualização da mulher indígena é utilizada para justificar os abusos: *“muitos casos de abuso acontecem contra meninas indígenas, mas muitos mesmo, de homens índios e brancos e muitas vezes ainda dizem que a menina que quis, que é cultura de índio engravidar cedo”*.

A conferência em questão foi muito rica em aprendizados para a equipe ministrante, pois foi organizada pelas mulheres indígenas, e suas vozes puderam ser ouvidas por instituições de onde elas geralmente são excluídas: o governo estadual e a universidade. Somente após ouvir essas mulheres organizadas foi possível mensurar o quão cruel são nossas epistemes e quão limitados são os conhecimentos que, muitas vezes, reproduzimos por meio das instituições das quais fazemos parte. Saber das dificuldades e violências que as mulheres indígenas sofrem por meio da leitura de livros ou acesso a plataformas digitais tem sua importância, mas em nada se compara ao estar presente, ao desfrutar da vivência ao lado

delas, presenciar seus embates e divergências internas e as soluções por elas propostas. A pedagogia do movimento faz-se no estar presente.

Em entrevista realizada especificamente para esta tese, perguntei a Edna Shanenawa⁶⁵, primeira mulher cacique da aldeia Shanekaya, em Feijó, qual o conhecimento mais importante as mulheres indígenas poderiam passar para as mulheres brancas/urbanas e qual a maior dificuldade das mulheres indígenas do Acre hoje, Edna rapidamente respondeu:

O maior ensinamento é a terra. As mulheres não sabem mais lidar com a terra. Ninguém sabe mais, nem mulher nem homem. Todos longe da terra, nem sabem mais o que comem, abrem um saco de qualquer coisa e comem. Quando eu fui cacique do meu povo, umas das coisas mais importantes que nós fizemos foi voltar as comidas do nosso povo, parar de comer coisa industrializada, retomamos o cultivo, o roçado. Nossa aldeia é aldeia de liderança de mulher, né? A minha irmã que é cacique agora. A gente quis voltar para as coisas da terra, nossa língua, as raízes. [...] Agora a dificuldade... É difícil escolher uma... Nosso povo indígena no geral sofre muito, só na semana passada descobrimos mais de vinte posseiros dentro de nossas terras indígenas. Agora pra tirar é muito difícil, eles tem arma de fogo e isso índio não tem, como que faz? A luta não para nunca. Pra gente, desde que o colonizador chegou aqui em nosso território, é isso, a gente se apertando e lutando. Preciso do branco e das instituições do branco é difícil, porque não é pra nós. Eu que faço a articulação política do nosso povo e sei que não é fácil. Se você é índio já é complicado, se você é mulher então... Quando você precisa de um hospital, precisa de uma ajuda... Na aldeia mesmo teve alguma dificuldade quando eu fui assumir cacique por conta do machismo, mas é uma coisa diferente, hoje em dia somos uma aldeia de mulheres e trabalhamos junto com os homens. Somos respeitadas. Tem muito homem machista na aldeia, assim como em todos os outros lugares, mas estamos quebrando esse tabu, empoderando as mulheres. Não queremos ser mais que eles, queremos ser iguais e trabalhar para todos. Já tivemos caciques homens, agora são as mulheres. A gente sabe de parentes⁶⁶ que sofrem violência em outras terras e tenta ajudar, por que a violência não é só física, tem violência psicológica e outros tipos também.⁶⁷

A história do povo indígena Shanenawa mostra que os conflitos de gênero existem nas comunidades indígenas, mas que a intensidade é menor do que a imposta pelo patriarcado branco colonialista, que passou a determinar formas de vida. A história da aldeia Shanekaya com certeza merece uma tese inteira para si, para que possamos aprender e nos inspirar nas possibilidades reais do que Paredes (2014) nomeou feminismo comunitário. As mulheres se organizaram em uma luta antipatriarcal a partir de sua experiência de vida, de seus corpos, de suas memórias, buscando construir uma comunidade onde coubessem todos.

⁶⁵ Nome real da liderança indígena, que também é militante pelos direitos das mulheres indígenas, exibido mediante autorização da mesma. Edna foi a primeira mulher a se tornar cacique do povo Shanenawa. Hoje sua irmã assumiu a liderança da aldeia e Edna é responsável pela articulação política de seu povo.

⁶⁶ Parente é o termo utilizado por indígenas para designar indígenas de outras etnias, que vivem em outras terras.

⁶⁷ Entrevista realizada online pela autora em: 1 dez. 2020.

Hay que despatriarcalizar la memoria y reconocer que hubo un patriarcado precolonial y que la situación de las mujeres no es sólo a partir de la colonia y la llegada de los españoles. La memoria nos habla de dónde venimos, qué problemas, qué luchas se dieron en medio, cómo así las mujeres estamos donde estamos, nos habla de cómo, antes, también hubieron mujeres rebeldes. Nos permite recoger a mujeres de nuestras comunidades en sus resistencias antipatriarcales y nos permite reconocer a las que hoy todavía están en las comunidades y valorarlas, algunas de ellas ancianitas, valorar sus aportes a nuestras luchas como mujeres. (PAREDES, 2014, p. 117)

Na cartografia desenhada por esta tese, muitas mulheres indígenas também relataram um histórico de desvalorização, de pobreza e de humilhação. Em Marechal Thaumaturgo, Alzira atrelou a situação de maior vulnerabilidade da mulher indígena aos ataques sofridos pelas comunidades tradicionais: *“Tem muito índio que não tem mais terra devido aos ataques de madeireiros, os índios ficam sem terra, sem caça, aí ficam por aí na beira do rio, vivendo em barcos, aí vão beber e bater em quem? Nas mulheres”*. A precarização do ambiente reflete-se diretamente na vida das mulheres indígenas. Segundo Edna Shanenawa, a devastação acarreta também em outras consequência para as mulheres:

São as mulheres que plantam e que colhem nas terras indígenas, elas que foram as primeiras a perceber as consequências das mudanças climáticas. Nós, agora, no meio da pandemia do coronavírus, estamos com falta de alimento, com medo de perder sementes, porque as plantas não nasceram, porque não chove, porque o clima está mudando devido à tanta destruição.

No município do Jordão, uma das integrantes da rede de atendimento, que afirmou ser descendente de indígenas, relatou que *“as mulheres indígenas sofrem muita violência psicológica, pois não podem falar nada, nem dar opinião em nada, nem reclamar de nada, sob pena de até apanharem”*. A participante destacou a importância do movimento de mulheres indígenas e a mudança da cultura: *“quando a gente fala para alguém, dizem para deixar quieto, pois é a cultura deles. Mas é uma cultura que precisa mudar então, não é?”*. A partir desta indagação surgida em oficina pode-se questionar a separação colonialista: nós (brancos/urbanos) e eles (indígenas/selvagens). Uma divisão que evoca uma humanidade para o nós, enquanto posiciona o outro em lugar natural de inferioridade. Diminuindo o indígena, busca afastar-se de sua origem também indígena, colocar-se de fora, figurar-se em um lugar branqueado. Agride-se simbolicamente o indígena sem perceber que agride sua própria história.

Para Segato (2018) o processo de acriolamento⁶⁸ do homem das comunidades tradicionais é intensamente violento e não cessou desde os primeiros momentos de colonização, é um processo em curso, que coloca a masculinidade branca como meta por meio da obtenção incessante de poder, viabilizada pela diminuição do outro e da inferiorização de alteridades que possam desafiar o patriarcado. O acriolamento gera uma desvalorização de si, ao mesmo tempo que faz com que não se olhe para si, para que não se veja também como o outro que é, no mundo eurocentrado e colonizado. Para a autora, crioulo é sim uma palavra má, pois representa todo o processo de violência que foi instaurado pós intrusão.

Criollo es sinónimo de racista, de misógino, de homofóbico, de transfóbico y de especista. Lo vemos en la calle todos los días, no hace falta ninguna explicación. Me impresiona que las audiencias, cuando lo digo, se llevan un susto, parece que les diera un golpe en la boca del estómago, y al instante... les cae la ficha... Reconocen lo que acabo de decir. Esta escena se repite cada vez que hablo. Es una verdad autoevidente, la vemos en la calle, en la actitud de las personas, que ni saben que son misóginas y racistas, porque es el aire que respiran, son las normas de convivencia y el producto de su socialización en la casa y en la escuela. Y esa patria que adoctrina a sus gerentes de esa forma, para expurgar al indio, al negro y lo femenino de dentro de sí, es criolla. (SEGATO, 2018, p. 99)

Ao diminuir o indígena, sente-se menos indígena. Nega-se assim os antepassados, reprime-se a memória familiar, destrói-se qualquer possibilidade de retorno de tecido comunitário. Nada mais eficiente para a manutenção do capitalismo predatório. “El progresivo acriollamiento del hombre indígena es uno de los procesos más violentogénicos del continente” (SEGATO, 2018, p. 101). É uma lógica de apagamento de identidades e de reprodução de opressões que acertam em cheio as relações de gênero e raciais, que passam a ser um palco para reafirmações de masculinidades e rituais de demonstração de poder: a mulher é outro, o indígena é o outro; eu sou homem, eu sou o branco.

En nuestro continente nadie es blanco, ni aquellas personas que cabellos rubios y ojos claros. Quien cruzó la línea norte-sur y vivió en los países del norte geopolítico, en Europa o los Estados Unidos, sabe muy bien que somos emanaciones de un paisaje colonial, colonizado, que nos impregna de su no-blancura independientemente del color de nuestra piel. Porque el ojo que atribuye raza, el ojo que racializa, conoce la historia y sabe a qué paisaje pertenece nuestro cuerpo y qué paisaje lo tiñe con su color. (SEGATO, 2018, p. 88)

⁶⁸ Os termos “acriolamento” e “criolo” não se relacionam com a cor da pele ou raça, mas sim com a transformação progressiva do homem das comunidades originárias, mestiços, em jagunços e reprodutores da violência do patriarcado colonialista dos quais eles mesmos são vítimas.

Nossa socialização violenta faz com que a mesma lógica, muitas vezes, seja repetida pelas mulheres brancas, ao transformarem as indígenas, negras e pobres em “outras”. A violência simbólica contra o homem e mulher indígena está entronizada de forma tal, que é mais comum do que se imagina, encontrar pessoas com fenótipo indígena, na Amazônia, que fazem questão de dizer que odeiam indígenas, reproduzindo os estereótipos de um povo preguiçoso por não trabalhar de acordo com as normas de acumulação capitalista. A agressão simbólica cria a estrutura social para a materialização da violência.

5.4 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: O CORPO DA MULHER COMO SUBPRODUTO DO PARTO

Nas oficinas de educação popular do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher”, a violência obstétrica havia entrado apenas como um slide elucidativo para que as mulheres tivessem contato com o tema, não se pretendia grande aprofundamento no assunto devido à grande quantidade de temáticas e o tempo reduzido. Porém, ao falar sobre os tipos de violência mais comuns cometidos contra gestantes, sempre apareciam histórias, lembranças traumáticas, questionamentos e revolta. As mulheres sentiam a violência, mas não se viam no direito de reclamar. Até que aquela violência tivesse nome, era como se não existisse oficialmente.

Dentre as 489 narrativas despontadas nas oficinas, 25 foram sobre violência obstétrica, totalizando 5,1%, um número relativamente grande dentro de uma pequena amostragem e do pouco tempo disponível para discussão do assunto. Dos 25 depoimentos, 14 foram de servidoras públicas da saúde denunciando casos presenciados por elas, onde colegas atenderam mal, ou de forma violenta, mulheres indígenas e/ou pobres; seis foram de mulheres que lembraram de experiências violentas durante o parto e cinco narrativas vieram de mulheres que delataram casos ocorridos com elas ou com conhecidas recentemente, conforme apresentado na tabela a seguir:

TABELA 6 – NÚMEROS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NAS OFICINAS

| | Números | Porcentagem |
|--|---------|-------------|
| Relatados de servidoras da saúde sobre terceiras* | 14 | 56% |
| Lembranças relacionadas à violência obstétrica | 6 | 24% |
| Casos acontecidos com a depoente ou conhecida recentemente | 5 | 20% |
| Total | 25 | 100% |

*Todos estes depoimentos foram sobre violências cometidas contra mulheres não brancas (indígenas ou ribeirinhas) e pobres.

Fonte: a autora (2020)

É notório que 56% das narrativas sobre violência obstétrica que compõe essa cartografia tenham chegado por meio de servidoras públicas da saúde, sendo todas elas relativas a mulheres indígenas ou ribeirinhas. Esse número demonstra a importância da capacitação para as servidoras e servidores públicos desse segmento, que além de ser a porta de entrada para a denúncia de vários tipos de violência, como estupros e agressões físicas, também pode perpetrar violências.

Relatos sobre desrespeito e abusos durante o parto em instituições de saúde incluem violência física, humilhação profunda e abusos verbais, procedimentos médicos coercivos ou não consentidos (incluindo a esterilização), falta de confidencialidade, não obtenção de consentimento esclarecido antes da realização de procedimentos, recusa em administrar analgésicos, graves violações da privacidade, recusa de internação nas instituições de saúde, cuidado negligente durante o parto levando a complicações evitáveis e situações ameaçadoras da vida, e detenção de mulheres e seus recém-nascidos nas instituições, após o parto, por incapacidade de pagamento. Entre outras, as adolescentes, mulheres solteiras, mulheres de baixo nível sócio-econômico, de minorias étnicas, migrantes e as que vivem com HIV são particularmente propensas a experimentar abusos, desrespeito e maus-tratos. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014, p.1)

A violência obstétrica é a prática de condutas que desrespeitem ou agredam a mulher durante a gestação, parto ou pós-parto, de forma psicológica ou física. A conversão do parto em procedimento médico transformou também a mulher em apenas um meio para a obtenção de um produto. A tecnicização e capitalização da vida naturalizou-se do mesmo modo que os métodos violentos e invasivos tornaram-se padrão.

Em 2014 a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou um relatório sobre os tipos de violências mais comuns praticadas contra gestantes, visando a eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde. Esse relatório, que teve a participação de 34 países em sua elaboração, deveria ser usado como base das condutas médicas e hospitalares, mas as histórias das mulheres mostram que nem sempre isso ocorre. Segundo relatório da OMS, as violências mais comuns sofridas pelas gestantes são:

- Episiotomia (ou “pique”) – Consiste em um corte na região do períneo, entre a vagina e o ânus, que visa ampliar o canal do parto para facilitar a passagem do bebê. Esse procedimento é indicado apenas no caso de o ânus vulvar estar enrijecido. A prática, mesmo sendo desnecessária, tornou-se rotina e foi estudada como regra até há pouco tempo em faculdades de medicina;
- Ponto “do marido” - Após a episiotomia e laceração da vulva, há médicos que fazem a sutura do corte maior do que a necessária, para deixar a entrada da vagina mais estreita. Esse procedimento é chamado de "ponto do marido", pois é feito com o intuito de supostamente aumentar o prazer do homem nas relações sexuais pós-parto. O procedimento pode causar dor e desconforto à mulher, configurando uma prática violenta;
- Uso da ocitocina sintética sem necessidade - A ocitocina sintética deveria ser usada apenas quando não há evolução da dilatação após muito tempo de contrações. No entanto, hoje em dia, já se entende que não há uma velocidade ideal de trabalho de parto. Mas, há médicos que optam por aplicá-la para apressar o parto, intensificando as dores da gestante;
- Manobra de Kristeller - Consiste em pressionar a parte superior do útero para acelerar a saída do bebê, o que pode levar a traumas tanto no bebê quanto na mãe;
- Lavagem intestinal - A lavagem intestinal é comumente realizada para evitar o escape de fezes durante o trabalho de parto. Não é uma prática necessária e saudável, portanto não é recomendada pela OMS. Fazer esse procedimento sem o consentimento da gestante pode ser considerado violência obstétrica;
- Restrição de alimentação e bebidas - É comum que a mulher seja mantida em jejum durante o trabalho de parto normal, considerando a possibilidade de ela precisar de uma anestesia para uma cesariana. Essa prática, além de violenta, pode causar fraqueza e até desmaio.
- Impedir que a mulher grite ou se expresse – Uma das formas mais comuns de agressão, que geralmente vem acompanhada de violências psicológicas. Segundo a OMS a potência das contrações são aumentadas quando a glote está aberta, emitindo gemidos e gritos.
- Impedir livre posição e movimentação durante o trabalho de parto – Durante o trabalho de parto normal, é saudável que a mulher consiga se movimentar e ficar em

várias posições. No entanto, muitas vezes, a equipe médica a impede e a obriga a ficar deitada na cama. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014)

Todos os tipos de violência apontados pelo relatório da OMS estiveram presentes nas narrativas das mulheres em oficina. Sempre que se começavam as exemplificações, iniciavam-se conversas paralelas e ocorriam interrupções para contar casos e lembranças. As mulheres sofriam, mas haviam naturalizado o parto como algo penoso e violento que elas deveriam suportar. As cinco mulheres que relataram violência obstétrica recente citaram a episiotomia, sendo que quatro delas reclamaram de muita dor e desconforto local mesmo após meses do nascimento de seus filhos.

Matilde, de Porto Walter, ao ouvir alguns depoimentos e as explicações das oficina, sugeriu que o conselho municipal inspecionasse e desse capacitações para o hospital local: *“são muitas questões ali, muitos problemas, sabemos de várias mulheres que foram maltratadas no parto, principalmente as indígenas”*, falou. A partir do conhecimento de seus direitos, Matilde, além de reconhecer que ela mesma havia sofrido violência no parto das duas filhas, procurava ser uma multiplicadora do conteúdo acessado: *“os profissionais precisam gostar de gente, de índio para estar aqui em Porto Walter, senão fica difícil”*, complementou. Nessa fala fica explícito que tem pessoas que não atendem bem, principalmente mulheres indígenas, simplesmente por serem indígenas.

Por meio dos 14 depoimentos de servidoras da saúde, dos quais a narrativa de Matilde é bem representativa, registra-se uma cultura organizacional violenta para com as mulheres, o que se agrava se elas forem indígenas, ribeirinhas, negras e/ou pobres. As instituições públicas de saúde, por meio de seus profissionais, acabam atuando de forma moralizadora sobre a mulher, punindo-a por ter engravidado e reafirmando seu lugar de desempoderamento e violência na sociedade. Neste sentido, faz-se necessário registrar a declaração do secretário municipal de saúde de um pequeno município do Acre⁶⁹ para a ministrante, durante intervalo de oficina:

Eu entendo vocês, mas essa gente tem filho que nem bicho, pare mais que coelho, aí fica difícil o hospital ter boa vontade com esse povo pobre espalhando filhote. Não moram na aldeia? Tem que ter filho no mato. As pessoas atendem como podem, as vezes hospital está cheio, tem pessoas de bem na fila, tem casos graves...

⁶⁹ O nome do gestor e o município não puderam ser citados no capítulo IV pela facilidade de identificação, que poderia gerar consequências legais.

A fala do gestor evidencia o preconceito e a animalização das mulheres indígenas, gerando uma cultura organizacional de violência simbólica, que vai culminar na violência física e/ou verbal contra as mesmas quando precisam do hospital. O homem compara várias vezes as mulheres indígenas a bichos e chama seus filhos de “filhotes”, como comumente são chamadas as crias de animais. Depois, ao dizer que “*tem que ter filho no mato*”, reafirma a não aceitação das mulheres indígenas naquele espaço, que ali não é lugar delas, nega-lhes o direito garantido legalmente. O homem complementa dizendo que podem ter pessoas de bem aguardando, ou seja, indígenas nunca serão pessoas de bem.

Em contraponto ao que afirmou o gestor público em questão, apresenta-se o depoimento de Adriana, mulher indígena que vive na zona urbana da mesma cidade.

Eu só fui pro hospital porque o neném não estava conseguindo nascer, e olha que eu tentei muito com a parteira. Ai meu marido levou pro hospital. Chegando lá me deixaram esperando mais de duas horas, foram grossos, quando eu desmaiei que levaram para o quarto. O médico parecia que estava com nojo de mim. Eu estava com dor e gritei e escutei isso que você falou agorinha, que na hora de fazer não doeu, que eu tinha que pensar mais antes de sair dando. Eu sou casada, era meu segundo filho [...]. Sentaram na minha barriga e fizeram força, lembro de doer muito. O menino era perfeitinho, mas nasceu morto. Demorou demais. Até hoje eu choro, porque era pra ele ter dois anos. Se eu tivesse vindo numa oficina assim há mais tempo, talvez meu bebe não tivesse morrido, tinha deixado de ser besta.⁷⁰

O sistema de crenças que leva a inferiorização dos homens e mulheres indígenas, chegando a negar a eles direitos humanos básicos, agrediu materialmente uma mãe e matou uma criança. Sistema este que colabora com as políticas de genocídio dos povos indígenas. A fala de Adriana sobre a oficina assevera que a existência das leis em si não garante seu cumprimento, mas seu conhecimento por parte das mulheres por elas atingidas, pelos profissionais de saúde e gestoras públicas, pode melhorar o cenário. Somente por meio de uma educação para os direitos humanos é possível buscar a aplicabilidade efetiva das leis e não apenas penalizar quem não as cumpre, depois que direitos são negados. Esse foi o foco das oficinas.

Edna Shanenawa reforça a existência de preconceito com atendimento a indígenas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) dos municípios:

⁷⁰ O depoimento de Adriana não compôs os relatos do Capítulo IV pela facilidade de identificação e também por ter ocorrido na mesma cidade a que se refere a nota 71.

Nós mulheres indígenas sofremos violência quando vamos em uma maternidade, quando vamos em um hospital. As pessoas acham que a equipe de saúde multidisciplinar, que é da Secretaria Especial de Saúde Indígena, dentro do polos, dentro do distrito sanitário, tem tudo que a gente necessita, como se fosse um SUS. Ela não é um SUS. Ela não trabalha com alta e média complexidade. Ela trabalha com prevenção e conscientização. Aí quando a gente precisa e vai para o hospital, sofre discriminação por alguns funcionários de dentro dos hospitais e da maternidade, dizendo que nós já temos médicos, já temos enfermeiros, que lá não é nosso lugar. Nós indígenas também temos direito ao SUS, também somos munícipes, mas as pessoas não tem esse olhar. Era importante que tivessem oficinas sobre isso para os gestores de cada setor, de cada gestão, da Educação, da Saúde... Muitas vezes eles são ignorantes assim porque não tem conhecimento [...]. Eles já vem com muita agressividade, com muita violência, verbalmente, com muita discriminação.

No Brasil, não existe uma lei que defina violência obstétrica, mas existem leis e portarias que discorrem sobre algumas práticas específicas. Em 2011 foi criada a Rede Cegonha, do Ministério da Saúde⁷¹, que buscava oferecer aos estados e municípios treinamentos para que o parto seja humanizado. Mesmo sabendo da importância de tal iniciativa perante uma medicina até então violenta por definição, não se pode deixar de ressaltar o quão é ultrajante à existência das mulheres que seja necessário que um ato inerente aos seres humanos, como é o parto, tenha que levar a alcunha de “parto humanizado”, como maneira de lembrar à medicina que as mulheres são humanas e que devem ser tratadas como tal. Parto humanizado é um pleonismo necessário e ao mesmo tempo degradante, pois comprova que a regra é a desumanização e a naturalização da violência por uma medicina compartimentada.

A Lei do Acompanhante, de 2005, passa a garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto imediato no SUS. Esse acompanhante será indicado pela gestante. A presença de alguém da confiança da mulher, além de tornar o ambiente mais agradável, ajuda a evitar que condutas não consentidas sejam adotadas deliberadamente.

Nas oficinas, os direitos garantidos às mulheres foram apresentados e também os meios para denunciar, inclusive anonimamente. A denúncia poderia ser feita no próprio hospital que atendeu a vítima, na secretaria responsável pelo estabelecimento (municipal, estadual ou distrital), nos conselhos de classe (Conselho Regional de Medicina – CRM,

⁷¹ O site da Rede Cegonha estava no ar até o dia 25 de setembro de 2020, não sendo mais encontrado em busca realizada no dia seguinte, 26 de setembro de 2020. O link pelo qual se acessava o site, agora leva a página inicial do Ministério da Saúde. Não há comunicado oficial do governo sobre a desativação da rede. No site constavam diversas explicações sobre violência obstétrica e algumas regras para realização do parto humanizado, bem como meios de denunciar agressões.

Conselho Regional de Enfermagem - COREN), ligando na Central de Atendimento à Mulher (180) ou no Disque Saúde (136).

5.5 SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO: UM CASO NÃO TÃO ISOLADO

Durante as oficinas, surgiu apenas um relato sobre situação análoga à escravidão, o que não é pouco, tendo em vista a gravidade e representatividade desse tipo de crime, levando em conta, também, que o universo de mulheres participantes das oficinas em questão era relativamente pequeno. O depoimento sobre esta ocorrência partiu de Maíra, funcionária da área de segurança pública de um dos municípios fronteiriços do Acre, após encerramento das atividades. Não foi possível incluir o relato no capítulo passado tendo em vista o pedido da depoente e a possibilidade de represálias.

Após 132 anos da proibição da escravização no Brasil, situações análogas ao trabalho escravo ainda são registradas. De acordo com dados do Radar da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em 111 dos 267 estabelecimentos fiscalizados em 2019, houve a constatação da existência dessa prática; com 1.054 pessoas resgatadas de situações desse tipo. Conforme apresentado no primeiro capítulo, não são raras na Amazônia, ainda nos dias atuais, pessoas mantidas em situação análoga à escravidão. Em sua maioria, os trabalhadores resgatados são homens utilizados para serviços braçais, como em carvoarias, mineração, pecuária e exploração de madeira.⁷² As mulheres aparecem em menor número nos resgates, porém isso não quer dizer que sejam a minoria nessa situação. As mulheres mantidas em situações análogas à escravidão, geralmente são usadas para a exploração sexual e serviços domésticos, sendo mantidas em cárcere privado, no interior de casas. Um crime que quase ninguém vê e que a

⁷² Algumas matérias recentes sobre situação análoga à escravidão na Amazônia podem ser conferidas nos seguintes links:

- Onze trabalhadores são resgatados de situação análoga à escravidão no Pará. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/trabalho/setembro/onze-trabalhadores-sao-resgatados-de-situacao-analoga-a-escravidao-no-para>>. Acesso em 26 set. 2020.
- Ações libertam 66 de situação de escravidão no Pará e no Acre. Disponível em: <Ações libertam 66 de situação de escravidão no Pará e no Acre>. Acesso em: 26 set. 2020.
- Fazendeiros mantinham homens em condição de trabalho escravo no Acre. Disponível em: <<https://www.ac24horas.com/2019/04/04/no-acre-fazendeiros-mantinhm-38-trabalhadores-em-condicao-de-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 26 set. 2020.

vítima, sem acesso a telecomunicações, em locais longínquos e sob ameaça, não tem como denunciar, muito menos como fugir. Mais uma vez, o espaço doméstico, transformado em privado, torna-se um ambiente de dominação masculina, um cativeiro.

A situação relatada por Maíra era sobre uma menina de 14 anos que era mantida em situação análoga à escravidão, como serviçal doméstica em uma fazenda de gado de difícil acesso. Segundo a depoente, esse tipo de crime é muito comum e difícil de ser solucionado, pois se trata de uma pessoa sozinha em uma região isolada, com trânsito limitado:

A gente que trabalha com isso sabe que isso é muito comum. Pegam meninas que não tem pra onde ir, que fugiram de casa por situação de violência e abuso sexual, prometem que vão pagar e ajudar e depois a pessoa vira escrava deles. Pegam a pessoa que não tem nada, nem família. Esse caso já foi denunciado e a menina foi para um abrigo, mas com o pecuarista nada aconteceu. Nem vai acontecer, né? É gente rica pra caramba, que tem terra, tanto que o caso está correndo em sigilo. [...] Ela não sofria abuso sexual, que é o mais comum, apenas trabalhava dia e noite sob ordens da patroa, que também apanhava do marido. Tudo um rolo. Pelo que a menina contou, ela saiu de casa porque foi violentada pelo padrasto e que acolheram ela na fazenda, mas que depois não pagaram ela, tratavam com grosseria e não a deixavam sair. Ela não tinha celular e nem acesso a telefone, quase não via ninguém. As condições de higiene e saúde dela estavam péssimas. [...] Ela só se safou porque é espertinha e viu uns trabalhadores numa estrada próxima arrumando o ramal e foi lá pedir ajuda. Olha, te falo com propriedade e porque deve ter muito, mas muito caso assim nessas zonas rurais, tudo longe, lugar que a gente só chega de barco, por varadouro, que nem sinal de telefone tem. Não tem como ninguém ficar sabendo...

A situação de precariedade de mulheres e meninas faz com que sejam presas fáceis para forças paraestatais ligadas às elites do agronegócio. O ambiente doméstico, despolitizado pós intrusão, torna-se um microcosmo do ambiente público, onde lhes é atribuído o posto de serviçais. Se lá fora não é seguro, dentre quatro paredes não é muito diferente. O depoimento confidenciado em oficina serviu para abrir os olhos sobre uma nova problemática. Enquanto se mediava os espaços de produção de conhecimento, apreendiam-se retratos de novas e cruéis realidades.

A narradora do caso marcou horário com a SEP Mulheres para pensar um plano de ação que envolvesse outras instituições e tratasse de situações afins à por ela relatada.

Eu boleei esse plano na minha cabeça participando dessa oficina hoje, agorinha. Nossa, quanta coisa que a gente não sabe, né? E olha que eu trabalho com lei, estudei. A gente não liga uma coisa na outra. Como que pode? É tudo feito pra gente não relacionar os fatos. A gente começa a achar normal. Parece que eu acordei, que eu estava hipnotizada. Eu tive um tchum hoje, me deu uma luz, parece que tudo fazia sentido. Precisamos de oficinas desse tipo em todo lugar e vou ver com a SEP pra explicar minha ideia, pois semana que vem devo ir a Rio Branco [...]. A única felicidade minha hoje é pensar que eu não casei.

As oficinas fizeram-se úteis para criar novas redes de trabalho e para pensar soluções para problemas ainda pouco debatidas, com novas parcerias e a partir de outros vieses. Essas novas redes surgiam a partir do impacto causado pelas oficinas e pela demanda gerada a partir do despertar da consciência.

5.6 EXISTÊNCIA MEDIANTE RESISTÊNCIA

Geralmente, no movimento feminista, quando ouvimos a palavra “resistência” aludimos automaticamente a lutas políticas, a pautas e bandeiras atuais dentro do viés governamental. Basta dar uma busca na internet para confirmar. A partir da resistência necessária e prolífica dos movimentos sociais, talvez tenhamos nos restringido tanto aos parâmetros legais, que tenhamos criado uma estereotipação limitante do termo “resistência”, que acabou por nos alienar das resistências que estão fora do campo estatal, das resistências cotidianas de cada uma de nós, de nossas mães, de nossas avós, dos povos originários da América, que no Brasil resistem há 521 anos. Ainda existem indígenas no Brasil, por exemplo, é um verdadeiro fenômeno, tendo em vista os tantos e sucessivos projetos de extermínio. Sua existência deve-se à resistência, que não se limitou à luta dentro política institucionalizada, tendo como principal ponto a manutenção de um tecido comunitário.

Negros e indígenas nunca bajaron la guardia con relación al estado, nunca dejaron de entender que los hilos del estado están en las manos de una elite gestora criolla y traicionera. En síntesis: el Estado es el otro y tiene dueños. Poner todas las fichas de nuestro juego en el campo estatal es un error, y eso es lo que los pueblos amefricanos o afroindígenas, con su inteligencia estratégica y su capacidad de sobrevivir a quinientos años de masacre, nos enseñan. Dicho esto, agregó: ¿y cuándo se ha visto a un Estado reintegrar y supervisar la restauración del tejido? (SEGATO, 2018, p. 81)

Para a autora, é preciso lutar dentro do campo estatal e por espaços nas instituições, buscando reformula-las, porém sem nunca esquecer que o Estado dentro do qual se dá a luta por direitos humanos, possui DNA patriarcal e foi criado a imagem e semelhança de uma burguesia masculina branca e para servir a seus interesses. O Estado, filho da revolução francesa, trabalhou pelo esfacelamento dos tecidos comunitários, os quais ele mesmo buscava substituir.

O feminismo comunitário não precede da revolução francesa, nem somos filhas do iluminismo, nem das ONGs feministas. Mas sim, somos filhas da luta do nosso povo, da luta dos povos originários, da luta do povo trabalhador, da luta dos povos que estão lutando pelo território. (PAREDES, 2019)

Paredes (2014) propõe a reconstrução de nossos tecidos comunitários, não necessariamente como eram antes da chegada dos colonizadores, mas de forma atual, plural e diversa. Não se propõe o resgate do passado, mas sim de um futuro que se construa a partir de nosso passado interrompido (SEGATO, 2019). Dentro deste cenário, Paredes destaca a importância de valorizar as muitas formas de resistência das mulheres, de nossas avós e tataravós, que em seu microcosmo, resistiram a cada dia, buscando, em nossos antepassados, respostas que podem estar mais próximas de nós do que as propostas dos livros e da política institucionalizada.

Así, remitirnos a nuestra memoria propia, ontogenética y la memoria larga filogenética, enlaza rebeldías, enlaza nuestras primeras y auténticas rebeldías de *wawas*⁷³ cuando resistíamos y luchábamos contra las normas machistas e injustas de la sociedad, las enlaza con las rebeldías de nuestras tatarabuelas que resistieron al patriarcado colonial y precolonial. (PAREDES, 2014, p. 42-43)

As mulheres que deram seus depoimentos nas oficinas, antes de tudo, resistiram. Resistiram ao silêncio a elas imposto, à inércia. Resistiram ao compartilhar suas dores, ao propor grupos, ao reclamar de sua condição, ao indignarem-se. As narrativas de cada uma das mulheres, que compuseram esta cartografia, são uma resistência em si, pois ousar falar em um mundo que nos reduz a corpos mudos é, sim, uma rebeldia.

Cada história, por mais carregada de violência que seja, leva consigo uma dose de resistência, leva a busca por brechas, por novos caminhos. Resistir é doloroso, mas não é uma opção e sim uma necessidade, principalmente para mulheres indígenas, negras, periféricas, ribeirinhas, pobres, lésbicas, com deficiência etc. que almejam continuar vivas. Essa resistência, por menos evidente que esteja, está presente na história das mulheres que fugiram de lares violentos, que contaram suas jornadas às filhas e netas, que abandonaram um relacionamento abusivo, que se reergueram após uma vida sofrida, que denunciaram seus casos, que buscaram ajudar amigas e parentes.

A resistência, às vezes, é silenciosa, como no caso relatado por Odete em Manuel Urbano, de uma moça da zona rural que caminhou dois dias pela mata para fugir de um relacionamento onde sofria violência doméstica. Está presente também na atuação de Odete,

⁷³ Wawas - Palavra Aymara que significa bebê ou recém-nascido.

que sendo psicóloga reconhece a necessidade de prestar atendimento às mulheres que a ela chegam, mesmo que extrapole sua obrigação como funcionária pública.

Outras vezes a rebeldia é mais visível, como no caso de Geovana, do Movimento de Mulheres Camponesas do Bujari, que na abertura de uma das atividades, desafiou o machismo do qual estava impregnada a fala de uma autoridade local. O homem em questão falou que nenhuma mulher deveria sofrer violência porque são elas que servem aos homens: *“Nossas rainhas do lar, que lavam nossas roupas, que fazem comida gostosa para nós e nossos filhos, vocês que enfeitam nossa cidade, nossos jardins. Basta de violência contra a mulher”*. A própria fala, que se encerrava pedindo o fim da violência contra as mulheres, era violenta em si, e poderia ser traduzida da seguinte forma: as mulheres que aceitam seu lugar de serviçais não merecem apanhar, vocês vivem em nossa função. O homem que proferiu essa fala sequer percebia o quão agressiva ela era. Depois de tal discurso, foi a vez de Geovana fazer seu pronunciamento, no qual rebateu as afirmações proferidas: *“Eu não quero essa coroa. Essa coroa de rainha do lar eu agradeço. Nós mulheres temos que ser respeitadas porque somos gente, não porque lavamos, passamos e cozinhamos para os homens”*, disse. Em seguida, aproveitou para falar sobre dupla jornada de trabalho, divisão de tarefas domésticas e enfatizar a situação das mulheres do campo.

Esse acontecimento não é importante apenas porque mostra a resistência de uma mulher, mas porque ela ocupou o espaço público de poder para dizer um não coletivo a uma pedagogia da crueldade, que há tanto tempo nos ensina que as tarefas domésticas são atribuições femininas, que os homens são sujeitos, agentes, e que nós devemos estar nos bastidores. O “não” de Geovana foi a reação que gerou energia para iniciar os debates de tal oficina. Era possível ver os olhos das mulheres presentes brilhando ao ouvi-la. As ministrantes olhavam-se com sorrisos silenciosos, pois o recado estava dado, e não por nós, que carregávamos o peso das instituições governamentais, mas sim por uma mulher que era do município e despontava como liderança feminista do campo, que buscava construir uma comunidade das mulheres rurais.

Outra situação que merece destaque é a das mulheres de Marechal Thaumaturgo, que se uniram para viabilizar que o tempo de uso do espaço público da quadra de futebol fosse dividido entre homens e mulheres. Elas afirmaram que tiveram alguns problemas no início, que foram chamadas de serem lésbicas, mas que após se manterem firmes em suas reivindicações, conseguiram fazer valer a divisão do espaço: *“teve homem que não gostou não, mas a gente bateu o pé. Hoje em dia já é de boa”*. A resistência dessas mulheres vai muito além de uma simples partida de futebol, pois faz solidificar a divisão igualitária do uso

do espaço público, produzindo então uma contrapedagogia da crueldade, naturalizando o lazer para as mulheres com a prática de um esporte historicamente visto como masculino. As jogadoras de futebol de Marechal Thaumaturgo não eram apenas adolescentes e jovens, haviam mulheres de todas as idades, solteiras, casadas, mães, que criaram uma comunidade destinada ao lazer.

A partir de histórias pessoais de superação, também encontramos resistência, como no caso de Laura, de Plácido de Castro, que depois de sofrer violência doméstica e superá-la, passou a incentivar e a ajudar outras mulheres: *“Eu já apanhei de marido, eu já sofri violência e não quero isso para ninguém. Vamos aproveitar essa oficina pra sair animada daqui e fortalecer nosso conselho municipal, denunciar mesmo”*, disse. Neste mesmo sentido deu-se a narrativa de Evelina, de Acrelândia, que após conseguir sair de um relacionamento onde era agredida, oferece ajuda: *“Eu quero ajudar outras mulheres. Os homens, que outras pessoas ajudem eles”*. A participação dessas mulheres em OPMs, conselhos municipais e estaduais é de extrema importância, pois devido a já terem vivido situações parecidas com muitas que chegam a essas instâncias, podem oferecer uma condução mais empática a partir de suas próprias experiências. Transformar a dor e o trauma em bandeiras de luta e amparo a mulheres vítima de violência é uma resistência.

A resistência que se dá nas brechas e que constrói redes empáticas entre nós, erigindo novos tecidos comunitários, é um caminho a ser explorado, uma nova via, paralela às lutas políticas dentro das instituições. As mulheres que passaram a se organizar em grupos, institucionalizados ou não, após as oficinas, o fizeram já com alguma consciência de gênero, com certa inquietude, unidas por um objetivo em comum. Assim, as oficinas tornaram-se também um espaço para incentivar a formação de comunidades de mulheres, no plano físico e virtual, por meio da criação de grupos de *WhatsApp*, de fortalecimento dos OPMs e dos CMDMs. Essas comunidades não se restringem às mulheres em si, partem delas e ampliam-se para o plano familiar e demais relações sociais, passando a incluir os homens, meninas e meninos, e aos poucos ampliando a capacidade de resistência e de produção de ambientes mais igualitários. Ambientes estes que educam mais do que palavras.

Toda linguagem de violência conversa com uma linguagem de resistência. Se na Amazônia, historicamente massacrada pelos interesses capitalistas, a linguagem da violência persiste, proporcional é a tenacidade de seu povo. O feminismo comunitário proposto por Paredes busca unir as mulheres em comunidades, de forma a interligar as resistências e buscar soluções endógenas para o todo, ao mesmo tempo que não abandona a disputa de poder no espaço político e institucional.

O feminismo comunitário, hoje, recorre à força, à energia, às propostas, aos sonhos, às esperanças das mulheres, que somos a metade dos nossos povos, para construir a proposta de nossos povos, que até os dias de hoje, tinham somente o olhar, a opinião deste lado, que são nossos irmãos. Hoje, nós mulheres, que tínhamos os olhos tampados, temos os olhos abertos com o feminismo comunitário. E nosso olhar, nossa palavra, é hoje apresentada para o mundo. Não só para um processo de mudança para a Bolívia, mas para o mundo. (PAREDES, 2019)

O ponto de vista de Paredes coaduna com as palavras proferidas por Edna Shanenawa, em entrevista, onde a liderança indígena fala sobre os frutos da resistência das mulheres de seu povo:

É muito importante, hoje, manter o nosso movimento. Hoje, nesse momento de pandemia, só nós mulheres estamos movimentando. Os homens, que tanto não acreditavam na gente, hoje parabenizam a gente, porque somos nós que corremos atrás de parceiros, somos nós que vamos atrás de palestras, de folder para fazer palestra para os indígenas... Então, esse fortalecimento está sendo muito importante nesse momento. E nós vamos existir para resistir, nós mulheres. No Acre está sendo bem forte o trabalho das mulheres, assim como em outros estados da Amazônia. Isso só está acontecendo porque nós, mulheres, nós não fugimos da luta.

A partir de um feminismo comunitário é possível desenhar contrapedagogias da crueldade, ou seja, pedagogias que desnaturalizem nossa socialização violenta, que tragam outras possibilidades para mulheres e homens, meninas e meninos. Assim, as propostas de Julieta Paredes e Rita Segato complementam-se no sentido de criar um sistema de retroalimentação positiva, desconstruindo ao mesmo que constrói novas formas coletivas de *bien vivir*.

¿Cómo entonces concebir y diseñar contra-pedagogías capaces de rescatar una sensibilidad y vincularidad que puedan oponerse a las presiones de la época y, sobre todo, que permitan visualizar caminos alternativos?

1. La contra-pedagogía de la crueldad tendrá que ser una contra-pedagogía del poder y, por lo tanto, una contra-pedagogía del patriarcado, porque ella se contrapone a los elementos distintivos del orden patriarcal
2. La experiencia histórica de las mujeres podrá sentar el ejemplo de otra forma de pensar y actuar colectivamente. Una politicidad en clave femenina es - no por esencia sino por experiencia histórica acumulada - en primer lugar una política del arraigo espacial y comunitario; no es utópica sino tópica; pragmática y orientada por las contingencias y no principista en su moralidad; próxima y no burocrática; investida en el proceso más que en el producto; y sobre todo solucionadora de problemas y preservadora de la vida en lo cotidiano

3. Las mujeres hemos identificado nuestro propio sufrimiento y hablamos de él. Los hombres no han podido hacerlo. Una de las claves del cambio será hablar entre todos de la victimización de los hombres por el mandato de masculinidad y por la nefasta estructura corporativa de la fratria masculina. Existe violencia de género intra-género, y la primera víctima del mandato de masculinidad son los hombres: obligados a curvarse al pacto corporativo y a obedecer sus reglas y jerarquías desde que ingresan a la vida en sociedad. Es la familia la que los prepara para esto. La iniciación a la masculinidad es un tránsito violentísimo. Esa violencia va más tarde a reverter al mundo. Muchos hombres hoy se están retirando del pacto corporativo, marcando un camino que va a transformar la sociedad. Lo hacen por sí, en primer lugar. No por nosotras. Y así debe ser.

4. De una forma esquemática es posible decir que existen dos proyectos históricos en curso en el planeta, orientados por concepciones divergentes de bienestar y felicidad: el proyecto histórico de las cosas y el proyecto histórico de los vínculos, dirigidos a metas de satisfacción distintas, en tensión, y en última instancia incompatibles. El proyecto histórico centrado en las cosas como meta de satisfacción es funcional al capital y produce individuos, que a su vez se transformarán en cosas. El proyecto histórico de los vínculos insta a la reciprocidad, que produce comunidad. Aunque vivamos inevitablemente de forma anfibia, con un pie en cada camino, una contra-pedagogía de la crueldad trabaja la consciencia de que solamente un mundo vincular y comunitario pone límites a la cosificación de la vida. (SEGATO, 2018, p. 15)

Um feminismo comunitário amazônico traria propostas apoiadas na resistência e saberes das mulheres amazônicas, mulheres indígenas, ribeirinhas, extrativistas, periféricas, rurais e urbanas. Não se trata de romantizar a resistência, que sempre vem revestida de uma boa quantidade de sofrimento, mas sim de apoiar-se em saberes produzidos por séculos de luta pela vida e pelo território, e a partir deles arquitetar velhas e novas maneiras de viver bem para todos e todas. Trata-se de apoiar-se em experiências possíveis, como a da Aldeia Shanekaya, do povo Shanenawa de Feijó, e vislumbrar novas possibilidades.

Em consonância com essa proposta, acredita-se que as oficinas de educação popular feminista do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher” puderam contribuir para desnaturalização da violência e para que as participantes, a partir dali, pudessem construir suas próprias reflexões e suas redes. As oficinas foram elaboradas visando atuar como uma contrapedagogia da crueldade, mesmo que, naquela época, não conhecêssemos esse conceito. Esta cartografia, produzida pelas narrativas das mulheres acreanas, propiciou desenhar o quão arraigada está a violência contra as mulheres nas sociedades amazônicas, mostrando, concomitantemente, que temos muito trabalho pela frente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas oficinas do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher”, os relatos de violência desenharam uma cartografia cruel sobre a situação da mulher na Amazônia, onde a linguagem do patriarcado colonialista e capitalista reafirma e produz diversas opressões de gênero. Porém, ao mesmo tempo, dialoga com a resistência das mulheres, que insistem em sobreviver e lutar por seu lugar enquanto sujeitas de direito. Entretanto, é importante ressaltar que o diálogo entre violência e resistência não é simétrico, não existe um equilíbrio de forças. Enquanto resistem buscando a integridade física e a própria vida, não chegam sequer a aproximar-se de debates que envolvem a melhoria da qualidade de vida, como igualdade no mercado de trabalho, participação na política, expressão de suas identidades, sexualidade, saúde psíquica, construção de novos modelos de comunidades, etc. Essas discussões ainda encontram-se muitos distantes para a grande maioria das mulheres que habitam a Amazônia brasileira. Esse fato confirma-se não apenas pelos dados estarrecedores sobre violência na região compilados nesta tese, mas principalmente pela narrativa das mulheres nas oficinas do projeto. Em um universo de 1.008 mulheres termos quase metade delas contando situações de violência, a maioria sobre violência física e violência perpetrada por meios sexuais é, por si, um dado alarmante.

Por meio da narrativa das mulheres, pode-se perceber que os números, mesmo sendo aterradores, impessoalizam. Cada um deles traz uma história de dor, de sofrimento, de resistência ou de superação. Os números são muito mais do que símbolos de magnitude, são a soma de histórias de vida interrompidas ou impossibilitadas pelo patriarcado colonial. Esta cartografia descreveu uma realidade violenta, pouco conhecida e subnotificada, mostrando que, mesmo em um pequeno universo de mulheres, é possível adentrar à linguagem da violência com facilidade, tendo em vista que essa encontra lugar cativo nas famílias, revelando que as mesmas são as células elementares da violência (SEGATO, 2003), onde as pedagogias da crueldade são ensinadas de forma atroz.

As histórias narradas, as experiências expostas e os dados quantitativos obtidos em campo demonstram que a construção das feminilidades na Amazônia são perpassadas por violências em diferentes âmbitos, produzindo o significado de ser mulher. Nesse sentido, outro fator a ser salientado são as interseccionalidades de gênero com raça e classe social, que se mostraram um agravante da condição de subalternização. A maioria das depoentes de casos de violência sofridos era não branca e possuía origem familiar pobre.

Ser mulher na Amazônia é relacionar-se com a violência de gênero de perto e isso está diretamente associado às peculiaridades históricas da região e à forma como a colonialidade do poder incidiu sobre ela, configurando uma sociedade patriarcal e violenta, com uma grande sobreposição de opressões. A emasculação e acriolamento do homem local, bem como o mandato de masculinidade e o mandato de violação (SEGATO, 2018), processos extremamente violentos, afetaram as mulheres de forma subjugadora, colocando-as na base estrutural de uma cadeia de espoliações.

Ao explorar as fronteiras teóricas entre feminismo e decolonialidade torna-se possível o entendimento sobre as estruturas violentas das relações de gênero na Amazônia, possibilitando a construção de sentidos que abarquem as peculiaridades e necessidades específicas das mulheres locais. Pensar o feminismo na Amazônia é repensar o processo de colonialidade. Não é possível a construção profícua de uma luta pela vida sem que haja uma interrogação da colonialidade patriarcal resignificada para o tempo presente.

Assim, considera-se que as oficinas de educação popular, viabilizadas pelo projeto de extensão da Ufac, geraram efeitos positivos, ao menos para possibilitar a produção de narrativas. Por meio dos espaços proporcionados pelas oficinas foi possível a coleta de dados e a produção desta pesquisa científica, que resultou na tese sobre as relações entre gênero, violência e colonialidade na Amazônia. As oficinas propiciaram a criação de um lócus para a produção narrativa e reflexão de mulheres no território amazônico acreano. Mesmo que não seja possível mensurar os efeitos que os conteúdos trabalhados possam ter produzido na vida dessas mulheres, considera-se que o espaço de verbalização e de aprendizado, por si só, provocou algum movimento.

Nos ambientes de educação popular, a nomeação das violências e a compreensão de sua trajetória ascendente do simbólico ao material, tornou-se um dos pontos mais significativos das atividades desenvolvidas. As narrativas de mulheres indígenas, camponesas, periféricas, urbanas, e mesmo a história de vida daquelas que atuam no serviços de atendimento, foram, em muitos momentos, mais didáticas para o grupo do que as palavras das ministrantes. A soma entre as partes: conteúdo ministrado, grupos de trabalho e narrativas interagiram de forma a produzir conhecimento e gerar uma pequena comunidade de mulheres nos locais visitados. A concomitância entre o espaço didático e espaço de escuta e acolhimento produziu uma metodologia educacional eficaz, fazendo com que as pedagogias do oprimido (FREIRE, 1987) dialogassem com pedagogias da esperança (FREIRE, 1997a).

No ano de 2020 ainda se encontravam ativos grupos de *whatsapp* criados a partir das atividades das oficinas e uma rede de comunicação entre muitas das participantes dos eventos,

o que pôde ser comprovado pelos contatos realizados pela autora ao solicitar autorização para citação de nomes, divulgação de imagens, entrevistas concedidas e pedido de material.

As oficinas, ao serem ministradas como uma política pública do estado do Acre, contribuíram não apenas para promoção de processos educativos individuais, mas também para o desenvolvimento dos municípios como um todo, investindo na capacitação das redes de atendimento às mulheres locais e na formação e fortalecimento de órgãos propositores e fiscalizadores, como os organismos municipais de políticas para as mulheres (OPMs) e conselhos municipais dos direitos da mulher (CMDM). Mesmo não tendo atendido todas as integrantes dessas entidades, houve a formação de multiplicadoras. A contribuição das oficinas foi pontual, porém positiva e, por meio do fortalecimento das redes comunitárias de mulheres, incentivou que outras ações pudessem ser propostas e organizadas localmente.

As oficinas, mesmo alcançando bons resultados, sozinhas não seriam capazes de produzir transformações expressivas no panorama social, pois isso dependeria da atuação conjunta com outras políticas públicas e também que as ações prosseguissem de forma continuada. Mesmo com potencial limitado pelas circunstâncias, a ação promovida expressa a relevância da educação popular praticada por meio da extensão, dois temas-conceitos que foram muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Por meio da análise da conjuntura na qual ocorreu esse trabalho, mostrou-se essencial a realização de parcerias com outras instituições públicas, como governos estadual e municipais. As parcerias facilitaram o acesso a demandas e à produção de espaços de conhecimento férteis, que puderam atender ao público-alvo de maneira efetiva. Levar em conta o conhecimento inculcado de prática de pessoas que lidam com a violência diariamente na proposição metodológica de atividades educacionais é uma forma de atrelar a teoria à realidade, o que tende a produzir trabalhos mais direcionados e férteis.

Neste sentido, a extensão universitária coloca-se como aliada da educação popular, pois, mesmo que institucionalizada, cria processos educacionais não formais e de fácil acesso à comunidade. Os cursos e oficinas de extensão podem atuar de forma integrada à comunidade por meio do trabalho com temáticas de interesse público e promover espaços de interação e reflexão, instigando o senso crítico, principalmente quando falamos em educação para os direitos humanos. Pela extensão, pode-se, inclusive, estimular a formação de organizações comunitárias que produzam sua própria epistemologia para os problemas que enfrentam, buscando soluções endógenas.

Por meio da educação popular pode-se construir um ambiente de ensino descolonizado, com abertura para saberes diversos, podendo gerar espaços concomitantes de

pesquisa, que culminem em novas propostas metodológicas. Desse modo, a universidade pública pode ser promotora de um ciclo educativo que gere contrapedagogias da crueldade, fugindo aos padrões mercadológicos e tecnicistas de ensino, aproximando-se das necessidades das populações de seu entono e contribuindo para a minoração das desigualdades. Infere-se, assim, que a educação popular feminista constitui uma importante ferramenta para a busca dos direitos das mulheres.

Outro ponto a ser sobrelevado é a necessidade de projetos de educação popular em direitos humanos cheguem às regiões mais distantes da Amazônia, incluindo aí os quatro municípios sem acesso por via terrestre do Acre. Durante as atividades, esses municípios demonstraram carência de programas e projetos que buscassem ouvir suas dificuldades e atender suas demandas. Os altos custos das passagens aéreas e as grandes distâncias que separam as localidades resultam, muitas vezes, em abandono de cidades e comunidades em toda a Amazônia, onde esses obstáculos devem ser vistos como regra e não como exceção. Assim, esse tipo ação deve ser incluída nas metas dos projetos de interiorização da extensão das universidades amazônicas e levada em conta nas proposições orçamentárias.

Para a produção desta pesquisa, a metodologia da cartografia mostrou-se ideal, possibilitando a construção de um mapa de sentidos fluido, que abraçou a realidade das mulheres ao mesmo tempo que produziu reflexões que levam à necessidade de ações continuadas.

Assim, busca-se avançar nos trabalhos de educação popular, por meio da extensão universitária na Ufac, agregando mais parceiros de dentro e de fora da universidade. Nesta perspectiva, no ano de 2020, a Proex iniciou a sistematização do programa de extensão “Ufac pela Paz: Oficinas de Educação Popular em Direitos Humanos”, que visa abarcar diversos projetos de extensão que tenham como objetivo a minoração de desigualdades. Por meio de uma página na internet, abre-se diálogo com a comunidade e coloca-se a disposição da sociedade para a ministrar oficinas para diferentes públicos⁷⁴. Visa-se utilizar a experiência do projeto de extensão “Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher”, a pesquisa e avaliações realizadas por esta tese como base metodológica para o desenvolvimento desse programa e de novos projetos. A efetivação do programa, bem como o desenvolvimento de novas parcerias,

⁷⁴ O site, ainda em construção, encontra-se disponível em: <<https://sites.google.com/view/arte-e-cultura/ufac-pela-paz?authuser=0>>. Acesso em: 2 mar. 2021. Devido à pandemia do novo coronavírus e à ausência de políticas públicas federais para a contenção do vírus, não se tem previsão do retorno do diálogo com parceiros para a efetivação dos primeiros trabalhos.

foi em muito prejudicada pela pandemia de Covid-19 que há mais de um ano impede ações presenciais de extensão e de educação popular.

Se a Universidade em muito reproduz o padrão eurocentrado de conhecimento, as teorias e práxis decoloniais têm como aliadas a extensão universitária, que pode constituir-se em espaço de ensino, de educação não formal, de trocas e de pesquisa. A extensão possui um papel preponderante na decolonização do pensar a ciência, na integração de saberes e na construção coletiva de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 827 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002.

AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos. et al. **Manual de Normalização de Documentos Científicos de Acordo com as Normas da ABNT**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45654/Manual_de_normalizacao_UFPR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 out. 2020.

ARROYO, Miguel. As Matrizes Pedagógicas da Educação do Campo na perspectiva da Luta de Classes. In: MIRANDA, Sônia Guariza; SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Educação do Campo em Movimento: teoria e prática cotidiana**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem. **Jornalismo e Ambiente na Amazônia**. Rio Branco: ArteSam, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, 2008, passim. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf> Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico: Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Estupro corretivo). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 (Feminicídio). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 (Estupro de vulnerável). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm#:~:text=%E2%80%9CEstupro%20de%20vulner%C3%A1vel,a%2015%20\(quinze\)%20anos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm#:~:text=%E2%80%9CEstupro%20de%20vulner%C3%A1vel,a%2015%20(quinze)%20anos)>. Acesso em: 19 set. 2020.

_____. Lei nº 13.718/18, de 24 de setembro de 2018 (Importunação sexual). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm>. Acesso em: 19 set. 2020.

_____. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005 (Direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm>. Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Maria da Penha). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019. Acesso em 03 de jun. 2019.

_____. Conselho de Educação Superior. Resolução CES nº 1 de 27 de janeiro de 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0199.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação - Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2012. Disponível em: <[http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001_12%20\(1\).pdf](http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001_12%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Ministério da Educação. Resolução no2 de Julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5622.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

_____. Secretaria de Ensino Superior – Ministério da Educação. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI: Diretrizes Gerais. Brasília: 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/apresentacaoreuni.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. II Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Brasília: 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Recomendações aprovadas no II Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciência, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/encontro-genero.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Instituto de Pesquisa DataSenado. Secretaria da Transparência. Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/conhecer-direitos-e-ter-rede>>.

de-apoio-sao-pontos-de-partida-para-denunciar-agressao-e-interromper-ciclo-de-violencia>. Acesso em: 04 ago.2020.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (edit). In: **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana - Instituto Pensar, Universidad Central - IESCO, Siglo del Hombre, 2007.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de Percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para Reflexão**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CANNABRAVA, Beatriz. **Paz na Educação Popular Feminista**. In: VIEIRA.V, CHARF.C (orgs). Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012. p. 199 – 202.

CARVALHO, Priscila. HECK, Egon. LOEBENS, Francisco. Amazônia indígena: conquistas e desafios. In: **Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 2005, vol. 19, n. 53, p. 237-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24091.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2018. p. 26-27. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em 03 de jun. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde** (versão preliminar). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Diest_2014-mar.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

CHAVES, Fabiana Nogueira. **Educação popular feminista para a transformação social: a experiência da Ufac**. In: 18º REDOR, 2014, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Anais do 18º REDOR. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/index/pages/view/ae>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CHAVES, Fabiana Nogueira; BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem. Universidade Pública e Educação Transformadora: a elaboração de um plano para a igualdade de gênero na Ufac. In: PEREIRA, Denise (Org). **Diversidades: diferentes, não desiguais**. Ponta Grossa: Atena, 2019. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/2117>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CLARKE, Cheryl. Lesbianismo: un acto de resistencia, In: MORAGA, Cherrie; CASTILLO, Ana (Eds). **Esta Puente, mi espalda – voces de las tercermundistas en los Estados Unidos**. São Francisco: ISM Press, 1989.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: **Cad. Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 116, p. 245-262. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2020.

DORNELLES, João Ricardo. Direitos humanos em tempos sombrios: barbárie, autoritarismo e fascismo do século XXI. In: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos - Unesp**. Bauru, v. 5, n. 2, p. 153-168. Disponível em: <<file:///C:/Users/UFAC/Desktop/526-1224-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

FERREIRA, Eliana Ramos. As mulheres na cabanagem: presença feminina no Pará insurreto. In: Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa**. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <<http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnaional/S.22/ANPUH.S22.198.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e mudança**. 12. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 4ª Ed São Paulo: Paz e Terra, 1997a.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 9ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

_____. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (Forproex). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: UFAM, 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe**. Washington D.C: Organização das Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/34853/9789275319765_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 set. 2020.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

G1 Acre. Acre é o estado com maior proporção de armas por habitantes, aponta PF. Publicado em 26 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/01/26/acre-e-o-estado-com-maior-proporcao-de-armas-por-habitantes-aponta-pf.ghtml>>. Acesso em: 18 set. 2020.

G1 Acre - Monitor da Violência. Acre tem a maior taxa de feminicídios do país, aponta estudo. Publicado em 05 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/03/05/acre-tem-a-maior-taxa-de-feminicidios-do-pais-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

G1 Acre - Monitor da Violência. Acre é o estado com maior alta no número de feminicídios do país no 1º semestre, aponta estudo. Publicado em 16 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/09/16/acre-e-o-estado-com-maior-alta-no-numero-de-feminicidios-do-pais-no-1o-semester-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. [S.l.]: [S. ed.], 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL (ISA). Povos indígenas no Brasil. Organizações Indígenas – Lista de organizações indígenas. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 17 jul. 2019.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/sobre>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LITTLE, Paul Elliott. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico 2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102. Dez. 2008.

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes. (Orgs). **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MIGNOLO, Walter. Novas reflexões sobre ‘Ideia da América Latina’: a direita, a esquerda e a opção decolonial. **Caderno CRH**, v.21, n.53, p. 239-252, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a04v21n53.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. Disponível em: <<https://sit.trabalho.gov.br/radar/#>>. Acesso em: 28 set. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Mais de 20 mil meninas com menos de 15 anos engravidam todos os anos. 2020. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46294-mais-de-20-mil-meninas-com-menos-de-15-anos-engravidam-todos-os-ano>>. Acesso em: 19 set 2020.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. In: **Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 2005, vol. 19, n. 53, p. 187-207.
NETO, Moreira. **Índios da Amazônia, de maioria a minoria**. Petrópolis: Vozes, 1988.

OCKRENT, Christina (org). **O Livro negro da condição das mulheres**. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. **Global Report on Trafficking in Persons**. Viena, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2018/GLOTIP_2018_BOOK_web_small.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra: Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa/OMS, 2014. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf;jsessionid=E0794FD357F242FCE71FAD1E521C7242?sequence=3>. Acesso em: 24 set. 2020.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino desde el feminismo comunitario**. 3.ed. Cidade do México: Cooperativa El Rebozo, 2014. Creative Commons. Disponível em: <<https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

_____. Julieta Paredes e o feminismo comunitário na Bolívia. Entrevista. **Canal Pávio** (youtube), 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QdA_HvSXeqs&ab_channel=BenivaldodoNascimentoJunior>. Acesso em: 2 out. 2020.

PLAN INTERNATIONAL. Tirando o véu: estudo sobre casamento infantil no Brasil. São Paulo: Plan International, 2019. Disponível em: <<https://plan.org.br/https-plan-org-br-wpcontent-uploads-2019-07-tirando-o-veu-estudo-casamento-infantil-no-brasil-planinternational-pdf/>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO: Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. In: **Tempo** [online]. 2007, vol.11, n.22, p. 5-30. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000100002>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005.

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROCHA, Francielle Lopes; CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Do estupro corretivo: a dupla vulnerabilidade da lesbiana**. VII mostra interna de trabalhos científicos UniCesumar, 2014, Maringá. Anais. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/mostra2014/wpcontent/uploads/sites/92/2016/07/francielle_1opes_rocha.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular. 2 ed. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Oficina do CES n. 135, jan. 1999

_____. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin. **Docência Trans*: entre a decência e a abjeção**. 2017. 447f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47741/R%20-%20T%20-%20DAYANA%20BRUNETTO%20CARLIN%20DOS%20SANTOS%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo Cidadania. Recife, 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas: 1994. p 11-27.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**, Buenos Aires: Prometeo, 2003.

_____. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. Puebla: Pez en el árbol, 2014.

_____. **La guerra contra las mujeres**. Madri: Traficantes de Sueños, 2016. Creative Commons. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2020.

_____. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

_____. Cátedra de Pensamiento Incómodo (Palestra). Buenos Aires: Universidade Nacional San Martín, set. 2019.

_____. Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: **e-cadernos CES**. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. Coimbra: 2012, p. 1-20. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1533>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Educação e movimentos sociais: uma reflexão a partir da pedagogia do oprimido. In: MIRANDA, Sônia Guariza; SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Educação do Campo em Movimento: teoria e prática cotidiana**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Marcio. Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira: um rápido sobrevôo. In: **Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, São Paulo, V. 1, n. 7, p. 1-23. 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/1650>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SILVA, Vitória Régia. **No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia**. Gênero e Número, 2019. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulheres-lesbicas-sao-estupradas-por-dia/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SOUZA, José Dourado. **Entre Lutas, Porongas e Letras a Escola vai ao Seringal: (re)colocações do projeto seringueiro (Xapuri/Acre – 1981 / 1990)**. Belo horizonte: UFMG, 2011. 228 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<https://eduardoeginacarli.blogspot.com/2012/07/tese-souza-jose-dourado-entre-lutas.html?m=0>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SOUZA, Maria José Lopes. Por que Trabalhar com Oficina. In: VIEIRA, Vera; CHARF, Clara (Orgs). **Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica**. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2015-2019**. Pró-Reitoria de Planejamento (coord.). Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2015-a.

_____. **Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Universidade Federal do Acre**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2015-b.

URIARTE, Monica Zewe; NEITZEL, Adair de Aguiar. A pesquisa de intervenção cartográfica em Arte Educação. In: **Revista Educação Unisinos**. V. 21, N 3, p. 387 – 394. 2017. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2017.213.12/6340>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. **Feminicidio**. México: Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, 2009. 1 ed.

VILHENA, Valéria Cristina. **Uma igreja sem voz**: a análise de gênero da violência doméstica entre mulheres evangélicas. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 1 Ed. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta**. Alto Juruá. Acre 1870-1945. 284 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 1998. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30433326.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. Relações de Gênero e Violência nos Seringais do Alto Juruá – Acre (1870-1945). In: **Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis**. v. 15 n. 21, p. 91-108. 1997

_____. Mulheres da Floresta: outras tantas histórias. In: **Revista de Estudos Amazônicos**. vol. VI, nº 1, p. 21- 40. 2011.

APÊNDICE 1 – PROJETO DE EXTENSÃO “UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
DIRETORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO**



FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE EXTENSÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

Título da Ação:

Ufac pelo fim da Violência contra a Mulher

Nome dos Coordenadores:

Prof. Dr. Enock da Silva Pessoa e Ma. Fabiana Nogueira Chaves

Local de realização:

22 municípios do Estado do Acre

Instrução: Estado, município e endereço completo, além do lugar/órgão ou instituição que sedia a proposta.

Período de execução: 2013 a 2015

Fluxo contínuo – Ação direta

Tipo da ação:

☐ Edital de Extensão Proex nº 04/2014

☒ Fluxo contínuo

Instrução: A ação do Edital de Extensão é aquela financiada com recursos definidos no edital anual. Já a ação de extensão de Fluxo Contínuo é aquela que não concorre aos recursos financeiros do Edital e podem ser submetidas à apreciação objetiva da Daex a qualquer tempo.

Natureza/Categoria de financiamento:

☐ Curso

☐ Evento

☒ Programa

☐ Projeto

Instrução: Assinale apenas uma alternativa e somente em caso de proposta submetida a Edital de Extensão.

Modalidade:

☒ Presencial

☐ Semi-presencial

☐ A distância

Instrução: Marque apenas uma alternativa.

Área temática:

☐ Comunicação

☒ Cultura

☒ Direitos Humanos e Justiça - **Prioritária**

☒ Educação

☐ Meio Ambiente

☒ Saúde

☐ Tecnologia e Produção

☐ Trabalho

Instrução: No caso de mais de uma área temática indicar ao lado a “área prioritária”.

Previsão de pessoas envolvidas na organização/aplicação da ação (quantitativo):

Número de alunos: - cerca de 12 alunos da Ufac serão envolvidos, alunos participantes do de pesquisa Amajor (Ufac/Cnpq) e do Núcleo de Estudos de Gênero da Amazônia (Ufac/Cnpq), inicialmente.

Número de professores: 2

Número de técnicos-administrativos: 2

Número de membros da comunidade externa: 6

Instrução: Todos os itens acima devem ser preenchidos obrigatoriamente, sem detalhamentos, apenas números.

Previsão de público-alvo (quantitativo):

Número de alunos: x

Número de professores: x

Número de técnicos-administrativos: x

Número de membros da comunidade externa: 2 mil pessoas

Instrução: Todos os itens acima devem ser preenchidos obrigatoriamente, sem detalhamentos, apenas números.

Instituições parceiras:

Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

Secretaria de Estado de Saúde

Centro de Referências de Cruzeiro do Sul

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

Ministério Público Estadual

Delegacia da Mulher

Escolas públicas da rede estadual

Instrução: Indicar nome e o respectivo CNPJ das instituições, em conformidade com o item 3.7. do Edital Proex Nº 04/2014, em caso de parcerias previamente firmadas, anexar o convênio ou documento similar que comprove o envolvimento/parceria da instituição.

IDENTIFICAÇÃO DO(A) COORDENADOR(A)

Nome: Fabiana Nogueira Chaves

Matrícula/Siape: 1983294

CPF: 070.XXX.XXX -02

Titulação:

☐ Graduado ☐ Especialista
☒ Mestre ☐ Doutor

Regime de Trabalho:

☐ 20 H ☒ 40 H ☐ DE

Centro Acadêmico:

| | | | |
|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| CCBN <input type="checkbox"/> | CCSD <input type="checkbox"/> | CCET <input type="checkbox"/> | CFCH <input type="checkbox"/> |
| CELA <input type="checkbox"/> | CCJSA <input type="checkbox"/> | CMULTI <input type="checkbox"/> | CEL <input type="checkbox"/> |

Se for outra unidade, indicar aqui: Proex

E-mail (de uso frequente):

Telefone 1: (68) 9XXXXXX23

| | |
|--------------------------|--------------------|
| fabiananchaves@gmail.com | Telefone 2: |
|--------------------------|--------------------|

| |
|--|
| Nome: Prof. Dr. Enock da Silva Pessoa |
|--|

| | |
|---------------------------------|----------------------------|
| Matrícula/Siape: 1150896 | CPF: 032.XXX.XXX-91 |
|---------------------------------|----------------------------|

| | |
|--|--|
| Titulação: <input type="checkbox"/> Graduado <input type="checkbox"/> Especialista <input type="checkbox"/> Mestre <input checked="" type="checkbox"/> Doutor | Regime de Trabalho: <input type="checkbox"/> 20 H <input type="checkbox"/> 40 H <input checked="" type="checkbox"/> DE |
|--|--|

| | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--|
| Centro Acadêmico: | | | |
| CCBN <input type="checkbox"/> | CCSD <input type="checkbox"/> | CCET <input type="checkbox"/> | CFCH <input checked="" type="checkbox"/> |
| CELA <input type="checkbox"/> | CCJSA <input type="checkbox"/> | CMULTI <input type="checkbox"/> | CEL <input type="checkbox"/> |
| Se for outra unidade, indicar aqui: | | | |

| | |
|--|-----------------------------------|
| E-mail (de uso frequente): pessoa. enock@gmail.com | Telefone 1: (68) 9XXXXXXX0 |
|--|-----------------------------------|

Instrução: Os únicos canais de comunicação entre a Daex e os coordenadores das ações de extensão são os e-mails e os telefones, por isso é importante que esses dados sejam preenchidos e atualizados.

| |
|---|
| Ministrantes: Prof. Dra. Margareth Edul Prado Lopes Msc. Fabiana Nogueira Chaves |
| Alunos da instituição: x |
| Professores: Serão informados posteriormente |
| Técnicos-Administrativos: Fabiana Nogueira Chaves e Kamila Costa da Silva |
| Convidados externos (indicar origem): Os convidados para cada ação serão indicados pelos parceiros do projeto, que constam no item “Instituições envolvidas”. |

Instrução: Colocar o nome completo sem abreviatura e com titulação antecedida. Este item é importante e constará nos certificados a serem emitidos pela Daex/Proex, a partir da confirmação em relatório. No caso dos minicursos, as informações destes deverão constar em documento separado, com título, carga horária, ministrantes, objetivos e conteúdo programático, além do nome dos aptos a receberem certificados.

PLANO DE TRABALHO

RESUMO DO TRABALHO:

Qual o compromisso das universidades com os direitos humanos das mulheres? Como criar políticas de gênero dentro das instituições públicas de educação superior? Este trabalho pesquisa possibilidades de intervenção da universidade pública na sociedade por meio da educação popular feminista, no que concerne à promoção da igualdade de gênero e ao fim da violência contra as mulheres, por meio de palestras, oficinas, seminários e produção de material explicativo. Objetiva-se promover educação para igualdade, cumprindo o papel social da universidade. O público alvo é a sociedade civil no geral e a comunidade acadêmica.

Instrução: De 100 a 300 palavras.

APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO:

Não podemos negar que nas sociedades ocidentais a condição das mulheres progrediu espetacularmente no decorrer do século XX. As mulheres fizeram muitas conquistas, mas ainda têm muitas pela frente. Homens e mulheres, apesar das conquistas femininas, ainda não possuem o mesmo espaço na sociedade.

Não obstante, vemos claramente que, apesar de diplomas e competências comparáveis, a diferenciação das responsabilidades hierárquicas e das remunerações permanece. A escolha de trajetórias e de carreiras não é igualitária; as condições de vida cotidiana tais como são organizadas e financiadas por nossa sociedade também não o são. Aqui, os partidos políticos desdenham a paridade, preferindo pagar multas a conceder postos elegíveis a candidatas. Ali, redes e confrarias tecem com fios de vidro o telhado invisível que impede mulheres de atingir os pontos mais altos. Assim que o poder se mostra [...] ele continua a usar gravata. (OCKRENT, 2011, p. 15)

Em pleno século XXI, mulheres ainda têm suas vidas ameaçadas pelo fato de serem mulheres. O primeiro direito que se busca, então, é o direito de viver, sem discriminação ligada ao sexo.

São muitas as violências sofridas pelas mulheres em todo o mundo, seja na vida pública ou na vida privada, nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Falamos então de violências contra as mulheres, no plural. Humilhação, precariedade, violência conjugal, violência sexual, assédio, prostituição, tráfico de pessoas, abusos, criminalidade, desemprego: as mulheres são sempre as primeiras vítimas.

Para tentar minimizar todos os tipos de discriminações e violências sofridas pelas mulheres, cartas, declarações e instrumentos jurídicos, respaldados pelo movimento feminista, surgiram.

A partir de 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), sob pressão do movimento

feminista, contribuiu para inscrever o princípio da igualdade entre mulheres e homens no direito internacional. A carta da ONU tem como objetivo conduzir os estados a eliminarem, em suas legislações, discriminações contra as mulheres e buscar uma política de igualdade. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, seguiu os preceitos da carta da ONU, porém já especificando a situação de exclusão das mulheres:

Os direitos humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constitui parte inalienável, integral e indivisível, dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional. (CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1993).

A partir dessa conferência, várias outras declarações e instrumentos jurídicos começaram a tratar com especificidade a questão do respeito aos direitos humanos das mulheres: a Conferência Mundial sobre os Direitos das Mulheres, que ocorreu em Pequim em 1995, é um exemplo. A transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tem que ser reavaliadas.

Já em 1979, A Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres é o primeiro documento internacional em que consta, além das especificidades das diversas formas de violências sofridas pelas mulheres, a questão da importância da educação no processo de mudança, se referindo tanto à educação das mulheres, quanto a importância de uma educação que vise à igualdade:

A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino. (CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES, 1979).

A necessidade de instrumentos jurídicos que venham a minimizar a situação de violência em

que vivem as mulheres em nossa sociedade, se deve diretamente a existência de uma sociedade historicamente patriarcal e machista, com uma falsa aparência de igualdade que encobre uma estrutura falocêntrica.

Há na atitude dos homens de hoje uma duplicidade que cria na mulher um dilaceramento doloroso; eles aceitam em grande medida que a mulher seja um semelhante, uma igual; e, no entanto, continuam a exigir que ela permaneça o inessencial; [...] os êxitos autônomos da mulher estão em contradição com sua feminilidade, porquanto se exige da 'verdadeira mulher' que se torne objeto, que seja o Outro. (BEAUVOIR, 1967, p. 308)

Assim, é importante ressaltar que, muitas das violências contra as mulheres ainda são ratificadas pela lei (seja diretamente ou por omissão) e socialmente aceitas, portanto o trabalho de mudança da realidade exige um casamento entre mudanças na legislação e educação popular para transformar a sociedade.

Instrução: De 150 a 600 palavras.

JUSTIFICATIVA:

É preciso assimilar que a educação é ideológica, que se eximir de um posicionamento crítico sobre a situação dos grupos violados pela lógica hegemônica é ir ao encontro dos interesses hegemônicos. O atual sistema formal de educação não tem nenhum comprometimento com a mudança, encerra-se na análise de uma realidade sólida e imutável, que ratifica a lógica do mercado e da exclusão: burguesa, cientificista, tecnicista e falocêntrica.

Paulo Freire (1996) afirma que ensinar exige a convicção de que a mudança é possível, e é esse direcionamento que se busca, voltado uma educação para a mudança da condição das mulheres.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História*, mas seu sujeito, igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*. (FREIRE, 1996, p. 77).

Sobre educação popular, o autor ressalta seu caráter libertador e a necessidade de os oprimidos não se enxergarem culpados por sua própria situação de exclusão e violência, mas sim como seres humanos espoliados pela lógica mercadológica que invadiu todos os aspectos da vida social e das relações humanas.

É importante ter sempre claro que faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados das responsabilidades por sua situação. Daí a culpa que sentem eles, em determinado momento de suas relações com o seu contexto e com suas classes dominantes por se acharem nesta ou naquela situação desvantajosa. (FREIRE, 1996, p. 83)

Assim, a educação popular consiste em:

Desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta. Mais ainda, que sua situação concreta não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado. (FREIRE, 1996, p. 79).

Dentre os grupos excluídos, espoliados e violados pela lógica falocêntrica do mercado estão sempre, em primeiro plano, as mulheres. A exploração do homem pelo homem iniciou com a exploração do homem sobre a mulher, e assim seguem todas as formas de violência em que a mulher é educada pela sociedade patriarcal a aceitar seu papel social imposto, sua condição de classe subalterna, de propriedade do homem, sua condição de inessencial.

A educação, que começa no seio da família e continua ao longo da vida na escola, nos diferentes ambientes sociais e nos meios de comunicação, continua reforçando papéis e padrões culturais machistas, criando estereótipos: para o homem a autoridade, o poder de decisão, a produção de bens, o mundo exterior; para a mulher a obrigação de obedecer, a reprodução da vida em todos os seus aspectos, o mundo interior, as quatro paredes. Essa injusta e desigual relação entre homens e mulheres – as denominadas relações sociais de gênero – gera uma grande violência estrutural cotidiana, muitas vezes invisível, considerada natural, mas que chega aos maus-tratos, à agressão, à violação e até a morte. (CANNABRAVA, 2012, p. 199)

A educação para a mudança, portanto, é contra-hegemônica e necessita ser feminista, no sentido em que busca a liberdade dos seres humanos, que busca a igualdade de direitos entre os gêneros e o respeito ao direito à vida.

A metodologia de educação popular feminista tem por base a construção coletiva do conhecimento, levando em conta aspectos objetivos e subjetivos, pois se considera que a realidade é construída pelas pessoas tanto pela via da razão como pela via da emoção. É uma forma dialógica de educar – com base na realidade das pessoas participantes, com elas, e não para elas. (VIEIRA, 2012, p. 163)

Construir uma sociedade mais justa, que vise o fim das violências, começa pela proposta de uma educação comprometida com a criação de consciência, com a formação de atores políticos. Mulheres e homens agentes de seu próprio futuro. Assim, tendo em vista a erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres como um dos objetivos do milênio, comprometer-se com a temática é uma das obrigações das instituições de ensino, que deve ser cobrada pela sociedade. A universidade, em especial a universidade pública, figura como uma das mais importantes instituições a contribuir com este processo de mudança.

Instrução: De 150 a 600 palavras.

OBJETIVOS:

O objetivo deste programa é promover educação popular feminista e antirracista para transformar a sociedade, ajudando no enfrentamento as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres e procurando modificar a visão falocêntrica de mundo naturalizada pela sociedade e pela mídia. Os trabalhos serão feitos por meio de oficinas direcionadas aos mais diversos setores da sociedade. Busca-se promover o diálogo entre os gêneros, partindo do pressuposto que o diálogo só é possível entre iguais.

Instrução: Objetivo Geral e Objetivos Específicos.

METAS:

Os trabalhos de educação popular devem chegar a todos os 22 municípios do Estado do Acre, articulados com a sociedade civil no geral. O público-alvo seria: funcionários públicos que lidam diretamente com mulheres em situação de violência, coordenadoras dos organismos municipais da mulher de cada município, movimento organizado de mulheres, secretários municipais e educadores da rede pública de ensino, escolas públicas, comunidade acadêmica e demais interessados da sociedade civil. Almeja-se quebrar os tabus que geram a incomunicabilidade entre gêneros, promovendo a igualdade para promoção do diálogo.

Assim, a Ufac poderá garantir a produção de oficinas de educação popular feminista para os mais diversos públicos, em todos os municípios do Acre, por meio da Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária da Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

Instrução: Definir, em termo quantitativo e com um prazo determinado, os resultados pretendidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PREVISTO:

As temáticas a serem abordadas nas oficinas seriam: o que é gênero, o que é o machismo, o que é feminismo e o movimento de mulheres, as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres, as conquistas das mulheres ao longo dos anos, mulheres não possuem os mesmos direitos que os homens, dupla jornada de trabalho, o papel da mídia, a cultura do estupro, cantadas de rua como assédio, a repressão da sexualidade da mulher, a imposição de um comportamento social padronizado para a mulher, o padrão de beleza, a violência física como ápice de uma cultura historicamente patriarcal, a violência obstétrica. As oficinas contariam ainda com uma explicação detalhada sobre a Lei Maria da Penha e sobre os mecanismos de defesa das mulheres em situação de violência.

Além disso, as oficinas contariam também com a presença do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, visando empoderar os conselhos municipais e corrigir possíveis situações de irregularidade na formação dos organismos municipais e também dos conselhos municipais, para

que, a partir daquele momento, esses órgãos passassem a ter uma atuação efetiva em defesa dos direitos das mulheres.

Instrução: Apresentar o detalhamento das ações previstas. Em casos de uma ação fazer parte de outra (ex: um mini-curso previsto para acontecer por ocasião de um dado evento ou durante a realização de um projeto), além do conteúdo geral da ação principal, deverá constar o detalhamento desse mini-curso: Título da Atividade, Modalidade (no caso do exemplo mini-curso ou curso), Objetivo (ou objetivos: geral e específicos), Órgãos Envolvidos, Ministrante (s) e Conteúdo Programáticos.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada é a educação popular feminista baseada na pedagogia de Paulo Freire, visando à construção coletiva de conhecimento e ao despertar do senso crítico do educando por meio de suas próprias experiências, por meio de oficinas

Oficina é uma ferramenta da psicologia social para trabalho em grupo. Configura-se como um método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta da pessoa – o pensar, o sentir e o agir –, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos. (SOUZA, 2012, p. 167)

Instrução: De 150 a 600 palavras.

CRONOGRAMA:

Cronograma a ser construído coletivamente

Instrução: Especificar de acordo com as diversas etapas da ação.

VINCULAÇÃO COM ENSINO E PESQUISA:

O projeto consiste em oficinas de educação popular e realizará pesquisa para posterior análise das atividades, visando o aperfeiçoamento das metodologias.

Instrução: De 100 a 300 palavras.

COMPATIBILIDADE COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI):

O programa está incluído na área de direitos humanos, uma das áreas prioritárias do plano de desenvolvimento interno da universidade.

Instrução: De 100 a 300 palavras.

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA:

A universidade pública, que tem como pilares o ensino a pesquisa e a extensão, possui as

mais valiosas ferramentas para a transformação da sociedade por meio da educação: a pesquisa contribui para a análise da realidade e de possibilidades de intervenção; o ensino para a conscientização da necessidade dos processos de mudança; enquanto a extensão é um retorno à sociedade por meio da integração comunitária e dos programas de educação popular.

Enquanto os “grandes debates”, os “seminários revolucionários” permanecem dentro da escola, cada vez mais isolada dos problemas reais e longe das decisões políticas, não existirá uma educação libertadora. (FREIRE, 1994, p.5)

É preciso educar para além das salas de aula, romper com as barreiras que afastam a universidade das populações de seu entorno, que afastam a universidade do intercâmbio de saberes com as populações tradicionais e a impedem de ouvir as vozes dos oprimidos.

Assim, o programa pretende abranger toda a sociedade civil, com diversas ações diferentes com o mesmo objetivo.

Instrução: De 100 a 300 palavras.

RESULTADOS E/OU IMPACTOS ESPERADOS:

Promover educação popular feminista para contribuir para a transformação da realidade das mulheres.

Instrução: De 100 a 300 palavras.

| EQUIPE UFAC | | | | | |
|---------------------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------|---------------------|--|
| Nome | Função no projeto | Unidade de Origem | Carga Horária Semanal | Carga Horária Total | |
| Enock da Silva Pessoa | Coordenador | CFCH/ PROEX | 10 | | |
| Fabiana Nogueira Chave | Coordenadora e Ministrante | DACIC | 20 | | |
| Margareth Edul Prado Lopes | Colaboradora e Ministrante | CELA | 10 | | |
| Maurício Pimentel Home de Bittencourt | Colaborador | CFCH | 10 | | |
| Kamila Costa da Silva Oliveira | Participante | DACIC | 10 | | |
| Total: 5 integrantes | | | | | |

Instruções: O quadro acima é de suma importância para a Daex/Proex. Nele estão as informações que serão utilizadas pelos docentes na progressão funcional e também para emissão de certificados de todos os envolvidos nas ações (aplicadores das ações)

Obs2.: A carga horária semanal de docente não deve ultrapassar 10 horas.

Obs3.: A carga horária total de qualquer modalidade de extensão, para fins de certificação, não deve ultrapassar 350 horas.

| INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL | |
|----------------------------|--------|
| Descrição | Quant. |
| Infraestrutura Proex/ Ufac | |

| REFERÊNCIAS: |
|--|
| <p>BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: a experiência vivida. Vol. 2.ed. São Paulo: 1967. Difusão europeia do livro.</p> <p>CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS, Viena, 1993.</p> <p>CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES, Pequim, 1945</p> <p>CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES, ONU, 1979</p> <p>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948</p> <p>FREIRE, P. Educação e mudança. 12.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 36.ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.</p> <p>OCKRENT. C. (org). O Livro negro da condição das mulheres. Rio de Janeiro: Difel, 2011.</p> <p>VIEIRA.V, CHARF.C (orgs). Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012.</p> <p>Referências eletrônicas:</p> <p>Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/> Acesso em: 01 set. 2013.</p> <p>Millenium Development Goals Indicators. The official United Nations site for the MDG Indicators. 2014. Disponível em <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>. Acesso em: 02 set. 2013.</p> |

| ORÇAMENTO PREVISTO |
|--|
| Programa de Fluxo Contínuo – Ação Direta |

QUADRO GERAL**APRECIÇÃO DA UNIDADE ACADÊMICA**

Declaramos, para os fins de direito, que a ação foi **aprovada** de acordo com as normas constantes da Resolução Cepex nº 52, de 27.11.2003, que regulamenta as atividades de extensão no âmbito da Ufac, na Resolução Consu nº 01, de 31.03.2008, que dispõe sobre os encargos dos docentes do magistério superior desta Instituição, de seu Regimento Interno e Estatuto, além das práticas de uso comum no âmbito da Extensão.



Enock da Silva Pessoa; Fabiana Nogueira Chaves

Obs.: O presente formulário deve vir em forma de processo e todas as suas folhas impressas devem ser enumeradas sequencialmente e rubricadas, conforme art. 22, § 4º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

APÊNDICE 2– SLIDES UTILIZADOS EM UMA DAS OFICINAS DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DO PROJETO DE EXTENSÃO “UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”



**RELAÇÕES SOCIAIS DE
GÊNERO E SUAS
VIOLÊNCIAS**

Fabiana Chaves – Pesquisadora Ufac

**Homens e
mulheres tem o
mesmo espaço na
sociedade?**



**A luta das mulheres não é
por privilégios, mas sim
por direitos humanos!**



**VOCÊ CONHECE OS
NÚMEROS DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO
BRASIL? E NO ACRE?**

Ligue 180 para Denunciar
casos de violência doméstica

Em casos de flagrante
Ligue 190



Teste: Você concorda que:

- Mulheres devem receber o mesmo valor que homens para realizar o mesmo trabalho?
- Mulheres devem ter direito a votar e ser votadas?
- Mulheres devem ser as únicas responsáveis pela escolha de suas profissões, e que essa decisão não pode ser imposta pelo Estado, pela escola nem pela família?
- Mulheres devem receber a mesma educação escolar que os homens?
- Cuidar dos filhos deve ser uma obrigação de ambos o pai e a mãe?
- Mulheres devem ter autonomia para gerir seus próprios bens?
- Mulheres devem escolher se, e quando, se tornarão mães?
- Mulheres não devem sofrer violência física ou psicológica por se recusar a fazer sexo ou por "desobedecer" o pai ou marido?
- Tarefas domésticas são de responsabilidade dos moradores da casa, sejam eles homens ou mulheres?
- Mulheres não podem ser espancadas ou mortas por não quererem continuar em um relacionamento afetivo?



Dupla jornada de trabalho



A dupla jornada no campo





Trabalho doméstico não é trabalho?





O patriarcado decide o papel da mulher na sociedade

- Objeto de consumo sexual e prestadora de serviços
- consumir para serem consumidas – Padrão de beleza, de moda...
- Escravas da sociedade patriarcal – Mulher = casa



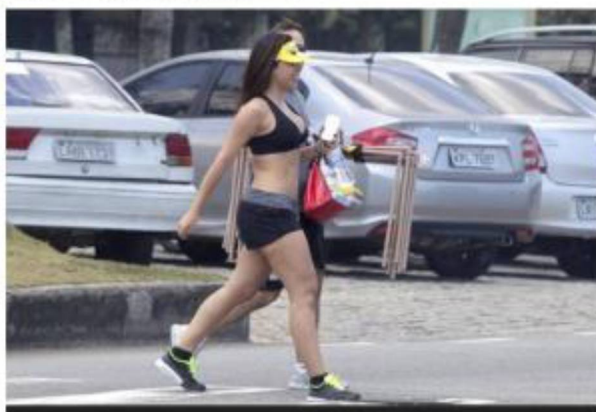


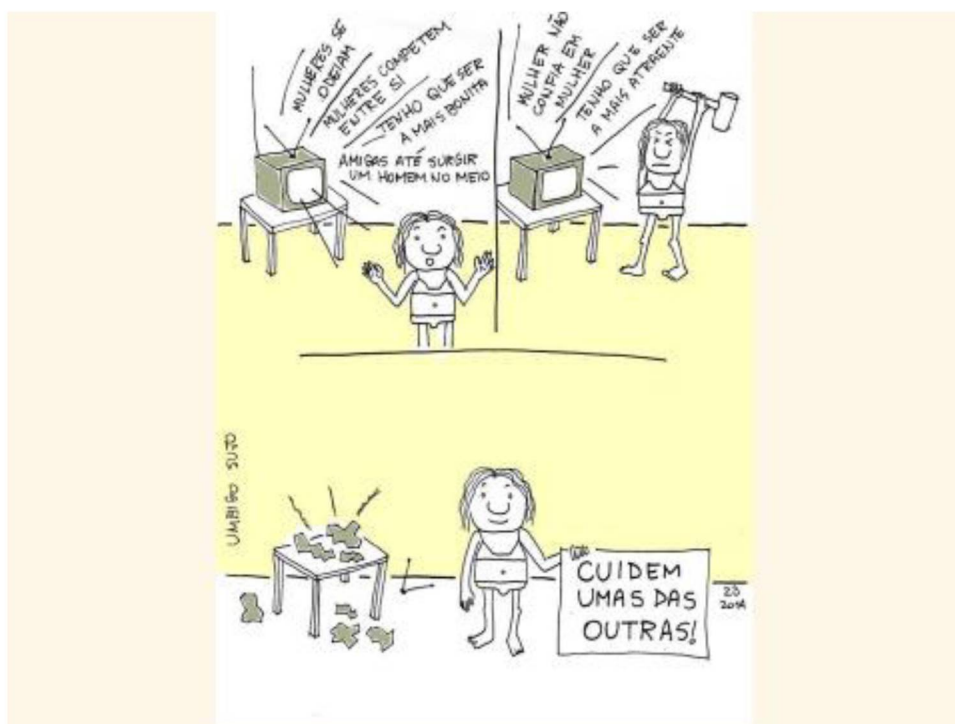
Apesar da barriga chapada, Anitta exibe celulite em ginástica na praia

De top e shortinho, cantora correu para ganhar resistência

FAMOSOS E TV
Do R7
© 30/10/2014 - 16h13 (Atualizado em 30/10/2014 - 17h40)

A- A+



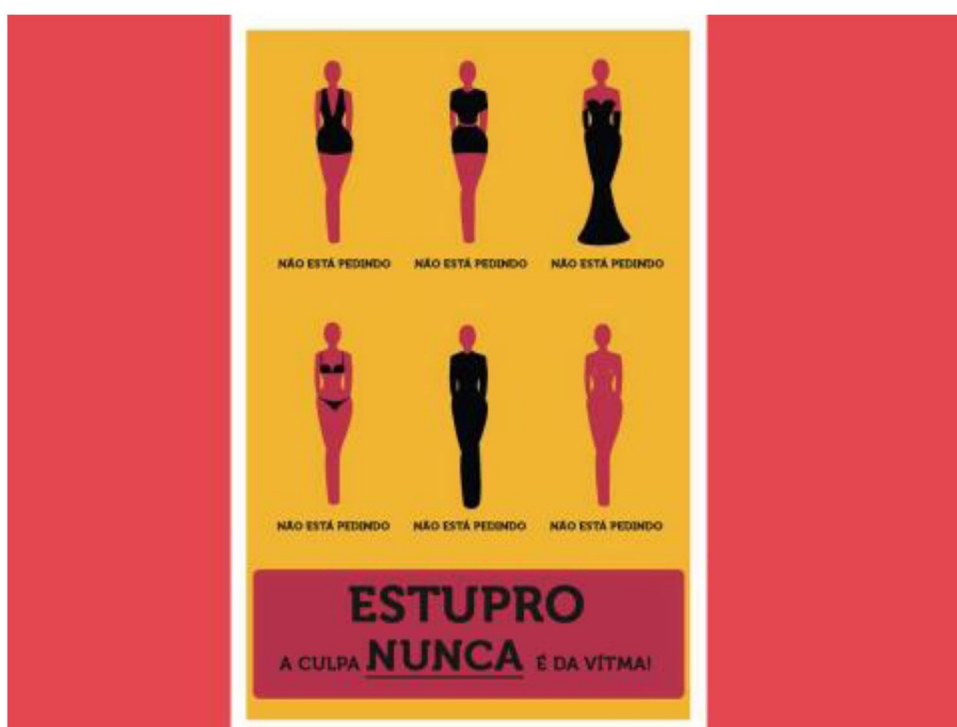




Os homens deveriam se ofender quando alguém diz que as mulheres devem evitar estupros não usando certos tipos de roupas ou não indo a determinados lugares ou não agindo de determinadas maneiras.

Essa linha de pensamento presume que você é incapaz de se controlar. Que você é tão básico e não-civilizado que você precisa fazer um esforço extraordinário para conseguir andar pelas ruas sem estuprar ninguém. Que você precisa que certo código de vestimenta seja mantido, que certos comportamentos sejam seguidos para que, hoje, você talvez - apenas talvez - não estupe ninguém.

Presume que você é, naturalmente, um estuprador.



CAUSAS DO ESTUPRO



-  roupas provocantes
-  álcool
-  televisão
-  clima
-  vítima
-  estuprador

Educação machista. Sociedade machista.



Exibição do vídeo sobre representações de gênero nas propagandas:

Link:

https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=HaB2b1w52yE&feature=emb_logo



Quem está mais sujeita a sofrer violência obstétrica?

() Mulheres brancas

() Mulheres negras

() Mulheres indígenas

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

COMO SABER SE EU JÁ PASSEI POR ISSO?

Por falta de informação, muitas mulheres ignoram ou não sabem ter sofrido violência obstétrica. Entre as práticas mais comuns, estão:

- Xingamentos e humilhações durante o parto;
- Técnicas de indução do parto sem consentimento da mulher;
- Exames de toque sem necessidade;
- Episiotomias (corte no perineo), manobra de kristeller (empurrar a barriga) e cesáreas desnecessárias;
- Não fornecer analgesia quando solicitada pela gestante;
- Impedir a livre movimentação durante o trabalho de parto;
- Separação do bebê saudável e da mãe no pós-parto;
- Não autorizar um(a) acompanhante de livre escolha da mulher no trabalho de parto (assegurado pela Lei 11.108, que existe desde 2005).



EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.

Parceiro ANADEP

Parceiro CONDEGE

Partes do vídeo : Violência Obstétrica: a voz das brasileiras

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=eg0uvonF25M>

NÃO EXISTE MULHER QUE GOSTA DE APANHAR

O QUE EXISTE É MULHER HUMILHADA

DEMAIS PARA DENUNCIAR,

MACHUCADA DEMAIS PARA REAGIR,

COM MEDO DEMAIS PARA ACUSAR,

POBRE DEMAIS PARA IR EMBORA.



**“Por um mundo onde
sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e
totalmente livres.”**

Rosa Luxemburgo

ANEXO 1 – SLIDES SOBRE LEI MARIA DA PENHA E LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES UTILIZADOS EM UMA DAS OFICINAS



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

TIÃO VIANA
Governador

NAZARETH ARAÚJO
Vice Governadora

CONCITA MAIA
Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Joelda Pais – Coordenadora do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Endereço: Rua Riachuelo, 138 Bairro: José Augusto.
Telefones: (68) 3224 – 1661
Rio Branco – AC
gabsepmulheres@gmail.com

Leis

- **Na Índia – Código de Manu:** a mulher não tinha direito a vida, pois deveria ser incinerada com o esposo falecido, no mesmo dia e no mesmo crematório. Nesta época as mulheres eram oferecidas como oferendas aos deuses. Acreditava-se que: “nem a morte, nem o inferno, nem o veneno, nem as serpentes e nem o fogo seriam piores do que a mulher.
- **Grécia antiga:** a mulher era privada de toda e qualquer liberdade e de todos os direitos. Não tinha o direito de herdar, era proibida de sair de casa, privada do direito de instruir-se (estudar) e lhe era vedada qualquer participação pública.
- **NO MUNDO ÁRABE:** A mulher de um modo geral era menosprezada e desconsiderada. **Fazia parte da herança, dos bens que passavam de pais para filhos.** Algumas tribos árabes enterravam as meninas vivas ao nascerem (**infanticídio**), por temerem a desonra (era motivo de mau agouro e muito pessimismo);



- **FRANÇA - ANO 586 D. C.** os franceses convocaram uma conferência especialmente para debater se a mulher poderia ser considerada **HUMANA** ou não. Depois de muitas discussões e debates, chegaram a conclusão de que “ a mulher era um ser humano que fora criado apenas para servir ao homem”.
- **NO BRASIL: LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA;** A lei colonial, em **1822**, autorizava o marido a **matar a mulher** acusada de adultério. O mesmo não era permitido para a mulher traída.
 - Em **1932** a mulher conquistou o direito ao **voto**;
 - O Código Civil de **1914** considerava a mulher casada **incapaz** e o de **1917** a considerava **incapaz** do ponto de vista civil, equiparando-a aos silvícolas e aos menores impúberes, o que só foi modificado em **1962**;
 - Somente em **1962**, as mulheres conquistaram o direito de trabalhar fora sem a permissão do marido;
 - Apenas em **2003** o Código Civil deixou de mencionar que o **defloramento** da mulher permitia que o pai deserdasse a filha e que o marido pedisse a anulação do casamento;
 - A partir do ano de **2005**, foram alterados diversos artigos do Código Penal, além de se retirar termos preconceituosos como: “**mulher honesta**” e “**mulher virgem**”.



CONSEQUÊNCIAS

CINCO MIL anos de desrespeito, exclusão e morte:

- ✓ Na Grécia antiga, eram escravas, sua função se restringia apenas à reprodução;
- ✓ Na idade Média, **MILHARES** morreram nas fogueiras, como bruxas. Eram consideradas pessoas impuras, responsáveis pelo pecado;
- ✓ Na Revolução Francesa, marco histórico das transformações políticas no mundo, elas foram excluídas dos benefícios da democracia e participação;
- ✓ Até o Séc. XIX, seus Direitos Políticos e Cíveis, foram negados;
- ✓ Até a década de 90, do Séc. XX, não tinham reconhecidos seus Direitos Humanos;



A violência contra as mulheres é um problema cultural, resultado de cinco mil anos de exclusão aos direitos, às políticas públicas e ao respeito a autonomia. Como um problema multidimensional, é necessário o envolvimento da sociedade, Estado e família, para que haja um real enfrentamento deste problema.



Novo Acre
Governo parceiro, povo empreendedor

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, existem quatro tipos de violência contra a mulher:

Violência Doméstica e Familiar é aquela ocorrida no espaço doméstico, dentro de relações familiares, cujo autores têm laços de afeto e parentesco com as vítimas (maridos, namorados, pais, padrastos, tios, avôs, amigos da família, etc.).

A Lei Maria da Penha (11.340/2006) tipifica a violência doméstica e familiar da seguinte maneira: física, sexual, patrimonial, moral e psicológica.



Novo Acre
Governo parceiro, povo empreendedor

Violência ocorrida na rua, ou em espaços públicos, se caracteriza nos estupros, assédios no trabalho, instituição religiosa, escola, rua, etc. tráfico e exploração sexual de meninas e mulheres.

Violência simbólica, é aquela perpetrada pela sociedade, através das propagandas, redes sociais, músicas, onde as ideias disseminadas sobre a mulher se reduz a objeto sexual e prestadora de serviços domésticos. Essa violência é invisível e sutil. Legítima a ideia da inferioridade da figura feminina.

Violência Institucional - Aquela perpetrada pelos agentes públicos.



Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em todas as DEAM e serviços da rede de atendimento nas capitais .

| FORMAS DE VIOLÊNCIA | por ano | por mês | por dia | por hora | por min. | UMA AGRESSÃO ACONTECE A CADA |
|--|-----------|---------|---------|----------|----------|------------------------------|
| Quebradeira dentro de casa | 3.780.036 | 315.003 | 10.500 | 438 | 7 | 8 segundos |
| Ameaça de espancamento | 2.433.970 | 202.831 | 6.761 | 282 | 5 | 12 segundos |
| Se trancada em casa, impedida de sair | 1.936.116 | 161.343 | 5.378 | 224 | 4 | 15 segundos |
| Ameaças a integridade física com armas de fogo | 1.327.622 | 110.635 | 3.688 | 154 | 3 | 20 segundos |
| Tapas e empurrões | 4.425.408 | 368.784 | 12.293 | 512 | 9 | 7 segundos |
| Espancamento | 2.286.461 | 190.538 | 12.293 | 265 | 4 | 15 segundos |

Fundação Perseu Abramo, 2001

- **O Acre está em 1º lugar no Brasil em registros de estupros de mulheres (Anuário Nacional de Segurança Pública, 2015)**

ESTUPRO NO ACRE

| ANO | NÚMERO DE ESTUPRO |
|------|-------------------|
| 2011 | 380 |
| 2012 | 447 |
| 2013 | 495 |
| 2014 | 478 |
| 2015 | 524 |
| 2016 | 279 |
| 2017 | 187 |

Fonte: Secretaria de Estado de Polícia Civil

- **O Acre está em 5º lugar no Brasil número de feminicídios**

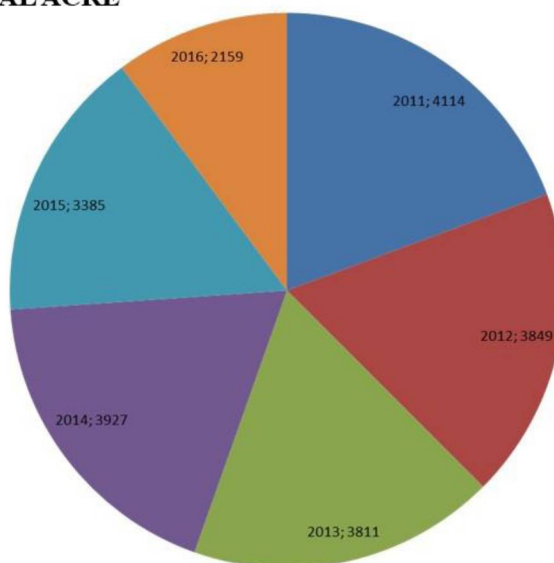
FEMINICÍDIOS NO ACRE

| ANO | NÚMERO DE FEMINICÍDIO |
|------|-----------------------|
| 2015 | 17 |
| 2016 | 26 |
| 2017 | 13 |
| 2018 | 12 |

Fonte: Secretaria de Polícia Civil



LESÃO CORPORAL ACRE



Porque as mulheres aguentam tanto tempo uma relação violenta?

Ciclo da Violência

Este ciclo é vivido pela vítima numa constante de medo, esperança e amor.

Medo, em virtude da violência de que é alvo; **esperança**, porque acredita no arrependimento e nos pedidos de desculpa que têm lugar depois da violência;

Amor, porque apesar da violência, podem existir momentos positivos no relacionamento.

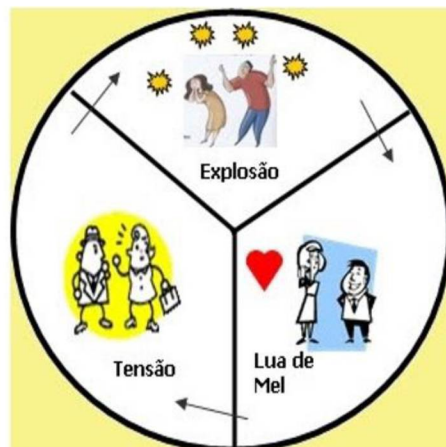
O ciclo da violência doméstica caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, por sua repetição sucessiva ao longo de meses ou anos, podendo ser cada vez menores as fases da tensão e de apaziguamento e cada vez maior e mais intensa a fase do ataque violento. Em situações limite, o culminar destes episódios poderá ser o feminicídio.



1. Fase de aumento da tensão:

Sob qualquer pretexto o/a agressor/a direciona todas as suas tensões sobre a vítima. E os pretextos, que podem ser muito simples, são usualmente situações do cotidiano, como exemplo, acusar a vítima de não ter cozinhado ou cozinhado com sal a mais, de ter chegado tarde a casa ou a um encontro, de ter amantes, etc.

2. Fase do ataque violento: Nesta fase o/a agressor/a pode cometer todos os tipos de violência a vítima que procura defender-se, esperando que o/a agressor/a pare e não avance com mais violência. Este ataque pode ser de grande intensidade, podendo a vítima por vezes ficar em estado bastante grave, necessitando de tratamento médico, ao qual o/a agressor/a nem sempre lhe dá acesso imediato.



3. Fase do apaziguamento ou da lua-de-mel: o agressor manifesta arrependimento e promete que não vai voltar a ser violento/a.

Pode invocar motivos para que a vítima desculpe o comportamento violento, como por exemplo, ter corrido mal o dia, ter-se embriagado ou consumido drogas; pode ainda associar o comportamento da vítima como motivo para o seu descontrole. Para reforçar o seu pedido de desculpas pode tratá-la(o) com delicadeza e tentar seduzi-la(o), fazendo-a(o) acreditar que, de fato, foi essa a última vez que ele/a se descontrolou.



- ♀ Romper a relação é o maior de todos os riscos;
- ♀ Procurar ajuda é vivido como vergonha e gera muito medo;
- ♀ Sempre resta a esperança de que o marido mude;
- ♀ A vítima, muitas vezes, está isolada da sua rede de apoio;
- ♀ A sociedade ainda está despreparada para lidar com esse tipo de violência;
- ♀ Algumas mulheres dependem economicamente de seus parceiros
- ♀ Deixar uma relação violenta é um processo, cada uma tem seu tempo.



VOCÊ JÁ DEVE TER CONHECIDO ALGUNS HOMENS QUE SE QUEIXAM DA VIOLÊNCIA DE SUAS PARCEIRAS

MAS JÁ OUVIU FALAR DE UM HOMEM...

- Que seja abusado sexualmente por ela?
- Que tenha se isolado dos familiares e amigos por pressão ou por vergonha da situação em que está vivendo?
- Que tenha perdido a liberdade de ir aonde quer, de trabalhar ou estudar?
- Que viva assustado por não conseguir proteger os filhos?
- Que se sinta o tempo todo humilhado e desqualificado, impotente e sem saída?
- Que tenha perdido a autoestima e esteja destruído psicologicamente pela parceira?
- Que tenha medo de deixá-la e que acabe sendo morto por falta de proteção?

OS AUTORES DE VIOLENCIA

Os homens não são naturalmente violentos. Aprendem a ser. A associação entre masculinidade e guerra, força e poder é uma construção cultural.

Da mesma forma, a paz, a emoção e a vocação para cuidar não são qualidades naturais da mulher. Também são aprendidas!

Hoje em dia, muitos homens já descobriram que há várias maneiras de “ser masculino” e que eles também podem ser cuidadores e promotores da paz.



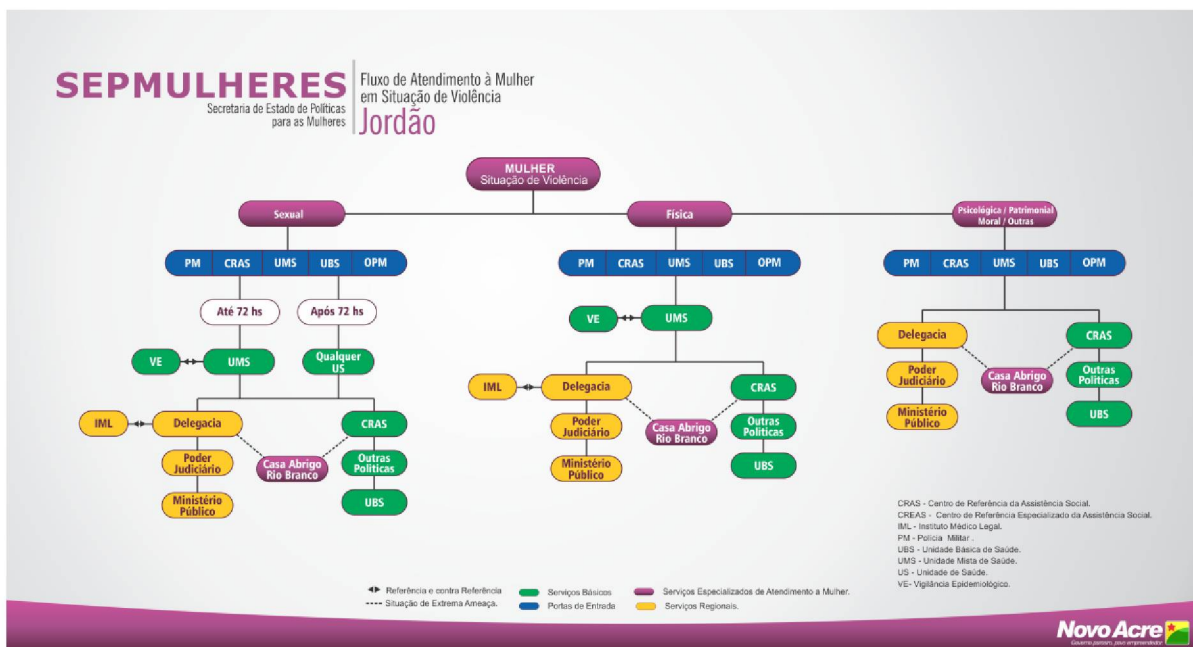
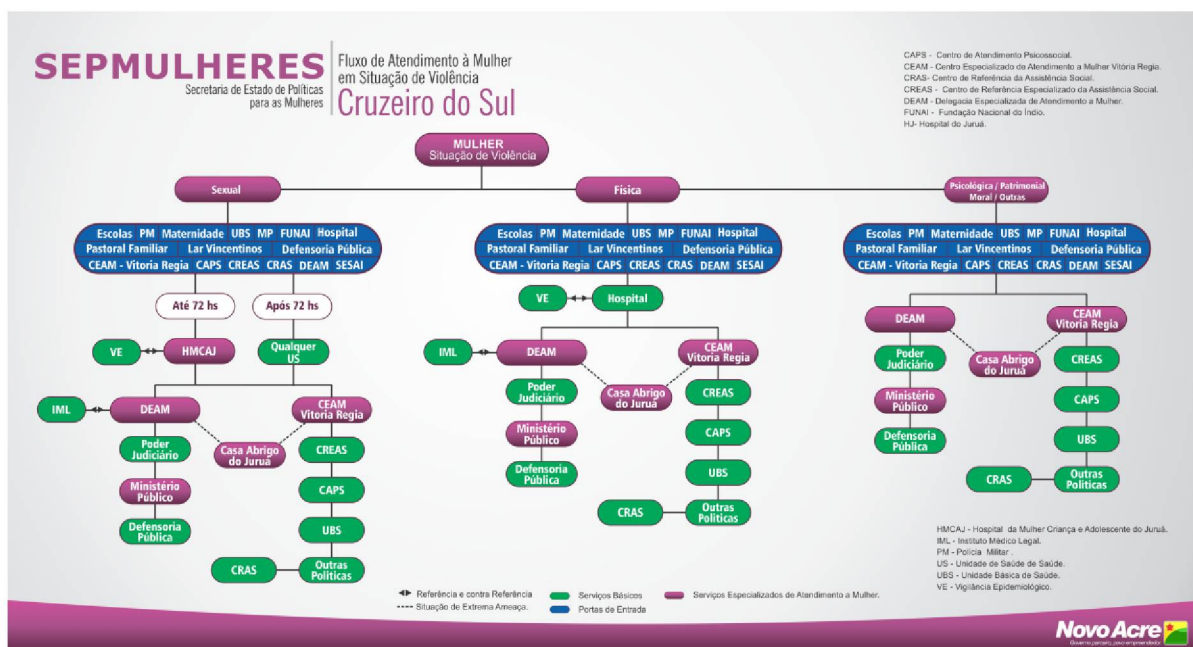
VOCÊ JÁ DEVE TER CONHECIDO ALGUNS HOMENS QUE SE QUEIXAM DA VIOLÊNCIA DE SUAS PARCEIRAS

MAS JÁ OUVIU FALAR DE UM HOMEM...

- Que seja abusado sexualmente por ela?
- Que tenha se isolado dos familiares e amigos por pressão ou por vergonha da situação em que está vivendo?
- Que tenha perdido a liberdade de ir aonde quer, de trabalhar ou estudar?
- Que viva assustado por não conseguir proteger os filhos?
- Que se sinta o tempo todo humilhado e desqualificado, impotente e sem saída?
- Que tenha perdido a autoestima e esteja destruído psicologicamente pela parceira?
- Que tenha medo de deixá-la e que acabe sendo morto por falta de proteção?



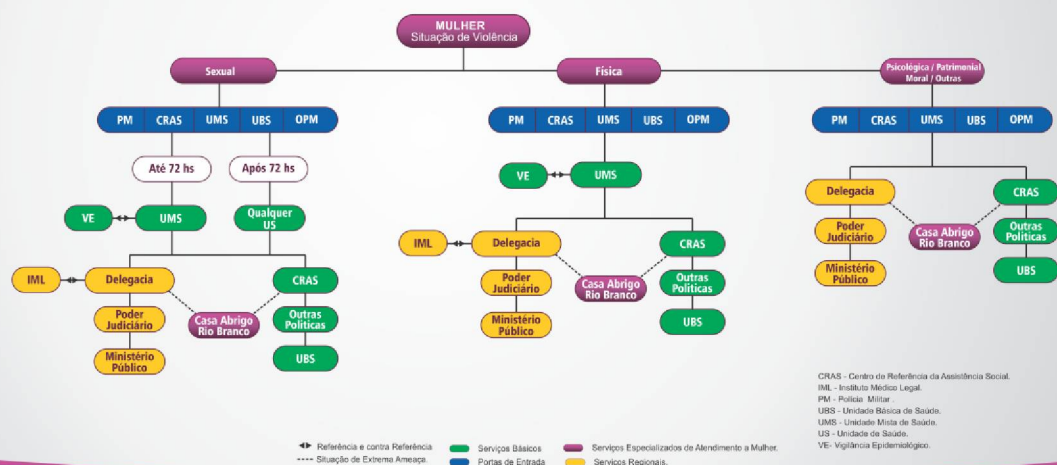
ANEXO 2 – SLIDES SOBRE O FLUXO CORRETO DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE ALGUNS MUNICÍPIOS ACREANOS



SEPMULHERES

Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Santa Rosa do Purus

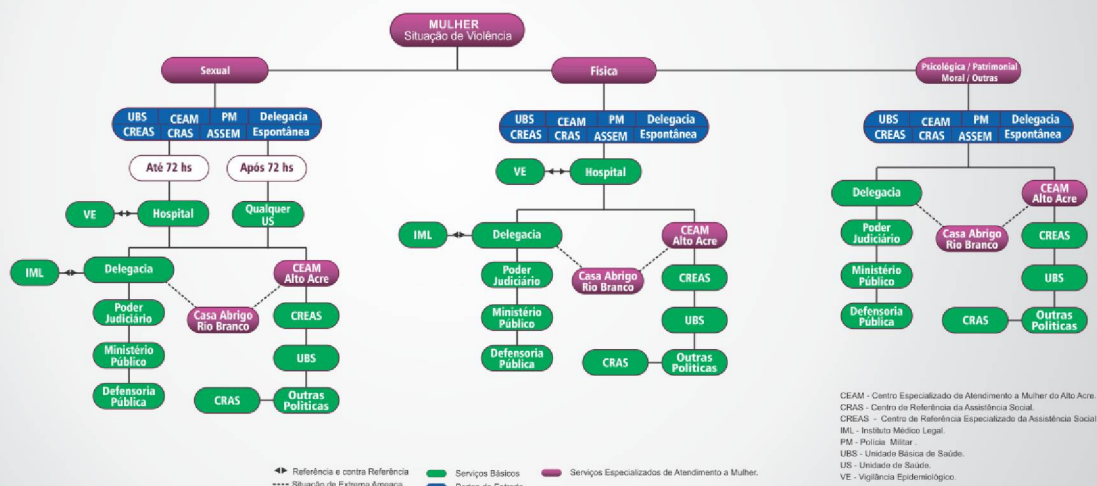


Novo Acre
Novos caminhos para o desenvolvimento

SEPMULHERES

Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Epitaciolândia

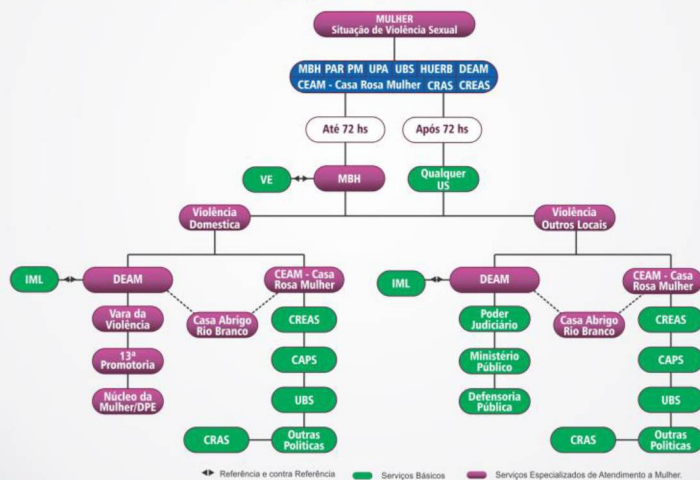


Novo Acre
Novos caminhos para o desenvolvimento

SEPMULHERES

Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Rio Branco



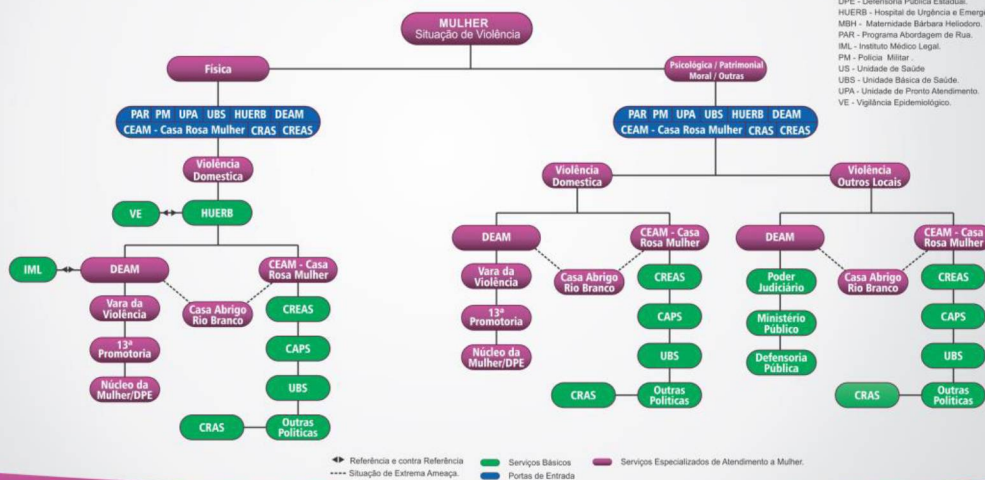
CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial.
CEAM - Centro Especializado de Atendimento à Mulher Casa Rosa Mulher.
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social.
DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.
DPE - Defensoria Pública Estadual.
HUERB - Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco.
MBH - Maternidade Bárbara Heliodora.
IML - Instituto Médico Legal.
PM - Polícia Militar.
US - Unidade de Saúde.
UBS - Unidade Básica de Saúde.
UPA - Unidade de Pronto Atendimento.
VE - Vigilância Epidemiológica.

Novo Acre
Governo do Estado do Acre

SEPMULHERES

Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Rio Branco



CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial.
CEAM - Centro Especializado de Atendimento à Mulher Casa Rosa Mulher.
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social.
DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.
DPE - Defensoria Pública Estadual.
HUERB - Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco.
MBH - Maternidade Bárbara Heliodora.
IML - Instituto Médico Legal.
PM - Polícia Militar.
US - Unidade de Saúde.
UBS - Unidade Básica de Saúde.
UPA - Unidade de Pronto Atendimento.
VE - Vigilância Epidemiológica.

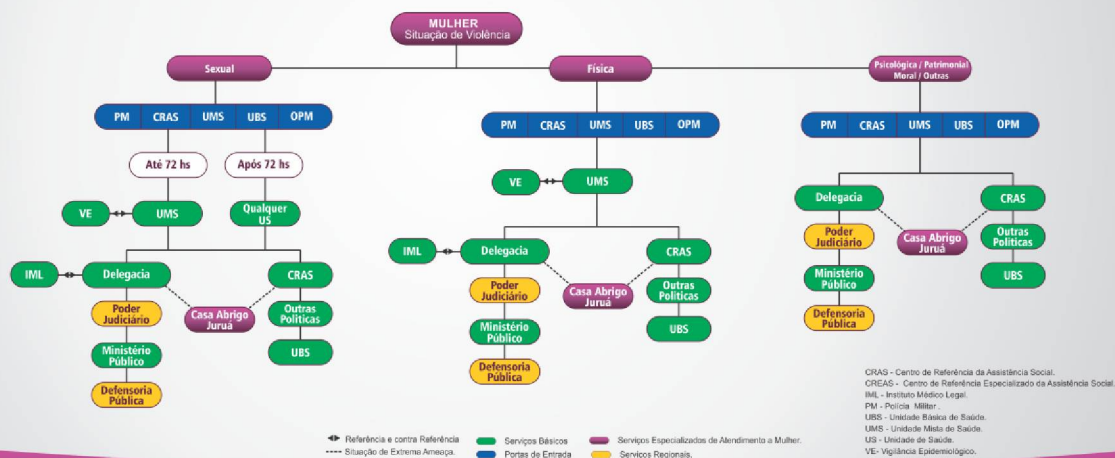
Novo Acre
Governo do Estado do Acre

SEPMULHERES

Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Mancio Lima



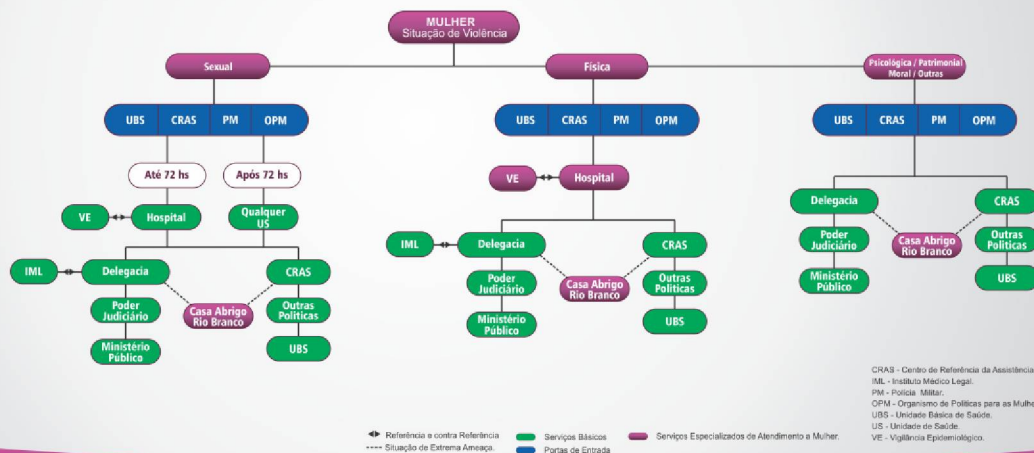
Novo Acre
Construindo o futuro, juntos.

SEPMULHERES

Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Bujari



Novo Acre
Construindo o futuro, juntos.

ANEXO 3 – SLIDES SOBRE ÓRGÃOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E PLANOS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Órgãos de Políticas Públicas para Mulheres e sua implementação no Estado do Acre

Neuda Muniz

MISSÃO

Reverter o padrão de desigualdade entre mulheres e homens, assegurar direitos e melhorar a qualidade de vida das mulheres acreanas em toda sua diversidade, por meio da formulação, implantação, implementação, consolidação e ampliação das políticas públicas para as mulheres, de forma transversal com todas as Instâncias do Poder Executivo do estado e municípios, para que incluam nas suas políticas a perspectiva de gênero; destacando-se a participação, o controle social e a igualdade racial.

Objetivos estratégicos

1. Consolidar e fortalecer a gestão transversal das políticas para mulheres, tendo como principal instrumento o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres;
2. Fomentar e fortalecer os Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres;
3. Fortalecer a participação da sociedade civil e o controle social;
4. Fortalecer o OPM Estadual institucionalmente;
5. Fortalecer a gestão interna do OPM Estadual;
6. Consolidar a Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres
7. Fomentar e desenvolver ações para a autonomia econômica e social das mulheres;
8. Fomentar o desenvolvimento social e cultural das mulheres para exercício da cidadania, fortalecer o enfrentamento ao sexismo, ao racismo e às demais formas de discriminação.

A importância dos OPMs e CMDMs na implementação dos Planos Municipais de Políticas para Mulheres

Os Organismos de Políticas para as Mulheres são instâncias governamentais, responsáveis pela articulação e implementação da Política para as Mulheres.

O principal instrumento de gestão do OPM são os Planos de Políticas para as Mulheres, que contém as diretrizes, metas, ações e recursos, em níveis nacional, estadual e municipal.

Nos Planos estão contidas ações para as mulheres nas diversas áreas das políticas públicas: Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública, Profissionalização, Produção, dentre outras.

A responsabilidade do OPM é garantir a execução das ações, através de monitoramento e acompanhamento da execução, assim como, dar visibilidade, juntamente com as/os gestores das respectivas pastas.

Recomenda-se aos OPMs a formação de um comitê governamental de monitoramento dos planos municipais, formado pelas/os diversas/os gestoras/es responsáveis pelas áreas presentes no plano municipal, para possibilitar o diálogo sistematizado.

Cabe aos CMDMs fiscalizar e acompanhar a gestão do plano municipal, fazendo recomendações e intervindo, quando necessário.

Ganhos políticos e institucionais para os municípios

- ☐ Apresentará uma gestão de Governo mais organizada na política para as mulheres, oportunizando a visibilidade das ações, nas várias áreas (saúde, educação, assistência social, etc), mostrando o seu compromisso com a autonomia das mulheres e a equidade;
- ☐ Mostra o comprometimento de trabalhar a equidade e autonomia para as mulheres do município;
- ☐ Visibiliza o seu Organismo Municipal de Políticas para as Mulheres, fortalecendo-o diante da equipe de Governo e da Comunidade;
- ☐ Amplia as possibilidades de captação de recursos do Governo Federal e outras fontes;
- ☐ Fortalece a participação e o controle social.

Processo de Conferências de Políticas para Mulheres

As Conferências são estratégias de consulta à sociedade para a construção e avaliação de políticas públicas, previstas na Constituição de 1988.

As Conferências são oportunidades importantes para as mulheres pontuarem questões que lhes garantam autonomia e equidade, através do desenvolvimento de políticas afirmativas, além de fortalecer o movimento de mulheres dos municípios, garantindo mais participação política e controle social.

Cabe ao Estado incentivar os municípios a realizarem as Conferências Municipais e/ou Intermunicipais, levantar diretrizes para a construção de seus Planos Municipais de Políticas para as Mulheres, oriundo das ações das conferências.

Conferências Estadual

Deverá ser convocada pelos Governo Estadual mediante edição de decreto.

Deverá constituir uma comissão organizadora, observando a paridade entre a representação da sociedade civil e o governo, responsável pela interlocução com a Comissão Organizadora Nacional.

Se o Executivo não a convocar, o legislativo estadual, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher ou organizações do movimento feminista e de mulheres poderá convocá-la.

Terão regimento próprio, observado o que disciplina o regimento interno da CNPM.

As delegadas eleitas nas conferências estaduais devem necessariamente ter participado de conferências municipais ou intermunicipais.

As conferências estaduais elegerão delegadas para a conferência nacional, observando a proporcionalidade de representantes da sociedade civil e representantes dos governos estaduais e municipais.

Conferências Municipais e Intermunicipais

Convocadas pelo Poder Executivo local mediante edição de decreto.

O Executivo Municipal tem a prerrogativa de convocar a Conferência Municipal dentro do prazo e de acordo com as diretrizes e regulamentos disponibilizados pelo Executivo Estadual.

Se isso não ocorrer, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o Poder Legislativo ou a sociedade civil poderá fazê-lo, realizando-a no prazo previsto para essa etapa.

As conferências municipais ou intermunicipais serão organizadas e coordenadas por comissões organizadoras, observando-se na sua composição a paridade entre representantes de organizações do movimento feminista e de mulheres e representantes governamentais

A **escolha de delegadas** deve atender aos critérios de multiplicidade das identidades das mulheres (negras, brancas, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, trans, indígenas, mulheres com deficiência, mulheres do campo, da floresta e das águas, povos e comunidades tradicionais) e das diferentes faixas etárias.

As Conferências devem assegurar as condições de acessibilidade às pessoas com deficiência de acordo com as determinações legais e normas técnicas em vigor.

O número de delegadas reservado a cada município será estabelecido no regimento interno da Conferência Estadual, observando os critérios adotados na Conferência Nacional.

Relatório das conferências devem ser remetidos à comissão organizadora estadual, conforme roteiro que será disponibilizado.

As propostas debatidas e aprovadas nas conferências municipais serão encaminhadas para debate na conferência estadual.